

EMERSON DE CASTRO FIRMO DA SILVA



UMA TRIBO E SUAS TRILHAS NUM SINDICATO
CONCEPÇÃO SINDICAL DE JORNALISTAS
NO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Carlos A. Lima

CURITIBA

2002

EMERSON DE CASTRO FIRMO DA SILVA

UMA TRIBO E SUAS TRILHAS NUM SINDICATO

**CONCEPÇÃO SINDICAL DE JORNALISTAS
NO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Carlos A. Lima

CURITIBA

2002



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Dissertação do candidato **Emerson de Castro Firmo da Silva**, sob o título “**Uma Tribo e suas Trilhas num Sindicato: concepção sindical de jornalistas no sindicato dos jornalistas profissionais do Paraná (1945-1988)**”, para obtenção do grau de **Mestre em História**, após haver realizado a atribuição de notas, são de Parecer pela *aprovacao* com conceito “*A*”, sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de **Mestre**.

Curitiba, 02 de setembro de 2002.

Prof. Dr. *Carlos Alberto M. Lima*
Presidente

Prof.^a Dr.^a *Amélia B. B. B.*
1º Examinador

Prof.^a Dr.^a *Magda B. B.*
2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Aos professores do curso de Mestrado em História da UFPR, especialmente a Carlos Lima, orientador e mestre: às professoras também participantes da banca examinadora – Ana Maria Burmester(UFPR) e Ana Maria Silva Moura(UERJ) – ; e aos colegas de curso, pela solidariedade permanente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
TIPOLOGIA DAS FONTES.....	21
PERIODIZAÇÃO.....	26
1 ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO 1945/1964.....	29
1.1 JORNALISMO DO PR E O SURGIMENTO DO SJPP.....	36
1.2 CONSTRUÇÃO.....	46
2 ADAPTAÇÃO FORÇADA, INSTABILIDADE E INTEGRAÇÃO.....	76
2.1 AÇÕES SINDICAIS NO CAMPO POLÍTICO E DA NEGOCIAÇÃO.....	78
3 REORGANIZAÇÃO 1979/1988.....	125
3.1 DEBATES NO CAMPO POLÍTICO.....	132
3.2 NEGOCIAÇÃO SALARIAL.....	155
3.3 FORMAÇÃO DAS CHAPAS.....	168
CONCLUSÃO.....	180
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	184
ANEXOS.....	188

Resumo

Ao longo de mais de 50 anos, um sindicato passa por concepções variadas quanto as suas funções. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, criado em 1945, teve entre 1959 e 1988 cinco eleições com disputa de duas chapas. Esta dissertação identifica as concepções que estavam concorrendo nos variados períodos e como relacionavam-se com os debates nacionais tanto no campo dos jornalistas quanto no das ações sindicais.

Introdução

Nesta dissertação, discuto as concepções de sindicato que foram construídas no âmbito do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná entre 1945 e 1988, período definido em razão das disputas que ocorreram nesse intervalo e adquiriram evidência nos processos eleitorais. Ao perceber essas concepções em seus respectivos contextos, no campo sindical e profissional, também discuto o quanto a atividade dos jornalistas como profissionais influenciou nas tomadas de posição em seu sindicato.

O papel dos sindicatos na atualidade vem suscitando discussões que envolvem diretamente a definição de seus objetivos e ações efetivas. Até então, o movimento sindical articulava-se claramente dentro de questões relacionadas ao mundo do trabalho, ainda que esses objetivos e ações tivessem repercussões em outras áreas. Nos últimos 20 anos, dentro e fora do Brasil surgiu o questionamento dessa ordem, apontando para um período de perplexidade tanto de trabalhadores e dirigentes sindicais quanto as mudanças que ocorrem não só no ambiente do trabalho como em todo o restante da sociedade.

São novos desafios, horizontes ampliados, ultrapassando até a tradicional relação direta das suas atividades sindicais com o respectivo grupo de trabalhadores. As funções chamadas 'tradicionais' desse tipo de instituição nem sempre conferem por si legitimidade ou necessidade junto aos associados, os quais também estabelecem novas demandas e pressionam criticamente quanto a tomadas de posição sobre problemas macrossociais como direitos humanos e sociais, problemas ambientais, liberdade de expressão, ética na política, defesa das leis e outras questões. Esse aspecto multifacetado tem estimulado, inclusive os jornalistas, a uma reflexão permanente sobre o assunto em seminários, congressos e nas próprias entidades sindicais, quando observam a si mesmos como agentes que podem atuar em duas frentes: como profissionais de imprensa, interagindo com os demais atores sociais; e como trabalhadores, posto que estão organizados em sindicatos.

Antes de se formular uma nova concepção sobre a atuação sindical, direção para a qual converge o atual estágio dessas discussões, é importante conhecer a trajetória dessas concepções estabelecidas ao longo da existência dos sindicatos, não esquecendo suas peculiaridades e, sobretudo, a construção de sua história, seja por dirigentes, pelos

que tentaram dirigir o sindicato e não tiveram sucesso e todos que direta ou indiretamente participaram ou influenciaram nesse processo.

Vale destacar, no entanto, que conhecer essa trajetória não define uma fórmula, uma receita passível de ser adotada hoje ou no futuro. Ela aponta para um processo permanente, que se renova a cada momento em que os muitos elementos nele envolvidos - conjuntura socio-política, estrutura da organização, identidade profissional - também se alteram.

O problema exposto pode ser ainda relacionado a outro mais amplo, questionando a democracia como sistema político capaz de responder às pretensões coletivas de participação nas tomadas de decisão que interessam a toda a comunidade. O tema faz parte de um debate desenvolvido e estimulado por Norberto Bobbio desde os anos 1970, envolvendo também o controle das instituições pelo povo e a liberdade de opinião. Sobre a democracia a partir da sociedade civil, o autor observa argutamente que não foi compreendido por seus interlocutores, no sentido de perceberem o quanto deste assunto aponta o desenvolvimento da democracia na direção da "extensão da participação às decisões coletivas em setores diferentes daqueles estritamente políticos".

Nunca duvidei que o sistema representativo tivesse limites reais e insuperáveis em uma sociedade capitalista selvagem como a nossa: a soberania do cidadão é limitada pelo fato de que as grandes decisões, que dizem respeito ao desenvolvimento econômico, ou não chegam aos órgãos representativos ou, quando chegam, foram tomadas em outro local, onde a grande maioria dos cidadãos, não tem a mínima importância.
(BOBBIO, 1983, p. 72 e 73).

Para Bobbio, o problema no sistema não é o fato de ser representativo, mas de essa representatividade não ser levada a seu ponto ideal. A capacidade de o cidadão agir soberanamente estaria limitada na medida em que há uma separação entre sociedade civil e sociedade política.

Esta constatação, para a qual convergem as críticas de várias correntes socialistas ao estado democrático burguês, por si mesma justíssima, não impede que a área de soberania do cidadão coincida com a área de poder de que dispõe os órgãos representativos nos mais diferentes níveis: não impede que o cidadão soberano, na medida em que consegue influenciar as decisões que lhe dizem respeito, o que acontece até hoje, quando acontece, através da via-mestra dos órgãos representativos (sem com isso negar, como dizia antes, o útil subsídio dos institutos de democracia direta)"
(BOBBIO, 1983, p. 72 e 73).

Ao observar, no campo dos sindicatos, a discussão sobre maior ou menor grau de representatividade da soberania do cidadão nas instituições da sociedade civil, Claus Offe encontra um outro problema para analisar a mesma questão. Ele identificou mudanças nas relações de trabalho ao mesmo tempo em que houve fragmentação de interesses por parte do que antes era melhor classificado como *classe trabalhadora*. O sindicato unificado estava calcado na hipótese de que o movimento dos trabalhadores podia melhor alcançar seus objetivos quando organizado de forma coesa. O pressuposto aqui era de que havia unidade nos interesses comuns de quem vive de salário. Como o salário está vinculado à noção de empregado, que nas sociedades capitalistas desenvolvidas não é mais uma unidade, o pressuposto tornou-se bastante discutível.

Concluiremos que este problema pode ser solucionado, mas somente sob a condição um tanto paradoxal de que a organização sindical não limite sua atividade política ao fato de que seus membros estejam empregados, mas sobretudo concentre-se também naquelas condições de vida que não são determinadas diretamente pelas relações de trabalho assalariado e que, portanto, tradicionalmente foram incluídas sob a jurisdição do Estado muito mais do que da política sindical.

(OFFE, 1990, p 200)

A diversidade de interesses, segundo o mesmo autor, atinge na Alemanha valores tradicionais e atitudes orientadas para o trabalho como renda, segurança, disciplina, subordinação, sendo substituídos por auto-realização, criatividade e liberdade para tomar decisões. "(...) Essas descobertas sugerem que não estamos diante de um problema 'conjuntural' nem de uma característica só de certas fases da vida, mas de uma mudança estrutural que não deixará incólume a estrutura social e a organização da 'sociedade do trabalho' industrial, inclusive sindicatos". (OFFE, 1990, p. 203 e 204).

Enquanto Bobbio percebe e aponta que o problema na democracia não é a falta de representatividade, mas a dificuldade de ampliar-se ao extremo as possibilidades de o cidadão manifestar-se e, portanto, fazer-se representado, Offe sugere que o problema para essa ampliação de representatividade passa obrigatoriamente nesse momento por uma alteração na estrutura das organizações sociais, especialmente os sindicatos, no que toca o mundo do trabalho.

Num primeiro momento, a reboque das mudanças nas relações econômicas no contexto mundial, essas transformações mais profundas vêm obviamente alterando as relações de trabalho desde os anos 1980 na Europa, repercutindo desde o início da

década de 1990 no Brasil. Os efeitos, também primeiro na Europa e mais tarde aqui, são contínuos e progressivos sobre os sindicatos.

Cabe, no entanto, duas indagações: o processo que ocorre na Europa, na sua integralidade, necessariamente reflete no Brasil as mesmas características? Ou ainda, quando se analisa um fenômeno, anteriormente observado sob uma ótica geral, é possível e aceitável reconhecê-lo num caso particular?

Deve-se relativizar essas reflexões, embora Ricardo Antunes confirme não terem sido poucas as transformações nos países desenvolvidos que repercutiram fortemente em países como o Brasil. Para ele, há traços *universais* nesse processo, mas também *singularidades* que devem ser apreendidas para resgatar o que é *típico*. Essa apreensão de *singularidades* tem relação direta com o que este trabalho propõe, embora desde já se reconheça que ela está ligada não a um espaço geograficamente definido, mas a um grupo profissional cujo ponto de partida é sua identidade em formação.

Antunes também se pergunta sobre o caminho do sindicalismo brasileiro. Percebe-se aqui a oportunidade de se aplicar a reflexão de Bobbio para o aprimoramento dos sindicatos e conseqüentemente da democracia brasileira. Ao mesmo tempo é difícil imaginar uma resposta que também não leve em consideração a hipótese da mudança na estrutura proposta por Offe, que acrescenta a preocupação sobre a "heterogeneidade crescente da situação objetiva de diferentes grupos de empregados, assim como de suas percepções e interpretações subjetivas".

O sindicato, instituição concebida por determinada coletividade de trabalhadores para defender seus interesses, teve importante papel após a generalizada industrialização dos países ocidentais, sobretudo nos séculos XIX e XX. Foram criados com finalidades específicas, mas conceitualmente funcionam como organização de grupo, com objetivos comuns, o que estabelece uma pré-condição para desempenhar um papel maior, visando melhorar a representatividade dos cidadãos em uma democracia.

No início deste século XXI, a discussão passa justamente pela avaliação sobre se a instituição sindical, a partir de agora, poderá assumir cada vez mais espaço nas iniciativas para o exercício da cidadania. No mínimo, ser capaz de representar também os trabalhadores não assalariados ou sem vínculos formais como empregados. Mas, além disso, definir maior grau de interação com outros atores sociais, sejam pessoas físicas, entidades formalmente constituídas ou ainda – e de forma especial – movimentos populares, organizações ambientalistas e fóruns não institucionalizados, procurando assim atingir objetivos de interesse igualmente mais amplos e comuns.

As organizações não-governamentais estão entre os paradigmas que, como afirma Alan Bihl, têm exemplificado um mecanismo mais apropriado de resposta aos objetivos de seus filiados. O modelo se tornaria atraente aos indivíduos justamente porque sua filosofia é propagada em nome de interesses gerais da sociedade e não exclusivamente aos de um grupo específico. Na raiz dessa discussão está a compreensão, por parte dos sindicalistas e dos trabalhadores, de que é necessário ver-se como uma das forças organizadas da sociedade e não como a única força, além de reconstruir seu modelo de organização de tal modo a privilegiar as instâncias de decisão da periferia para o centro. (BIHR, 1998, p. 229-246)

Ao falar em mudanças na forma de conceber a atuação sindical e suas muitas vertentes, é importante perceber que estas não constituem novidade no Brasil. Elas ocorrem na medida em que os ambientes político, econômico e das relações sociais se alteram. Essas alterações, como a propósito Luiz Werneck Vianna bem observa, devem relacionar-se não só com o perfil dos sindicatos nos diversos períodos, mas também com a articulação “institucional-legal” deste e do movimento operário - visto aqui também como um dado isolado e autônomo em relação ao sindicato – com a sociedade.

Na ótica de Vianna, até 1889 não houve movimentação de trabalhadores capaz de influir na regulação do trabalho livre, o que pouco se altera até o final do século XIX, embora o Estado na última década passasse a intervir, visando uma perspectiva modernizadora do mercado de trabalho. Com a legislação dos sindicatos, em 1907, que se chocava com o ambiente liberal, estabelece-se uma contradição: os sindicatos são livres para existir como forma associativa dos trabalhadores – e exercem essa liberdade –, mas está inserido num sistema de “organização institucional que rejeita como ilegítimas as manifestações essenciais de sua existência”. (VIANNA, 1989, p. 38)

Na prática, as movimentações do campo trabalhista/sindical, traduzindo a luta por direitos sociais, precedem o debate sobre a cidadania no Brasil. Nesse campo pode-se dizer que o país, por suas peculiaridades, estabeleceu um processo próprio, o qual avançou ao longo do século XX, especialmente a partir da ascensão – ou surgimento - da classe trabalhadora como interlocutora da sociedade diante do poder público.

Logo após a proclamação da República, estabelece-se no país um momento "original", segundo Ângela de Castro Gomes. É quando inicia o processo de construção de uma identidade social e política para o trabalhador brasileiro. Há grande diversidade

entre os trabalhadores, que se vêem como artistas, artesãos, operários e outras denominações, impedindo uma identidade única.

Esta grande diversidade demonstra a necessidade e a dificuldade de se construir um campo comum, uma 'área de igualdade' capaz de produzir auto-reconhecimento e reconhecimentos pelos outros (...)" (GOMES, 1991, p. 72).

Naquele momento, para se tornar concreta, a identidade do trabalhador precisava dos instrumentos organizacionais. É quando se questiona sobre o papel dos sindicatos, sua condição de mobilizador de massas ou ainda de centro ideológico, com opção para a neutralidade ou engajamento político-partidário. Vale reafirmar: essa discussão precedeu o debate sobre os direitos civis no Brasil e na América Latina até o final da década de 1920.

(...) O fundamental é compreender que no processo de luta por interesses da classe, há uma demanda que os extrapola e que não é negociável sob o ponto de vista utilitário. Esta demanda é a do reconhecimento pelo outro – que é também o próprio auto-reconhecimento – da dignidade da figura do trabalhador, numa sociedade com três séculos de passado escravista (...). (GOMES, 1991, p. 76).

A ação reivindicatória prosseguiu no mesmo nível até 1930, embora com alterações na legislação. Entre 1931 e 1934, o Estado teria passado a atuar de forma intervencionista, inclusive restringindo a atuação sindical, embora os sindicatos dos grandes centros urbanos conseguissem conservar boa parte da autonomia conquistada até então. Em 1934, observa Vianna, a Carta Constitucional estabeleceu uma breve fase em que a autonomia dos sindicatos e do movimento operário foi aceita, ainda que ambos não estivessem isentos do controle do Ministério do Trabalho. A partir de 1935 e até 1946 esta situação se alterou radicalmente, com o Estado assumindo uma forma corporativa, "estendendo a sua ação reguladora e disciplinadora sobre todos os fatores envolvidos no mercado". (VIANNA, 1989, p. 39)

O período que compreende os anos 1930 até o fim da Segunda Guerra, em 1945, é marcado pelo autoritarismo de Vargas, mas com momentos diferentes na política nacional e por sua vez na relação entre trabalhadores e Estado. No início desse período, os trabalhadores conquistaram algum reconhecimento no campo político, mas sua incorporação, como projeto possível a partir de um comando dos próprios trabalhadores, foi abandonada pelo Estado. Esse momento inicial também foi gerado a partir da instabilidade do governo, na medida em que, embora estivesse aliado a setores da classe

média, da burguesia não ligada ao setor agroexportador e da oligarquia cafeeira, não se sustentava em nenhum, portanto mantendo alguma autonomia. A classe trabalhadora emerge então como a força, ainda que inserida numa política nacionalista e industrializante, que irá contribuir para diminuir o grau de instabilidade, mas permanecerá sob tutela do Estado e em condições determinadas de organização.

Com o Estado Novo inicia uma nova etapa para o movimento dos trabalhadores. Não exatamente nos seus primeiros anos, mas a partir de 1942, quando ficou cada vez mais evidente a impossibilidade de continuar o autoritarismo. Naquele momento era novamente necessária a incorporação política da classe trabalhadora, abandonada após 1934 e agora reelaborada a partir do Estado. Para isso houve um forte investimento na criação do trabalhismo, de modo a apresentá-lo desligado da memória de experiência vivida na Primeira República. Paralelamente, estabeleceu-se a concepção de sindicato corporativista, visando a inclusão política de maneira controlada, ou pelo menos sob condições favoráveis a uma articulação posterior, dentro do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. (GOMES, 1991, p. 77 e 78).

É essa situação, misturando instabilidade política, crise momentânea de hegemonia e um governo com tendência autoritária, que resultou posteriormente em características do populismo no Brasil, como Francisco Weffort aponta:

Esse equilíbrio instável entre os grupos dominantes e, basicamente, essa incapacidade de qualquer deles de assumir, com expressão do conjunto da classe dominante, o controle das funções políticas, constitui um dos traços marcantes da política brasileira nestes últimos decênios. Nessas condições de compromisso e de instabilidade têm sua gênese algumas das características mais notórias da política brasileira nesta etapa, entre as quais convém destacar, como componentes que virão a ser fundamentais no populismo, a *personalização do poder*, a *imagem (meio real e meio mística) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas*.

(WEFFORT, 1980 p. 69)

Ainda sobre esse período, Kenneth Paul Erickson vê o sistema trabalhista servindo como instrumento de controle da mobilização naquele regime autoritário. Três leis trabalhistas básicas da época incorporavam a aversão ao conflito de classes e a intenção de obter a cooperação através das instituições corporativas. Com elas identificam-se as fases da Revolução de 30 em termos de mobilização política e social. Em 1931 surge a primeira Lei, que refletiu os objetivos iniciais da Revolução e

encorajou a mobilização nos sindicatos sob orientação do governo. O corporativismo foi determinado como estrutura às organizações dos trabalhadores, permitindo-se um sindicato por categoria e a possibilidade de apelo à Justiça do Trabalho somente aos sindicalizados. Somada esta lei à de 1934, que permitiu o pluralismo sindical e eliminou as restrições de benefícios aos membros dos sindicatos, e a de 1939, que adequou as entidades sindicais às linhas diretivas do Estado e voltou a restringir os sindicatos a um por categoria em cada região geográfica, pode-se dizer que se definiu desse modo o controle governamental sobre o movimento dos trabalhadores naquele período. (ERICKSON, 1979, p. 45)

A partir de 1945 - com a queda de Getúlio Vargas - até o Golpe de 64, estes foram momentos de alterações substanciais na compreensão do papel dos sindicatos para todo o movimento de organização dos trabalhadores. Novamente, a partir de uma Constituição, a de 1946, os sindicatos e o movimento operário teriam recuperado a capacidade de articulação, tendo como nova estrutura legal uma legislação que remete as questões conflituosas à Justiça do Trabalho. O Estado, comparativamente ao período anterior, estaria mais afastado da regulação do mercado. Isto não só refletiu-se do ponto de vista dos próprios trabalhadores e suas reivindicações mais imediatas, mas também sob a ótica da atuação política. Os trabalhadores gozam de certa liberdade até meados de 1947, mas a repressão do governo de Gaspar Dutra é intensa, visando manter o caminho livre para o projeto de industrialização do país. Essa política pretendia igualmente combater a crescente influência do Partido Comunista Brasileiro, amplamente ativo desde a legalidade e que, apesar do retorno à clandestinidade, mantinha íntima ligação com as lideranças do operariado. (MARANHÃO, 1979, p. 59)

No início dos anos 1950, Getúlio Vargas retorna ao poder, mas sem apoio significativo de grupos conservadores. Mais uma vez os trabalhadores têm espaço aberto para suas reivindicações, sobretudo em greves motivadas por salários congelados entre 1947 e 1951, num período de inflação ascendente. (MOISÉS, 1978, p. 68 e 69)

A combinação entre democracia e corporativismo reservou então mais poderes aos líderes trabalhistas, conforme explica Erickson: "A existência de uma democracia eleitoral e de seu produto, o populismo, funcionava de modo oposto à função de controle da estrutura corporativista. De fato, sob o populismo, a participação estruturada nas instituições corporativas assegurava aos líderes sindicais a influência de que necessitavam para aumentar seu poder no processo político". (ERICKSON, 1979, p. 229)

Visto desse modo, o que se convencionou chamar décadas depois de "populismo sindical" não explica o momento histórico e o por quê de sua força atrativa aos trabalhadores. José Álvaro Moisés ao analisar a greve dos 300 mil em São Paulo (1953-54), destaca sobre o assunto que

(...) É necessário romper com uma tradição teórica de análise que vê a consciência da classe ou a capacidade da classe operária de se articular politicamente como atributos de sua posição estrutural de classe. Não há essa relação linear de causa e efeito entre o papel na estrutura das relações de produção e o comportamento no plano das opções sociais e políticas. Pensar a história desse ângulo é não pensar a história como movimento, é não pensar que as determinações da estrutura passam, elas também, pelas determinações da própria história, isto é, pelo sucesso ou pelo fracasso dos atores para transformar a sua vontade particular em uma força social que modifica a própria estrutura.

(MOISES, 1978, p. 29 e 30)

É sob este aspecto que Angela de Castro Gomes aponta, num momento anterior da história brasileira e dos trabalhadores (durante a Primeira República), algo além do negociável. Na década de 1930 essa observação direciona-se para o reconhecimento da classe trabalhadora pelo outro - o Estado -, e o auto-reconhecimento como classe; enquanto na segunda metade da década de 1940 e primeiros anos da década seguinte, os trabalhadores dão um passo a frente e aproximam-se, com melhor percepção do jogo político, da luta pela participação no poder.

Ricardo Maranhão, ao observar o mesmo período – 1946/1964 – percebe esse passo a frente da classe trabalhadora. Ele considera que estes 18 anos foram os que tiveram regime político mais próximo do padrão democrático-liberal. A peculiaridade é a constatação de que “a carência de expressão e organização livre e autônoma das demandas classistas específicas da sociedade civil” teria sido um fator da formação social brasileira a diferenciar o país do padrão atribuído ao modelo democrático-liberal em formações mais expressivas. “Isso foi característico de um profundo desvio em relação às formas democráticas de organização, marcando as instituições pela persistência de uma legislação sindical corporativa, herdada da ditadura estadonovista e subordinadora do sindicalismo ao Estado. (MARANHÃO, 1979, p. 7)

Já em 1964 a recorrente tendência intervencionista do Estado retorna, paralelamente a uma legislação que inviabiliza a ação sindical reivindicatória, seja por seu caráter burocrático-administrativo, seja pela repressão à sua não submissão. (VIANNA, 1989, p. 38 e 39)

O sindicalismo do período pré-64 sofreu críticas revisionistas fundamentadas principalmente na relação cooperativa entre sindicatos e estado, considerada excessiva e geradora de pouca autonomia para o conjunto da classe trabalhadora no que diz respeito a um projeto de ação política voltado para os interesses dos trabalhadores, inclusive como cidadãos.

Nos anos seguintes à instalação da ditadura militar no país, parte do movimento, especialmente entre os metalúrgicos de São Paulo, estabeleceu um debate sobre a responsabilidade do movimento sindical pré-64 na precipitação do Golpe. Nascia aqui uma concepção de atuação sindical que passou a divergir das práticas e métodos vigentes até então. Essa discussão ocorria ao mesmo tempo em que os governos militares recrudesciam a relação entre Estado e Sindicatos. Lançam mão de controles mais rígidos do que os da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, tornando essa relação burocrática e assistencial. Essa postura dificultava aos trabalhadores uma auto-definição sobre seus interesses, a menos que alinhados aos interesses governamentais de então.

Ao apontar o sindicalismo pré-64 como populista, assistencialista e desligado de suas bases, representantes do chamado "novo sindicalismo" – que se auto-definia pela articulação a partir das bases, organizado para obter conquistas e atuar politicamente –, fez-se uma crítica da qual considero necessário estabelecer um distanciamento. Isto, no entanto, não impede perceber que no período houve uma mudança de rumos na concepção sindical no Brasil, que se consolida na década 1980.

A partir de 1964 até fins dos anos 1970, os governos militares promoveram ao mesmo tempo o fortalecimento da adesão às corporações e contraditoriamente, para os sindicatos, seu enfraquecimento reivindicatório. Esse pelo menos foi o intento. Desde o final dos anos 1960 até fins da década de 1970, os trabalhadores buscaram alternativas, destacando-se o "novo sindicalismo", denominação que evidencia oposição ao que se poderia chamar de velho sindicalismo, ou sindicalismo populista.

O distanciamento citado anteriormente é importante para observar que a polêmica Novo x Velho é mais de origem teórica do que necessariamente baseada no estudo empírico da ação sindical efetiva - estabelecida posteriormente entre representantes do sindicalismo pré-64 e os do "novo sindicalismo".

Como observa Santana,

É interessante notar que a categoria 'Novo Sindicalismo' foi sendo cunhada na junção entre o movimento social e a reflexão acadêmica. Ao mesmo tempo em que se gestavam as ações dos *novos atores*, que *entravam em cena*, rasgando o pano de fundo criado pela ditadura militar, vários estudos surgiam não só a respeito destes *novos atores*, mas também acerca dos *velhos*.
(SANTANA, 1998, p. 20).

Entre o final da década de 1960 e a de 1980, muitas foram as transformações experimentadas pelo sindicalismo brasileiro. Além da controvérsia anteriormente citada envolvendo sindicalistas e intelectuais, há o reconhecimento de que surgiu algo "(...) fundamentalmente novo a distinguir o movimento sindical de hoje daquele que marcou presença na cena pública, nos tempos do populismo" (ALMEIDA, 1983, p. 191).

Quanto desta polêmica foi vivenciada no Sindicato dos Jornalistas do Paraná, especialmente nas eleições de 1979, não há registro. Mas apesar disso, interpretando o que Marco Aurélio Santana aponta, ao pesquisar o período foi possível esclarecer não só o quanto os atores de então vestiam os uniformes de Novo e Velho sindicalismo, mas mais além, reavaliaram as "continuidades e pontos de contato existentes na prática organizativa dos trabalhadores, bem como os limites a ela impostos".

Importante no quadro de disputa instalado entre Novo e Velho sindicalismo é compreender, como mostra e defende Santana, que naquele momento estava em jogo a disputa hegemônica político-sindical pelo domínio da história, em versão que deixasse clara a ruptura entre uma etapa e outra, sobretudo entre estes e aqueles atores ou orientações partidárias, estas e aquelas formas de atuação no movimento dos trabalhadores.

Desse ponto de vista torna-se possível e até necessário relativizar o aspecto estrutural acerca da história do movimento operário e sindical do Brasil.

(...) Neste tipo de leitura nada dos projetos anteriores parece ser incorporado, ao contrário, o projeto mais recente quer sempre significar uma ruptura total com o precedente, o que significaria, em seu "purismo", maior força, ainda que para tanto necessite afirmar a fraqueza de companheiros e camaradas que, à sua maneira, sob condições determinadas, colaboraram na pavimentação do caminho".

(SANTANA, 1998, p. 32).

Eder Sader, ao analisar o período e os movimentos sociais, observa não ser possível deduzir orientações e comportamentos de 'condições objetivas dadas'. Se assim fosse, estaria implícita uma noção de 'necessidades objetivas', as quais considerariam o grupo em questão sem levar em conta o que há de simbólico, posto que são necessidades sociais. Assim, a dinâmica de movimentos sociais precisa ser observada também a partir de uma análise específica de seus imaginários próprios, ou o pesquisador perderá a singularidade que deveria encontrar no movimento. (SADER, 1995, p. 42).

Para além dos vinte anos citados, referente ao espaço entre as décadas de 1960 e 1970, outras tantas mudanças ocorreram nas décadas de 1980 e 1990. A estrutura no mundo do trabalho, especialmente as relações entre capital e trabalho, altera-se profundamente na Europa e Estados Unidos desde o início dos anos 1980, com fortes repercussões no Brasil a partir dos '1990'. (ANTUNES, 1999, p. 209)

Este trabalho procurou identificar a singularidade do movimento sindical dos jornalistas do Paraná no processo de organização dos jornalistas paranaenses, mas sem esquecer de perceber igualmente as referências universais que essa singularidade reelaborou. O período é bastante rico em disputas e divergências, sobretudo nas eleições com duas chapas – quatro entre 1945 e 1988 –, sem deixar também de levar em consideração as movimentações que ocorreram no espaço da ação sindical nacional tanto dos jornalistas quanto de outros grupos profissionais (político, econômico e social).

Vale também a pergunta: os jornalistas, levando-se em consideração as especificidades da profissão, teriam estabelecido caminhos próprios ou conceitos específicos sobre a atuação sindical? Em termos de identidade e coincidência de interesses, os jornalistas formam um grupo relativamente homogêneo, observados a partir de seu treinamento, ferramentas, sistema de trabalho e funções, divisão de tarefas e determinados valores ético-profissionais, os quais influem na construção de sua identidade. A partir dessas características é possível identificar que, nos vários momentos em que se fez a pergunta "para que querem um sindicato?", esses profissionais tenham encontrado formulações próprias, articuladas não só na tensão entre realidades sócio-políticas regionais e nacionais, mas também influenciadas por

questões atinentes ao sistema de trabalho e demais fatores que estabelecem sua identidade.

Para além do sistema de trabalho, os jornalistas estão inseridos num contexto social do qual deriva sua condição como agente. É nesse campo que constroem trajetórias de vida, seja como jornalistas, seja como cidadãos, interagindo dentro do campo, sobretudo a partir de sua identidade profissional. Como Bourdieu observou, mais importante que rastrear classes sociais é observar um espaço social em que se destacam as diferenças. Neste espaço os agentes estão interagindo e permanentemente construindo seus lugares no campo.

Dito isso, se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo coletivamente, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social. (...): a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo”.

(BOURDIEU, 1996, p 27).

A construção, por jornalistas, de suas trajetórias no "campo", está assim intimamente ligada à sua condição de transmissores de informação e opinião – o que lhes confere "distinção" como portadores de "valor de intercâmbio" no mercado cultural, efeito potencializado por interagirem permanentemente com os demais atores sociais, inclusive de fora do próprio campo.

Bourdieu conclui sob este enfoque, muito apropriadamente, que o espaço social é construído de acordo com *dois princípios de diferenciação* que, em sociedades mais desenvolvidas são os mais eficientes – o capital econômico e o capital cultural. (BOURDIEU, 1996, p. 19).

Compreender a identidade dos jornalistas é tarefa difícil pela diversidade dos indivíduos. Mas como cita Isabel Travancas, os jornalistas formam uma espécie de "tribo", com vários pontos em comum. Metaforicamente, creio, os jornalistas poderiam então ser vistos como uma etnia, exclusivamente com o objetivo analítico de estabelecer o grau de homogeneidade do grupo. Não são, nem atuam como etnia, mas alguns pontos observados em grupos étnicos, determinando o grau de pertencimento de um indivíduo, servem aqui para uma observação mais atenta sobre esse grupo de trabalhadores.

Um aspecto que aponta para um certo sentimento de pertencimento é a permanência ao longo do tempo de referências, mesmo que sofrendo reelaborações, adotadas pelos jornalistas diante de outros grupos com os quais interagem no cotidiano da ação profissional. Isso também leva a um reconhecimento entre membros desse grupo. Assim, a interação com outros grupos no espaço profissional proporcionaria um reforço dessas características. Os jornalistas atribuem a si mesmos, determinadas características de perfil médio, incluindo idealizações como imparcialidade, função social de informar, entre outras. Também identificam-se como grupo social, especialmente a partir do tipo de treinamento que recebem para exercer a profissão.

Ao discutir o papel de engenheiros e economistas, como elite técnica que passou em determinado momento a dominar a administração no setor público brasileiro, Angela de Castro Gomes também observa o quanto a formação destes definiu seu perfil de atuação profissional, assim também foi projetada num momento anterior. Entretanto, aponta o não reconhecimento de que política e administração estabelecem entre si relações complementares. O surgimento de um grupo social, cuja identidade tem origem no processo de formação técnica, ocorreu num momento em que os países de economia capitalista, e o Brasil não escapou à regra, passaram a ver na racionalidade técnica a solução para os problemas da burocracia estatal.

Assim, os técnicos passaram a dominar os cargos burocráticos de governo na medida em que se considerou necessário um tipo diferente de administrador, em detrimento dos que vinham da formação jurídica ou mesmo da tradição familiar. Portanto, o saber técnico de engenheiros e economistas, aqui de forma induzida, estaria na raiz de uma forma diferenciada de administração do setor público, supostamente longe de considerações de ordem política. A formação os teria levado a compreender de modo peculiar problemas e soluções do país, um modo racional considerado mais adequado ao modelo de Estado que ideólogos projetavam nas décadas de 1920 e 1930. (GOMES, 1994, p. 2 e 3)

Compreendo que é possível, com as devidas ressalvas a objetos bastante diferentes de estudo, transpor noções do raciocínio aplicado ao estudo acima citado, para esta pesquisa. Explico: jornalistas também teriam estabelecido, a partir de sua formação e ao longo da trajetória profissional, uma percepção, uma leitura específica de ação sindical. Não houve necessariamente uma indução a isso, como foi o caso de engenheiros e economistas para a administração pública. Mas, o saber técnico adquirido e a prática da atividade jornalística, ambos em diálogo inevitável, teriam construído um

modelo de atuação sindical. Este modelo teria que ser coerente com o que pressupõe o surgimento de um ser denominado jornalista-sindicalista.

A formação técnica dos jornalistas, no entanto, nem sempre teve a mesma matriz. Em relação ao período que vai da fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, em 1945, até fins da década de 1980 (período da pesquisa) é possível perceber duas matrizes: a prática, obtida nas redações de jornais a partir da transmissão de conhecimento dos mais velhos para os mais novos em plena atividade jornalística, praticamente única até a década de 1960; e a acadêmica, que iniciou timidamente na década de 1950, mas só passou a ter maior volume na década de 1970.

Isabel Travancas, ao analisar o mundo dos jornalistas, ouviu diversos profissionais, propositalmente de gerações diferentes. Em ambos os grupos ela encontrou “adesão à profissão” em grau bastante profundo, o que teria gerado uma visão de mundo específica.

(...) Há profissões que determinam uma postura muito particular diante delas e da vida, e acredito que o jornalismo seja uma dessas profissões. Ele é mais do que simplesmente uma fonte de sustento de seus membros. Atingiu um patamar tal em suas vidas que essas pessoas não se vêem mais na sociedade, senão pelo papel profissional. Ele se tornou o papel principal dentre os vários desempenhados diariamente.

(TRAVANCAS, 1993, p. 98 e 99)

Independentemente das muitas gerações e das respectivas matrizes de formação, percebe-se um fio condutor entre elas, de tal forma que não ocorre uma crise mais profunda – não passando de um certo estranhamento – na noção de pertencimento ao grupo. Mais que isso, esse pertencimento define tomadas de posição em relação a outros atores, grupos e eventos em que o jornalista está inserido.

Organizações de jornalistas no Brasil

Precisamente um século após o primeiro jornal instalar-se no país – a Gazeta do Rio de Janeiro, sob o patrocínio e rígido controle de D. João VI –, só em 1908 os jornalistas brasileiros criam uma organização associativa, a Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro. Naquele momento, o caráter da entidade era assistencial e

de congregação de todos os chamados homens de imprensa, o que incluía também os proprietários de empresas jornalísticas. Em torno da ABI foram sendo criadas as associações estaduais de imprensa, basicamente com os mesmos objetivos. Vale citar no entanto, outras entidades que foram ativas regionalmente como o Círculo de Imprensa (São Paulo e Rio), Associação da Imprensa Periódica do Rio de Janeiro(1940). O mesmo ocorre com entidades setoriais como a União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal(1936), Centro dos Répórteres de Polícia (1937), Associação Brasileira de Críticos Teatrais (1939), Associação dos Crônistas Desportivos (até hoje existente no país) e Centro de Cronistas Carnavalescos. (LEUENROTH, 1987, p. 67-135)

Edgar Leuenroth, jornalista e estudioso da história desses profissionais no país (de 1908 até 1951), critica as bases das organizações jornalísticas de forma a estabelecer uma concepção própria dessas entidades. Ele também dá uma indicação sobre as bases em que estavam assentadas. Aponta, por exemplo, "uma certa tendência centralizadora" com desvio das atribuições para as diretorias em vez dos associados delas se ocuparem, o que também levaria ao burocratismo administrativo e ao personalismo. Paralelamente diz que "é preciso que os jornalistas se identifiquem com suas associações", deixando perceber que a legitimidade das mesmas permanecia discutível. Leuenroth não esqueceu de falar das entidades como fator de união dos jornalistas, quando indica a "intromissão (...), de injunções de tendências políticas e sociais, que procuram sujeitar a vida das agremiações jornalísticas às conveniências desta ou daquela corrente, com prejuízo da união da classe". (LEUENROTH, 1987, p. 62)

O mesmo Leuenroth, membro do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e um dos organizadores do primeiro congresso da categoria naquele estado, relata os temas que foram aprovados para discussão durante o evento, em 1933: salário profissional, jornalista em face da legislação social, condições de trabalho dos jornalistas, escola de jornalismo, nível cultural da classe, definição do jornalista e seleção profissional, atividade sindical dos jornalistas. (LEUENROTH, 1987, p. 159)

A jornalista Adisia Sá, que vem escrevendo a história da organização dos jornalistas a partir da Federação Nacional, fundada em 1946, entende por sua vez que é só em 1972 que "o jornalista assume de vez a questão sindical" (SÁ, 1999, p. 47). É interessante observar que a maioria dos sindicatos de jornalistas foi criada muito antes de 1972, mas a autora considera fraca a atuação sindical dos jornalistas e seus efeitos até esse período, algo que atribui ao atrelamento das entidades ao Ministério do Trabalho, até a década de 1970. Esta é uma afirmação que deve ser relativizada, pois a pesquisa

aqui realizada indica em alguns momentos do final da década de 1950 até o Golpe de 1964, quando a Federação e diversos sindicatos sofreram intervenções do governo militar, momentos de forte atividade e articulação dos sindicatos e da Federação dos jornalistas.

No Paraná, a Associação Paranaense de Imprensa, criada a 5 de setembro de 1931, foi o primeiro ponto de união dos jornalistas em torno de uma agremiação classista. (LEUENROTH, 1987, p. 93) Já o Sindicato dos Jornalistas do Paraná foi fundado em 12 de outubro de 1945. Apesar disso, o SJPP só começou a funcionar efetivamente em 1953, quando foi eleita sua primeira diretoria efetiva.

Com esses antecedentes sendo considerados, é possível observar os jornalistas paranaenses, organizados em torno de um sindicato, como integrantes da movimentação atribuída ao operariado em geral, seja em organização, seja em suas movimentações reivindicatórias? Mesmo para os padrões de remuneração da década de 1950, os jornalistas atuavam num campo diferente daqueles das fábricas. Entretanto, como trabalhadores, eram também atingidos, em menor ou maior profundidade, por políticas sociais e econômicas. Vale observar ainda que a composição das diretorias do Sindicato, desde o início, era de assalariados das redações dos jornais.

Tanto quanto na década de 1950, também nas décadas de 1970 e 1980 o movimento sindical dos jornalistas é envolvido pelo debate de questões que surgem na sociedade, seja a partir de movimentos sociais, como o da Anistia; seja especificamente de movimentos do campo trabalhista, como o “novo sindicalismo”.

Avaliar os pontos de influência, adaptação e repulsa ao contato entre este sindicalismo e o sindicalismo operário, ou mesmo características específicas que tenham ocorrido no movimento sindical dos jornalistas paranaenses é um dos eixos desse trabalho.

Desde sua concepção original até hoje, em 57 anos de existência, o Sindicato teve 19 diretorias, sendo 18 eleitas diretamente, uma definida por aclamação em assembléia (a primeira). Acrescente-se uma Junta Interventora, imposta pelo governo militar em 1964; e três Juntas Governativas estabelecidas em 1946, 1967 e 1970. A primeira foi escolhida para dar início à organização do Sindicato; a segunda ocorreu quando não houve candidatos para a gestão 1967/1969; e a terceira em 1970, após denúncias contra

a então diretoria por membros filiados ao Sindicato, junto à Delegacia Regional do Trabalho.

Nestas cinco décadas e meia, muitas foram as questões que direta ou indiretamente influenciaram nos debates em torno do tipo de sindicalismo praticado entre os jornalistas do Paraná. Inicia na movimentação pela redemocratização do país na década de 1940; ao mesmo tempo em que, no campo trabalhista, a situação profissional é marcada por inovações nas técnicas e no modo de operação empresarial. Também passa pelo confronto com o empresariado, na tentativa de melhorar as condições salariais; e também pela situação política do país nos anos que antecederam e sucederam o Golpe de 64, estendendo-se até o final dos anos 1970, com resquícios ainda nos anos 1980.

Cada diretoria, a seu tempo, circunstância, capacidade e objetivos, imprimiu concepções diversas sobre a atuação da entidade como espaço institucional dos jornalistas paranaenses. As variações ocorrem, como já observadas, paralelamente e influenciadas pelos acontecimentos políticos e econômicos do país e do estado. São mudanças de concepção que, apesar de variar no tempo e no espaço, guardam diferenças e semelhanças, explicando por um e por outro, caminhos escolhidos e mecanismos que definiram ou que levaram os jornalistas paranaenses a determinadas opções de atuação no Sindicato.

Num segundo momento, a partir de 1953, a concepção sindical entre jornalistas brasileiros estava diretamente relacionada a um novo momento econômico e social do país. (SÁ, 1999, p. 224). A diretoria eleita naquele ano, no Paraná, é composta de membros que participam, conforme depoimentos, de uma imprensa que aos poucos estava tornando-se profissionalizada (num movimento tardio em relação à imprensa dos chamados grandes centros nacionais como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre). Essa movimentação ocorreu tanto na prática diária dos jornalistas, quanto na relação de trabalho entre empregados jornalistas e as empresas jornalísticas, agora também profissionalizadas. Desde então, o jornalista tornou-se um empregado assalariado regular. Não que não recebesse remuneração anteriormente, mas a relação de trabalho não tinha uniformidade, proporcionando espaço a colaboradores eventuais e estudantes a procura de um bico para pagar os estudos. Essa situação levou um grupo de jornalistas, naquele momento, a conceber o Sindicato dos Jornalistas do Paraná como espaço de ação coletiva, direcionada aos interesses dos profissionais, sobretudo econômicos.

A partir deste histórico, onde ficam os jornalistas na história da formação de sua organização como categoria em torno de um sindicato? Quais as concepções sobre eles próprios e a instituição? Em que medida ambas estariam diretamente relacionadas ao contexto sócio-político? Quanto essas concepções guardam semelhanças e diferenças, ou mesmo originalidades, com as concepções vigentes no universo sindical brasileiro nos períodos citados? Foram perguntas que se procurou responder com base na pesquisa junto às fontes apontadas.

Neste trabalho analisam-se as concepções de sindicato que surgiram a partir da atuação dos jornalistas dentro do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná no período entre 1945 e 1988. Também levou-se em consideração os pontos de diálogo estabelecidos entre essas concepções dos jornalistas do Paraná com o universo sindical brasileiro, incluindo a movimentação nacional dos próprios jornalistas.

Os períodos específicos para pesquisa, sobretudo em relação às atas do Sindicato, foram as gestões das diretorias que antecederam eleições com disputa de duas chapas: em **1959**, a primeira eleição com esta característica; em **1963**, cujo mandato durou poucos meses, pois a nove de abril de 1964 sofreu intervenção do governo militar); em **1976**, a primeira eleição com oposição após a intervenção de 1964, com vitória da situação; em **1979**, que acontece após 15 anos com várias diretorias eleitas sob forte controle do governo militar (coincidindo com a lenta abertura do regime político no final da década de 1970); e em **1988**, quando formou-se uma oposição ao grupo eleito em 1979.

Ampliar a pesquisa nos momentos em que a discussão sobre concepção de sindicato e de seu papel para trabalhadores e sociedade afloraram pela natureza da disputa eleitoral, teve objetivo duplo. Primeiro o de não deixar de observar todas as concepções que embora não tenham prevalecido como escolha dos jornalista, lá estiveram no universo de opções que em dado momento emergiu no movimento sindical. Segundo, porque as disputas ocorrem em períodos críticos para o sindicato, coincidindo com mudanças no cenário político nacional, ao longo da segunda metade do século XX.

Pela própria exposição acima, antevê-se uma forma narrativa para o texto nos capítulos, embora mereça algumas observações. Esta nada mais é que a escolha de um estilo de apresentação. Não se trata da ordenação cronológica do objeto, centrado em personagens que se explicam à medida que envelhecem e se sucedem. O centro da discussão que estabeleço é a ação social dos jornalistas a partir do Sindicato. O objeto é

a concepção de sindicato que ao longo do tempo esteve presente nas disputas, observada a partir de atas de reuniões de diretoria, assembleias gerais e outros registros escritos, além de depoimentos dos dirigentes e candidatos a dirigentes.

Hobsbawm, avaliando o retorno recente da narrativa na história, concorda que um dos pontos que produziu esta mudança está relacionado com o “alargamento” do campo da história, especialmente pela “ascensão da História social”. Para ele, o problema de encaixar as diversas manifestações do pensamento e da ação, num determinado período, não é novidade. Para ele, “quanto mais ampla a classe de atividades humanas aceita como interesse legítimo do historiador, quanto mais claramente entendida a necessidade de estabelecer conexões sistemáticas entre elas, maior a dificuldade de alcançar uma síntese”. (HOBSBAWM, 1998, p. 204)

Foi escolhida aqui a forma narrativa, sem apego à linearidade, porque a exposição do tema assim adquiriu fluidez, sobretudo para a observação de fenômenos como a passagem de diferenciais macro-históricos para um objeto micro-histórico. Não há aqui a intenção de apresentar a história de um personagem, de um evento, mas de uma questão maior, que ultrapassa o relato particular e os agentes que nela tomaram parte.

Tipologia das fontes

As fontes para realizar a pesquisa foram atas de reuniões de diretoria, de assembleias gerais, ofícios e relatórios, além da experiência dos próprios jornalistas que participaram das diretorias ou de chapas que disputaram eleições sem sucesso, formando um conjunto de materiais que possibilitam uma análise apurada do objeto em questão.

Para a escolha dos entrevistados, adotei um critério básico, considerando suas participações no processo sindical dos jornalistas paranaenses. Estão entre eles tanto diretores que ocuparam cargos em gestões entre 1955 e 1988, quanto jornalistas que se candidataram a cargos no Sindicato, mas não obtiveram êxito. Assim, investiga-se as concepções sindicais que efetivamente surgiram como opções no cenário sindical dos jornalistas paranaenses, seja em disputas eleitorais, seja em assembleias gerais ou reuniões de diretorias.

Levou-se em consideração essas questões para definir as fontes de pesquisa e o fato de que se está investigando concepções sindicais que estiveram ao alcance dos jornalistas no âmbito do seu sindicato, colocadas para avaliação em eleições. Não se elimina a hipótese de que outras opções tenham surgido no universo dos jornalistas, até porque cada profissional poderia ter estabelecido uma concepção específica. Isto no entanto se revelaria pouco produtivo na busca do objeto em questão, além de tornar inviável a pesquisa.

Há dois fatores que ajudam a concluir pelo formato proposto: primeiro, o volume de profissionais é relativamente pequeno no período, partindo de não mais que 100 em 1955 e menos de 1000 em 1988, o que faz pressupor que a possibilidade de uma variação muito grande de concepções seja diminuta; segundo, além disso, qualquer manifestação que tivesse relevância nesse campo, se tornaria de alguma forma visível nas eleições com mais de uma chapa, dentro de assembleias, ou nas reuniões das próprias diretorias.

Nas atas de reuniões de diretoria e de assembleias gerais, algumas sucintas outras bastante detalhadas, é possível perceber uma parte importante das concepções que as diretorias imprimiram nas respectivas gestões. Não só das diretorias, mas das concepções derrotadas dentro de uma mesma diretoria; ou ainda da lenta formação de oposições dentro de assembleias.

São atas que apontam desde prioridades de ação anuais, defesas de teses sobre questões profissionais, embates com oposições em assembleias sobre campanhas salariais, mecanismos de decisão centralizada, posturas diante de questões que não envolvem diretamente a profissão de jornalista, modos de operação da própria ação sindical.

A investigação desse material exige uma leitura que leve em consideração o fato de ser este material um registro oficial, portanto elaborado muitas vezes num segundo momento, após anotações sobre o acontecimento e reflexões do relator. A exceção que confirma a regra está no registro de atas de assembleias gerais, sobre campanhas salariais, em que decisões tomadas num ponto da reunião, são revogadas ao seu final, mas o calor das disputas é relatado em detalhes, por exigência dos participantes.

Ainda que estes pontos sejam observados, no geral as atas mantêm uma dose de frieza sobre o significado das ações assumidas por escrito. Daí a necessidade de buscar nas fontes orais algumas respostas, alguns sentidos para estas ações. Óbvio que tanto quanto as fontes escritas, as fontes orais exigem uma leitura específica.

Trabalho com a oralidade, em diálogo permanente com os registros escritos, em busca de uma história rica exatamente de material vivenciado, o qual, creio, amplia o horizonte interpretativo e ajuda a responder melhor as indagações propostas pelo tema.

O objetivo é observar a fala de personagens que ajudaram a construir o sindicato, incluindo os que não chegaram a participar da sua direção. Além, procuro observar candidatos em chapas de uma eleição, identificando as diferentes concepções da atuação e organização sindical que estavam em luta pelo controle do sindicato.

Assim, o objetivo ao dar voz a esses personagens, inclusive os vencidos, foi abranger na maior amplitude possível os pontos convergentes e divergentes em relação a questões que surgiram tanto no campo trabalhista, quanto no profissional e geral, presente nas eleições e nas gestões que se seguiram.

Creio, ainda, ser importante voltar a destacar o valor da combinação da pesquisa a partir de um diálogo entre as fontes orais e escritas, num processo de complementaridade. Ambas trazem à tona uma história rica tanto em ações e reflexões, cujos momentos não foram registrados, exceto por seus atores -, quanto em conhecimento implícito nos documentos, dos quais os aspectos oficiais e, aparentemente, objetivos das informações são a marca registrada.

Nas palavras de Paul Thompson:

Finalmente, a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os "objetos" de estudo em "sujeitos", contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*. (THOMPSON, 1998, p. 137)

Assim "A construção e a narração da memória do passado, tanto coletiva quanto individual, constitui um processo social ativo que exige ao mesmo tempo "engenho e arte, aprendido com os outros e vigor imaginativo".(THOMPSON, 1998, p. 185)

Inspirado no título do livro de Paul Thompson, "A voz do Passado" (o mesmo, tanto na versão em espanhol quanto em português), Joan del Alcàzar i Garrido nega a existência da História Oral como algo diferente no campo do estudo da história ou mesmo como alternativa à pesquisa exclusivamente a partir de fontes escritas.

Entretanto ele admite que ao usar fontes orais é possível construir uma interpretação da história mais completa, rica e complexa. (GARRIDO, 1992, p. 33)

O estudo dessa história diz respeito ao papel fundamental das fontes orais na construção histórica, quando ela é possível. Uma relação direta com questões como a busca da verdade, admitindo-se que essa tem muitas facetas e, por isso, torna-se necessário compor um mosaico, combinando objeto de estudo e metodologia. De que outra forma obter o conhecimento (experiência vivida/interpretada pela própria fonte e analisada pelo historiador) sobre tais escolhas, compromissos ou decisões?

Mas há outra questão importante a observar quando se analisa depoimentos relacionados a histórias de vida. É Pierre Bourdieu quem comenta a necessidade que o depoente tem de atribuir sentido ou razão ao que narra, uma lógica que contemple a retrospectiva e a prospecção, estabelecendo "relações inteligíveis". Além disso, há uma tendência a que entrevistado e entrevistador aceitem este único sentido da existência. (BOURDIEU, 1994, p. 75).

A questão que se coloca ao historiador aqui não é tanto a da necessidade de estabelecer um grau de distanciamento, para garantir ao mesmo tempo isenção de método e um menor envolvimento com o entrevistado e sua narrativa. As fronteiras dessas percepções são tênues e variáveis, dadas as muitas e inevitáveis circunstâncias inerentes ao ato de entrevistar. Cabe sim um permanente estado de alerta para a existência do problema, uma constante reavaliação do material analisado.

Num outro plano, observar o sujeito ou um grupo exclusivamente em suas sucessivas posições durante a vida, leva a uma idéia de trajetória que não aponta para a sua compreensão efetiva. Assim, a ação social deve centrar-se na trajetória dos sujeitos dentro do campo em que atuam. Torna-se necessário, portanto, construir antecipadamente "as relações objetivas que vinculam o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes do campo - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontaram no mesmo espaço de possíveis". (BOURDIEU, 1994, p. 82)

O trabalho que segue procura observar as trajetórias de vida dos depoentes em relação aos demais agentes em confronto dentro de campos que se sobrepõe – o das práticas do jornalismo e das práticas sindicais, de um modo que se amplia as condições de apreensão do sentido mais coerente possível dos depoimentos.

Micro-história

A partir da ação coletiva dos jornalistas paranaenses, a opção pelo estudo das concepções de sindicato entre esses jornalistas produz ao mesmo tempo a diminuição do raio de pesquisa, a ampliação das possibilidades de aprofundar o conhecimento sobre o objeto. Jacques Revel, sobre a abordagem micro-histórica, afirma que essa opção, estabelecendo uma escala específica para observação, "produz efeitos de conhecimento e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento" (REVEL, 1998, p. 20).

Explica R. Brunet, citado por Bernard Lepetit em seu texto "Sobre a escala na história", que conforme opta-se por uma escala de observação, muda-se também a 'óptica' e o nível de informação, mas necessariamente nada indica que ao fazer esta opção, os fenômenos e as estruturas mudem.

Dinâmico, o processo permanente e renovado periodicamente da formação de uma entidade sindical, suas concepções e estratégias de ação estabelecem-se também no diálogo com outros processos sociais de igual ou maior escala

"(...) A variação de escala não é apanágio do pesquisador nem principalmente o produto do processo de construção da pesquisa. É, em primeiro lugar, tarefa dos atores. Assim também a manipulação deliberada do jogo das escalas não tem como objetivo sugerir um espaço social totalmente diferente: a força de estranhamento da micro-história não se deve senão à força de evidência que os quadros agregados tinham adquirido. Ela tem por função identificar os sistemas de contextos nos quais se inscrevem os jogos sociais (...)" .
(LEPETIT, 1996, p. 88).

Portanto, a opção pelo jogo de escalas, mais do que uma escolha, desde o início observa a ação dos jornalistas em seu sindicato, sem menosprezar o diálogo, o intercâmbio desses atores sociais com o universo sindical nacional, tanto dos próprios jornalistas quanto dos demais trabalhadores. Ainda dentro do jogo de escalas, é necessário observar aspectos como o da campanha salarial, ao longo de vários períodos, obtendo com isso a compreensão sobre o que esteve efetivamente em disputa ao longo do tempo. Outro exemplo sobre o tema jogo de escalas é o destaque sobre Congressos Nacionais realizados em Curitiba. Foram três, ao longo de três décadas consecutivas, o que propiciou a observação de duas situações: a observação dos temas discutidos dentro dos eventos, e dentro do Sindicato, como os mesmos foram digeridos e que efeitos

surtiram; a segunda, a percepção das mudanças dos temas, das ênfases dadas ao longo das três décadas, propiciando igual condição entre os jornalistas paranaenses em seu sindicato.

Assim, compreende-se que não há uma oposição excludente entre uma percepção macrossocial e outra microssocial, quando observado o objeto em questão – concepção sindical entre os jornalistas paranaenses. Obtêm-se uma compreensão da história e do devir social, como um sistema aberto, permanentemente em construção e transformação, cujas dinâmicas e mecanismos microssociais de tipo interativo determinam sua forma. Também estabelece uma imagem mais contextualizada, onde os processos históricos inicialmente são percebidos a partir de fatores macrossociais e extra-individuais. (GRIBAUDI, 1998, p.121).

Ao definir sua idéia do papel sindical na sociedade, os jornalistas construíram suas opções de ação. Isso ocorreu não de forma isolada, mas dentro de um campo em que outros agentes mostravam diversas opções como possíveis. Entretanto não o fizeram com o objetivo de demarcar uma posição, mas compondo uma das muitas posições então estabelecidas no campo macrossocial.

É necessário levar em consideração, conforme Rosental, que a vida social não é um todo coerente, mas feita de diferenciais, com possibilidades de mudança. Estes diferenciais permitem que inovações, mesmo aparentemente insignificantes ou desconhecidas, se generalizem e, ao final de um período ou processo, se institucionalizem. Isto é um mecanismo essencial para que se construa a passagem de um objeto macro para outro micro. (ROSENTAL, 1998, p. 169).

Desde a movimentação em torno da criação do curso superior para jornalistas no Paraná, que iniciou muito antes do primeiro curso surgir, até a luta pela criação de Comissões de Mobilização numa assembléia geral, vários são os diferenciais detectados neste trabalho, que possibilitaram o melhor entendimento do intercâmbio entre as escalas macro e micro. Mais que isso, apontou para questões importantes na conclusão da pesquisa.

Periodização

Até março de 1946 o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná não passava de um projeto dos jornalistas, que à época tinham a Associação Paranaense de Imprensa – API como entidade que os congregava desde 1931. Apesar de não dispor de documentação que aponte a data precisa de fundação, nem de discussões anteriores, há menção em uma ata de agosto de 1970, sobre a organização da comemoração de 25 anos do Sindicato em 12 de outubro de 1970, o que leva a crer que a data de fundação do Sindicato seria 12 de outubro de 1945. (SJPP. Livro de Atas de reuniões e Assembléias Gerais, 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de 4 de agosto de 1970, fl. 72).

O primeiro registro da vida sindical dos jornalistas tem origem numa Assembléia desses profissionais, na sede da Associação Paranaense de Imprensa, em 3 de março de 1946. Os jornalistas registram em ata a decisão de “retomar” a ação sindical e eleger uma Junta Governativa, dando início à **fase de organização**. Compreendo este primeiro momento como o que definiu estatutos, encaminhou documentos para legalização e definiu um grupo diretor, ainda denominado provisório, mas que levou adiante essas iniciativas. Em 5 de setembro de 1946 o Sindicato foi oficializado pelo Ministério do Trabalho, e permaneceu atuando “no papel” até 1953, (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata da Assembléia de 3 de março de 1946. fl. 1)

Apesar dos objetivos iniciais, passaram-se quase oito anos até que uma diretoria permanente fosse eleita e o Sindicato começasse a funcionar como instituição para aglutinar os jornalistas paranaenses. Isso ocorreu em 28 de fevereiro de 1953, quando é retomada a **fase de organização** do Sindicato – considerando aqui o momento em que a organização refere-se à burocracia interna sindical e dos jornalistas como filiados. Considero que este curto período termina com o mandato da primeira gestão em 1955. A partir de uma nova eleição nesse mesmo ano, começa a **fase de construção** do Sindicato, que se estenderá até 1964. Em 1957 é assinado o primeiro acordo coletivo, definindo piso salarial e outras questões relativas ao exercício profissional. Entre 1962 e 1963 são realizados dois encontros estaduais de jornalistas, enquanto em 1963 é realizada, com relativo sucesso, uma greve geral dos jornalistas em Curitiba. Nesta fase, duas eleições têm disputa de chapas: em 1959 e 1963. Em 1964 o governo militar faz uma intervenção e destitui a diretoria eleita no ano anterior.

Entre 1964 e 1979 o Sindicato permanece sob rígido controle do governo militar, ainda que, na maior parte do tempo, sob conduta de jornalistas eleitos por filiados. Nesse período, há três momentos distintos que têm elementos comuns e podem ser definidos como **fase de adaptações e pouca autonomia**. Começou em 1965, com a eleição da primeira diretoria após a presença da Junta Interventora, imposta pelos militares. Em 1967 não houve chapa inscrita, o que só veio a acontecer em agosto de 1968, cuja diretoria não terminou o mandato e, após renunciar, um novo grupo diretor é escolhido em junho de 1970. Num curto período de seis anos, entre 1964 e 1970, o Sindicato passa por uma Junta Interventora nomeada pelos militares e duas Juntas Governativas, por iniciativa dos filiados. Em 1976 acontece a única eleição, durante o regime militar, com duas chapas, colocando frente a frente uma Situação integrada ideologicamente ao regime militar e uma Oposição que aliava personagens vinculados à diretoria cassada em 1964 a outros que traziam as novas idéias do campo sindical daquele período.

Uma **fase de reorganização** inicia em 1979, momento que também pode ser compreendido em dois períodos distintos: um, após a disputa de duas chapas que se definiam como de oposição ao regime militar e às forças de situação na diretoria sindical em 1979; e outro em 1988, quando há uma nova disputa de duas chapas, e se estabelece uma oposição sindical ao grupo eleito e reeleito sistematicamente desde 1979. Em 1991 essa oposição concorrerá solitária para assumir o controle da direção sindical.

Enquanto em 1979 as duas chapas concorrentes diziam-se de oposição em relação regime militar, em 1988 a disputa gira em torno de tomadas de posição no campo político-sindical, onde a Central Única dos Trabalhadores - CUT e o Partido dos Trabalhadores eram as novidades.

Também é oportuno observar a realização de três congressos brasileiros de jornalistas em décadas distintas, que direta ou indiretamente foram pontos de referência na concepção sindical dos respectivos períodos. O primeiro aconteceu em 1953 (V Congresso Nacional), em meio às comemorações do centenário de emancipação política do Paraná, e que pode ser considerado um dos estímulos para a retomada de organização do Sindicato dos Jornalistas.

O segundo aconteceu em 1966 (XI Congresso Nacional), pouco depois da eleição de uma nova diretoria que substituiu a Junta Interventora, instalada pelo governo

militar. O evento teria sido o primeiro em nível nacional a reunir trabalhadores de um grupo profissional, após o Golpe de 1964. O XVI Congresso Nacional foi o terceiro a acontecer ainda em pleno regime militar, mas já em fase de abertura política, em 1976, coincidindo com uma nova eleição com chapa de oposição.

A opção por acrescentar estes três congressos profissionais como parte do diálogo proposto com o movimento sindical nacional dos próprios jornalistas, presume que, ao serem realizados em Curitiba, tenham estabelecido efeitos diretos na concepção sindical dos jornalistas paranaenses naquele período, ou no mínimo podem ajudar a estabelecer o grau de interação desses profissionais com os do restante do país. Mais que isso, coincidência ou não, os três ocorreram em décadas consecutivas, possibilitando uma observação das mudanças e persistências em temas e posturas assumidas nos respectivos períodos – ainda que relativa em relação aos dois primeiros, pois dos três somente o de 1976 tem seus Anais completamente preservados. Isso também não significa uma exclusão à observação dos demais congressos realizados, mas a escolha de um caminho de análise, que se mostrou ao mesmo tempo viável e frutífero.

Esses congressos, coincidentemente ou não, acontecem em momentos importantes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Em 1953, conforme relato de um dirigente, o V Congresso Nacional provoca a retomada da vida sindical, paralisada desde 1946. Em 1966, diante de uma situação de exceção não só pelo regime militar recentemente instalado no país, mas também pela intervenção direta de uma Junta nomeada por aquele governo, sofrida até alguns meses antes, a diretoria eleita marca posição organizando o XI Congresso Nacional. Novamente em 1976, o XVI Congresso acontece em junho e provoca, conforme depoimento, a formação de uma chapa de oposição que disputará eleições em setembro daquele ano. Também gera efeitos nas chapas concorrentes em 1979.

1 - Organização e construção– 1945/1964

Este primeiro capítulo apresenta as concepções de sindicato identificadas nos primeiros 19 anos de existência do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, entre a fundação em 12 de outubro de 1945 e a intervenção do regime militar, dia 9 de abril de 1964, logo após o Golpe. Nos primeiros oito anos, entre 1945 e 1953, o Sindicato praticamente não saiu do papel, apesar de ter uma diretoria provisória. Entre 1953 e 1964 foram seis diretorias eleitas, sendo duas em disputas com oposição (1959 e 1963).

A análise do período é dividida em dois momentos significativos: o primeiro, denominado de **organização**, vai de 1945 até 1955, em que ocorre a fundação, estabelece-se estatuto, passa-se a registrar associados, fazem-se os primeiros acordos salariais com as empresas, e onde também acontece o V Congresso Nacional dos Jornalistas, em 1953, o primeiro de jornalistas a ocorrer no Paraná. O Congresso teria sido estimulado pelo governo do estado, segundo um entrevistado, e adquiriu maior importância na medida em que levou um grupo de jornalistas a retomar a organização do Sindicato, estagnada nos oito anos anteriores.

O segundo momento é o de **construção**, que vai de 1955 até 1964, quando o Sindicato, mais consolidado institucionalmente, torna-se espaço de disputas por correntes divergentes que lutam pelo controle da representação sindical dos jornalistas. É o momento em que surge o conflito entre grupos com concepções diferentes, seja no entendimento do caminho a ser tomado para obter melhores salários e condições de trabalho, seja quando inseridos de alguma forma nos debates das questões políticas, econômicas e sociais do país.

Paralelamente, discuto as transformações pelas quais a formação e a ação jornalísticas passaram, a partir do processo mais profundo de profissionalização que os veículos de comunicação do Paraná experimentaram, e o quanto dessas transformações foram traduzidas para a tomada de posição dos jornalistas dentro do sindicato. Também observo o momento sindical brasileiro daquele período, tanto dos jornalistas quanto dos trabalhadores em geral, e as circunstâncias em que estes estavam inseridos no Paraná e no Brasil.

Antes de apresentar a fase de **organização** – entre 1945 e 1955, é necessário retroagir às primeiras décadas do século XX. Isto porque um dos pontos importantes para a formação do jornalista e da sua atividade na década de 1940 – quando inicia o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná – e da ação jornalística no país, é na verdade um traço comum ao campo econômico da produção e das relações de trabalho no Brasil. Segundo Barbara Weinstein, durante praticamente três décadas do século XX, entre 1920 e 1950, empresários e trabalhadores tiveram a “racionalização do modo de produção em bases científicas” como ponto de referência, ainda que sob óticas não coincidentes necessariamente, para o debate das relações capital-trabalho. Embora essas disputas tenham ocorrido inicialmente no campo industrial, tornou-se inevitável que o ideário racional e científico alcançasse outras áreas, principalmente as que tinham relação muito próxima com atividades industriais.

Era o caso da imprensa, que reunia trabalhadores jornalistas e gráficos, estes últimos “membros de uma profissão com fortes tradições artesanais, cada vez mais sujeitas à mecanização e à organização industrial, mas ainda com certa especialização que requeria uma aprendizagem(...)”. (WEINSTEIN, 1999, p. 59)

Os gráficos exemplificam antecipadamente nas primeiras décadas do século XX – e aqui de modo bastante apropriado à análise do campo, no sentido de Bourdieu – a confrontação de trabalhadores com os problemas relacionados ao processo de trabalho e formação profissional, em meio ao debate sobre racionalização da produção que estava para instalar-se no país. Eram dos mais ativos em termos de organização profissional, e segundo Barbara Weinstein, “eram todos muito instruídos”, e contribuíam para o jornal de seu sindicato, apesar de não participarem da direção.

Essa racionalização científica tinha conotações diferentes entre operários europeus e brasileiros. Enquanto na Europa despertava desconfianças e até greves, no Brasil, cujo processo de industrialização foi irregular, as situações eram analisadas caso a caso. Nem sempre uma mudança da forma tradicional de realizar uma tarefa, por vezes exaustiva ou perigosa ao executor, era vista como algo a ser combatido. (WEINSTEIN, 1999, p. 57).

É revelador, sobre o tema, um trecho de artigo publicado no O Trabalhador Gráfico, em janeiro de 1906, em que Weinstein observa o raciocínio lógico científico aplicado à ótica de um daqueles operários. No texto, o autor mostra-se convencido de que deveriam ser estabelecidos níveis mínimo e máximo de salários para os diferentes tipos de trabalho numa gráfica, o que seria positivo para trabalhadores e patrões. Ele

explicava que a adoção dos salários diferenciados proporcionaria prosperidade às empresas tipográficas e jornalísticas, pois com os mesmos salários, não teriam tantas dificuldades com a concorrência de “oficinazinhas onde os miseráveis salários pagos aos trabalhadores permitem a concorrência às grandes oficinas”, apesar de as últimas serem dotadas de “maquinismos aperfeiçoados e cujos trabalhos são verdadeiramente artísticos”.

Apesar disso, no mesmo ano (1906) o jornal O Estado de São Paulo enfrenta uma greve de gráficos, com seu proprietário Júlio de Mesquita comprometendo-se a ser o último a montar as máquinas de compor, linotipos. Contraditoriamente, em 1909, um gráfico aponta, no mesmo jornal do sindicato, Edmundo Bittencourt, proprietário do jornal Correio da Manhã, como um dos piores patrões pelo motivo oposto: teria sido o último a instalar essas máquinas. (WEINSTEIN, 1999, p. 61)

Isso confirma a noção de que o debate sofria influências diversas e para os trabalhadores, fazia-os oscilar entre melhores condições de trabalho e a manutenção de salários e do próprio emprego.

Para a autora, o discurso dos defensores do racionalismo, sobretudo do lado patronal, visava, em poucas palavras, o bem-estar geral partindo da maior produtividade e da eficiência. Era um discurso político, embora não o fosse assumidamente. Não se pretendia dar espaço para definições do ponto de vista genuinamente operário, sendo a intenção mesmo retirar o debate do campo político para colocá-lo num contexto científico e, portanto, despolitizado.

O projeto pretendia a reorganização da sociedade como um todo,

(...) não apenas a fábrica, o que exigia serviços médicos e educacionais de determinado padrão, horas de lazer para consumir e para recreação sadia, e uma sólida estrutura familiar. Além disso, dada a tendência mundial para reformas trabalhistas, inclusive as bem divulgadas recomendações do Tratado de Versalhes, uma rígida oposição a tais reformas só podia resultar em conflitos sociais e desordem. Isso não era um aspecto de pouca importância para os industriais adeptos da racionalização, uma vez que eles consideravam a paz social tanto um pré-requisito quanta uma consequência de seu projeto. A necessidade de harmonia entre as classes tornava inevitáveis determinadas concessões, mesmo as de natureza “não científica”.

(WEINSTEIN, 1999, p. 75)

Mas quanto dessa racionalização do processo industrial foi capaz de mexer com as práticas e posturas dos jornalistas dentro das redações ou na sua organização coletiva? Antes de apresentar esses pontos de contato, é significativo compreender em que bases

ocorrem esses contatos, no campo, entre jornalistas, gráficos e empresas jornalísticas. São bases ideológicas, mas também das práticas profissionais em si e de tudo que daí decorre.

Essas práticas estabelecem uma relação social do profissional com o que está a sua volta, inclusive seus pares e como compreenderão a própria atuação sindical. O mesmo acontece quando os jornalistas colocam-se em interação com gráficos e proprietários de jornal, grupos que terão influência nessas práticas, seja no cotidiano das redações como é o caso dos gráficos, seja no planejamento das práticas de modo racionalizado, como é o caso dos proprietários dos jornais.

Weinstein mostra a potencialidade que o conflito sobre a racionalização alcançou a partir da década de 1920 e que na década de 1940 já estava amplamente apreendido em diversos setores, inclusive o jornalístico. Ao referir-se a jovens industriais ambiciosos – Roberto Simonsen, Mariano Ferraz e Aldo Mário de Azevedo - que lutavam pela implantação do racionalismo científico no setor industrial no início da década de 1920, observou que estes não estavam sozinhos: “(...) tinham contatos freqüentes com um crescente grupo de educadores, jornalistas, engenheiros e médicos estabelecidos em São Paulo, para os quais a racionalização constituía também uma pedra de toque ideológica.” (WEINSTEIN, 1999, p. 45)

Apesar de ser um processo que se dissemina por vários setores da sociedade, especialmente os que estão em crescente industrialização, o da imprensa se relaciona com o tema de modo particular. Os jornalistas traduzem a questão da racionalização a partir da sua formação e o quanto ela determina uma identidade para quem atua na imprensa e se diz jornalista.

Edgar Leunroth, quando discute a organização dos jornalistas brasileiros entre 1908 e 1951, comenta que já no Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas, ocorrido a princípio em 1908, as principais teses lá defendidas referiam-se aos direitos dos profissionais da imprensa, “combatendo-se o amadorismo jornalístico e defendendo-se a fundação da escola para jornalistas e a organização federativa das associações de imprensa”. (LEUENROTH, 1987, p. 154).¹

¹ A data – 1908 – é contestada por outra autora, Adisia Sá, que aponta o Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas dez anos após (1918), o que não altera a reflexão sobre o ponto em questão.

Fernando Segismundo, escrevendo sobre Gustavo de Lacerda, fundador da Associação Brasileira de Imprensa (1908), observa que o referido jornalista iniciou na imprensa como gráfico. “Então, quando o jornalismo era um bico, uma atitude boêmia, ou servia de trampolim para posições mais altas, Gustavo de Lacerda foi um dos raros a viver com exclusividade da imprensa, que desejava, já, uma indústria capaz de remunerar adequadamente seus artifices”. (SEGISMUNDO, 1962, p. 17)

Em que pese o tom de discurso, um tanto ufanista, a referência vai ao encontro do que Nelson Werneck Sodré também observou na atividade de forma contextualizada ao desenvolvimento econômico e industrial da imprensa.

“(…) embora já a imprensa brasileira tivesse ingressado na etapa capitalista, sendo o jornal sempre empresa industrial e comercial, apenas dava nela os primeiros passos, peculiares, aliás, ao predomínio do capital comercial no conjunto das relações capitalistas em desenvolvimento no país – o que se traduzia, para o pessoal que trabalhava nos periódicos, numa ainda insipiente divisão de trabalho e, portanto, em profissionalização apenas relativa:(…)”. (SODRÉ, 1966, p. 353)

Parte da distinção desejada e expressa naquele Primeiro Congresso caminha para o âmbito da diferenciação intelectual, que busca na formação educacional avançada, um modo de estabelecer a fronteira entre os que tinham o jornalismo como “bico” ou “trampolim” e os que o tinham como uma profissão. Ao mesmo tempo, uma outra fronteira, a da subsistência pelo salário como parte intrínseca ao exercício da atividade, definiria igualmente a divisão entre profissionais e amadores. Mais que isso, entre trabalhadores da imprensa – tanto quanto os gráficos – e pessoas que não tinham a atividade jornalística como principal meio de vida.

Vale ressaltar aqui uma questão que estará sendo abordada direta ou indiretamente nos três capítulos desta dissertação sobre as concepções de sindicato no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. A de que estes profissionais (tanto quanto, em menor ou maior grau, é verdadeiro no restante do país), ao longo dos 43 anos aqui observados, oscilam entre duas tendências: a de conceber-se como trabalhador assalariado, e a de ver-se como profissional liberal.

De qualquer modo, na primeira metade do século XX, essa tensão se traduz, principalmente, a partir da criação de associações como a Associação Brasileira de Imprensa (1908), e mais tarde sindicatos, como o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro (1935), o primeiro do país. Ainda sobre a criação da ABI, vale

acrescentar que o que seu fundador, Gustavo de Lacerda, teria idealizado, segundo Jarbas de Carvalho citado por Fernando Segismundo, “foi uma organização profissional do estilo dos sindicatos, uma agremiação séria, preocupada em defender os interesses de seus profissionais...”. Ele, no entanto, não obteve êxito, encontrando resistência da parte de redatores, repórteres e revisores, além do grupo dos proprietários de jornais. (SEGISMUNDO, 1962, p. 18 e 20)

Naquele início de século XX, o jornalismo e parte dos que nele atuavam, passavam por um momento de mudança, ou de tentativa de mudança, visando uma diferenciação. Algo que distinguisse os que poderiam ser chamados de profissionais da imprensa em relação aos que poderiam ser apontados como amadores ou que tinham o jornalismo como “bico” ou “trampolim”.

Essa coincidência de interesses, ao menos de uma parte dos jornalistas, que lentamente solidificou-se entre 1908 e 1935, pode ser melhor compreendida revendo o que Bourdieu antecipa sobre a inclinação dos agentes em se reconhecerem a partir da atuação no campo.

(...) o trabalho simbólico de constituição ou consagração necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes, de siglas, de signos de adesão, manifestações públicas, etc.) tem tanto mais oportunidades de ser bem sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele se exerce estejam inclinados – por sua proximidade no espaço das relações sociais e também graças às disposições e interesses associados a essas posições – a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto (político ou outro).

(BOURDIEU, 1996, p. 51)

As teses do Primeiro Congresso (direitos dos profissionais da imprensa, combate ao amadorismo, defesa da formação escolar para jornalistas e organização federativa das associações de imprensa) confirmam a tendência de o campo jornalístico também convergir, ainda que timidamente nos primeiros anos, tanto a uma espécie de consenso em busca do profissionalismo, quanto ao lento reconhecimento das aplicações da racionalização para este fim, o que só se perceberá com clareza no final da década de 1940, início da de 1950. Isto na medida em que relacionam o profissionalismo à maior eficiência no desempenho da atividade jornalística, ainda que o sentido inicialmente fosse o do aprimoramento intelectual.

Em 1933, ainda segundo Leuenroth, um congresso da imprensa estadual em São Paulo apela para o profissionalismo no mesmo tom. Nove anos mais tarde, 1942, o primeiro congresso de jornalistas de São Paulo estabelece entre suas teses as Condições de Trabalho do Jornalista, iniciando pelo pagamento de um salário “(...) que lhe permita viver com decência, alimentando-se, vestindo-se, estudando e trabalhando sem receio do dia de amanhã e sem a necessidade de apelar para recursos estranhos a profissão, a fim de melhorar ou ao menos manter seu baixo padrão de vida. (...)” (LEUENROTH, 1987, p. 172)

Mas o salário, como na fala do gráfico anteriormente citado, não é tudo. A sexta tese apresentada ao primeiro Congresso de Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo defende entre outras coisas as Condições de Trabalho do Jornalista:

“(...)As empresas devem proporcionar aos jornalistas lugar de trabalho onde encontrem tudo o que é necessário para produzir bem: espaço, luz e ar; utensílios e móveis de escritório, serviços de comunicações internas e externas; ordem e limpeza; jornais, fichários e livros. E, acima de tudo, bom tratamento, Compreensão e cooperação”.

(LEUENROTH, 1987, p. 172)

A tese faz concluir que as redações ainda não estavam adaptadas ou aparelhadas para funcionar dentro de um sistema racionalizado. Ou seja, uma divisão de trabalho e de funções hierárquicas distribuídas dentro de um espaço físico, a redação, planejada de forma o mais eficiente possível para os padrões técnicos da época, para se chegar a um determinado fim: a confecção do jornal ao final da jornada de trabalho. No mínimo, esta era uma reivindicação evidenciada no discurso daqueles jornalistas que visavam melhores salários a partir de uma racionalidade de seu ambiente de trabalho. Além disso, há que se perceber neste período o início da profissionalização das próprias empresas jornalísticas. Para Juarez Bahia, ao destacar a fase que chama de moderna da imprensa brasileira, situando-a entre 1930 e 1950,

o rádio e a propaganda planejada, completando o jornal, estabeleceram marcos de progresso para a nossa imprensa. O primeiro dando atualidade à informação; a segunda, estruturando a capacidade econômica do veículo. Com isto e mais a organização de departamentos de publicidade, de assinaturas, de circulação, de promoções, de distribuição, de pesquisa, os órgãos dessa terceira fase pouco lembram a imprensa da fase inicial e mesmo a da fase de consolidação.

(BAHIA, 1972, p. 71)

Em que pese a necessária relativização da visão “progressista” de Bahia sobre a imprensa do período, é nítida aqui também a racionalização do setor do ponto de vista empresarial. Isso influenciou na década de 1950 o início do mesmo processo no cotidiano dos jornalistas propriamente dito. Administradores e chefes de redação aproximam-se do modelo norte-americano de cobertura noticiosa, da forma de redigir uma matéria ou de apresentá-la graficamente. É quando aparece a técnica do *lead*, que consiste em responder às perguntas básicas que deverão interessar a todos os leitores (o quê?, quem?, quando?, como?, onde? e porque?) já no primeiro parágrafo da matéria. Também surge a estampa de fotos coloridas tomando quase toda a página de jornal, o tratamento jornalístico a áreas específicas, como os suplementos culturais; ou ainda a definição de espaços do jornal para esporte, política, economia, classificados.

A adoção de novas técnicas de redação e de modelos de divisão de tarefas nas redações só aparecerão com força total a partir da criação do Última Hora(1951) e das reformas de jornais como o Diário Carioca, Correio da Manhã, Jornal do Brasil e O Estado de São Paulo. (FERREIRA, 1996, p. 144)

1.1 Jornalismo no Paraná e o surgimento do Sindicato dos Jornalistas Profissionais

Na década de 1950, o jornalismo paranaense também começa o movimento de profissionalização. Acompanhava em parte algumas empresas, que buscavam essa nova característica tanto para o exercício da atividade jornalística, quanto para a administração da empresa Jornal.

Um pouco antes, na década de 1940, o jornalismo ainda era marcado por forte vínculo ao quadro político estadual, o que na verdade não deixa de ser um vício de origem, pois quase um século antes o Dezenove de Dezembro, primeiro jornal a ser produzido no Paraná, nasce oficialmente vinculado ao governo do estado, praticamente um diário oficial. (SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ESPORTE, 1979, p. 9)

A compreensão de que há jornalistas vinculados à política partidária e de que há outros que estão trilhando um caminho sem esta vinculação é, possivelmente, uma das vertentes, ainda tímida, que assumia o debate sobre o profissionalismo neste período. É

isto que se depreende do depoimento do jornalista João Dedeus Freitas Neto, que no final da década de 1930 já estava atuando na imprensa, além de ter seu pai, dois irmãos e um tio, também profissionais jornalistas, trabalhando no Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1938 eu fui repórter de polícia do Diário da Tarde e em 1942 fui para o O Dia, já como redator. Em 1943 eu fui convocado para o Exército, aí eu me afastei da profissão. Acabei indo para a Itália e fiquei dez meses. E na volta eu secretariei... fui secretário de redação do Dia. Em 1951 eu terminava meu curso em Medicina, que eu tranquei matrícula em 1943 e reiniciei em 1946 e ia me dedicar à profissão. Mas aí recebi um convite tentador do O Estado do Paraná, que começava em 1951. Jornal feito para dar cobertura política ao governo Munhoz da Rocha, que naquela época O Dia era de propriedade do Moisés Lupion e a Gazeta do Povo... Moisés Lupion era acionista paritário, ele tinha cinquenta por cento das ações. Então, amigos de Bento Munhoz da Rocha se reuniram e criaram o jornal.
(FREITAS NETO, 2000)

Moisés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto eram políticos do período, sendo Lupion governador entre 1947 e 1950 pelo Partido Social Democrata, reeleito para o mandato entre 1955 e 1960; e Bento Munhoz governador entre 1951 e 1955. (EL-KHATIB, 1969, p. 310 e 324)

Mais que seus proprietários, Freitas Neto observa que os próprios jornalistas, em boa parte, estavam também interligados aos interesses e compromissos político-partidários dos respectivos jornais. Segundo ele, “A Gazeta, por exemplo: quase todos os profissionais eram do Partido Social Democrático. O Pinheiro Júnior, que foi deputado, era o redator chefe. O Bacila Neto também, daí outro envolvimento”.
(FREITAS NETO, 2000)

Antes mesmo, na década de 1940, quando o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná foi criado (1945), esse envolvimento era claro e aparentemente tão comum quanto natural, como conta Freitas Neto, ao falar da organização dos jornalistas paranaenses à época:

Um elemento aglutinador foi o Mathias Júnior, que já faleceu até. Era jornalista também. E ele que se empenhou em que se fizesse uma diretoria e tal... e com isso o Sindicato exercesse mesmo suas prerrogativa de ordem de defesa de classe. (...) o Mathias era PTB histórico. Então havia um sentido mesmo... de cooptar a classe de jornalista. Aconteceu com todo sindicato, depois do governo do Getúlio. Até os pelegos.
(FREITAS NETO, 2000)

Para o entrevistado, o envolvimento direto de um jornalista com a política partidária, observada sob uma ótica atual e reforçando os conceitos construídos ao longo da carreira, não é defensável principalmente sob o aspecto profissional. Ou seja, ser profissional significa manter distância dessa vinculação ou, pelo menos, reconhecer-se como independente.

Eu sempre estive muito equidistante dessa parte política, justamente, porque achava que a profissão de jornalista deve estar... deve estar isento dessa participação. Eu acho que isso é sempre pernicioso. E tira um pouco a liberdade profissional. Eu sempre digo, o profissional, ele também pode ingerir na empresa, para ter uma linha de independência.
(FREITAS NETO, 2000)

Aparentemente, a linha de raciocínio do entrevistado combina com uma noção de profissionalização da empresa jornalística nova para a década de 1950. O entrevistado reconhece que na época essa argumentação já convencia os proprietários do jornal em que trabalhava a aceitar esse distanciamento, compreendendo uma diferença entre os interesses políticos deles, os donos de jornais, e seus interesses capitalistas com o negócio Jornal. Ao mesmo tempo, ao contrapor o profissionalismo de hoje, que conceitualmente leva em consideração a opinião pública, e o que nascia na década de 1950, ele percebe a noção de vinculação hoje como algo indefensável, embora fosse natural naquele período.

Eu te dei um exemplo já. Nós tínhamos, no começo do Estado do Paraná, um conselho de redação que escolhia o tema do editorial, e a maneira de tratá-lo e tal. E geralmente contra. Era o interesse do grupo contra o dono do jornal. Eu tinha o argumento que geralmente era irrefutável. Eu dizia: "Olha. Nós somos profissionais, ganhamos a mesma coisa. O interesse é de vocês... vocês são donos do jornal". Isso funcionava sempre. Então, eu acho que quando o profissional se envolve com os interesses da empresa, o jornal perde muito crédito. (...) E no caso, por exemplo, da Gazeta do Povo também. Na Gazeta do Povo o Pinheiro Júnior também fazia parte da direção da empresa. Então sempre marca muito. Mas é uma filosofia que hoje em dia é difícil de defender. Tem a opinião pública...
(FREITAS NETO, 2000)

A vinculação política fazia parte do que era compreendido pelo jornalista como algo não profissional, sobretudo pelo aspecto "isenção", do ponto de vista do exercício da atividade. Entretanto, ao mesmo tempo, estes vínculos aparentemente determinaram

em grande parte, conforme o mesmo entrevistado dá a entender em seu depoimento, o fim do atraso no movimento sindical dos jornalistas profissionais paranaenses. Este teria emergido, não como razão direta, mas aparentemente por convicção, pelo envolvimento político-ideológico de um de seus fundadores, Jorge Mathias Júnior, com o PTB.

O atraso acima referido ocorre ao se comparar a movimentação sindical de jornalistas do Paraná com o que fazem estes profissionais em outros estados. Dez anos antes do Paraná, foi criado o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio e no mesmo ano criou-se em Minas Gerais o Sindicato dos Trabalhadores na Imprensa, juntando gráficos e jornalistas; o de São Paulo surge em 1937, junto com o Sindicato da Imprensa no Maranhão; o de Alagoas é criado em 1938, o da Bahia e o do Pará em 1939, entre outros. (LEUENROTH, 1987, p. 74 a 134)

Há aqui um impasse conceitual que deve ser esclarecido. Ser jornalista e estar vinculado politicamente a um partido político determinava o grau de profissionalismo desse trabalhador? O que emerge da fala do entrevistado é uma diferenciação muito sutil que se pode fazer entre ser um jornalista com vínculo partidário, o que refletiria na pouca isenção deste sobre a cobertura jornalística, e ser um jornalista, que apesar de suas convicções ideológico-partidárias, mantinha-se distante do partidarismo ao exercer a profissão. São duas possibilidades que admito, dificilmente se encaixarão neste ou naquele profissional na forma ideal, servindo aqui exclusivamente como pontos de referência para a discussão. Mas creio ser este um tipo de racionalização que estava na base da noção de profissionalização dos jornalistas nesse período, quando a formação ainda se faz dentro das redações no Paraná e os jornais vão, lentamente, abandonando a base opinativa para adotar uma base noticiosa.

É possível deduzir também que essa diferenciação entre os jornalistas – ser um jornalista com vínculo partidário, o que poderia refletir na pouca isenção deste numa cobertura jornalística; e ser um jornalista que, apesar de ter convicções ideológico-partidárias, mantinha-se distante do partidarismo ao exercer a profissão – marcou aos poucos parte da ação sindical ao longo da década de 1950 e início da de 1960, posto que a matriz de formação permaneceu a mesma, mas a profissionalização das empresas e, conseqüentemente dos jornalistas, foi sendo ampliada. Contudo, os jornalistas estabelecem – há exemplos disso mais a frente – fortes laços de interação com o estado.

Outro aspecto que marcou profundamente o baixo grau de profissionalização das empresas jornalísticas e dos próprios jornalistas paranaenses na década de 1940 foi a

condição de trabalho no setor. Desse período é a descrição de Freitas Neto, quando iniciou em O Dia, em 1942.

O negócio ia muito assim no “vai da valsa”. E não se tratava muito profissionalmente. O repórter vinha um dia, no outro não vinha também. E a imprensa boêmia também. Não levava muito a sério. Eu tive casos, por exemplo, me lembro no Dia, tinha dias que quem fazia o jornal eram as oficinas. Os gráficos, os tipistas, por exemplo. Geralmente pessoas de uma certa cultura, talentosas até. Quer dizer, naquele tempo chegava, ia pro bar, né? Tinha um bar aqui na Marechal Floriano, a caminho do O Dia... O cara bebia e não vinha mais. Tanto que a gente chamava de “tempestade magnética”: não aparecia ninguém na redação, era um inferno. A oficina mesmo, chegava e fazia o jornal, pegava os telegramas e tal. Era a imprensa boêmia.
(FREITAS NETO, 2000)

Uma percepção desse estágio precário nas relações de trabalho e condições de atuação dentro das redações é o que se identifica na fala de outro jornalista sobre esse tipo de situação que, apesar de ocorrer uma década depois, ainda guardava alguma correspondência, embora de grau menos aviltante. No final da década de 1950, Milton Ivan Heller, profissional que teve participação nas discussões sindicais no período pós-64, inicia sua carreira e já se defronta com o aspecto crônico da precariedade no trato empresarial sobre os jornalistas. “Quando eu comecei, lá em 59, era muito comum o sujeito entrar num jornal, trabalhar, quatro, cinco, seis meses, para depois assinarem a carteira”. Aqui já se nota uma certa dose de profissionalismo das empresas, embora ainda guardando resquícios da fase anterior.

Mas entre uma situação e outra, há uma terceira, intermediária, que pode apontar para o momento em que as empresas começaram a prestar mais atenção a seu lado empresarial. Ainda que não se possa afirmar ser este o marco inicial da profissionalização do jornalismo paranaense, o fato, ocorrido em 1951, logo após a criação do jornal O Estado do Paraná, é significativo. Quem fala a respeito é seu protagonista, Freitas Neto: “O primeiro secretário... o primeiro diretor do jornal foi o Samuel Guimarães da Costa, que estava passando por uma fase difícil e o jornal circulava às quatro horas. Embora sendo matutino, circulava às quatro ou cinco horas da tarde. Aí, um dos diretores da empresa, o Fernando Camargo foi ao O Dia e me convidou para dirigir o jornal. (FREITAS NETO, 2000)

Não está dito com todas as letras, mas é presumível que o motivo do convite para substituir o primeiro diretor de redação do jornal não tinha relação com questões

diretamente do campo jornalístico, mas da logística planejada da empresa. Um jornal matutino precisava estar circulando no começo da manhã e não no final da tarde. E resolver isso, ao que indica a fala do entrevistado, era atribuição do diretor de jornal. Assim, uma responsabilidade que ultrapassa o âmbito da redação, precisa ter remuneração condizente.

Aí... eu disse... – isso em julho – o jornal foi criado em dezessete de julho. Em fim de julho eu disse: “Agora no final de dezembro eu me formo em Medicina e vou me dedicar a profissão”. Aí ele disse: “Eu não sei quanto você ganha. Mas nós pagamos oito vezes mais”. Era uma fábula. Para ter uma idéia, em 1952 eu fiz concurso para médico sanitarista e ganhava... Eu tava dando um parâmetro dizendo que em 1952, para o Médico Sanitarista Auxílio Público eu ganhava mil e quarenta cruzeiros e ganhava, como diretor de O Estado do Paraná, sete mil e quinhentos cruzeiros. Era uma fábula. Isso perturbou muito... perturbou muito a minha decisão de exercer a profissão de medicina e o apelo... e o apelo é... da profissão é... familiar.
(FREITAS NETO, 2000)

A movimentação nacional, segundo o entrevistado, pôde ser sentida de perto pelos jornalistas paranaenses na medida em que diversos profissionais experientes de outros estados, cuja imprensa já se adiantava em termos empresariais, para cá vieram.

Também teve um outro fator interessante. Veio para O Estado do Paraná, em 1951, para dirigir, o Nestor Ericson, que tinha sido secretário de redação do Correio do Povo de Porto Alegre por muitos anos. Era paranaense, mas tinha ido pra lá... E veio o Protásio de Carvalho, para dirigir um jornal chamado A Tarde. O Protásio era profissional em São Paulo. Então essa gente veio em 1953, 1954. O Nestor Ericson veio em mil novecentos e cinquenta e um. Quando eu fui diretor de redação, ele era diretor do jornal. Então essa gente veio com outra visão da coisa.
(FREITAS NETO, 2000)

“Outra visão”, deduz-se, em oposição ao que aqui se fazia como imprensa, especialmente no campo da administração de uma empresa desse gênero. Isto, como já se viu, incluía a percepção do jornal como um corpo cujas partes são dependentes entre si, o que exigia adaptações no andamento das práticas dentro das redações, sob comando de jornalistas, e das posturas empresariais diante de questões políticas e econômicas a serem abordadas.

Não é mera coincidência que nesse período também surgem, sintomaticamente no campo sindical dos jornalistas brasileiros, as reivindicações, com mais vigor nos congressos nacionais. Afinal, se o grau de cobrança profissional aumentava, deveria ser

natural que a remuneração por esse trabalho mais qualificado fosse proporcional. Entretanto, a lógica empresarial, aplicada favoravelmente no caso do então novo diretor de redação de O Estado do Paraná, aqui citado, não se refletia necessariamente na base hierárquica das redações.

Durante o III Congresso, realizado em Salvador em 1949, são discutidos Ética no Jornalismo, Legislação de Imprensa, Ordem dos Jornalistas do Brasil, Economia, História, Biografia e Bibliografia, Rádio. A questão econômica já aparece no temário, embora sem destaque. A Ordem dos Jornalistas, proposta que surgira em 1939, voltava a ser debatida, representando ainda uma incerteza na forma ideal de organização dos jornalistas. A discussão sobre ética apontava um refinamento técnico exigido entre os próprios profissionais, entendendo-se que seria incorreto um jornalista “empregar termos cuja dubiedade possa produzir no ânimo do leitor impressão contrária àquela que normalmente deve surgir do fato noticiado ou comentado, especialmente se possa ferir o pudor público, a dignidade e o decoro de alguém”. (SÁ, 1999, p. 223).

Dois anos mais tarde, no IV Congresso Nacional, em Recife, aparece pela primeira vez no temário a organização da classe. Mas é no V Congresso, realizado em Curitiba em 1953, que há uma mudança clara sobre os rumos das discussões dos jornalistas brasileiros. Rumos reivindicatórios.

Foi este V Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Curitiba, entre 8 e 14 de setembro, que aproximou os jornalistas paranaenses destas questões, cujo debate estava mais adiantado nos grandes centros do país. Os três principais pontos ali discutidos envolviam as questões do exercício profissional. Primeiro: debater problemas da atividade do jornalismo profissional brasileiro; segundo: estudar os meios e providências cabíveis para a melhoria da situação econômica, cultural, moral e social dos profissionais de Imprensa do País; e terceiro: sugerir medidas capazes de promover a unidade da classe dentro de suas organizações associativas e sindicais. Entre as sete comissões técnicas que estiveram em ação durante o Congresso aparecem as de reivindicações da classe e organização sindical, além de legislação de imprensa, história da imprensa, radiodifusão e agências noticiosas, comissão permanente e temas diversos. (SÁ, 1999, p. 224)

Uma proposta aprovada neste V Congresso, do jornalista Fernando Segismundo, também não deixa dúvidas quanto a tentativa dos profissionais de imprensa em influir no debate sobre a soberania nacional. Defendia a quebra do monopólio do fornecimento de energia elétrica, libertação do comércio exterior, entre outras medidas, que segundo o

autor já eram defendidas por veículos como o Diário de Notícias e Correio da Manhã, ambos do Rio de Janeiro. Por fim, ele apelava para que “acima das convicções político-partidárias, unamo-nos para a campanha do progresso e da emancipação nacionais”. (SEGISMUNDO, 1962, p. 32)

Embora o tema fosse a soberania nacional, o apelo final do jornalista indica dois pontos que certamente permeavam todo e qualquer tema polêmico entre profissionais: as convicções político-partidárias, já apontadas; e a união dos jornalistas em torno de interesses comuns.

No Paraná, as condições de trabalho e de remuneração, embora aparentemente bastante difíceis para os jornalistas, não os levou a se organizar como se podia esperar. Ao menos não em termos de ação, apesar da fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná².

Isso ocorreu em Curitiba, mas sete anos antes do V Congresso Nacional. Uma ata assinada por membros fundadores do Sindicato descreve uma reunião realizada em três de março de 1946, onde o problema da “união” ou da falta desta se confirma. Naquele dia se propôs a eleição de uma Junta Governativa, “em face do estado de desinteresse e alheamento em que se encontra, presentemente, o órgão sindical que representa a classe dos jornalistas e colaboradores da imprensa curitibana e, também, paranaense, que é o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná”. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata da Assembléia de 3 de março de 1946, fl. 1).

Não só pelo termo “alheamento”, utilizado pelos próprios associados naquela Assembléia histórica, mas pela manutenção por quase sete anos de uma diretoria provisória eleita naquele dia, é possível concluir que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná permaneceu sem ação sindical até 1952.

Mas por que esse longo período de pouca ou nenhuma atividade?

² Durante a pesquisa, identificou-se a data de 12 de outubro de 1945 como sendo a de efetiva fundação, deduzida a partir de cópias de documentos obtidos em cartórios e também nas atas das reuniões de diretoria de 1970, quando se propôs as comemorações de 25 anos da entidade, destacando-se o mesmo mês e dia.

Você tinha um período de letargia. Eu sempre digo. É a falta de espírito associativo do jornalista paranaense. Geralmente o curitibano. Não liga muito. Você sabe o que é? Esse negócio tem um fulcro, como diz o advogado. É que o jornalismo não era profissão. Você usava o jornalismo: era o estudante de direito que ia trabalhar em jornal, que achava que melhorava sua condição de poder escrever, de fazer suas rasuras suas petições, de falar. Então o jornalismo era um trampolim. O sujeito conseguia uma posição. Como o advogado, médico nem tanto. Mais como advogado mesmo. Então eu acho que não havia esse interesse do sujeito lutar pela sua profissão, porque não era a profissão que ele ia abraçar. Essa era apenas uma profissão que iria ajudá-lo a conseguir conhecimentos, a escrever melhor.
(FREITAS NETO, 2000)

Ressurgem na fala do jornalista Freitas Neto alguns pontos, inclusive palavras como “trampolim”, já observadas anteriormente em citações. Mas um ponto merece ser analisado em detalhes. Ele primeiro aponta a falta de sentido de grupo, ou espírito associativo, o que remete a uma perspectiva mais clara do problema da profissionalização tardia, sendo visto o jornalismo como um espaço intermediário, embora aparentemente com *status*, para profissionais de outras áreas.

É o próprio Freitas quem tira a conclusão sobre o período

...porque o profissionalismo da imprensa paranaense demorou muito para acontecer. Nós não temos profissionais inteiros. Você vê, quase todos os velhos jornalistas não acabaram como jornalistas. Foi como advogado, engenheiro, médico. Eu acho que isso justifica, porque esse período não houve... no âmbito do sindicato houve sim. ... Eu tenho a impressão que foi o movimento nacional. São Paulo principalmente.
(FREITAS NETO, 2000)

O destaque na fala anterior na direção da profissionalização para o âmbito sindical dos jornalistas, pelo entrevistado, poderia ser atribuído à lembrança interessada do jornalista, que não só atuou naqueles primeiros momentos do Sindicato, mas permaneceu nele envolvido durante toda sua vida profissional e mesmo após aposentar-se, já na década de 1980. Entretanto, ele mesmo dá um indicativo do que estava expressando quando fez a ressalva ao sindicalismo.

Eu acho que em 1953 o Congresso Nacional de Jornalistas também mostrou aqui no Paraná que... Eu tenho a impressão que aquela efervescência de São Paulo, que tinha os profissionais mesmo... E se digladiavam aqui... A gente fez a tese. Eu tenho a impressão que isso deu um ânimo...O agente motivador. Porque aí aconteceu... o jornalista ter sentido de classe, de mostrar que podia reivindicar também. Que aí também já tinham profissionais, gente que trabalhava, que abraçou a profissão mesmo, não tinha outra aspiração. Aí é um processo de profissionalização. Acho que aconteceu isso.
(FREITAS NETO, 2000)

O Sindicato, segundo a concepção do entrevistado, viria na vanguarda da movimentação em busca da profissionalização, ainda que por razões muito diferentes da dos proprietários de jornais. O V Congresso Nacional, com seus debates envolvendo temas do cotidiano dos jornalistas, sobretudo questões sócio-econômicas e culturais, teria sido o “agente motivador” para o início das ações sindicais no Paraná. Contudo, não se pode deixar de observar, segundo Freitas Neto, que foi o estímulo do governo do estado que fez com que esse movimento tivesse início: “(...) porque havia a comemoração dos cem anos, do centenário do Paraná. Então o Bento Munhoz da Rocha Neto, governador, tinha um empenho e fazia todos os Congressos Nacionais... fazer todos os congressos no Paraná. Tanto que o Congresso Jornalístico em 1953 foi feito aqui”. (FREITAS NETO, 2000)

Em 27 de outubro de 1952 a diretoria provisória voltou a reunir-se, estimulada pelo governo do estado a organizar em Curitiba o V Congresso Nacional dos Jornalistas, evento que faria parte das comemorações, no ano seguinte, do centenário de emancipação política do Paraná. Naquele momento, era necessário reativar o Sindicato e para isso, convocar eleições.

Isto, de certa forma, reforça a noção de vinculação entre o jornalismo e a política no estado naquele período, ainda que diversos Congressos de várias outras profissões tenham sido feitos com a mesma intenção.

A eleição ocorreu em 28 de fevereiro de 1953 e em 13 de março a diretoria recém-eleita reúne-se pela primeira vez sob a presidência de Alceu Chichorro. O tema em debate não deixa dúvidas sobre a influência que a presença da organização do V Congresso teve para essa reativação do Sindicato.

Presidida por Alceu Chichorro, a sessão, durante a qual foram tomadas as seguintes deliberações, relacionadas com a realização do 5º Congresso de Jornalistas: promover a realização do Congresso, com data para setembro de 1953, conjuntamente com a Associação Paranaense de Imprensa. Criar as diversas comissões destinadas à organização do conclave e marcar reuniões às terças e sextas-feiras, no mesmo local e hora, a fim de serem decididos pontos de interesse do Congresso, além de questões atinentes à vida do próprio Sindicato.

(SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata da Assembléia de 13 de março de 1953, fl. 4).

É visível a prioridade para a organização do V Congresso, ficando em segundo plano as questões propriamente do andamento para a organização sindical. Na prática, essa organização só será sistematizada na gestão seguinte, quando é eleito como presidente João Dedeus Freitas Neto, em 20 de agosto de 1955.

1.2 Construção

Poucos dias depois, na primeira reunião da nova diretoria, evidencia-se a principal tarefa do grupo recém-eleito: “a administração da entidade da classe”. Isso envolvia liquidar as últimas pendências envolvendo o V Congresso, avaliar a situação da Tesouraria e da Secretaria do Sindicato, elaboração de estatutos e regimento, que segundo o vice-presidente, Bacila Neto, “não existem para nortear os destinos da entidade”. Também foi discutida a participação no VI Congresso Nacional, em Belo Horizonte, para o qual já se havia conseguido cinco passagens em aviões da aeronáutica.

Mas é sintomática a decisão sobre quem poderia representar o Sindicato naquele VI Congresso:

Em seguida, propôs-se que fossem fixadas normas para que todos os profissionais de imprensa devidamente inscritos na Delegacia do Trabalho e sindicalizados tivessem oportunidade de concorrer ao congresso, que se realizará em Minas, para que desaparecessem os “grupinhos” ou os “conchavos”. Assim, ficou estabelecido que a escolha seria feita em Assembléia Geral, a realizar-se segunda-feira, dia vinte e nove, às dezessete horas e trinta minutos, em primeira convocação e em segunda, minutos depois. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata da Assembléia de 25 de agosto de 1953, fl. 5).

Ao expressar, em nome da diretoria, o desejo de que “desaparecessem” os “grupinhos” e ou “conchavos” o relator da Ata faz vir à tona uma situação que também podia estar relacionada às dificuldades de reorganização do sindicato. Não é possível ter certeza de quais “grupinhos” e ou “conchavos” estavam na ordem do dia naquele momento, mas transparece alguma tensão de grupos divergentes que coexistiam naquele momento no jornalismo de Curitiba. Divergências aparentemente fora dos assuntos sindicais, pois a diretoria recém-eleita não teve concorrente.

Para concluir, no mesmo dia, além de definir reuniões semanais, sempre às 17 horas, presidente e vice-presidente ficaram encarregados de providenciar a instalação, “quanto antes”, da sede do Sindicato, que estava funcionando “em caráter precário” na sede da Associação Paranaense de Imprensa - API.

Sobre a API da época, Freitas Neto esclarece o motivo do incômodo pelo funcionamento do Sindicato na sede da Associação:

Antes de 1946 tinha o seguinte: tinha a Associação Paranaense de Imprensa, que funcionava na Rua XV. O presidente...até vitalício, era o Rubens Amazonas Lima. Que era genro do de Plácido e Silva, que era proprietário da Gazeta do Povo. Então, as reuniões de jornalistas eram feitas na Associação. Embora, a Associação fosse um órgão assim, não tanto representativo da classe. Tinha jogo de baralho também... Era... meio recreativo. E aí então, quando nós... quando foi conseguido a carta sindical em 1946, aí se pensou em tratar a classe já como movimento.
(FREITAS NETO, 2000)

Outro que não deixa dúvidas sobre esse incômodo e esclarece sem contemporizar é o jornalista Luiz Geraldo Mazza, que começou a trabalhar no final da década de 1940 como colaborador nos jornais em Curitiba e depois, nos anos 1950, tornou-se profissional.

(...) aquilo era uma casa de jogo, não tinha nada a ver. Era uma casa de carteadado. Jornalista... boate, bar e porra... carteadado, jogar baralho, esse troço.... Nós fomos muito radicais na época aí, com esse troço de... sindicalismo meio visceral. A gente não queria deixar nada... concorrente na nossa área. Essa era uma posição assim, que houve... era... era... uma marca dessa época.
(MAZZA, 2000)

Em sua fala, o entrevistado interliga o conhecimento do problema com a sede da API e o que lá ocorria nas décadas de 1940 e 1950, com questões que ocorrerão no futuro – a época a que se refere é a do início dos anos 1960 – envolvendo a criação de outros sindicatos para representar os jornalistas.

Ao observar as duas falas, identifica-se a importância, para aquela segunda diretoria eleita – praticamente a primeira a levar adiante iniciativas de ação sindical – e para outras no futuro, da necessidade permanente de buscar a legitimidade do Sindicato como instituição representante dos jornalistas, dentro de parâmetros que começavam, no início da década de 1950, a transparecer – ainda que de forma idealizada – no campo ético, e na defesa dos jornalistas como profissionais trabalhadores.

Desde a fundação do Sindicato, as reuniões dos jornalistas aconteciam na sede da API, na Rua XV de Novembro, 300 – 4º andar. A API foi fundada em 5 de setembro de 1931 e se mantinha como espaço de intercâmbio entre os jornalistas, ainda que ao longo do tempo isso tenha derivado para um espaço recreativo não exatamente inocente ou desinteressado.

Os jornalistas, em especial os que estavam a frente do Sindicato, debatiam-se por definir – repito, de forma idealizada – as fronteiras conceituais do que consideravam deveria ser um jornalista profissional. Este era um reflexo do que começava, timidamente no Paraná, a ocorrer nas redações ou nos pontos de encontro, mas tornava-se um ponto mais importante para a diretoria, quando se percebia que estava em jogo a legitimidade de representação sindical.

Separar o joio do trigo implicava em ter uma sede e mais que fisicamente, mostrar-se claramente distante da API em termos de propósitos: também procuravam evitar a manutenção de “grupinhos” ou “conchavos” porventura existentes entre os jornalistas – mesmo que por questões alheias à profissão propriamente dita – e em tudo que envolvesse a definição de jornalista profissional nos moldes que serviam de base para os que estavam reorganizando o Sindicato naquele momento.

Uma parte dessa questão de definir fronteiras, como já foi dito, era o envolvimento com a política partidária. Embora fosse identificado como um ponto importante entre os que começavam a diferenciar os jornalistas e as próprias empresas jornalísticas, estava muito mais arraigado do que se podia pretender. Ultrapassava a postura de um grupo profissional, para atingir, as relações históricas da sociedade com o Estado no Brasil, no que a imprensa, como instituição dessa mesma sociedade – e por consequência os jornalistas – não fugiu à regra.

Eu consegui a primeira sede do sindicato no Edifício Munhoz da Rocha, ali na Cruz Machado, esquina com Muricy. Porque o Léo de Almeida Neves, que era do PTB... era secretário do PTB, e o Miguel Bufara foi nomeado Secretário do Trabalho. Aquela prédio lá era do montepio do Estado. Então, estava sob a direção da Secretaria do Trabalho, e eu consegui um conjunto lá, através do Léo, que falou com o Miguel Bufara e, então, o Sindicato foi inaugurado. Tem até uma fotografia da inauguração. Foi inaugurado em cinquenta e seis lá. E ficamos até setenta e nove.

(FREITAS NETO, 2000)

A descrição é bastante clara sobre o caminho escolhido para atingir o objetivo da sede própria, ainda que alugada. Não era uma solução ideal, mas era a possível

aparentemente naquele momento. Tanto que as campanhas para se adquirir uma sede própria permanecerão insistentemente até a intervenção do governo militar em 1964.

Oficialmente, em 1º de maio de 1956, instala-se o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná no 9º andar do edifício Caetano Munhoz da Rocha, espaço alugado por Cr\$1.500.00, valor com 50% de desconto, conforme acordo com o Secretário do Trabalho.

Mais uma vez, a política partidária aparece com destaque entre os jornalistas paranaenses, ainda que não em situação envolvendo diretamente o exercício da profissão. Neste mesmo ano obteve-se verbas de prefeitura, câmara municipal e outros organismos públicos para a participação no VI Congresso Nacional, ou do Ministério do Trabalho ao Sindicato – o que não se deve deduzir como privilégio do período nem exclusivamente dos sindicatos de jornalistas, posto que inúmeros exemplos podem ser encontrados nos demais anos pesquisados.

Assim mesmo, há de se admitir que a permanência num imóvel pertencente ao governo do estado não foi exatamente confortável. Por um lado o aluguel, ainda que com 50% de desconto, evitava em boa parte a idéia de vinculação. Mas ao mesmo tempo, o aluguel não era o ideal para um Sindicato com dificuldades de arrecadação. Tanto que em março de 1958, com o objetivo de construir a sede própria do Sindicato, o presidente João Dedeus Freitas Neto e o 1º secretário, Léo de Almeida Neves, chegaram a solicitar um empréstimo hipotecário via Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, no valor de Cr\$ 5.000.000,00. Esse pedido de empréstimo foi renovado pela diretoria seguinte, mas não há registro de que tenha sido aprovado. Até hoje a sede do Sindicato não é própria, embora seja outra desde 1979 e mais uma vez em imóvel cedido pelo governo do estado em comodato.

Esse tipo de situação não é novo, nem muito menos exclusivo do período ou dos jornalistas paranaenses. Porém, não há como negar alguns privilégios exclusivos que os jornalistas brasileiros tiveram nessa época, ou reivindicaram oficialmente.

Exemplo cabal foi a lei federal nº 1181, de 17 de agosto de 1950. Nitidamente era uma troca não só com jornalistas, mas também com empresas de comunicação e entidades de classe dos jornalista, portanto não menos indefensável aos conceitos de hoje, como poderia dizer um dos entrevistados apresentados. A lei, válida para todo o território nacional, estabelecia por cinco anos, subvenções às empresas de transporte aéreo para concessão de abatimento nunca inferior a 50% nas passagens tanto a membros do Congresso Nacional quanto aos jornalistas profissionais, estes últimos

mediante requisição da associação de classe a que fosse filiado e desde que viagem no exercício da profissão. Em 1955 a lei foi prorrogada por mais cinco anos. (Congresso Nacional, Lei nº 2686 de 19 de dezembro de 1955)

Claro está que essa diferenciação pelo não envolvimento político ou político-partidário era um ponto difícil de atingir naquele momento, seja por uma característica do jornalismo paranaense, à essa altura centenário, seja pela forma como esses trabalhadores estão, como outros, inseridos no modelo de relação interdependente entre a sociedade e o estado brasileiros.

É necessário também levar em conta o momento daquela diretoria, que procurava solidificar a existência do Sindicato perante a comunidade e entre os próprios jornalistas. No relatório final das atividades da diretoria em 1956, apresentado em março de 1957, os números dão conta das dificuldades. Ao todo são 31 novos filiados, mas ao mesmo tempo foram eliminados muitos que não estavam mais contribuindo; além disso, a arrecadação em termos de Imposto Sindical mal dava para pagar três meses do aluguel da nova sede. (SJPP, Relatório de Atividades de 1956, 1957, p. 1 - 3). Ainda assim, a nova diretoria concentrou suas atividades, após a conquista da sede, na “defesa da condição de jornalista” e na participação das discussões nacionais sobre liberdade de imprensa e outras questões debatidas em Congressos e Conferências promovidas pela Federação dos Jornalistas.

Segundo o relatório, sobre a legislação de imprensa a diretoria posicionou-se “frontalmente contrária à nova Lei de Imprensa, traduzindo seu repúdio através de moção que foi levada ao conhecimento da III Conferência Nacional de Jornalistas, realizada em Goiânia”. Quanto à condição de jornalista, foram feitos contatos permanentes com a Delegacia Regional do Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho, para que esta, com auxílio do Sindicato, disciplinasse o registro de jornalistas no Serviço de Identificação Profissional. Paralelamente, a diretoria assume ter exercido “ação de vigilância”, para evitar “falsos profissionais, que com base em atestados gratuitos, fornecidos por certos empregadores, tentam, visando auferir os benefícios concedidos à classe, conseguir, a qualquer preço, a Carteira Profissional de Jornalista”. (SJPP, Relatório das atividades da diretoria de 1956, 1957, p. 1-3)

Entre as atas e demais documentos do Sindicato apurados até aquela data, o relatório é o primeiro a descrever ações sindicais elaboradas e coordenadas sistematicamente pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, incluindo as

que mantinham a entidade em consonância às principais questões em debate no movimento nacional dos jornalistas.

No plano nacional, a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais enfrenta não só dificuldades financeiras, mas a mesma questão de legitimidade. Em 1º de fevereiro de 1956 a Federação envia aos sindicatos filiados informe lamentando que o então ministro do Trabalho, Nelson Omega, “a despeito de sua qualidade de jornalista profissional e de compromisso assumido com esta diretoria”, deixava a pasta sem ter reconsiderado os atos do antecessor, Alencastro Guimarães, que teria criado o Sindicato dos Jornalistas Liberais. Tal Sindicato, segundo o informe, seria obra de um grupo “divisionista” que teria no Diário da Noite seu órgão oficial, e que este mesmo grupo já estaria tentando organizar a Ordem dos Jornalistas do Brasil. (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS, Circular nº 21, de 1º de fevereiro de 1956)³

A mesma contrariedade despertou o projeto que criava o Conselho Nacional de Imprensa e Rádio, do deputado Menotti Del Picchia. As entidades jornalísticas de São Paulo manifestaram sua total desaprovação ao projeto. Estas defendiam no mesmo documento um Estatuto do Jornalista Profissional e um Código de Ética Jornalística, coisas que deveriam ser “elaborados pela própria classe, por meio de suas entidades representativas”.

A questão salarial também estava entre as reclamações feitas ao ministro Omega. A lei nº 7037 determinava a revisão periódica dos índices salariais – e segundo informe da própria Federação, esta era a única que amparava os direitos dos profissionais de imprensa a salários mínimos profissionais “condignos” – o que não estava sendo cumprido em prejuízo dos jornalistas, “especialmente os dos estados mais afastados, com seus salários congelados há mais de dez anos em condições de quase penúria” (SÁ, 1999, p. 122)

O Sindicato do Paraná estava entre os estados engajados nas questões levantadas pelos jornalistas nos congressos nacionais seguintes, especialmente o VIII, em Fortaleza, em 1959. Lá estiveram oito integrantes, a maior delegação paranaense já enviada a um congresso. A maioria deles já fazia parte da diretoria eleita em 1957 e

³ Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, doravante FNJP)

vários seguiriam participando da vida sindical, até a instalação da Junta Interventora, após o Golpe de 1964, um deles inclusive integrando a própria Junta.

Em 28 de setembro de 1957, uma nova diretoria é eleita no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, agora com um colégio eleitoral de aproximadamente 70 jornalistas. O presidente é novamente João Dedeus Freitas Neto, mas a composição da diretoria é diferente da anterior. Também é nitida a noção de integração entre velhos e novos profissionais aplicada para sua montagem, sobretudo a reintegração de componentes da diretoria provisória instalada em 1946.

Junto com Freitas Neto permaneceram da diretoria anterior: Léo de Almeida Neves e José Joaquim; e como novos dirigentes aparecem: Newton Stádler – que viria a ser presidente nos próximos dois mandatos, inclusive tornando-se em seguida presidente da Federação Nacional –, Augusto Waldrigues, José Roberto Ferreira, José Mugiatti Sobrinho (associado nº 1 e um dos fundadores), José Ernesto Erichsen Pereira (associado nº 22, também do grupo dos fundadores) Roberto Barrozo (associado nº 14, do grupo dos fundadores), José Augusto Gummy (associado nº 42, e primeiro presidente do Sindicato, entre 1946 e 1953, a frente da diretoria provisória, portanto um dos fundadores), Dicésar Plaisant (associado nº 8, do grupo dos fundadores) e Raphael Munhoz da Rocha (SJPP, Processo das Eleições de 1957, 28 de setembro de 1957).

Destacam-se por um lado alguns dos jornalistas mais antigos no estado como José Augusto Gummy, Dicésar Plaisant e José Mugiatti, com 47, 40 e 21 anos de profissão respectivamente; e os mais novos, Léo de Almeida Neves, José Joaquim, com dois e cinco anos de profissão respectivamente. (SJPP, Processo das Eleições de 1957, 28 de setembro de 1957).

No Conselho de Representantes, também escolhidos pelo voto na mesma eleição, aparecem: Laércio Campelli, Colbert Malheiros, João Féder, Roberto Novaes, Saul Lupion de Quadros e Reinaldo Pereira. Destes Colbert Malheiros também é um dos fundadores do Sindicato em 1945. (SJPP, Ofício de Inscrição de Chapa, 30 de agosto de 1957).

Aparentemente o objetivo foi mesclar os novos jornalistas que estavam assumindo a frente no movimento sindical, sem estabelecer aí um confronto com os mais antigos membros da comunidade jornalística de Curitiba, especialmente os que haviam fundado o Sindicato 12 anos antes. Algo como unir idealistas do período inicial e ativistas

daquele momento, um modo também de consolidar a legitimidade que seria necessária para vôos mais altos no campo sindical.

Embora o conflito interno estivesse sendo evitado, até mesmo pensado em termos de integração em favor da “união da classe”, de modo a manter juntos velhos e novos profissionais e sindicalistas, o confronto externo, em busca de melhores salários, estava aproximando-se das empresas jornalísticas locais. Embora a questão da “união” não estivesse impedindo, aparentemente, o conflito com as empresas por melhores salários, é visível que mesmo nesse ponto os jornalistas sindicalistas de então tenham adotado o mesmo critério do cuidado para se evitar qualquer possibilidade de se criar uma tensão entre os jornalistas.

Era justamente este um dos principais pontos do debate levado pelos sindicalistas paranaenses ao VIII Congresso de Jornalistas, realizado em Fortaleza, entre 3 e 7 de setembro de 1959. Uma emenda proposta pelos paranaenses que dizia respeito à questão salarial, pedia a equiparação dos salários dos jornalistas do Paraná aos de Belo Horizonte e Porto Alegre. A emenda constou do ante-projeto da Regulamentação da Profissão de Jornalista, que seria apresentado no início da legislatura seguinte no Congresso Nacional. (Relatório da delegação ao VIII Congresso, 1959, p. 1-3)

Já ao participar das comissões de Subdesenvolvimento, de Redação, Assuntos Gerais e Organização Classista, os paranaenses apresentaram uma tese, aprovada por unanimidade, pedindo a isenção do Imposto de Transmissão para jornalistas, na aquisição da casa própria, pois o dispositivo constitucional que regulava a questão estava para acabar. Mais uma vez os jornalistas reforçavam sua relação com o estado, também em busca de facilidades, embora no período a marca fosse a de uma conquista social.

Em março daquele ano, meses antes do VIII Congresso, na Convenção Nacional dos Jornalistas, fez-se uma análise da situação salarial no país, especialmente das dificuldades de empreender acordos salariais com as empresas:

Que na medida em que as empresas jornalísticas vão adquirindo características cada vez mais claras e definidas de empresas industriais organizadas à base de grandes investimentos, o jornalismo características igualmente cada vez mais definidas de profissão, e os órgãos de classe, conseqüentemente, maior representatividade, maior prestígio e maior combatividade na defesa e na luta pelas reivindicações de seus representados, crescem as dificuldades para a solução pacífica, harmônica e justa das divergências originadas na reclamação de salários condignos: (...)

(FNJP, Ante-projeto de Regimento do VIII Congresso Nacional de Jornalistas, 7 de março de 1959)

No mesmo documento são relatados os problemas enfrentados pelos jornalistas baianos, cariocas e paulistas, todos aproximando-se dos sindicatos de gráficos de forma articulada, visando campanhas salariais conjuntas. Este procedimento chegou a ser proposto aos sindicatos pela Federação, como modo de enfrentar o crescente arrefecimento nas condições de diálogo com os patrões.

Outro aspecto importante para compreender o contexto que envolvia as inúmeras mudanças no campo profissional era a percepção da Federação dos Jornalistas, naquela convenção, sobre como as empresas ou seus proprietários observavam a situação sócio-econômica dos profissionais, o que ultrapassava unicamente a questão salarial:

(...) o problema da desigualdade de salários para as mesmas funções. No Rio, em São Paulo e nas capitais onde a imprensa é mais desenvolvida, existe em todas as redações completa diversidade de remuneração para redatores, chefes de redação, repórteres e fotógrafos. Para a grande maioria dos profissionais, em todo o país, os salários se equiparam, quando não são inferiores, ao mínimo da região.

(FNJP, Ante-projeto de Regimento do VIII Congresso Nacional de Jornalistas, 7 de março de 1959)

Era a questão das mudanças operacionais dentro das redações, impostas a partir das novas necessidades das empresas jornalísticas, mas incompatíveis com a forma de remuneração dessas empresas, pois novas responsabilidades também foram criadas e distribuídas entre os profissionais.

Entretanto, nada é mais eloqüente do que a crítica que complementa o documento exposto aos participantes daquela Convenção Nacional: “Tudo parece demonstrar que aos proprietários das empresas jornalísticas o que interessa é manter o jornalismo como um “bico”. Não permitir que se constitua, realmente, em profissão capaz de assegurar o sustento de uma família”. (FNJP, Ante-projeto de Regimento do VIII Congresso Nacional de Jornalistas, 7 de março de 1959)

Essa análise nacional coincide com o momento do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, que já consolidou sua organização e começa a estabelecer feições próprias em termos de ação sindical. Acordos salariais, por exemplo, com as empresas ocorriam desde 1957, em bases estabelecidas por lei federal – decreto 7.037 de 10 de novembro de 1944. Entretanto, a partir desta nova gestão, ações de enfrentamento serão realizadas contra as empresas – juntando-se a radialistas e gráficos

– de modo a concretizar o que preconizava a Federação Nacional, no VIII Congresso, para obter melhores reajustes salariais e condições de trabalho.

Em 9 de outubro de 1959 iniciava a gestão da nova diretoria, tendo a frente Newton Stádler de Souza, que havia chefiado a delegação ao VIII Congresso Nacional, em Fortaleza, um mês antes. A eleição ocorreu em disputa com outra chapa, sobre a qual não há qualquer vestígio entre os documentos e atas do Sindicato, exceto num relatório de atividades daquele ano, em que é mencionada a disputa entre duas chapas e que saiu vencedora a chapa “Rodrigo de Freitas”, nome de um fundador do Sindicato e pai de João Dedeus Freitas Neto, ex-presidente nas duas últimas gestões e que agora integrava a chapa como delegado junto à Federação. O sindicalista recorda alguns elementos daquela disputa eleitoral, praticamente sem registros nos arquivos do Sindicato.

Porque o Newton era meu vice-presidente, e aí ele se candidatou. Eu tenho a impressão que foi o Protásio de Carvalho. Ele veio de São Paulo, ele era diretor do A Tarde. Eu tenho a impressão que o Protásio era mais conservador. O Newton já era mais nacionalista. Se eu me lembro, era isso. Agora não me lembro quem compunha a chapa do Protásio. O Newton não era nem filiado ao PSD, o Partido Social Democrático. Ele era advogado e... O Protásio era... próximo da UDN. Não chegava... não deixava de ser direita. É. De direita. Exatamente.

(FREITAS NETO, 2000)

Apesar da distância no tempo e da memória entrecortada, o jornalista e sindicalista tem maior apreensão da situação no que definia a tendência ideológica dos integrantes da chapa situacionista e da outra chapa, apesar de os comentários concentrarem-se nas figuras dos respectivos candidatos a presidente. Assim, é possível deduzir que as chapas tinham um diferencial ideológico e este então teria sido o fator decisivo na disputa. No entanto, o registro frio da vitória no relatório de atividades já citado, aponta para uma eleição pouco disputada, onde a chapa situacionista manteve o sistema de integrar novos e velhos profissionais, o que a julgar pelo resultado, era o que desejava ou aprovava o pequeno, mas crescente eleitorado.

A outra chapa intitulava-se “Candido Lopes”, numa alusão ao fundador do Dezenove de Dezembro, primeiro jornal paranaense, periódico nascido em 1854 com total ligação ao governo do estado, então recém-emancipado de São Paulo. O candidato a presidente era de fato Protásio de Carvalho, um jornalista que teria vindo de São Paulo no início da década de 1950 para dirigir o jornal A Tarde. Além dele, também lá

estavam alguns nomes de fundadores como Dicésar Plaisant e José Ericson Pereira, o que entretanto não determina a mesma lógica que vinha sendo utilizada na montagem de chapa nas eleições passadas, como aparece na outra chapa. (O Estado do Paraná, Edital de 8 de setembro do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, 1959, p. 2)

O que chama a atenção na formação das duas chapas e põe em dúvida essa lógica já descrita é que dos 26 nomes inscritos na chapa que viria a ser derrotada, denominada “Cândido Lopes”, quatro também apareciam na chapa denominada “Rodrigo de Freitas”: Nacin Bacila Neto (Conselho Fiscal), João Dedeus Freitas Neto (Delegado junto à Federação), Mário Lima Santos (suplente de Delegado junto à Federação) e Fausto Luiz Abry (suplente de diretoria). Na chapa “Rodrigo de Freitas” as posições eram: Nacin Bacila Neto (suplente de Delegado junto à Federação), João Dedeus Freitas Neto (Delegado junto à Federação), Mário Lima Santos (suplente do Conselho Fiscal) e Fausto Luiz Abry (suplente de diretoria).

Do estatuto do Sindicato no período, o primeiro feito em 1945, não há vestígio nos arquivos da entidade. Aparentemente havia a possibilidade da dupla inscrição porque a votação se fazia em separado para cada parte da chapa, podendo-se eleger a executiva de uma chapa, o Conselho Fiscal de outra e o grupo de Delegados junto à Federação, também diferentemente. Portanto, se havia alguma disputa ela estava centralizada na direção executiva, onde não havia coincidência de nomes, e esta podia mesmo ser concebida a partir dos respectivos candidatos a presidente.

Muito mais que uma questão ideológica, naquele momento os dirigentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná tinham como prioridade, a exemplo das gestões anteriores, a integração dos jornalistas. Isso vai ficar mais evidente na eleição seguinte, em 1961, quando a composição da chapa será feita, assumidamente, reunindo jornalistas considerados de esquerda e de direita, que aceitam a composição para manter a fórmula que evita conflitos.

Além disso, nesses últimos anos da década de 1950, o número de jornalistas que filia-se ao Sindicato é, proporcionalmente à base existente, muito grande. Em 1955 havia em torno de 70 profissionais filiados; em 1958 esse número já subia para 190, e em 1959 passou a 230. Em quatro anos os filiados mais que triplicaram, fruto de campanhas de sindicalização e principalmente de regularização profissional. Há de se levar em conta que não era desprezível o efeito eleitoral, a partir do benefício mútuo da regularização/sindicalização para os jornalistas atingidos e para a diretoria que promovia esse tipo de ação. (SJPP, Relatório de Atividades de 1959, 1960)

Assim, o grupo eleito em 1959 é novamente uma mescla entre novos dirigentes, como o próprio presidente, Newton Stádler de Souza, e membros de diretorias anteriores, inclusive fundadores, como Alceu Chichorro (também ex-presidente), Mbá Ferrante, Ivar Feijó e Aloysio Blasi. No relatório de atividades já mencionado, a chapa vencedora é apresentada como a que dará continuidade ao trabalho realizado pela gestão anterior, presidida por João Dedeus Freitas Neto.

A exemplo dos anos anteriores, a nova diretoria manteve-se atenta às mobilizações nacionais, participando de reuniões da Federação, mas também da I Reunião Sindical Brasileira. Também procurou renovar pedidos de subvenções e empréstimos junto a poderes públicos, visando dar conta do Orçamento para 1960 e a construção da sede. Esse problema – ter uma sede própria – era uma preocupação permanente e levou os sindicalistas a tentar realizar inclusive um sorteio de prêmios entre as ruas XV de Novembro e Dr. Muricy, sendo um destes, um automóvel Volkswagen, além de organizar a I Exposição de Imprensa do Paraná (também para angariar fundos). (SJPP, Relatório de Atividades de 1959, 1960)

Mas o que chama a atenção como diferencial é que há um conjunto de ações sindicais mais significativo. Além das campanhas de sindicalização que já vinham ocorrendo, a diretoria que assumiu em 1959 e seguiu até 1961 passou a prestar assistência jurídica aos filiados, obrigou-se a elaborar um estatuto (o estatuto original havia sido perdido), promoveu um curso de taquigrafia (para aprimoramento de profissionais e alunos de jornalismo da Faculdade de Filosofia do Paraná), lançou um concurso de reportagens (com premiação de Cr\$ 60.000,00 ou o equivalente entre nove e dez salários mínimos profissionais), promoveu uma excursão a Vila Velha e outra para Brasília. (SJPP, Relatório de Atividades de 1959, 1960)

Mais significativa foi a ação em favor de jornalistas do jornal Última Hora, alguns deles demitidos, enquanto outros tiveram salários reduzidos. Segundo um relatório enviado à Federação Nacional, o protesto do Sindicato foi aprovado pelos profissionais e ouvido pela direção da sucursal, que reconsiderou os casos de redução salarial. (SJPP, Relatório de Atividades de 1959, 1960)

No mesmo nível de importância e mostrando a maior inserção do Sindicato na comunidade, o jornalista Roberto Novaes é escolhido em assembléia para representar a entidade na disputa de uma vaga às Juntas de Julgamento e Revisão do IAPC. Na disputa perde para um comerciante por 7 a 4, mas o relatório de atividades de 1960 destaca positivamente a passagem, sendo esta a primeira vez que o Sindicato dos

Jornalistas se propõe a uma ação “fora do interesse eminentemente classista”. (SJPP, Relatório de Atividades de 1960, 1961, p. 5)

Já em maio de 1960, a Federação era notificada de que desde o dia 12 daquele mês o Sindicato estava em campanha salarial. Em sucessivas correspondências, o presidente do Sindicato mantém a Federação informada da situação. Em junho informa sobre a vitória do Acordo firmado com 11 empresas, sendo somente uma discordante, contra a qual o Sindicato ingressará com dissídio coletivo. O mínimo salarial dos jornalistas paranaenses passava a ser de Cr\$ 7.000,00. Em novembro, a diretoria lançava-se em mais uma campanha, buscando ampliar esse e outros valores, respectivos às muitas funções existentes nas redações.

A campanha salarial iniciada em novembro de 1960 foi decorrente, segundo ofício do presidente do Sindicato ao então Delegado Regional do Trabalho, Carlos Grandi, do acordo realizado em junho e homologado em julho. Elevação do custo de vida e um novo salário mínimo para a região foram os itens que provocaram a necessidade de revisão dos salários dos jornalistas. (SJPP, Ofício nº 70/60 de 29 de novembro de 1960)

O mesmo ofício expõe que a Assembléia Geral dos jornalistas considerou a necessidade de majoração em 40% sobre os valores pagos a jornalistas em Funções em Comissão, basicamente chefias; e 60% para as funções permanentes e auxiliares. Também considerou necessário estabelecer salário para colaboradores e colunistas, que não estavam abrangidos nas funções anteriores.

As empresas não concordaram com o pedido dos jornalistas e o Sindicato ajuizou dissídio coletivo no Tribunal de São Paulo. A vitória parcial – os índices ficaram em 27,5% e 20% - foi obtida somente no início de 1961.

Ao observar a documentação encontrada relativa a essa gestão, é possível perceber que esta foi uma das diretorias mais ativas desde a criação do Sindicato. É preciso admitir também que parte da documentação se perdeu nas muitas mudanças que os arquivos sofreram ao longo do tempo. Documentos e atas do período inicial (1945 a 1953), ou mesmo logo a seguir (entre 1953 e 1957) não foram preservados na sua integralidade. Entretanto, três pontos importantes pesam a favor da hipótese de maior atividade da diretoria do biênio 1959/1961: primeiro, o número de sindicalizados é crescente, pois as campanhas de regularização profissional se sucedem. Uma quantidade cada vez maior de jornalistas estaria levando a nova diretoria a ampliar e inovar nas ações propostas, como é o caso dos serviços de assistência jurídica, até a promoção de

excursões como lazer ou mesmo do curso de taquigrafia a título de aprimoramento profissional.

Outro ponto é que esta é a primeira diretoria, na história do sindicato, a agir a partir de uma campanha eleitoral com disputa, quando teve de enfrentar uma oposição e vencê-la. Vitoriosa, aparentemente, esta nova diretoria obrigou-se a ampliar as ações sindicais, mas ao mesmo tempo ganhou respaldo e personalidade para avançar, sobretudo nas campanhas salariais.

Por fim, não há como negar também o clima geral do país, quando os sindicatos estão com força total para liderar as reivindicações dos trabalhadores. Segundo Kenneth Paul Erikson, o período que vai de 1960 a 1964 representaria “a mais intensa atividade grevista desde a Revolução de 1930”. O autor acrescenta que a inflação era um fator determinante no sucesso das greves, pois apesar de os salários aumentarem freqüentemente, eram desvalorizados muito rápido.

No Paraná, duas situações de enfrentamento com as empresas se destacam entre 1960 e 1964 e a primeira delas foi uma pequena paralisação nos jornais de Curitiba, durante a campanha de 1961. Outra, em 1963, foi a greve que deixou a cidade sem jornais por três dias, exceto o próprio jornal dos grevistas.

Assim, não há dúvida de que um conjunto de fatores internos e externos contribuíram para um aumento da atividade sindical dos jornalistas paranaenses entre 1959 e 1961. Mas pela natureza das ações apontadas é mais apropriado admitir que o fator predominante tenha sido o da passagem por uma disputa eleitoral, onde a chapa vencedora saiu do processo ao mesmo tempo fortalecida e com mais responsabilidades.

Para a eleição de 1961, volta a prevalecer a composição de forças, sendo mantido Newton Stádler de Souza como presidente, na vice-presidência João Féder e na secretaria geral, Milton Cavalcanti. Os dois últimos poderiam ter disputado a eleição em chapas opostas, mas a decisão foi outra.

Aí, sessenta e um eu fui pro sindicato como secretário. Foi uma eleição complicada, que o Féder era candidato a presidente. E eu também, né? Então... o pessoal da esquerda. Mas eu tinha começado, eu não tava assim, não era conhecido, então... mas aí, nós, dissemos: precisamos dar um jeito aí de... Aí nós conseguimos fazer uma chapa única – juntar com o Féder e fazer uma chapa única.

(CAVALCANTI, 2002)

Fica patente em sua fala que o objetivo de unir-se ao outro candidato, montar uma chapa única, era uma estratégia para permanecer na diretoria do Sindicato, mesmo que para isso fosse necessário aceitar uma composição com o que entendia ser a “direita”. Uma posição pragmática, mas que aponta numa direção oposta à idéia de “união da classe”, ou de evitar o conflito de idéias.

Para o outro candidato, João Féder, apontado por Cavalcanti como concorrente com maior favoritismo, a ação sindical não tinha em si um atrativo capaz de levá-lo ao embate, embora estivesse em plena atuação como diretor do Sindicato.

Eu não pretendia... Eu na verdade... Eu nunca tive muito interesse em ter um cargo no Sindicato. Achava que isso ia me tomar tempo e prejudicar as minhas atividades profissionais, às quais eu me dedicava com... até prazer. Então eu achava que o Sindicato poderia me atrapalhar. Então eu nunca lutei para ser diretor do Sindicato. Só fui uma vez.

(FÉDER, 2002)

Assim, a formação de uma chapa única ajustava-se tanto aos interesses dos jornalistas-sindicalistas da “esquerda”, mas também aos que eram vistos como da “direita”. Em ambos os casos, a “união da classe” não aparece como objetivo fundamental para a composição.

A costura para essa composição foi possível também na medida em que um terceiro elemento, Newton Stádler de Souza, aceitou continuar.

O Newton Stadler era o presidente. Eu mexi pra ver se a gente – inclusive eu dizia pra uns colegas: eu não vou ganhar essa eleição. Aí tentei essa aproximação. E a aproximação só foi possível por causa do Newton. Por que o Newton não queria, de jeito nenhum, continuar. Aí nós fomos convencer o Newton. Fui eu e o Féder. Fomos no escritório do Newton, aí o Féder aceitou. Se o Newton continuasse... Aí o Féder foi vice e eu fui pra ser secretário geral do Sindicato. Aí, depois, teve o episódio... Teve a eleição da Federação Nacional dos Jornalistas. Era... o Féder e ele saiu candidato pela chapa que era contra nós...

(CAVALCANTI, 2002)

Vale notar nas últimas palavras do dirigente que havia uma articulação entre o Paraná e a disputa nacional na Federação, que evidentemente também pode ser confundida com uma visão mais ampla, de uma disputa em que a “esquerda”, na qual ele militava, estava fazendo parte. De um jeito ou de outro, não é de se desprezar esse

fator como um motivador a mais na busca de uma composição para a chapa única, pragmaticamente racionalizada.

Assim a nova diretoria manteria alguns nomes já conhecidos de outras gestões (João Dedeus Freitas Neto, Reinaldo Pereira, Mbá Ferrante, José Joaquim, José Muggiati Sobrinho, Alceu Chichorro – os dois últimos, do grupo dos fundadores), mesclado a novos dirigentes: Edésio Passos, Luiz Geraldo Mazza, Aderbal Fortes Sá Júnior, Hugo Mendonça Sant'Ana, Hélio Freitas Puglielli, Jairo Araujo Régis, Carlos Danilo Costa Cortes, Ary Zimmermann. (SJPP, Relatório de Atividades de 1961, 25 de janeiro de 1963)

Entretanto, pouco tempo depois, essa composição em que se “procurou unir, em torno de ideais comuns, diversas tendências existentes na entidade de classe”, como afirmava o relatório de atividades de 25 de janeiro de 1963, teve problemas e não se manteve na íntegra.

O problema iniciou quando em 19 de outubro de 1961, pouco antes da posse da nova diretoria no Sindicato do Paraná, a eleição para a nova diretoria da Federação Nacional empacou num duplo empate no Conselho de Representantes. Como o mandato já havia encerrado em 16 de outubro, elegeu-se uma Junta Governativa, tendo como um dos membros o presidente do Sindicato do Paraná, Newton Stádler de Souza. Licenciado, ele presidiu a Junta e 30 dias após foi definida a eleição, vencendo-a Gumercindo Cabral. (SÁ, 1999, p. 204)

A costura feita para compor a nova diretoria no Paraná não resistiu ao processo que se desenrolou naqueles 30 dias em que se definiu a eleição da Federação. O delegado representante junto à Federação que participou nas duas votações que terminaram em empate era João Féder, até então eleito pela diretoria do Sindicato para tal fim.

O Sindicato elegia uma diretoria e nessa diretoria um representante do Sindicato para participar da Federação dos Sindicatos, que era no Rio de Janeiro. Havia eleição lá e eleição aqui na mesma época e eu fui designado delegado do Paraná e fui ao Rio de Janeiro duas vezes. Eu votava na chapa contra o João Goulart. Sim, uma chapa do Jango e a outra chapa era contra o Jango. Entre a segunda e a terceira eleição [na Federação], teve eleição aqui no Paraná e o pessoal aqui, o pessoal da esquerda, conseguiu eleger para o mesmo lugar o Jairo Régis, que foi lá e ganhou. Foi o voto que decidiu a vitória em favor da equipe do João Goulart.
(FÉDER, 2002)

Está claro que, mesmo não explicitada durante o processo de montagem da chapa, a disputa franca entre “esquerda” e “direita”, em curso na Federação, encontrou sua correspondência naquela nova diretoria, recém-eleita no Sindicato do Paraná.

E aí, o nosso representante, nós tínhamos que eleger. E tendo o eleitor, o delegado eleitor. Aí, foi uma briga assim, por que o candidato acho que era o Tarquinio, que era do grupo do Féder. Mas nós conseguimos eleger, só a diretoria que elegia. Foi negócio assim de um voto. Aliás foi mais. Nós elegemos o Jairo Régis. Que era comuna escrachado. A coisa tava dependendo de um voto, aí não votamos no Féder. Aí o Féder sentiu-se... vamos dizer... não digo desprestigiado, mas sentiu-se... “mas pô... dos próprios colegas, e tal”... aí renunciou. Renunciou e eu passei pra vice-presidência. A diretoria, “meu deus”. Então, é aí, nessa gestão, que nós fizemos dois grandes movimentos, que pela primeira vez se fazia no Paraná. Fizemos um Congresso em Londrina, que foi um sucesso grande, e movimentamos a cidade inteira. E eu fui coordenador do Congresso.

(CAVALCANTI, 2002)

O impasse gerado no Paraná e a decisão pela definição do delegado que iria representar o estado na eleição nacional descontentaram o vice-presidente, João Féder e o 2º secretário, Antonio D’Aquino Borges, os quais renunciaram aos respectivos cargos. Mesmo permanecendo alguns jornalistas ligados a estes ideologicamente, prevaleceu na diretoria o grupo considerado mais à esquerda. (SJPP, Relatório de Atividades de 1961, de 25 de janeiro de 1963)

Vale observar ainda na fala de Milton Cavalcanti a reprodução do que foi a disputa interna em torno do nome que seria o delegado representante na eleição da Federação. Uma disputa franca e que dividiu a diretoria, mas ao mesmo tempo – é algo que se identifica facilmente pela seqüência das frases – um momento que ajudou a definir um perfil para aquela nova diretoria, culminando num peso maior para o grupo da “esquerda” na direção executiva.

Naquele final de ano, aparentemente, se fez sentir a predominância do grupo. O relatório de atividades da gestão, apresentado em 25 de janeiro de 1963, aponta para a campanha salarial de 1961 como a “primeira ação decisiva, no Paraná, da diretoria da entidade, com a colaboração de grande número de companheiros”.

O relatório segue apontando as razões que fizeram com que os jornalistas decidissem por um movimento em sentido diverso das demais categorias profissionais. O salário mínimo regional de Cr\$ 7.000,00, fora aumentado para Cr\$ 10.080,00 por decreto do governo federal, fazendo que os jornalistas, em Assembléia, decidissem avançar nas reivindicações.

Não se reivindicaria simplesmente o aumento salarial, mas se iniciaria o processo do salário profissional. Grande injustiçado, o jornalista tinha seus salários rebaixados, quantitativamente, desde 1944. Assim, o S.J.P.P. acompanhou a luta nacional pela valorização do trabalho de jornalista, com a conseqüente elevação do nível de seus salários. Depois, de uma campanha intensa, em que se necessitou inclusive, de se deflagrar uma greve, embora de apenas seis horas, se conseguiu dar início ao processo de profissionalização do jornalismo paranaense.

(SJPP, Relatório de Atividades de 1961, 25 de janeiro de 1963)

Duas expressões importantes saltam do texto: processo salarial profissional, e profissionalização do jornalismo paranaense. No primeiro, a diretoria do Sindicato reconhece, posteriormente ao fato ocorrido, que a conquista de um salário específico dos jornalistas, onde este fosse melhor remunerado e portanto valorizado, fez parte de um processo que só estaria no começo. O segundo, aponta para a percepção de que o jornalismo paranaense estava ainda longe de ser considerado profissional, tanto observando-se as empresas quanto os próprios jornalistas, mas que naquela campanha isso começava a mudar, principalmente do ponto de vista ativo dos jornalistas.

Ao unir as duas questões – que por certo já estavam embutidas nas discussões dos jornalistas – a diretoria, com respaldo da Assembléia, sem perceber transformou aquele no momento certo para assumir, de certa forma, a rédea no processo de profissionalização da imprensa paranaense. Isto aconteceria através da melhoria dos salários dos jornalistas, fazendo com que as empresas os valorizassem e, portanto, isto se estendesse para uma maior participação dos jornalistas nos destinos do negócio Jornal.

Prova visível da unidade dos jornalistas, inclusive para os patrões, foi a paralisação parcial, ainda que por seis horas somente, a primeira vez que se relatou a partir de uma ação organizada pelo Sindicato. A referida unidade não exclui a existência de opositores entre os próprios jornalistas, chamados de “divisionistas” pela diretoria no Relatório de Atividades, os quais “(...) não souberam, ainda e infelizmente, compreender o sentido da unidade sindical e a necessidade da colaboração para o sindicato”. (SJPP, Relatório de Atividades, 25 de janeiro de 1963).

O resultado foi que praticamente dobraram-se indistintamente os salários de todos os jornalistas, das funções auxiliares (arquivista, revisor), passando pelas permanentes (redator auxiliar, noticiarista, repórter de setor e repórter telegráfico, foto-repórter) até as funções em comissão (redator-chefe, secretário, sub-secretário, chefe de reportagem, chefe de fotografia, chefe de revisão e redator).

A mesma ênfase foi empregada na campanha salarial de 1962, com novo êxito e aumento geral de 60% sobre a base anterior, inclusive – e a contragosto dos patrões – sobre os salários em função comissionada (as chefias). O menor salário passou a ser de Cr\$ 26.000,00. (SJPP, Relatório de Atividades, 25 de janeiro de 1963).

Embora não faça parte da gestão 1961/1963, a greve realizada no início de novembro de 1963, já na gestão 1963/1965 (na prática a continuidade do grupo que estava a frente do Sindicato desde 1959), foi o ponto alto das ações sindicais mais arrojadas e que mostraram a coesão dos jornalistas no período que antecedeu a intervenção do governo militar.

Foram três dias de greve em que praticamente não houve circulação de jornais em Curitiba. A exceção foi o próprio jornal dos grevistas, chamado naturalmente “A Greve”, impresso na gráfica do jornal Diário Popular, cujo proprietário, Abdo Aref Kudry, aparentemente não se colocava ao lado, ainda, do restante das empresas jornalísticas. (SA, 1999, p. 302)

O Diário do Paraná chegou a ser impresso, mas não saiu da sede do jornal, barrado pelos piqueteiros, que deitaram na rua José Loureiro, impedindo a passagem dos caminhões de entrega. O jornal dos grevistas seria o único a informar a população sobre o que estava ocorrendo. (EXTRA PAUTA, 1996, p. 8 e 9)

Ao final da greve, os jornalistas não atingiram completamente suas pretensões, mas obtiveram alguns avanços, além de um reajuste considerável. A pretensão inicial para o menor salário – revisores, diagramador, desenhista, arquivista – era passar o salário de Cr\$ 26.000,00 para Cr\$ 49.000,00, ou seja, um reajuste percentual de aproximadamente 90%. (Justiça do Trabalho, 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba, Processo TRT/SP – 360/63 Dissídio Coletivo, 8 de novembro de 1963, fl. 1 e 2)

O reajuste obtido ficou na faixa de 75%, mas junto vieram cláusulas como a que previa a criação, pela primeira vez, de uma comissão paritária para analisar os problemas de enquadramento funcional para os cargos de redator, redator auxiliar e laboratorista, além de fiscalização do acordo; também o pagamento dos dias parados. (Justiça do Trabalho, 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba, Processo TRT/SP – 360/63 Dissídio Coletivo, 8 de novembro de 1963, fls. 1 e 2)

Paralelamente às campanhas salariais, a diretoria do biênio 1961/1963 organizou dois encontros estaduais em Londrina (1962) e Ponta Grossa (1963) e estava preparando um terceiro, previsto para os dias 7, 8 e 9 de maio de 1964, em Maringá, mas em razão

da intervenção do governo militar sofrida pelo Sindicato no dia nove de abril, o mesmo não chegou a acontecer. Permaneceram, entretanto, nos arquivos da entidade papéis timbrados com a marca, data e local indicando o evento.

Em Londrina, entre 29 de junho e 1º de julho de 1962, mais de uma centena de jornalistas reuniu-se no I Encontro de Jornalistas Profissionais do Paraná. Os debates então giraram em torno da defesa da “criação de uma consciência profissional de ser o jornalista um profissional assalariado, cada vez menos responsável quer pela opinião difundida pelo órgão em que trabalha, quer pela interessada deformação do noticiário”. (SÁ, 1999, p. 295).

No temário do Encontro havia quatro pontos básicos: o profissional (nomenclatura de funções, salário profissional, aperfeiçoamento e especialização, situação do correspondente estrangeiro), a atividade jornalística (acesso às fontes de informação, liberdade de imprensa, legislação de imprensa, agência nacional de informações, criação e funcionamento das escolas de jornalismo), a empresa jornalística (o ciclo cafeeiro e seus reflexos na imprensa paranaense, jornais do interior e suas dificuldades, ampliação da indústria nacional de papel de imprensa) e por fim, os jornalistas e a conjuntura política (da aliança operário-camponesa-estudantil e suas perspectivas, do movimento sindical e a participação da imprensa, da previdência social e os jornalistas). (SJPP, Circular Nº 1/62, 1962)

No ano seguinte, de 3 a 5 de maio, em Ponta Grossa, aconteceu o II Encontro de Jornalistas Profissionais do Paraná. Foram reafirmados os pontos definidos em Londrina um ano antes, mas acrescentados outros, aqui divididos em dois grupos para melhores possibilidades de análise.

Foram pontos destacados no documento final o apoio integral ao substitutivo do deputado Floriceno Paixão ao projeto de regulamentação da profissão; que o Ministério do Trabalho exerça rigorosa fiscalização pelo cumprimento da CLT; que os jornalistas procurem facilitar a plena integração da mulher nas lides jornalísticas: aposentadoria com 25 de serviço; facilidade de financiamento para a compra de maquinaria às empresas jornalísticas do interior; apoio à criação da Imprensa Universitária; apoio à encampação da Cia. Carbonífera Cambuí e Cia Força e Luz do Paraná; que se dê maior importância econômico social ao turismo. (FJNP, Boletim nº 4, 1963, p. 1)

Chama a atenção que pela primeira vez a mulher jornalista surge num documento do Sindicato do Paraná. Apesar de superficial, a carta de Ponta Grossa reconhece a mulher como novo elemento a fazer parte das redações, embora admitindo a pouca

integração existente e as dificuldades impostas pela predominância masculina. Naquele Encontro, as jornalistas Rosy de Sá Cardoso e Celina Silveira Luz apresentaram a tese que reclamava tanto a dificuldade de penetração no mercado de trabalho para as mulheres, especialmente nas redações, quanto a própria discussão do problema dentro dos futuros encontros dos jornalistas paranaenses. (CARDOSO; LUZ, 1963, sem paginação)

Mas há pontos mais contundentes também destacados nas resoluções finais do II Encontro. É mantida a coerência da campanha salarial do ano anterior, ao considerar como interesses comuns aos jornalistas as reivindicações dos gráficos; e de forma bastante peculiar ao jornalismo paranaense, a solicitação para que “que seja disciplinada legalmente a publicidade que é distribuída pelo Poder Público”. Atingem, por outro lado, o campo político nacional o apoio às reformas de base (execução da lei de remessas de lucros, a desaprovação ao Fundo Monetário Internacional em favor do mercado latino-americano) e ainda “aplaudindo a atuação dos nacionalistas e democratas que integram o atual governo da República”; ou o “veemente” apoio à Reforma Agrária; também a sugestão de se criar uma Fundação Intersindical Paranaense de Estudos Brasileiros. (FJNP, Boletim nº 4, 1963, p. 1)

A abrangência dos temas, a crescente percepção da realidade política e sócio-econômica do estado e do país, sobretudo na correlação entre eles, e com jornalistas e o jornalismo não é coincidência ou casualidade. A diretoria daquela gestão movia-se com clareza de propósitos e os resultados, que já vinham sendo obtidos, confirmavam o grau de compartilhamento dessas visões entre os jornalistas, embora não de sua totalidade dos profissionais. Isto se verificará nas eleições de 1963, polarizadas entre os candidatos considerados patronais e não-patronais.

Uma característica que vale ser destacada nesta gestão foi a inserção no movimento sindical paranaense e nacional. Nas duas campanhas salariais já comentadas, o Sindicato dos Bancários apoiou a movimentação cedendo a sede para que as reuniões e assembléias dos jornalistas fossem realizadas. Também, em 1961, foi a primeira vez que se registrou a união dos jornalistas aos radialistas para uma campanha salarial. Já na campanha de 1962, a união aconteceu com os gráficos.

Em 25 de maio de 1962, Edésio Passos foi designado pela diretoria para participar dos trabalhos de formação do DIEESE, em Curitiba. No mesmo ano o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná esteve presente ao II Congresso Sindical dos Trabalhadores no Paraná. Na ocasião foram 26 delegados jornalistas, sendo que um

deles - novamente Edésio Passos -, foi relator da comissão de Legislação do Trabalho e Previdência Social; Walmor Marcelino e Jairo Régis foram secretários da Comissão de Problemas Nacionais; Aderbal Fortes de Sá Jr. foi secretário da Comissão de Assistência Social; enquanto Milton Cavalcanti participou da mesa diretiva, sendo posteriormente eleito para a Comissão Organizadora do III Congresso. (SJPP, Relatório de Atividades, 25 de janeiro de 1963).

Ainda no Relatório de Atividades, há um informe de que o Sindicato dos Jornalistas passou a integrar o Comando Geral dos Trabalhadores do Paraná, descrito como entidade com participação ativa em todos os movimentos sindicais do estado e do país. O motivo: “Fazendo parte de sua equipe orientadora, o sindicato não tem deixado de dar apoio às campanhas do operariado, não se ausentando das lutas encetadas por uma melhor situação do proletariado brasileiro”. (SJPP, Relatório de Atividades, 25 de janeiro de 1963).

Essa inserção também se ampliou em termos nacionais, seja em eventos como o IV Encontro Sindical Nacional, que envolvia diversos grupos profissionais; seja no próprio movimento nacional dos jornalistas, o que incluiu participações na V Conferência Nacional, na Conferência Internacional na Hungria ou no V Congresso dos Jornalistas Gaúchos. A recíproca foi verdadeira tanto de jornalistas de outros estados quanto de dirigentes da Federação, nos dois encontros promovidos no Paraná.

Não é por certo a presença estática nestes eventos que confirmaria a inserção apontada inicialmente. O que indica a forte atuação dos jornalistas nas discussões estaduais e nacionais daquele período, tanto dos trabalhadores em geral quanto dos jornalistas especificamente, era a participação efetiva, seja na organização, nos debates das comissões, na coerência das resoluções com a atuação no Sindicato do Paraná.

Importante perceber também o quanto esta diretoria sindical agiu definindo sua identidade como representante de um grupo de trabalhadores assalariados, cuja força residia, por um lado na unidade dos jornalistas paranaenses, e por outro na unidade necessária dentro do movimento sindical de trabalhadores, além da compreensão, por todos, dessa mecânica. O temário do I Encontro aponta nesta direção e dá visibilidade a uma orientação de que era necessário, a partir da diretoria, ampliar para todos os jornalistas esse conjunto de conceitos.

Não foi coincidência que para a eleição da Federação Nacional em novembro de 1963, o nome de Newton Stádler de Souza foi o escolhido para a presidência. O trabalho feito no Paraná rendeu frutos aos jornalistas de outros estados, que obtiveram

conquistas salariais na esteira das conquistas obtidas primeiro no Paraná, após as campanhas salariais de 1961, 1962 e 1963.

A nova diretoria eleita em 27 de agosto de 1963, após uma disputa acirrada (aproximadamente 190 jornalistas participaram, dos quais, 63% elegeram a nova diretoria), tinha a mesma orientação político-sindical da que terminou o mandato anterior, até porque vários nomes nela permaneceram. Foi o caso de Milton Cavalcanti, agora presidente; Hélio Puglielli, Edésio Passos, Aderbal Fortes Sá Jr., Luiz Geraldo Mazza e outros. Na prática, dos 24 nomes que estavam na diretoria do biênio 1961/1963, 11 continuaram na diretoria seguinte. (SJPP, Ata de apuração da urna de Curitiba, 27 de agosto de 1963)

Foi uma eleição que pode ser considerada um marco divisório entre os jornalistas paranaenses. Divisão em vários sentidos. Aparecem em lados opostos jornalistas do grupo de fundadores como Colbert Malheiros e José Muggiati Sobrinho, pela chapa 2, vencedora; e José Augusto Gummy, pela chapa 1, que viria a ser derrotada. Também estavam frente a frente 13 jornalistas da mesma empresa, sendo 7 de O Estado do Paraná na chapa 1, 4 na chapa 2, mais um de cada chapa pertencentes à Tribuna do Paraná. (SJPP, Processo Eleitoral de 1963, 1963)

Esse tipo de situação repetiu-se em quase todos os jornais da época, mas com maioria de jornalistas por veículo na chapa 2, vencedora. Destacava-se como reduto absoluto dessa chapa, que era de situação, a redação do Última Hora em Curitiba, com quatro integrantes, um deles sendo o candidato a presidente, Milton Cavalcanti.

Aparentemente, a chapa 1 não conseguiu ou não quis preencher cargo a cargo, adotando o procedimento de repetir nomes em cargos diferentes. Ao todo eram 18 jornalistas inscritos, enquanto a chapa 2 preencheu os 24 cargos com jornalistas diferentes, inclusive renovando o grupo diretor em quase 50% com profissionais que nunca haviam participado da direção sindical. Pela distribuição das duas chapas nos veículos, nitidamente a chapa 2, vencedora, estava mais abrangente, além de ter a seu favor as recentes conquistas nas campanhas salariais. (SJPP, Processo Eleitoral de 1963, 1963)

Outra divisão poderia ser a observada do ponto de vista ideológico, estando de um lado jornalistas de esquerda e do outro os de direita. Entretanto esta formulação pode não ser completamente satisfatória como representação das chapas, desde que leve-se em consideração a especificidade dos jornalistas.

É visível que o grupo de situação, basicamente o mesmo que vinha seguindo no comando do Sindicato desde 1959, lentamente foi assumindo posturas mais à esquerda. Posicionou-se politicamente a favor de medidas à época consideradas de esquerda – como já se observou nos Relatórios de Atividade e nos Encontros de Jornalistas –, embora não tenha ficado visível a partidarização do movimento sindical dos jornalistas paranaenses (aspecto ressaltado mais a frente, no episódio da greve de novembro de 1963, após as eleições sindicais). Entretanto, era verdadeiro também que alguns integrantes daquelas diretorias estavam ligados a partidos políticos, notadamente PCB e PSB.

Também a divisão patronais x não-patronais poderia ser uma forma de enquadrar os dois grupos que disputaram aquela eleição em 1963. Um dos fatores que apontam para esta possibilidade é o fato de que três jornalistas, que na prática eram empresários de veículos de comunicação – um deles inclusive presidente de sindicato patronal – tentaram votar e foram impugnados pela chapa 2, pois, pelo Estatuto vigente, proprietários de veículos, embora fossem jornalistas, não poderiam nem votar nem ser votados nas eleições do Sindicato dos Jornalistas do Paraná. Apesar de os votos não terem sido abertos, é de se supor que lá estivesse registrado uma opção patronal por uma das chapas, ainda que isto não defina a divisão exclusivamente entre patronais e não-patronais. (SJPP, Ata Geral de Apuração da urna de Curitiba, 27 de agosto de 1963)

É de se considerar, no entanto, que todas estas opções de enquadramento estivessem ao mesmo tempo disponíveis, mas interagindo de certo modo subjugadas a uma categoria de avaliação mais arraigada ao modo idealizado de observar a profissão. Essa forma de compreender o exercício profissional e sua tradução para as relações sindicais dos jornalistas, sintomaticamente estabeleceram-se na década de 1950, quando também o Sindicato se organizou e se construiu.

Reaparecem aqui duas questões bastante caras aos sindicalistas jornalistas do Paraná: a identidade de jornalista profissional, a partir de uma desvinculação política; e a necessidade de buscar a convergência de idéias e interesses mesmo que forçada, numa total aversão ao conflito. O quanto estas duas questões estão entrelaçadas e definiam a divisão entre as chapas concorrentes pôde ser melhor observada justamente na disputa de 1963.

Bastante significativo para esta análise é a presença naquelas eleições do ex-presidente (até então em duas gestões – 1955/1957 e 1957/1959), João Dedeus Freitas Neto, integrante da chapa 1, derrotada. O primeiro aspecto que chama a atenção é que

Freitas Neto chegou a fazer parte de uma diretoria, a de 1959/1961, com boa parte dos que agora enfrentava como adversários.

Ele não poderia ser enquadrado de forma clara e precisa em termos ideológicos, pois defendia exatamente o oposto como identidade de jornalista profissional, ou seja: o jornalista profissional deveria permanecer distante do que se discutia dentro da política partidária, atendo-se ao contato com as fontes de forma estritamente profissional; já como sindicalista o jornalista deveria ater-se às questões da profissão, portanto não assumindo posturas que pudessem ser enquadradas como à direita ou à esquerda, mas dentro de uma perspectiva profissional, o que supostamente o manteria isento quando tivesse que reassumir sua condição de jornalista de redação.

Também não era possível vê-lo como patronal, na medida em que ao assumir a presidência do Sindicato e nos quatro anos seguintes contribuiu decisivamente para que a organização dos jornalistas chegasse ao nível que havia chegado na década de 1960, ainda que para isso não tenha estabelecido um conflito aberto com as empresas. O grupo que assumiu o Sindicato a partir de 1959 o fez com sua contribuição e participação. Portanto, não há como negar uma parcela comum de objetivos entre o Freitas Neto do início da fase de construção e o que interagiu com o grupo que deu continuidade a esse trabalho nos anos mais efervescentes dessa mesma fase.

Ao mesmo tempo, a postura em defesa da notícia como a base capital da empresa jornalística, em detrimento das conseqüências políticas para os proprietários, como foi destacado anteriormente, era um parâmetro da sua relação com a empresa e seus proprietários. Parâmetro que aponta para a sociedade, a quem o jornalista entende está efetivamente direcionando seu trabalho.

Freitas Neto estabeleceu suas convicções profissionais entre as décadas de 1940 e 1950, bastante adequadas ao movimento de mudanças da imprensa no país, e por elas balizou sua atuação tanto no exercício do jornalismo quanto na vida sindical. Sua permanência futura no Sindicato, como presidente (1965/1967), diretor ou militante, se estenderá por muitos anos depois desta eleição de 1963. Ele se tornou uma referência constante como sindicalista, pois mesmo nos anos 1970 e 1980 sua presença nas comissões de negociação das campanhas salariais foi comum. Muito mais pode-se dizer como jornalista, tendo desempenhado por quase duas décadas o comando da redação de O Estado do Paraná. Não terá sido coincidência que dos 42 jornalistas candidatos naquelas eleições de 1963, 13 estavam ligados à empresa em que ele exercia um cargo

de influência direta na redação. Nenhum outro jornal teve tantos profissionais envolvidos na disputa.

Ao observar a idealização profissional, expressada por Freitas Neto, mas certamente compartilhada por muitos jornalistas que também surgiram na década de 1950 e participaram das diretorias do Sindicato, é possível identificar dois processos paralelos, mas que podem interpor-se, conforme se organizam as idéias.

No campo da atividade profissional, excetuando-se o que se poderia definir como cobertura do setor, houve a busca consciente do não envolvimento pessoal com política ou política partidária, ou ainda com temas relacionados a esse campo. Isto, inclusive, teria conferido ao exercício do jornalismo uma capa de racionalidade, um distanciamento metodológico que começava a se aplicar e se cobrar dos jornalistas, mas naquele momento ainda bastante distante, sobretudo no Paraná.

Ao jornalista, a tradução prática desse fenômeno em seu cotidiano idealizado acabou sendo a aplicação do princípio da “imparcialidade”, a qual, segundo a lógica racional, seria indispensável à atuação como profissional, em contraposição ao que havia anteriormente, tido, portanto, como parcial e amador. Vale perceber aqui um problema que irá permear a atuação sindical desses profissionais, que terão a partir desse período que se defrontar com questões de ordem organizacional e ao mesmo tempo reivindicatória. Necessariamente não são questões incompatíveis, mas o processo se torna complexo quando se observa a ação ideológica como algo que deve ser excluído de todo um campo em que se confrontam atores sociais – e o jornalismo, nesse caso, pode ser interpretado como um campo no sentido de Bourdieu, em que jornalistas, proprietários de jornais, demais atores sociais e leitores disputam espaços dentro dele.

O reflexo dessa idealização na ação sindical fica visível quando se observa as atividades do Sindicato do Paraná até o final dos anos 1950, com forte presença nas questões de organização interna e de ordem profissional, sobretudo a partir da participação em Congressos Nacionais. Outro reflexo é a busca permanente da “união da classe”, função considerada fundamental do e para o Sindicato, o que, no entanto, levou a uma aversão ao conflito de idéias entre os jornalistas.

Já no campo da modernização racional da atividade jornalística, é preciso ter clareza para o fato de que quem teve o domínio do processo e empurrou os jornalistas para assumir novas posturas profissionais, sobretudo a partir de 1950, foram os proprietários dos jornais. Desde as reformas gráficas até as mudanças no campo

administrativo dessas empresas, era seu proprietário quem detinha o controle do processo, pois os objetivos eram, naturalmente, empresariais. (FERREIRA, 1996, p. 143 e 144)

Assim que os jornalistas, sobretudo aqueles que estavam na direção sindical dos jornalistas paranaenses entre 1959 e 1964, inverteram ou reinterpretaram o modelo de modernização racional, começando a assumir o controle desse processo, o patronato, num primeiro momento viu-se obrigado a ceder em melhores salários e condições de trabalho.

Esses jornalistas sindicalistas também passaram a envolver-se profundamente com as questões da sociedade, interagindo entre si e com outros grupos de trabalhadores. O ponto de vista expresso, por exemplo, na Carta de Ponta Grossa (II Encontro de Jornalistas do Paraná), era o de que os problemas sociais atingiam qualquer cidadão e não exclusivamente os profissionais jornalistas, portanto mereciam um tratamento mais amplo, no qual os jornalistas também estariam inseridos. De certo modo, um novo ponto de vista sobre a função desses sindicalistas, que estariam optando pela ação para o todo para atingir também a parte. O raciocínio anterior, da fase de construção, é oposto pois observava conscientemente a parte em detrimento do todo.

Da mesma forma, em relação ao jornalismo como atividade profissional, os sindicalistas jornalistas pretendiam funcionar, especialmente a partir dos Encontros estaduais, como balizadores de um jornalismo mais atento e responsável com a sociedade. Um processo de maturação lenta, mas que em poucos anos poderia ou deveria render resultados, tanto quanto já se havia obtido dos padrões nas campanhas salariais em relação aos salários e às condições de trabalho.

Aqui o raciocínio também aponta uma ruptura com o modelo de modernização defendido na fase de construção, em que a proposta é priorizar a sociedade, mas sem engajamentos. O movimento não é exatamente oposto, mas de radicalização da função social do jornalismo e do exercício profissional dos jornalistas.

Portanto, na eleição de 1963, muito mais que um disputa Novos x Velhos, Esquerda x Direita, ou ainda Patronais x Não-Patronais, estava ali embutida. Envolveria todas estas questões, mas subordinadas à luta pelo controle do processo de modernização racional da imprensa. Ali, aparentemente – porque numa eleição desse tipo nem sempre essas tonalidades e motivações ficam explícitas mesmo a quem dela participa ativamente – se pretendia definir um modelo de sindicalismo de jornalistas e,

por consequência, de jornalismo, adequado às respectivas visões de sociedade, de imprensa, e de profissionalismo dos integrantes das duas chapas.

Conclusão

Neste capítulo conclui-se que a identidade do jornalista profissional que estava sendo idealizada no Paraná, no início da década de 1950, era de certa forma uma das questões enfrentadas pelos sindicalistas que se aventuravam a dirigir uma entidade sem sede, sem estrutura alguma, com bem poucos filiados. Mas a prioridade identificada era outra. A preocupação com a “união da classe”, uma prova de que a identidade profissional estava em formação e em franca alteração naquele momento, precisava de uma referência, ainda que idealizada.

Esta foi uma prioridade recorrente em depoimentos e atas como a que fala dos cuidados para a convocação de assembleias para a escolha dos delegados representantes ao VI Congresso Nacional, em Belo Horizonte (1956). Nesse caso em especial, apesar desses cuidados para se evitar qualquer aparente desunião entre grupos com tendência à rivalidade, não apareceu nem antes nem durante a Assembleia qualquer interessado em ser delegado. A Assembleia acabou elegendo o tesoureiro da diretoria, José Joaquim, para ser o único delegado, embora houvesse cinco passagens aéreas destinadas à delegação.

Em relação ao envolvimento com a política partidária, fica claro que esta também não era exatamente uma questão fundamental para aqueles jornalistas sindicalistas. Uma parte das empresas jornalísticas começava a avaliar a necessidade de um profissionalismo com novas posturas pelos jornalistas, o que incluía a respectiva desvinculação de siglas partidárias ou agremiações que de algum modo comprometessem sua condição de reportar os fatos com a isenção desejada. Mas isso não estava disseminado entre os jornalistas. Mesmo na diretoria do Sindicato, a presença de diretores que estavam ligados a partidos e até de servirem como interlocutores junto a autoridades públicas, visando o interesse do Sindicato – como foi o caso da sede – não deixa dúvida sobre o pouco apelo às discussões que a situação estabelecia naquele momento.

Na prática, a busca da “união da classe” serviu para que essa identidade passasse de uma idealização a uma referência concreta. Assim, a concepção vigente e perceptível nas atas e depoimentos era de que seria necessário prioritariamente estabelecer, fortalecer e consolidar os laços de integração e respeito mútuo entre esses profissionais. Em última análise, evitar conflitos. Isto, no entanto, foi deixado momentaneamente de lado em 1959 e em 1963, momentos desse período em que houve disputas eleitorais com duas chapas.

O que se percebe é que a partir dos momentos em que o conflito ficou explícito, a identidade ou a integração se reforçaram, ao contrário do que se poderia imaginar. O processo de reconhecimento entre os jornalistas, e não só entre os jornalistas-sindicalistas, tornou-se obrigatório entre as partes em disputa. Daí um resultado mais sólido das gestões que saíram fortalecidas do processo eleitoral.

Esse processo – conflito explícito = identidade e integração reforçadas – será retomado e ficará mais visível nas eleições de 1976, 1979 e, sobretudo, 1988, mas também nas assembleias gerais do período 1983/1988, quando oposições organizadas se formaram para estabelecer o contraste de idéias e tudo que isto implica nos campos profissional, sindical e social.

As duas fases descritas – de **organização** e de **construção** – apontam para questões que permaneceram, integral ou parcialmente, nas décadas seguintes, mas reelaboradas e traduzidas em novas circunstâncias que envolveram a vida sindical dos jornalistas profissionais do Paraná.

O racionalismo, observado na primeira metade do século XX e que influenciou fortemente a profissionalização jornalística, tanto das empresas como dos jornalistas nos anos 1950, continuará sua trajetória com a chegada ao mercado dos profissionais formados em faculdades. O fenômeno poderá ser identificado mais facilmente pelo pragmatismo com que os novos jornalistas exercerão a profissão. Esse pragmatismo fará uma releitura das práticas jornalísticas, pois a mudança da matriz de aprendizagem – antes dentro das redações, de jornalista para jornalista – trará efeitos tanto para o sistema de trabalho quanto para a ação sindical desses profissionais.

Os capítulos seguintes mostrarão também o contínuo esforço dos jornalistas para definir sua identidade como profissionais. A novidade, mais uma vez, surgirá a partir das faculdades, cujos formados virão com conceitos diferentes de como se deve fazer jornalismo ou até sindicalismo de jornalistas. Parte desses conceitos estava relacionada

ao envolvimento com política partidária. Tímido, mas almejado na década de 1950, foi deixado de lado entre 1959 e 1964, e voltou a ter força, na direção ideológica contrária, durante o período após o Golpe de 1964. Persistiu até os anos 1980, em choque com a nova leitura da ação politizada, sobretudo a sindical, feita por novos atores sociais.

Da mesma forma, os próximos capítulos apresentarão pontos de contato e de afastamento entre o período estudado e os demais, no que diz respeito à ação sindical do campo trabalhista propriamente dito. Curiosamente, para quase todos os temas destacados acima, as características que compõe a fase de **construção** servirão como ponto de referência permanente, reaparecendo nas eleições com disputa de chapas em 1976, 1979 e 1988, evidentemente sob novas formas e leituras.

2 - Adaptação forçada, instabilidade e integração – 1964/1976

Como exposto na introdução deste trabalho, este capítulo pretende apontar as concepções de sindicato que surgiram no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná entre 1964 e 1976, com ênfase especial nas que se confrontaram na eleição de 1976, a única deste período a ter duas chapas em disputa pelo controle da direção sindical. O que estava efetivamente em jogo nesta eleição (quando o Sindicato contabilizava aproximadamente 400 filiados), tem elementos daquele período e de antes de 1964. Ambas as concepções, embora reelaboradas, mantinham alguma referência a questões que estiveram em pauta nas eleições de 1963 e durante as gestões entre 1959 e 1964.

Divido este capítulo em duas partes. Na primeira, aponto as características das ações sindicais do período (1964/1976), tanto no campo político quanto nas negociações salariais, que apresentam em si variações de uma concepção que busca adaptar-se aos controles do regime militar a partir de 1964. Na segunda, apresento uma síntese das chapas que concorreram em 1976, com destaque para as diferenças de concepção sindical e referências ao período anterior.

Uma forma de observar, à distância, estes 15 anos é percebê-los em suas diferentes nuances, tomando-se como referência um aspecto que o permeou integralmente, mas nem por isso de forma ou intensidade iguais: a ditadura militar.

São três momentos de adaptação, três concepções distintas que se estabelecem entre 1964 e 1979, de modo a dar conta de um ambiente adverso ao modelo de sindicalismo anteriormente definido. Os jornalistas paranaenses farão estas adaptações seguindo também as influências que incidiram no mercado de trabalho, na esfera política e, sobretudo, na burocracia do governo federal direcionada para o controle dos sindicatos.

Cultivada dentro do Sindicato dos Jornalistas antes de 1964 (como observado no capítulo 1), a atividade de mobilizar os profissionais para reivindicar o que é de seu interesse não se perde por completo, mesmo após a Junta Interventora permanecer 20 meses na direção sindical. Apesar do ambiente contrário após o Golpe, uma dose de mobilização foi reativada poucos meses depois da eleição da diretoria em dezembro de

1965. O XI Congresso Nacional dos Jornalistas realizou-se em Curitiba, sob organização daquela diretoria, que buscava uma adaptação de **equilíbrio** entre a identidade construída antes de 1964 e a que era possível exercer legalmente naquele momento. Isso ficou visível também na negociação do acordo de 1966, quando o conflito chegou a ponto de ter as negociações suspensas e a Assembléia dos jornalistas decidir pelo Dissídio Coletivo, apesar da aceitação de algumas empresas de um acordo em separado, nos termos dos jornalistas.

Os impedimentos legais para vários dirigentes de antes de 1964, que se tornaram ineleáveis em seus sindicatos, as prováveis dificuldades para o surgimento de novas lideranças completam o quadro que define uma concepção de ação sindical possível na gestão 1965/1967.

Mas as condições que definiram a formação de um grupo de adaptação que buscava o **equilíbrio** entre uma ação sindical nos moldes do período pré-64 e a que era possível após o Golpe, para a gestão 1965/1967 não se repetiram para a gestão seguinte, estabelecendo um vácuo na direção sindical, com conseqüências para os próximos 12 anos. Após um breve período de instabilidade e descolamento em relação às referências sindicais anteriores, num tipo de adaptação **alienada** (descolada de qualquer ação sindical que tivesse referência na mobilização observada no período anterior ao Golpe, e ao mesmo tempo sem estabelecer um caráter original de ação sindical), a direção do Sindicato passa a ser controlada sob uma nova concepção, a qual pode ser definida como **integrada** (mais do que sem referência na ação sindical pré-64, este tipo de adaptação se põe referenciada em ações propostas pelo regime militar, ao campo sindical, depois de 1964).

Isso fica mais claro quando se observa o andamento das negociações salariais no período. Nesta ação sindical, em geral de conotação mobilizadora para reivindicações, evidencia-se a existência dessas três concepções em momentos distintos, que mostram as vertentes de adaptação ao ambiente político-sindical que vai do final de 1965 até as eleições de 1976.

2.1 Ações sindicais no campo político e da negociação

A partir do Golpe de 1964, em pleno regime ditatorial, os sindicatos brasileiros passaram por um forte controle estatal, maior até do que havia antes de 1964, quando a legislação previa o mesmo nível de controle, mas a prática ao longo dos anos fez cair em desuso aqueles dispositivos, os quais agora os militares ressuscitavam. Foram 536 intervenções diretas entre 1964 e 1970, com destituição de dirigentes, mudanças nas leis sobre o funcionamento dos sindicatos, incluindo aí a obrigatoriedade do voto. (ALMEIDA, 1983 p. 199)

Em nove de abril de 1964, poucos dias após o desfecho do movimento golpista contra João Goulart, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná sofria intervenção. Seus principais dirigentes foram convocados a prestar depoimentos em inquérito policial militar, após serem apontados pelos interventores, que também eram jornalistas, como possíveis ativistas comunistas. Em seguida, foram destituídos do mandato e impedidos de exercer qualquer atividade sindical.

A direção do Sindicato ficou a cargo de uma Junta Interventora, sob comando do jornalista Carlos Danilo Costa Côrtes, então chefe de redação do Diário do Paraná (integrante dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand), um dos principais órgãos da imprensa paranaense à época; Vinícius Coelho (funcionário naquele jornal) e Enoch Lima Pereira – os dois últimos, meses antes, haviam concorrido e perdido a eleição no Sindicato.

Mas a intervenção do governo sobre o Sindicato dos Jornalistas foi mantida para além daquela Junta oficialmente instalada em abril de 1964, e que convocou eleições em dezembro de 1965. Kenneth Paul Erickson observa de forma generalizada para toda a classe trabalhadora, que desse período em diante esse tipo de intervenção continuou principalmente via Ministério do Trabalho, que estabeleceu os controles da vida sindical. Fez isso aliando fatores como o impedimento de participação dos antigos líderes, a obrigatoriedade de voto nas eleições, a submissão dos candidatos à declaração de que obedeceriam a Constituição e as leis federais, respeitariam as autoridades e suas decisões. O governo militar também obteve êxito no controle da direção dos sindicatos de trabalhadores com a retirada temporária ou permanente de direitos políticos de cidadãos e, indiretamente, pela polícia política, a censura e a auto-censura, ambas impostas aos veículos de comunicação (ERICKSON, 1979, p. 209 e 210).

Ainda sobre o aspecto intervencionista, falando especificamente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, não pode ser desprezada a presença constante, nas três diretorias eleitas entre 1970 e 1976, do presidente da Junta Interventora de 1964/1965, nomeado pelos militares: Carlos Danilo Costa Côrtes.

A análise que segue sobre o período – dezembro de 1965 até as eleições de 1976 – tem como pontos de referência as decisões tomadas pela diretoria do Sindicato sobre temas registrados nas atas de reunião e de assembleias, incluindo a própria sistemática adotada pelas diretorias para essas tomadas de decisão, além dos depoimentos dos dirigentes. Os temas envolvem especialmente as negociações para acordos salariais, eleições no Sindicato, realização de dois congressos nacionais de jornalistas em Curitiba e questões da atividade profissional.

A Junta Interventora convocou eleições – após 20 meses no controle do Sindicato, em 6 de dezembro de 1965 –, devolveu a jornalistas eleitos o comando da instituição, embora mantendo vigilância, contatos e relações permanentes com o Sindicato e as diretorias até meados da década de 1970. Para esta diretoria foi escolhido como presidente João Dedeus Freitas Neto, que já havia sido presidente por dois mandatos respectivamente em 1955 e 1957. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – fl. 15)

Para ele o contexto da escolha tinha nitidamente dois caminhos: um que vinha do coletivo dos jornalistas e outro que partia dele mesmo, por suas posturas seja como jornalista ou como ex-presidente do Sindicato:

Houve um movimento do... do próprio jornal O Estado do Paraná e tal... “vem pegar o sindicato, porque o negócio é muito chato, fica sob intervenção...” Então, eu acabei aceitando. (...) Dos jornalistas mesmo. Eu tenho a impressão também que houve um pouco de receio das pessoas se candidatarem, tendo em vista a intervenção. Gato escaldado também(...) E aí também pesou muito no sentido ideológico. Nunca me envolvi também(...)
(FREITAS NETO, 2000)

A fala do jornalista nos dá a percepção de que teria havido um movimento dos próprios jornalistas dentro do jornal O Estado do Paraná, onde trabalhava e era diretor de redação há vários anos, para a escolha de seu nome como presidente. Seria uma sustentação da base dos trabalhadores para tal escolha, especialmente por sua experiência anterior, mas também por sua proximidade, e com a “devida” distância ideológica, da ação sindical que vinha sendo feita antes do Golpe de 1964. Apesar de ter

participado da chapa que disputou a eleição de 1963 na oposição, Freitas Neto era um jornalista que fazia questão de manter-se, como ele próprio afirma, distante do envolvimento com a política, portanto, ideal para aquele momento de instabilidade política do país. Ao mesmo tempo fica implícito que esta escolha ocorreu, previamente, com a aceitação velada da Junta, cujo caráter intervencionista não iria extinguir-se tão cedo. Este aspecto de permanente vigilância seria percebido nitidamente nas diretorias que seguiram até o fim da década de 1970.

Ao dizer que nunca se envolveu, referindo-se a questões ideológicas, tendo isto como algo positivo e que denotava sua pré-condição para voltar a assumir a presidência do Sindicato, o jornalista-sindicalista destacou algo que pode ser remetido à dimensão dos conceitos da profissão de jornalista, já observados a partir da década de 1950, sob uma ótica nem tanto particular, posto que na década de 1960 já compartilhada coletivamente: tornou-se parte da cultura jornalística idealizar a necessidade de manter distância, ou a chamada *imparcialidade*, diante das posturas ideológicas dos agentes em conflito na sociedade, o que conferiria, na visão destes trabalhadores, supostamente mais objetividade e isenção no tratamento destas questões como profissionais de imprensa.

Compreender essa idealização, dentro da fala do entrevistado, parece ser necessário, na medida em que é a partir dela que parte do raciocínio lógico se estabelece. Entretanto foi preciso percebê-la para além de uma fala individual, mas dentro do campo em que os demais agentes estão se confrontando. A “imparcialidade”, como capital simbólico aqui considerado, orientou decisões, definiu posições, levou os agentes a uma ação concreta.

Percebe-se, agora com clareza, que no caso citado esta ação foi impregnada pela transferência da noção do ideal profissional para o ideal sindical dos jornalistas daquele momento. Assim, a compreensão idealizada do exercício profissional, independentemente de ser efetiva na prática diária, foi transferida para uma compreensão idealizada do exercício sindical, ou pelo menos para a escolha de um presidente do Sindicato. Entretanto, ainda que em menor grau, é possível estender esse entendimento aos demais membros que seriam escolhidos para aquela diretoria.

Em relação ao que se viu na década de 1950, há uma diferença importante. Não só há uma reversão ao padrão de influência no sindicato do que se concebia sobre a profissão de jornalista, anterior a 1959, quanto pela primeira vez esse padrão se estabelece claramente de forma coletiva.

Outro diretor do Sindicato daquela gestão, então chefe de redação do mesmo O Estado do Paraná, Mussa José de Assis, confirma a visão, acrescentando a percepção de que o candidato a presidente também passou pelo crivo militar:

Com essa caça às bruxas, houve um desinteresse geral pelo sindicato. A própria eleição do Freitas Neto, sucedendo a uma Junta Interventora de extrema direita, foi porque o Freitas era uma pessoa bem independente e que ninguém conseguia situá-lo como de esquerda ou de direita. Seria um cara bem centro, que tinha um bom diálogo com as duas partes e que não tinha nenhuma marca de esquerdista. O que o ajudou muito também a obter esta indicação e ser eleito, é que houve um beneplácito inclusive dos militares para ele ser eleito, porque naquela época ninguém seria eleito se não tivesse o OK da Segunda Sessão (era o serviço secreto do exército), do DOPS – que aqui era dirigido por um cara muito duro, um delegado muito de direita (...). Então o Freitas acabou presidente do Sindicato porque obteve também o OK dos milicos e da repressão e tendo como folha corrida um troço muito importante: ele tinha ido defender o Brasil na Itália, ele era expedicionário, era pracinha. Então com o respeito que o pracinha sempre teve dos militares (...), o Freitas foi eleito presidente do Sindicato.
(ASSIS, 2002)

No caso do dirigente citado, Freitas Neto – filho, sobrinho e irmão de jornalistas – este confirma e personifica esses conceitos profissionais, embora sua atuação sindical também mostre uma tendência ao enfrentamento. Como dirigente, desde suas duas gestões anteriores, já comentadas no capítulo anterior, ele e as diretorias eleitas imprimiram as bases de um sindicato de trabalhadores, ainda que de camada média, visando melhorias salariais e de condições de trabalho. O Sindicato passou a existir de fato em 1955, momento em que se estabeleceram parâmetros em Acordos assinados com os patrões.

Aliar os dois campos de atuação nestes termos – profissional e sindical – pode parecer incompatível ou no mínimo muito difícil. No entanto, a diretoria daquele mandato (1965/1967), em pleno regime militar, provou que nem uma coisa nem outra prevaleceu. O que ocorreu foi uma adaptação, ou no mínimo uma tentativa de manter o equilíbrio entre a identidade construída entre 1955 e 1964 e a situação política do país, avessa a mobilizações e pautas reivindicatórias, especialmente nos campos salarial e político.

Naquele momento inicial, em que o movimento sindical era observado muito de perto pelos militares – para não dizer por dentro, nas muitas intervenções - os jornalistas evitaram o enfrentamento, mas até certo ponto.

Enquanto nas atas de reuniões da diretoria e assembleias não se observa qualquer registro sobre discussões a respeito do momento político – quanto aos Atos Institucionais, por exemplo - ou mesmo de questões que estavam afetando os trabalhadores, como o fim da estabilidade no emprego –, algumas ações no campo da reivindicação salarial e da ação política apontam na direção contrária. Justamente pelas pré-condições que levaram aquele grupo à direção sindical, tornou-se possível em março de 1966 a realização em Curitiba do XI Congresso Nacional dos Jornalistas, o primeiro congresso de trabalhadores no país após o Golpe de 64, uma “aventura”, na lembrança do então presidente do Sindicato, Freitas Neto.

Inegável dizer que a figura do presidente estabelecia no Sindicato um componente forte e determinante sobre a atuação de toda a diretoria. Ainda assim, a concepção sindical numa gestão não se definia exclusivamente a partir da presidência. Os principais dirigentes que compõem a direção executiva da gestão 1965/1967 têm duas características comuns: primeiro, são profissionais com estabilidade em seus empregos, não só por lei, mas, para alguns, até porque desempenhavam funções de confiança nas empresas em que trabalhavam; segundo, atuavam na maioria em redações dos principais jornais impressos como repórteres, editores e chefes de redação, embora já houvesse novos espaços no mercado de trabalho, de pouco volume, mas visíveis.

Outro ponto comum, mas de verificação e conseqüências posteriores, é que compõem a diretoria para o biênio 1965/1967, entre outros, integrantes de algumas das futuras diretorias que darão a tonalidade da ação do Sindicato até 1979: Ayrton Luiz Baptista (presidente por três gestões entre 1970 e 1979), Hugo Mendonça Sant’Ana (vice-presidente nas gestões 1968/1970 e 1970/1973), Antonio D’Áquino Borges (integrante de uma Junta Governativa em 1970), Renato Schaitza (diretor entre 1965/1968 e 1968/1970), Jorge Kudry (diretor em 1965/1968 e de 1968/1970) Mussa José de Assis (diretor em 1965/1968, 1968/1970), Léo Kriger (diretor em 1965/1968, 1968/1970 e 1976/1979), José Joaquim (diretor em 1965/1968, presidente da Junta Governativa no primeiro semestre de 1968 e diretor em 1976/1979). Na chapa registrada para concorrer às eleições de 1976 reaparecem também os interventores Carlos Danilo Costa Cortes e Vinícius Coelho. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984, fl. 116)

Vale observar que na lista dos diretores apontados, embora já não apareçam mais fundadores do Sindicato, sete haviam sido diretores da executiva entre 1955 e 1961.

Mesmo assim, a partir de 1965 a repetição dos nomes em diretorias diferentes, ao longo de mais de 14 anos, não garante que se tenha estabelecido naquela diretoria uma concepção sindical comum entre esses jornalistas, nem que pertencessem declaradamente a uma mesma corrente ideológica. Indica que os elementos que compunham esse grupo inclinavam-se a pensar a profissão mantendo – ainda que de forma idealizada, portanto não exatamente na prática – a distância sobre questões políticas: também agora tinham, como o presidente da gestão 1965/1967, João Dedeus Freitas Neto, uma pré-disposição para a adaptação; e por último, convergiam nos seus objetivos sindicais de adaptação, embora necessariamente não uma adaptação de mesmo tipo.

Isso ficará evidente especialmente na próxima gestão – 1968/1970 –, que muda completamente a concepção de ação sindical, provocando a reação de diretores e jornalistas não diretores, o que será apontado em detalhes mais a frente.

No início de 1966, uma das primeiras tarefas da nova diretoria foi organizar o XI Congresso Nacional de Jornalistas (6 a 9 de março), não sem antes definir limites com os militares. O presidente Freitas Neto destaca a dificuldade para manter a realização do evento, valendo-se de seu currículo militar para obter respeito dos militares e uma margem de manobra para desarmar os espíritos. O XI Congresso Nacional dos Jornalistas foi definido em setembro de 1963, durante a realização do X Congresso, em Brasília, realizado apesar das turbulências políticas já em andamento. Sua realização naquelas circunstâncias teria sido possível somente nas condições em que o Paraná havia se adaptado.

(...) aquele episódio que eu te contei do Congresso Nacional de Jornalismo, os caras tentaram evitar a reação do Congresso e eu não concordei... as próprias autoridades militares(...) Se você tivesse algum envolvimento político, na certa eles iam conseguir que não fosse realizado o Congresso. Não tinha.. Minha condição de ex-combatente também...

(FREITAS NETO, 2000)

Reaparece aqui a questão da adaptação pelo equilíbrio, já citada anteriormente neste capítulo em relação ao período imediatamente posterior ao Golpe. Envolvimento político àquela altura significava qualquer coisa que tivesse relação com os atos do regime militar. Isso envolvia liberdade de imprensa, liberdade sindical, direitos de cidadania.

Outro jornalista então diretor do Sindicato, Walfrido Ribeiro de Camargo, admite que o temario versava sobre outras questões: mais exclusivamente relacionados com os profissionais e suas atividades.

Nós éramos muito cautelosos. Isso para não envolver exatamente a classe e o Sindicato, que era muito visado. Para não envolver com pessoas ligadas ao regime que estavam aqui. O governo parece que não estava muito satisfeito com a classe. Então a gente fazia tudo para evitar isso. Nós tratávamos aqui dos nossos interesses, evidentemente interesses nacionais, que é o caso da regulamentação da profissão, que é interesse nacional; da questão salarial, que é interesse nacional; e liberdade de imprensa, que nem é nacional, já é mundial.. No calor das discussões, naquelas comissões se estudava muita coisa, veio para plenário muitos assuntos, o que se permitia na época.
(CAMARGO, 2002)

Quando enfatiza a cautela nos procedimentos e o aspecto nacional dos temas, o entrevistado traz a tona o grau de vigilância exercido de forma local sobre a diretoria e por extensão ao próprio Congresso, especialmente quanto a questões relativas ao Paraná. Como questões nacionais, tanto o problema salarial quanto o da liberdade de imprensa estavam aparentemente liberados.

Esse pode ter sido um dos motivos para que se constatasse no relatório de atividades de 1966, do Sindicato do Paraná, um lamento para “a ausência de profissionais de Curitiba nos trabalhos do conclave”. (SJPP, Relatório de Atividades de 1966, 31 de março de 1967)

Aspectos nacionais não eram, necessariamente, menos delicados. Além disso, fazer uma incursão nas questões que estavam na ordem do dia no âmbito da Federação Nacional dos Jornalistas ajuda a compreender o quanto esses problemas atingiam as bases sindicais estaduais.

Segundo João Antonio Mesplé, em seu artigo “1964: ação da CIA no sindicalismo jornalístico no Brasil”, citado por Adisia Sá, naquele XI Congresso foi proclamada a repulsa dos jornalistas brasileiros à “(...) infiltração e domínio do capital estrangeiro em certas áreas da imprensa brasileira e o controle indireto dos meios de comunicação social, através das agências de publicidade abundantemente desnacionalizadas, com graves conseqüências para a livre e sadia formação da opinião e da consciência nacional”. (SÁ, 1999, p.94)

Um Congresso em que esse tipo de discussão estava ocorrendo, mesmo que momentaneamente, teria dificuldades para atrair os jornalistas de Curitiba. Mesmo antes

de 1964, a presença e a influência do capital estrangeiro na imprensa e nas organizações de jornalistas geravam polêmica. Uma das entidades que mais colaborou para essa polêmica instalar-se foi a Federação Interamericana de Organizações e Profissionais de Imprensa – FIOPP (criada em 1961, após um congresso interamericano em Lima). A FIOPP estava muito próxima tanto à Federação dos Jornalistas quanto aos sindicatos, especialmente o do Paraná, que há poucos meses havia saído da intervenção do governo militar. (SÁ, 1999, 307).

Segundo Mesplé, mais uma vez citado por Adisia Sá.

A história da FIOPP é esclarecedora e permite bem compreender suas finalidades. Em 1959, o “American Newspaper Guild” (ANG), que é Sindicato de jornalistas do Estados Unidos, e uma intitulada “União de Jornalistas Livres”, congregando exilados dos países do leste europeu emigrados nos Estados Unidos, dirigiram um apelo às organizações de jornalistas de todo o continente americano, convidando-as a participarem de uma reunião marcada para 1960, no Paraná, e destinada a criar uma entidade interamericana de organizações de jornalistas profissionais. Tratava-se de clara manobra para antecipar-se à criação de uma federação latino-americana de jornalistas profissionais sugerida em 1958, no México, com uma evidente linha de defesa dos interesses da categoria profissional, conjugada a luta pela emancipação nacional dos países latino-americanos (...). (SÁ, 1999, p. 205 e 206)

O autor acrescentou que federações como a do Brasil, México, Uruguai e Venezuela não compareceram ao encontro, mas apesar disso foi programado para 1962 o segundo congresso, em Lima. Nos arquivos do Sindicato dos Jornalistas do Paraná não há qualquer menção a alguma representação ou participação neste encontro. É razoável supor que o Paraná tinha, portanto, presença organizativa na FIOPP, mas vinda de fora do Sindicato. Para que o evento acontecesse no estado, também é de se presumir que essa participação não fosse meramente logística, mas engajada nos objetivos a que a entidade se propunha no Brasil.

Uma das ações imputadas à FIOPP, e que fazia parte desses objetivos, foi a articulação para a deposição, em junho de 1964, da diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, quando o paranaense Newton Stadler de Souza completava pouco mais de sete meses na presidência. O próprio interventor no Sindicato do Paraná, Carlos Danilo Costa Côrtes, participou da reunião do Conselho de Representantes naquele mês (a intervenção no Sindicato do Paraná completava três meses), votando a favor da intervenção na Federação. (SÁ, 1999, p. 145)

Posteriormente, João Antonio Mesplé acusará por escrito a FIOPP dessa articulação, apontando o argentino Alberto Schtirbu, secretário da FIOPP no Brasil, como o articulador da queda da diretoria, ao lado de alguns sindicatos que comungariam da mesma filosofia, influenciando o sindicalismo de jornalistas com financiamento da Agência de Inteligência Central norte-americana – CIA, principalmente com o objetivo de “patrulhamento ideológico radical e violento contra os que se conduzem por um liberalismo aberto e um sindicalismo autenticamente político”.

Procedente ou não, a acusação é coerente na medida em que quatro meses depois da derrubada da diretoria pelo Conselho de Representantes, o mesmo Conselho recomenda à nova diretoria da Federação o pedido de filiação à FIOPP, que estava sendo recusado desde 1960. (SÁ, 1999, p. 93 e 416)

Após a filiação, a FIOPP procurou influenciar os sindicatos promovendo eventos nos quais membros da diretoria do Paraná estiveram presentes: o Seminário Sindical para Jornalistas Profissionais, realizado em Caxias do Sul; e no Seminário de Mulheres Jornalistas, realizado em Ohio, nos Estados Unidos, conforme o relatório de Atividades de 1966.

Da mesma forma, repetindo a ação de 1964, em 1966 a FIOPP procurava articular uma chapa para as eleições daquele ano na Federação Nacional dos Jornalistas, de acordo com seus interesses. A acusação de intromissão indevida ao processo eleitoral, novamente a Alberto Schtirbu, foi formalizada pelo presidente da Federação Nacional, Victor Antonio Gouveia, em julho de 1966. Antes, em março, o XI Congresso Nacional, em Curitiba, teria funcionado também como laboratório para as articulações sobre a próxima diretoria da Federação, o que não exclui a presença da FIOPP, embora sem registro, no evento. (SÁ, 1999, p. 149, 381-383).

Não há registro da participação direta de Danilo Cortes na Federação Interamericana, mas indiretamente, no mínimo pode-se deduzir ter sido um simpatizante a partir de suas ações no Conselho de Representantes em 64 e como diretor da Federação Nacional na gestão 1964/1966, a qual aprovou a filiação à FIOPP.

De qualquer modo, ainda em 1966, a forte influência no campo jornalístico estadual do agora ex-interventor Carlos Danilo Costas Cortes – à época também chefe de redação do Diário do Paraná, um dos jornais mais influentes do estado, e professor de jornalismo da Universidade Federal do Paraná – podia ser sentida por sua presença na comissão de organização do XI Congresso Nacional, definida já na primeira reunião

da diretoria recém-eleita do Sindicato dos Jornalistas do Paraná. (SJPP, Ata de reunião de diretoria em 3 de janeiro de 1966, fl. 15)

A intervenção em 1964, tanto no Paraná quanto na Federação Nacional, os processos sobre jornalistas acusados de subversão pela Junta Interventora no Paraná e outros casos no âmbito da Federação, além da permanência dos interventores na direção sindical do Paraná e em outras instâncias de poder, indicam razões em boa parte não só para a completa ausência dos jornalistas de Curitiba no XI Congresso, quanto a inexistência de registros sobre o temário discutido no Congresso, deliberações finais e outras informações, tanto no Sindicato dos Jornalistas quanto na Federação Nacional.

Para concluir, a gestão iniciada em 1965 e encerrada em 1967 teve em seu único relatório de atividades alguns destaques como uma programação que visava entre outras coisas: aumento do número de associados e eliminação dos que não mais exerciam a profissão; planos para financiamento pela Caixa Econômica Federal de compra de automóveis e casas para os jornalistas (gerando a criação de uma cooperativa habitacional dos jornalistas, com mais de 100 inscritos inicialmente), campanha salarial (comentada em detalhes neste capítulo mais a frente), participação na eleição de um representante gráfico na Junta de Recursos da Previdência Social; e em especial, aliança aos protestos contra o ante-projeto da nova Lei de Imprensa enviada ao Congresso Nacional pela presidência da República, “protestos de toda a classe, no Brasil, divulgando manifesto que definiu a sua posição”. (SJPP, Relatório de Atividades de 1966, 30 de março de 1967)

O que segue a esta gestão é um misto de homenagens, turbulências e a queda de uma diretoria, cuja adaptação ao momento político-sindical pode ser classificada como alienada. O que é aqui chamado de **adaptação alienada** é um processo que inicia em fins de 1967, quando não há candidatos para a eleição sindical, o que provoca a necessidade de uma Junta Governativa, a segunda desde a fundação do Sindicato.

Mas é preciso observar com mais atenção a inexistência de candidatos, fato extraordinário sem precedentes na história do Sindicato do Paraná, e que não se repetiu nos anos seguintes. Há uma série de fatores que, gradativamente e de forma considerável, vão diminuindo as probabilidades de surgimento natural de candidatos em eleições sindicais, especialmente entre os jornalistas.

O primeiro fator é o recrudescimento da ditadura, quando da publicação do Ato Institucional nº 2 (em 27 de outubro de 1965). Até então o governo militar, como observam Cruz e Martins, podia ser considerado brando em termos de uso da

autoridade. Após a publicação, retorna com maior vigor o poder de cassar mandatos e suspender direitos políticos, limitação à manifestação livre do pensamento, extinção dos partidos políticos, possibilidade de intervenção nos estados, de baixar decretos-leis abrangendo segurança nacional, de estabelecer o recesso para o legislativo. (CRUZ; MARTINS, 1983, p. 22)

Também não é desprezível a criação da lei 5107, de 13 de setembro de 1966, que praticamente eliminava a forma de estabilidade no emprego até então existente, substituindo-a pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Como observado anteriormente, um dos pontos comuns entre os dirigentes da gestão 1965/1967 no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná era justamente o grau de estabilidade que a maioria gozava.

No dia 24 de janeiro de 1967 também foi promulgada uma nova Constituição, para entrar em vigor em 15 de março daquele ano. Vale destacar que o capítulo Dos Direitos e Garantias Individuais, o parágrafo 8º do artigo 153, admitia a livre manifestação de pensamento, ao mesmo tempo em que não tolerava a “propaganda de guerra, subversão da ordem” ou ainda “as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes”. Também o artigo 154 era enfático: “O abuso do direito individual ou político, com o propósito de subversão do regime democrático e ou de corrupção, importará a suspensão daqueles direitos de dois a dez anos”. (MELLO, 1979, p. 591-616)

Mais diretamente envolvendo os jornalistas, havia a legislação que regulava a imprensa. O governo Castelo Branco lançou uma nova Lei, em termos gerais visando um controle maior de jornalistas e proprietários de empresas jornalísticas – Lei Nº 5250, publicada em 9 de fevereiro de 1967 e em vigor a partir de 14 de março seguinte. Pela lei, que vigora até hoje, passou a constituir crime utilizar meios de comunicação para divulgar, por exemplo, notícia que possa ser considerada segredo de estado, notícia sigilosa de interesse da segurança nacional, perturbação da ordem pública ou alarma social, prejuízo ao crédito da União e dos demais poderes executivos. (SANTOS, 1991, p. 15-42)

O problema para o exercício profissional era evidente a quem estivesse na direção do Sindicato, tanto quanto as conseqüências em decorrência desses problemas com a atividade jornalística. Como já observado anteriormente, em março de 1966 já se tinha percepção negativa sobre a nova lei.

Não bastasse isso, dois meses após estabelecer um controle rígido sobre a imprensa, especialmente sobre os jornalistas, o governo baixava o decreto-lei nº 314, em 11 de março de 1967, a Lei de Segurança Nacional, que incorporava a “evolução do pensamento militar”, agora mais preocupado com tudo que envolve a subversão da ordem interna e a condição legal para o Estado dela defender-se. (CRUZ; MARTINS, 1983, p. 23).

Nas circunstâncias apresentadas, não se pode dizer que uma eleição sindical de jornalistas fosse atrativa de alguma forma. Isto, a partir da perspectiva de dirigentes que poderiam ser enquadrados como comprometidos com a busca de melhorias salariais e de condições de trabalho, menos ainda para quem tinha o Sindicato como espaço de manifestação política. Além do clima político tenso e do crescente autoritarismo do governo militar, é necessário levar em conta a forte probabilidade de que os jornalistas tivessem, como em geral têm até hoje, acesso a informações extra-oficiais. Informações impúblicáveis, pela falta de sustentação para tal pelas respectivas fontes, mas nem por isso sem base lógica para ajudar a estabelecer seus próprios posicionamentos.

Essa possibilidade é bastante visível quando se analisa o campo em que os jornalistas estão inseridos. A troca de informações, sobretudo as conhecidas, mas impúblicáveis, faz parte da economia simbólica desse campo. Permanentemente, até por força da prática jornalística, esses profissionais estão em contato no campo com agentes que ocupam posições diferentes das dos jornalistas, seja pela condição social, seja por cargo de autoridade na hierarquia dos poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), portanto de capitais simbólicos diferenciados. Entretanto, participam desse campo como fontes complementares de informação privilegiada. A troca se estabelece de um lado, pela valorização desse tipo de informação pelo jornalista, mas por outro, pela própria fonte, que valoriza o mesmo jornalista num segundo momento como fonte de retorno, ainda que de segunda mão.

Para concluir este ponto, mais uma vez a prática profissional, ainda que de forma indireta, pode ter aí influenciado a ação sindical dos jornalistas. Não se trata de observar a obtenção da informação privilegiada em si, possível a outros agentes também, mas da forma dessa obtenção, aí sim, específica. Sem perspectiva de uma condição mínima para atuar dentro do Sindicato, o que havia na gestão anterior – 1965/1967 –, os jornalistas não se candidataram pela primeira vez na história do Sindicato do Paraná a uma eleição sindical. Mais a frente, essa decisão vai possibilitar a ascensão de uma

concepção desligada das referências com a ação sindical pré-64 ou qualquer outra forma de compreensão sindical das questões que surgiram naquele final da década de 1960.

Assim, a eleição programada para o final de 1967 não acontece por falta de candidatos e assume a direção uma Junta Governativa, cuja presidência é ocupada por um membro da diretoria que encerrou o mandato, José Joaquim (que era suplente do Conselho de Representantes junto à Federação Nacional dos Jornalistas). Somente em 17 de junho de 1968 essa Junta convoca eleições para 2 de agosto daquele ano. O vácuo de poder que se segue, abre espaço para o que se avalia aqui como uma concepção sindical alienada.

Um dos diretores tanto no biênio 1965/1967 quanto no de 1968/1970, Mussa José de Assis, observa o que, em sua opinião, estava acontecendo no âmbito sindical naquele momento:

A nova eleição também não provocou nenhuma euforia, tanto que quem se candidatou foi Edouard Elias Thomé, uma figura obscura, jornalista de pouca atividade, nunca em nenhum órgão mais expressivo (...) envolvido com a cobertura da Assembléia, que é o comitê de imprensa. Como ninguém se aventurou, ele montou uma chapa, diante do desinteresse geral – eu integrei essa chapa também, como conselheiro ou como sei lá eu... membro de algum posto de expressão secundária. E foi eleita. Toda ela de jornalistas que não eram muito ativos, principalmente na política sindical. Os tempos não eram bons para isso.
(ASSIS, 2002)

A desqualificação expressa pelo dirigente a uma diretoria montada em sua maioria por jornalistas “não muito ativos”, inclusive no campo da política sindical, dá um indicativo sobre a qualificação que seria desejável, pelo menos a ele, para uma diretoria de sindicato de jornalistas: dirigentes oriundos das principais redações dos grandes veículos, à época jornais, e com alguma prática político-sindical. Pelos acontecimentos apresentados a seguir é possível crer que essa qualificação também fosse desejada pelos demais filiados.

A gestão iniciada em agosto de 1968 teve momentos tensos e durou menos de dois anos, embora devesse ser a primeira a permanecer no comando do Sindicato dos Jornalistas por três anos, conforme mudança na legislação trabalhista - decreto-lei nº 771, de 19 de agosto de 1968. Apesar do tempo menor de permanência a frente do

Sindicato, a diretoria eleita protagonizou um episódio singular na compreensão da concepção de sindicato, mostrada por uma parte ativa e mobilizada dos sindicalizados.

O clima político era até mais tenso que o do fim de 1967, sobretudo após a publicação do Ato Institucional nº 5, a 13 de dezembro de 1968. A Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa seguiam fazendo vítimas, muitos eram jornalistas. (CRUZ, MARTINS, 1983, p. 34)

É neste contexto que a diretoria eleita para a gestão 1968/1970 além de alterar procedimentos anteriores nas negociações salariais, o que será abordado mais a frente, inovou propondo, em dezembro de 1968, homenagens a dois jornalistas, como os melhores assessores de imprensa e relações públicas daquele ano: Enock Lima Pereira (ex-interventor no Sindicato em 1964) e Eugênio Guimarães. A ata da reunião de diretoria, que também previa mais homenagens para 1969, foi assinada por dois dirigentes: o presidente Edouard Elias Thomé e o 2º secretário, Jerônimo Clodemar Costa Lima. Aparentemente as homenagens não geraram qualquer reação da parte dos demais diretores. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – fl. 40)

O fim antecipado da gestão deu-se claramente um ano depois, a partir da decisão tomada na reunião de diretoria do dia 4 de dezembro de 1969. Cumprindo a decisão de 12 meses antes, foram escolhidos alguns jornalistas para, mais uma vez, homenagear como os melhores do ano em diversas funções - Edson Jansen (melhor repórter fotográfico), Enock Lima Pereira (novamente, como melhor assessor de imprensa), Clemente Comandulli (melhor repórter esportivo), Antonio Brunetti (repórter de política), Colbert Malheiros (repórter de policial), e Paulo Marins (função não identificada). (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – fl. 50).

Dessa vez, curiosamente, a decisão gerou forte repulsa na maior parte dos diretores e, inclusive “na classe”, o que foi assumido pelo próprio relator das atas em reunião de diretoria. Entre os 23 diretores eleitos, 20 renunciaram uma semana após a decisão. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Atas das reuniões de diretoria em 4 e 9 de dezembro – fls. 50 e 51).

Novamente é Mussa Assis quem dá sua versão sobre a questão, não só como diretor da época, mas como um dos que assume ter ficado contra a direção executiva do Sindicato naquele episódio.

Era uma diretoria que assim que assumiu, a primeira coisa que o Elias quis fazer foi promover festa. E de repente aparece uma lista, patrocinada pelo Sindicato, premiando os melhores jornalistas... bem típico daqueles concursos feitos pelo Diário Popular. Troço totalmente descabido, que provocou uma revolta em todos nós, que estávamos vivendo um período duro. E achamos que um troço desses era desagregador.

(...)Nós estávamos num momento em que o Sindicato deveria reagir. Adotar certas posições políticas, com o quadro que estava no país, de censura, etc. Os jornais isoladamente estavam reagindo à sua maneira(...) nós demos manchetes todas elas pesadas na época (...), enquanto foi permitido nós fizemos uma cobertura correta das coisas(...). Havia esse atrevimento até no caso do empresário, que permitia fazer isso... e o Sindicato fazendo festinha, convescote....

(ASSIS, 2002)

Fica inicialmente a dúvida sobre a motivação do movimento contrário às homenagens. Além da versão do entrevistado, havia a possibilidade velada de veto por motivos não comentados, aos nomes de alguns dos jornalistas a serem homenageados. Uma hipótese remota que não encontra sustentação nem mesmo nas atas de reunião da diretoria que estava sendo pressionada. Os registros apontam mesmo para uma discussão sobre a inoportunidade da idéia. O vice-presidente, Hugo Sant'ana, solicitou por exemplo, que fosse convocada uma assembléia geral para discutir a questão. Durante a reunião registrou-se que “o vice-presidente manifestou a sua discordância daquela iniciativa, embora isso não signifique restrições aos nomes”. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata da reunião de diretoria em 9 de dezembro – fl. 51)

Além disso, entre alguns dos nomes a serem homenageados estavam: um que já aparecera no ano anterior, outro que era filho de um diretor do Sindicato, um jornalista editor de Esportes da Gazeta do Povo que se tornaria diretor na gestão seguinte, entre outros nomes vencedores de prêmios nacionais como o Prêmio Esso. Caso a questão fosse sobre alguns nomes indesejáveis a reação provavelmente teria sido outra.

Apesar do ato inusitado – renúncia coletiva –, os três diretores remanescentes resistiram e, após consulta à Delegacia Regional do Trabalho, convocaram eleições complementares para nove de fevereiro. Após reclamações “por ser dia feriado, pois se realiza nesta data e também nos dias subsequentes, as festas momísticas”, foi transferida para 13 de fevereiro de 1970. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de reunião de diretoria em 6 de janeiro de 1970, fl. 55)

Novos diretores foram eleitos, tomando posse no dia seguinte à votação. Um novo ato dos dirigentes porém gerou um confronto insustentável e que foi o estopim para o encerramento abrupto da gestão.

Uma denúncia recaiu sobre dois ex-diretores do Sindicato, dos que haviam renunciado há poucos meses e que agora faziam forte oposição à então diretoria remanescente – Mussa José de Assis e Victor Celso Müller. Eles não estariam exercendo a profissão, um impedimento para manter a filiação ao Sindicato. O primeiro porque passou a exercer a direção do jornal O Estado do Paraná; o segundo, porque não estava exercendo o jornalismo em órgãos de imprensa, mas somente no governo estadual e, conforme os estatutos, nestas condições, ambos deveriam perder os direitos de votar, ser votados e convocar assembléias. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de reunião de diretoria em 16 e 26 de fevereiro de 1970, fl. 61-62 e 64)

A decisão unânime da diretoria em suspender os dois jornalistas e ex-dirigentes nas atas aparece acompanhada de comentários dos diretores que levantavam esses questionamentos sobre ser esta ação bastante oportuna na medida em que o primeiro, Mussa José de Assis, “(...) tem reiteradas vezes procurado tumultuar as atividades do Sindicato, prevalecendo-se de sua condição de empregador (...)”; e no segundo, Victor Celso S. Müller, “(...) sendo este elemento um dos que têm procurado tumultuar as atividades sindicais, inclusive propondo recursos à Delegacia Regional do Trabalho (...)”. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de reuniões de diretoria em 16 e 26 de fevereiro de 1970, fl. 61-62 e 64).

Após estas decisões, a diretoria suportaria menos de dois meses até que em 7 de abril (coincidentemente o Dia do Jornalista) capitulou diante do Delegado Regional do Trabalho, aceitando a formação de uma Junta Governativa, a terceira na vida do Sindicato, a qual deveria convocar novas eleições em no máximo 90 dias.

Evidencia-se, na medida em que ocorria o confronto entre aqueles jornalistas e a diretoria do biênio 1968/1970, uma disputa com base na noção de pertencimento ao grupo profissional. Num primeiro momento, jornalistas “de pouca atividade”, traduzidos como profissionais que não atuavam em redação de jornais de expressão, como observou o entrevistado Mussa Assis, assumiram o comando do Sindicato. Empregaram ali uma visão sindical desligada das referências de ação sindical até então reconhecidas como legítimas pelos jornalistas, que por oposição, seriam os de “atividade em jornais de expressão”. Esses dirigentes, portanto, não são reconhecidos como jornalistas na concepção dos jornalistas que atuavam nas redações de jornais.

Num segundo momento, o estranhamento de um grupo de jornalistas a essa visão sindical, cria um impasse com a renúncia da maioria dos diretores. Por sua vez, a diretoria remanescente reage e tenta utilizar um outro argumento, o do não

reconhecimento de dois ex-diretores como jornalistas, um por sua função como diretor de Jornal, o outro por ser funcionário público, portanto, o primeiro não mais seria trabalhador-jornalista, enquanto o segundo, sequer jornalista.

Novamente percepções da atividade profissional se transplantam para a atividade sindical dos jornalistas. A noção de pertencimento ao grupo que compunha a maioria dos jornalistas naquele momento, inevitavelmente deveria ser aplicada à escolha das lideranças sindicais. Isso não ocorreu antes, aparentemente, pelo desinteresse de assumir o controle do sindicato nas condições já expostas. Isso faz crer que no final de 1969, início de 1970, os jornalistas entenderam que precisavam fazer uma opção entre ver o Sindicato dominado por uma corrente que imprimia uma não-ação sindical e uma outra, que imprimisse uma ação de tipo integrada aos objetivos do regime militar, mas ao mesmo tempo e naquelas circunstâncias, desse um mínimo de estabilidade ao projeto sindical iniciado em 1945. Talvez não seja obra do acaso que três meses após ser eleita, a diretoria seguinte tenha programado a comemoração de 25 anos da entidade, a primeira menção em ata sobre o 12 de outubro como data de fundação do Sindicato. (SJPP, Ata de Reunião de Diretoria em 25 de setembro de 1970, fl. 72)

Na primeira reunião o grupo diretor eleito em dez julho de 1970 – cujo presidente e vários integrantes serão os mesmos nos próximos nove anos –, define como preocupações básicas a obtenção de um telefone, resolver problemas com a tesouraria, revisão de estatutos, assistência médico-odontológica, problemas burocráticos com terrenos que eram do sindicato, participação em comissão da Delegacia do Trabalho para “expurgo de elementos em situação irregular” e a aproximação com os diretórios acadêmicos de jornalismo.

Naquele mesmo ano, no entanto, uma ação política, ainda que sob a forma de curso, surgiu como possibilidade para os diretores do Sindicato. Foram convidados para participar do curso sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, um evento especial da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra). A presença de três representantes do Sindicato foi discutida e aprovada, ficando uma vaga para um diretor e outras duas vagas distribuídas entre profissionais do Diário do Paraná e de O Estado do Paraná. (SJPP – 03/03/1946 a 31/07/1984 – Atas de reuniões de 24 de julho e 19 de agosto de 1970 fls. 70 e 71).

A ADESG foi criada em 1951, dirigida aos diplomados da Escola Superior de Guerra para divulgar sua doutrina de ação política em todo o território nacional. Entre

seus objetivos explícitos em estatuto estavam a preservação e a projeção de valores morais e espirituais da nacionalidade, incentivar a união dos seus membros e “difundir conceitos doutrinários e estudos conjunturais relacionados com a Segurança e o Desenvolvimento Nacionais, observados os métodos de trabalho e os estudos da Escola Superior de Guerra”. A Delegacia do Paraná foi criada em maio de 1970. (MELLO, 1979, p. 744).

Um dos entrevistados, Milton Cavalcanti, jornalista que não atuava mais como dirigente sindical, mas fora cassado como presidente do Sindicato em 1964, também participou deste primeiro curso, mas não como convidado. Teve seu interesse despertado ao ler teses que seriam debatidas, versando sobre a necessidade de estatizar a televisão brasileira, ou sobre denúncias de favorecimento de políticos ligados ao governo federal, obtendo terras às margens da rodovia transamazônica. Ele ainda respondia a dois processos em tribunais militares, tinha sido comunista e depois filiado ao Partido Socialista. Apesar das dificuldades, conseguiu ter acesso às palestras por outros meios.

Eu pleiteei junto ao general Campelo, que era o delegado da ADESG – ele tinha vindo lá do Norte, de Recife, e era considerado linha diamante, mas não era um cara desonesto – , mas ele disse: as vagas já estão todas tomadas, até com excedente (...) Se você quiser você frequenta lá”. Eu digo, então tá ótimo. Na primeira sessão eu resolvi marcar presença. Quando o desembargador terminou a palestra sobre a estatização da televisão, durante o debate, eu pedi a palavra. (cara... todo o comando do Estado Maior da região na frente, e toda a elite... todo mundo participando, era o primeiro ciclo... Eu disse: senhor desembargador, vossa excelência me permite, eu sou jornalista e tinha uma coluna assinada num jornal de Curitiba, *Última Hora*, e por muito menos do que o senhor disse aí – bem assim – eu estou respondendo um processo na Justiça Militar...

(CAVALCANTI, 2001-2002)

É possível perceber, na visão do jornalista, que a ADESG era comandada por um general “linha diamante”, ou da chamada linha dura, e apesar disso poderia ser um espaço de discussão de temas nacionais, inclusive para jornalistas com visão socialista, como ele próprio se declarava, ainda que essa atitude causasse um certo incômodo. Mesmo assim não há como deixar de admitir a origem ideológica conservadora que permeava a discussão desses temas nacionais no curso e na seleção cuidadosa de seus participantes.

Assim, participar de um curso da ADESG em si não estabelecia um vínculo ao ideário da segurança nacional, seguindo o modelo vigente à época. No entanto, ser convidado para o evento conotava de um lado uma dose de convergência de interesses

entre a ADESG e seus convidados, e de outro, uma distinção em relação, por exemplo, ao “ouvinte”, que nem poderia manifestar-se publicamente, embora o tenha feito no caso citado.

O caso apresentado não sugere necessariamente uma relação entre a prática jornalística e a prática sindical dos jornalistas, mas aponta na direção de que a diretoria estava imbuída de sua tarefa de integrar-se ao receituário do regime militar. Enfim, buscando firmar uma estabilidade, que até poucos meses antes não havia.

Retornando às atas do Sindicato dos Jornalistas, muito pouco se registra quanto à censura aos meios de comunicação ou repressão a jornalistas. Porém, em 1º de junho de 1971, é significativa uma decisão da diretoria, em nota oficial para publicação em jornais de Curitiba, a respeito da demissão de um jornalista não sindicalizado, funcionário da Fundepar, órgão do governo do estado, cujas razões foram colocadas em suspeita pelo jornal O Estado do Paraná. Na nota, a diretoria do Sindicato, por unanimidade, considerou que a demissão era um problema de ordem administrativa, enumerando, a título de esclarecimento, as razões e procedimentos do governo estadual para a demissão do referido jornalista. Mais a frente, no terceiro ponto da nota, explicita:

3 - O sindicato comunica, ainda, à classe, que continua atento e vigilante, na defesa dos interesses profissionais, sem qualquer envolvimento político, com altivez e independência, características da entidade. 4 - O sindicato comunica, outrossim, que está à disposição da classe na defesa de seus interesses, para a apreciação de problemas ligados ao exercício da profissão, não se responsabilizando, entretanto, pelo envolvimento do nome da entidade ou de quaisquer de seus diretores, em assuntos que fujam à sua competência (...). (SJPP, Ata de Reunião de Diretoria em 1º de junho de 1971, fls. 79 e 80)

Não é possível atingir a compreensão dos argumentos que levaram a diretoria da época a acatar integralmente o ponto de vista do governo estadual naquela questão. Não há referência sobre o que pensava a respeito o próprio jornalista demitido. Entretanto, o texto do item 3 da nota oficial deixa clara a concepção de sindicato que prevalecia naquele momento para aquela diretoria.

Apesar de um profissional estar sendo demitido, ainda que sob suspeita de estar sofrendo represália política, a diretoria deixou claro a todos os jornalistas que não pretendia envolver-se em questões de cunho político e que isso era o que estabelecia sua

“altivez e independência, características da entidade”. Mais que isso, comunicou que estava lá “à disposição da classe na defesa de seus interesses”, considerando aí explicitamente os interesses que exclusivamente afetavam os jornalistas e não aos demais atores sociais. Portanto descartava ações relacionáveis a qualquer questão externa ao exercício profissional, mesmo que esta envolvesse um jornalista.

O exemplo exposto leva a crer que essa postura apontava para a negação da hipótese de considerar a censura como algo que estivesse realmente afetando os jornalistas. Mas também afirmava, principalmente creio, o desejo daquela diretoria em não se envolver com o exercício politizado da profissão.

Mas quem eram aqui então os jornalistas? Profissionais que reproduziam tecnicamente as notícias, descolados da realidade, domesticados pela censura ou pela auto-censura; ou profissionais que noticiavam a partir e por dentro dessa conjuntura, apesar das circunstâncias adversas de censura? O embate entre concepções de atuação profissional, a partir de componentes claramente ideológicos, salta do cotidiano das redações para dentro do Sindicato e passa a permear a atuação dos seus diretores.

A nota deixa clara a percepção de que eram conhecidas as questões político-ideológicas que estavam na ordem do dia jornalístico e, portanto, havia censura. Era uma questão de foro individual assumir as consequências por, de algum modo e sob qualquer modelo de interpretação, subverter essa situação. O que era negado efetivamente era o nível da repressão a que a imprensa também poderia estar sendo submetida.

Na fala do então presidente Ayrton Baptista fica explícita a negação a um grau mais avançado de repressão à imprensa. Ainda que o exemplo citado seja de um caso de repercussão nacional, ocorrido em 25 de outubro de 1975, numa prisão do Departamento de Ordem Interna e Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-CODI, organismo vinculado ao II Exército, em São Paulo.

Por exemplo, a respeito da morte do Vladimir Herzog. Você está de um lado, ou pelo menos você não acredita.... a tua formação não admite que você faça... que se faça alguma coisa contra a vida humana, seja ele de direita, de esquerda, nazista ou comunista...Mataram uma vida(...)

Então tem uns troços assim que acontecem e você não acredita e depois, “puta que o pariu”, você participou desse troço e... Pelo menos você não fez aquilo que devia fazer. Sabe como é que é? Ou seja, nós não acreditávamos que podia, de fato, chegar aquele ponto.

(BAPTISTA, 2001)

Ele admite, nas entrelinhas, seu conhecimento quanto a existência da repressão e censura à imprensa naquele período, mas também sua perplexidade com a extensão e profundidade que este tipo de ação do governo vinha adquirindo. A crítica em questão aqui permanece no patamar do aspecto desumano do assassinato de uma pessoa. Não está dito, mas implícito, que a censura era tolerada, eliminados os excessos de ordem física.

Uma última questão, de cunho legal, exige um retorno à nota oficial de 1.º de junho de 1970, citada anteriormente. A diretoria, em nome do Sindicato, remetia-se ao campo legal, quando admitiu não se responsabilizar, enquanto instituição, pelo envolvimento de jornalistas em “assuntos que fujam à sua competência” (do Sindicato). A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em seu artigo 513, define entre as prerrogativas dos sindicatos: a) representar perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal **ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida** (CARRION, 1996, p. 412. Grifos meus).

É óbvio que há interpretações e interpretações sobre essa definição legal, mas a opção por levar “ao pé da letra” o texto da CLT, como foi o caso, reafirma a concepção da ação sindical que começava a estabelecer-se naquele início da década de 1970, no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Como a diretoria viria a ser basicamente a mesma nas próximas duas gestões, especialmente no cargo de presidente e no restante da diretoria executiva, esta foi a concepção vigente, com poucas variações, até 1979.

Este tipo de atuação é o que aqui classificou-se como **integrada**, pois não só atua dentro dos limites impostos pela conjuntura legal, como também soma-se a ele ideologicamente. Participou inclusive de um projeto comum: o da revisão dos registros de jornalista, em razão da então recente regulamentação da profissão na lei nº 972/69. A proposta partiu do Ministério do Trabalho e no Sindicato recebeu o apelido de “expurgo”. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – fl. 67-68, 75).

Em que pese a possibilidade de estabelecer-se um “expurgo” com o objetivo de eliminar quem estava atuando de forma irregular na profissão, não há como negar a convergência de interesses entre o Ministério do Trabalho e a diretoria do Sindicato naquele momento. Há, inclusive, menção em ata de decisão da diretoria em acatar o despacho da Delegacia Regional do Trabalho, com lista de nomes a terem seus registros cassados, com um acréscimo: “reservando-se, entretanto, a impugnar nomes que, apesar

da triagem, ainda tenham passado pelo crivo da referida comissão e do Delegado do Trabalho". (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – fl. 78)

Não menos revelador foi a já citada participação de representantes do Sindicato em um curso da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG em 1970, significativamente chamado de Curso sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento. (SJPP – 03/03/1946 a 31/07/1984 – fl. 72).

Também durante o XVI Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado entre 2 e 5 de junho de 1976 em Curitiba, o presidente do Sindicato, membro da comissão organizadora do evento, anunciou em reunião de diretoria que já estava em

(...) entendimentos junto à Delegacia Regional do Trabalho e com outros elementos da área do governo federal, visando a vinda dos ministros do Trabalho, da Educação e Cultura e das Comunicações a Curitiba, para proferirem palestras durante o Congresso, abordando assuntos de suas pastas. De interesse dos profissionais de imprensa. Destacou, ainda, que a concretização deste objetivo seria da mais alta significação, uma vez que pela primeira vez Ministros de Estado estariam presentes a um conclave da classe". (SJPP – 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de reunião de diretoria em 13 de março de 1976, fl. 114).

Apesar dos dois pontos de vista anteriormente citados ajustarem-se bem às situações descritas – uma atuação possível diante das circunstâncias; e a tomada do sindicato por posições conservadoras e integradas ao controle do regime militar –, a aceitação de ambas pode levar a uma outra conclusão, ainda que parcial, mas muito mais indicativa sobre as concepções políticas destes profissionais. Na prática, aparentemente, estabelece-se nesse período uma acomodação da maioria deles, em detrimento de uma ação sindical ativa politicamente, mais mobilizadora, mesmo que fosse exclusivamente para reivindicações de interesse específico como salários e melhorias nas condições de trabalho.

A mesma situação de intervenção e posterior cassação de líderes ocorreu para diversas categorias entre 1964 e 1970, mas nem por isso os filiados a sindicatos abandonaram por completo o movimento sindical, ou de comparecer, ainda que em menor número, em assembléias.

É verdade que o momento político, sobretudo no início da década de 1970, é extremamente desfavorável para o surgimento de ativistas, mais até do que em fins de 1967, quando ocorreu a falta absoluta de candidatos à direção do Sindicato. Mas ao observar os 12 anos que se passaram entre a intervenção militar em 1964 e a primeira

eleição com chapa de oposição em 1976, é necessário admitir a acomodação da maioria dos jornalistas filiados. Provavelmente não a mesma acomodação apontada pelo dirigente Freitas Neto em relação ao que enfrentou em suas duas gestões na década de 1950 – “ninguém vinha às assembleias”, disse ele –, mas algo próximo – afinal o número de jornalistas e a diversificação de atividades eram bem maiores – e claramente estimulado pelas circunstâncias.

Mantendo referências no campo da negociação salarial

Discutiu-se até aqui, com base em atas e fala de entrevistados, a ação política desenvolvida no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná entre 1964 e 1979. Neste mesmo período, mas no campo da mobilização por melhores salários, as atas de assembleias gerais extraordinárias que registraram os debates sobre acordos salariais a partir da segunda metade da década de 1960 e na década de 1970 mostram a forma como as reivindicações dos jornalistas eram definidas, encaminhadas e resolvidas ano a ano com os patrões até 1976. Percebe-se um movimento mecanicamente semelhante nos procedimentos, mas não necessariamente em suas motivações.

As diferenças aqui também aparecem em três momentos: entre **1965** e **1967**, quando se busca um **equilíbrio** entre a ação sindical de antes da intervenção de 1964 e as circunstâncias desfavoráveis ao movimento sindical posteriores; entre **1968** e **1969**, quando uma concepção **alienada** assume o Sindicato e a ação sindical fica relegada a um plano abstrato; e de **1970** até **1976**, momento em que há estabilidade interna e a diretoria apresenta-se avessa às posturas adotadas no período anterior a 1964, portanto de concepção sindical que procurou reduzir os conflitos e **integrar-se** ao regime político vigente.

Os acordos salariais, discutidos no início de cada ano, concentravam as atenções dos jornalistas, ainda que as presenças em Assembleias fossem tímidas, como explica o ex-presidente de 1955 a 1957, 1957 a 1959 e de 1965 a 1967, João Dedeus Freitas Neto: “A assembleia era como aqui até hoje. Fazem assembleia e vem meia dúzia. (...) É pouca gente... (...) Eu tenho a impressão que naquele tempo iam mais jornalistas. Proporcionalmente iam mais jornalistas que hoje”. (FREITAS, 2000)

Mesmo com esta pouca participação, é possível perceber que o processo era acompanhado e que a negligência com a negociação salarial podia ser problemática para

a diretoria sindical. Além disso, é necessário levar em consideração o fato de que o período em questão não é propício a qualquer debate que tivesse o conflito como ponto de partida.

Os procedimentos indicam por um lado o baixo grau de participação naquelas decisões dos jornalistas não pertencentes às diretorias e por outro, a sistemática definição das reivindicações pelas diretorias, apresentando-as em Assembléia e, depois de aprovadas, comandando a negociação. Nos momentos em que isso não ocorreu as diretorias tiveram problemas para sustentar sua legitimidade.

Cabe aqui uma consideração teórica sobre a pragmática no exercício do jornalismo, que embora não sintetize todas as causas para este problema, é um fator que merece destaque. Manuel Carlos Chaparro considera que o jornalismo, como processo social de comunicação, situa-se no campo da pragmática e aí deverá encontrar fundamentações teóricas essenciais para ser pensado, realizado, compreendido e aperfeiçoado. (CHAPARRO, 1994, p. 15)

O jornalismo não é o tema em discussão aqui, mas a influência que a prática do jornalismo exerce de alguma forma na ação sindical dos jornalistas. Aí sim, é possível interpretar de maneira adequada a visão empregada pelos profissionais na medida em que legitimam ou não diretorias, conforme suas ações seguem um mesmo tipo de raciocínio.

Chaparro observa, a respeito da lógica da ação, que somente a descrição pragmática, portanto com fins práticos e objetivos, pode especificar que tipos de atos sociais ocorrem em uma cultura. A relação com o jornalismo se faz na medida em que a ação jornalística pretende, ainda que de forma idealizada, estabelecer um relato de processos sociais com fins práticos de cognição. (CHAPARRO, 1994, p. 113)

Não se pretende aqui ampliar a discussão sobre aspectos pragmáticos do jornalismo, sendo suficiente a exposição de argumentos que confirmam a presença do pragmatismo na prática diária dos jornalistas. Assim, mais uma vez, identifica-se o transplante de conceitos aplicados pelos profissionais da atividade jornalística para a atividade sindical. Essa constatação vale tanto para quem estava de fora da ação do Sindicato, que esperava por uma ação coerente da diretoria, quanto para o grupo diretor, que “cumpria seu dever” ao fazer o que precisava ser feito.

É possível perceber a mecânica padrão sobre as campanhas salariais tomando como ponto de partida a data de 3 de janeiro de 1966, quando da primeira reunião de diretoria recém-eleita, a primeira após a intervenção militar. O então presidente João Dedeus Freitas Neto propõe estabelecer uma comissão dentro da própria diretoria para discutir a revisão do acordo salarial, expirado em 31 de dezembro do ano anterior. São escolhidos Ayrton Baptista (Diário do Paraná), Mussa José de Assis (O Estado do Paraná), Renato Ribas (Correio do Paraná), e Nacim Bacila Neto (Gazeta do Povo). (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata da Assembléia de 3 de janeiro de 1966, fl. 15).

Posteriormente, em Assembléia Geral de 8 de fevereiro, o presidente Freitas Neto relatava o encaminhamento, por ele mesmo, da reivindicação de reajuste anual em 50% à classe patronal, recebendo resposta negativa, pois o índice contra-proposto até então era de 45%. O percentual não é aceito e nova Assembléia é convocada para o dia 24 do mesmo mês. Uma ata de outra Assembléia no dia 17, entretanto, dá conta de que, apesar de não constar registro de outra Assembléia posterior à do dia 8 além desta, foi deliberado pelos jornalistas

(...)de conformidade com o que fôra autorizado pela Assembléia anterior, o Sindicato concordou em reduzir a sua proposta para 45 % (quarenta e cinco por cento) sobre os salários atuais, mais o recebimento da diferença do 13º salário, enquanto que as empresas oferecem 40% (...).

(SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata da Assembléia de 17 de fevereiro de 1966 – fl. 19 e 20).

Os jornalistas neste mesmo dia deliberaram aceitar a proposta conciliatória da Delegacia Regional do Trabalho, de 42,5% como reajuste, mais 13º salário. Na Assembléia do dia 24, em razão da nova negativa patronal na DRT, os jornalistas ratificaram a decisão de pedir o Dissídio Coletivo, um conflito aberto com as empresas, ainda que bastante ameno em relação a uma greve. Naquele mesmo dia, o acordo seria assinado com os principais jornais de Curitiba (Diário do Paraná, Gazeta do Povo, O Estado do Paraná, Diário da Tarde e Correio do Paraná), aparentemente nos últimos termos então defendidos pelos jornalistas, embora a ata da assembléia de 28 de fevereiro não faça constar esses percentuais e outros detalhes do referido acordo (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata da Assembléia de 28 de fevereiro de 1966, fl. 21).

O acordo de 1967 ocorreu nos mesmos moldes – aparentemente com trâmite mais tranquilo, seguindo o padrão anterior de definição de cláusulas pela diretoria. Estas

foram aprovadas em Assembléia pelos jornalistas e em seguida negociadas pela diretoria com as empresas. O processo de discussão iniciou em 3 de janeiro e encerrou em 1º de fevereiro, com os jornalistas obtendo um reajuste de 35%, ou a metade do que propunham inicialmente (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata da Assembléia de 1º de fevereiro, fl. 27).

A diferença para o ano anterior é que a pauta salarial é apresentada em ata de forma escalonada, com aumento linear de 70% e definição de valores absolutos que variavam diversamente para redatores, redatores-auxiliares, repórteres, repórter de setor, fotógrafos, revisores, diagramadores, ilustradores, além das funções comissionáveis: secretário, sub-secretário, chefe de reportagem, chefe de fotografia e chefe de revisão (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata da Assembléia de 9 de janeiro de 1967, fl. 27).

É um momento em que a concepção vigente busca, tanto quanto possível, manter o **equilíbrio** entre suas referências reivindicatórias e de ação sindical anteriores a 1964, embora ao mesmo tempo evite o confronto aberto com o regime militar.

O que se percebe no processo de negociação salarial destes dois primeiros anos é que o poder reivindicatório do Sindicato, apesar das condições desfavoráveis do ambiente político-sindical, mantém-se o mais próximo possível do construído entre 1955 e 1964, inclusive com algum embate com o setor empresarial. Também é visível que houve uma mudança no padrão da pauta de 1966 para 1967, sendo a última mais elaborada e lembrando a forma utilizada até 1964, especialmente o acordo realizado após a greve de 1963, que também definiu os salários de forma estratificada para as diversas funções nas redações de jornais.

É nítido também que os diretores do Sindicato não só comandam o processo de negociação desde o início, mas também decidem sobre o Acordo nas assembleias, observando-se o baixo grau de participação nas mesmas.

Há dois pontos que justificam essa mecânica aparente. Primeiro, a ocupação do espaço de discussão e decisão por diretores, na medida em que jornalistas de fora da diretoria, possivelmente interessados nestas questões e que foram ativos em diretorias anteriores, estavam intimidados ou mesmo rejeitados, após sofrer processos judiciais e ter seus direitos políticos cassados. Segundo, por motivos diretamente relacionados ao momento político, o critério da estabilidade profissional prevaleceu tanto para a definição da composição daquela diretoria – chefes de redação, editores ou por antiguidade e renome na profissão – quanto para o processo decisório em relação às reivindicações salariais.

Entretanto, todo o raciocínio que justifica a mecânica apresentada está também impregnado de pragmatismo. Nada impediria que um grupo de jornalistas não cassados em seus direitos políticos participasse de assembleias, cobrassem uma ação sindical mais radical e menos adaptada às circunstâncias. Aliás, entre as atas de 1964, durante assembleia realizada para discutir o acordo salarial de então – portanto meses depois que a diretoria eleita em 1963 já havia sido cassada e processada –, há registro da presença de um dos diretores cassados em abril daquele ano, Edésio Passos, cobrando o cumprimento de algumas decisões do Encontro Estadual de Ponta Grossa, como a que definia a ligação dos interesses dos jornalistas aos dos gráficos, especialmente em campanhas salariais. (SJPP, Ata de Assembleia Geral de 27 de outubro de 1964, sem página)

Esse pragmatismo, observado agora sob um outro ponto de vista, remete, mais uma vez, à releitura do que o ex-presidente Freitas Neto observara, sobre a falta de “união” dos jornalistas. Nesta não-ação para reivindicações, que pode ser explicada também pelas circunstâncias políticas do período, uma outra forma de percebê-la seria a acomodação da maioria na medida em que a diretoria do Sindicato estaria lá, predisposta a tal trabalho. Predisposta e exposta, por livre e espontânea vontade.

As duas questões – sobre a mecânica para realizar as campanhas salariais e o pragmatismo dos jornalistas de fora da diretoria – reaparecem na disputa eleitoral de 1976, mas de modo diverso. Eram jornalistas que exigiam maior participação nas discussões sobre a negociação salarial. Necessariamente não eram chefes de redação, editores, nem gozavam de estabilidade por legislação ou por exercer cargos de confiança nas empresas em que trabalhavam. Estavam interessados na discussão e forçaram a diretoria por uma abertura neste sentido, o que necessariamente só ocorreu três anos mais tarde.

No início de 1968, como vinha ocorrendo regularmente, seria o momento para a renovação do acordo salarial, mas não há registro de qualquer discussão e somente em 17 de junho há uma ata da Junta Governativa, sob a presidência de José Joaquim, convocando eleições para 3 de agosto, eleição que deveria ter sido realizada no final de 1967. É presumível que o Acordo efetivamente aconteceu, pois em meados de 1968 há registros, sem apontar números, que citam o fim da vigência do Acordo em 31 de janeiro de 1969.

Entre 1967 e 1968 o governo militar viveu uma crise na condução da política econômica, especialmente na definição da questão salarial. Apesar de forte repressão ainda praticada, havia uma crescente oposição dos trabalhadores quanto à política oficial de reajuste anual de salários. Era praticada pela média da inflação, calculada de forma presumida, o que resultava sempre em um percentual menor que o efetivamente ocorrido. A consequência era o achatamento salarial. Além disso, havia divergências dentro do próprio governo quanto a forma de conduzir a relação com os trabalhadores. Jarbas Passarinho, então ministro do Trabalho, pediu mudanças na política oficial de salários e chegou, aparentemente, a apoiar a renovação sindical. Estava, assim, aberta a possibilidade de uma resistência mais organizada a partir dos trabalhadores e seus sindicatos, entre outras instituições formadas por estudantes e grupos de igreja. A reação militar foi violenta na repressão de greves de metalúrgicos em Contagem (MG) e Osasco (SP), e de estudantes em São Paulo. Em 13 de dezembro de 1968 era decretado o Ato Institucional nº 5, eliminando qualquer possibilidade de oposição ao regime e obviamente quanto a questão salarial. (ERICKSON, 1979, p. 221)

Há reflexos dessa situação dentro do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. A nova diretoria, eleita para o biênio 1968/1970, começa a trabalhar em 3 de agosto daquele ano e em duas ocasiões, em reuniões de diretoria, há registro sobre a negociação salarial. Na primeira, em 28 de novembro de 1968, é mencionado que o reajuste salarial precisa ser discutido, pois sua vigência encerra em 31 de janeiro de 1969 e que na próxima reunião a diretoria deverá “esquematizar o problema”; na segunda, em 12 de dezembro, há somente a menção de que o presidente discutiu o assunto com o Delegado Regional do Trabalho e encaminhará a esta autoridade um ofício a respeito, com o objetivo de que o Delegado encaminhe as reivindicações às empresas. Tal ofício é feito e posteriormente a diretoria é oficialmente comunicada na reunião do dia 2 de janeiro de 1969 (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de reunião de diretoria em 2 de janeiro de 1969, fl. 41).

Assim, para o Acordo de 1969, a nova diretoria não promove o debate internamente, muito menos entre os jornalistas. Sequer ele acontece como registrado nos anos de 1966 e 1967, em Assembléias que aprovam uma proposta da diretoria. Após insistentes solicitações do Sindicato à Delegacia Regional do Trabalho – para definição do índice de reajuste pelo Departamento Nacional do Trabalho -, o Acordo é fechado na base de 25% de reajuste no dia 14 de fevereiro e ratificado em 5 de março, numa

reunião de diretoria. Pelo registro sucinto, não se pode dizer que houve grandes discussões com as empresas.

Fica evidente a mudança em relação aos procedimentos anteriores, embora mantida a sistemática de internalizar as decisões. Não é possível afirmar que o fato de não realizar assembléias para definir inicialmente as reivindicações explique-se em razão do ambiente político instalado no país, após a decretação do A.I. nº 5. Na prática, entretanto, a diretoria ou parte dela alijou os membros filiados da discussão e da decisão, por mais arriscada que essa consulta parecesse.

Vale fazer uma observação, retomando a questão do pragmatismo entre os jornalistas e suas decisões no campo sindical. Compreende-se, nesta análise, que faz parte desse pragmatismo não só o processo sistemático de delegar inicialmente as decisões à diretoria, mas também o de considerar necessária uma consulta oficial aos jornalistas, uma assembléia, mesmo que a função desta fosse exclusivamente formal.

Ainda que aparentemente fossem poucos os interessados nesse tipo de participação, ao não realizar uma consulta oficial sobre o fechamento do Acordo, mais uma vez a diretoria reteve para si a condição de única instância decisória sobre o tema entre as empresas e os empregados jornalistas. Entretanto, um código importante e tradicional havia sido quebrado, despertando desconfianças. Contudo, ainda não era o suficiente para qualquer reação contrária àquela diretoria por parte dos jornalistas ativos nas redações de jornais.

É importante perceber neste último Acordo o peso do jornal Diário do Paraná em seu fechamento, discutido e definido diretamente com os representantes dessa empresa, integrante dos Diários Associados, conforme a ata da reunião da diretoria em 14 de fevereiro de 1969. O Acordo é estendido às demais empresas posteriormente. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de reunião de diretoria em 14 de fevereiro de 1969, fl. 42)

Salienta-se o peso do referido jornal, embora não seja este aqui o objeto de estudo, para apontar a importância dos grandes jornais nesse tipo de embate. Importância que, por sua vez, era transferida relativamente no mesmo grau aos jornalistas que nele atuavam, inclusive na formação de chapas para eleições sindicais. Isso ocorreu especialmente nos momentos tensos e de desequilíbrio da normalidade, como foi o caso em 1970 (quando ocorreu a queda da diretoria eleita em 1968), momento em que o próximo presidente do Sindicato saiu da redação do Diário do Paraná, assim como

aconteceu em 1964 para a escolha de dois dos três membros da composição da Junta Interventora.

A próxima negociação salarial será ainda mais fora do padrão, praticamente inexistente. No final de 1969, até os primeiros meses de 1970, o Sindicato viveu momentos atribulados e a legitimidade do presidente foi contestada pela maioria dos próprios diretores, que renunciaram.

Em meio a esta situação, a discussão do reajuste salarial ficou nitidamente em segundo plano. Entre nove de dezembro de 1969 e 12 de janeiro de 1970 aconteceram seis reuniões de diretoria e uma Assembléia Geral, mas em nenhuma dessas ocasiões foi registrada uma menção sequer a respeito da renovação do Contrato Coletivo de Trabalho, que expiraria no dia 31 de janeiro, portanto em poucos dias.

Somente em 23 de janeiro de 1970, também numa reunião de diretoria, depois de extensa discussão sobre a eleição complementar (para cobrir os cargos de diretores que renunciaram e diversos outros assuntos), prevista para 13 de fevereiro, o presidente relata que após ter feito uma

(...)sondagem junto a colegas da classe, entrou em entendimento verbal com o gerente da Gazeta do Povo e este esclareceu que o Sindicato deve encaminhar ofício aos gerentes das principais editoras propondo um reajuste cujo teto pretendido, é de 25% sobre os salários fixado na última convenção. A diretoria concordou por unanimidade com as gestões da presidência, ficando o secretário encarregado de realizar os respectivos ofícios.

(SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata da reunião de diretoria em 23 de janeiro de 1970 – fl. 56).

Quanto a questão salarial, nenhuma palavra, índice ou destino de possíveis negociações foram registrados. Sobre o tema, somente em 23 de dezembro de 1970 a nova diretoria viria a se pronunciar. Os acontecimentos posteriores àquela campanha salarial, já apresentados, podem não estar relacionados diretamente à negligência da diretoria no caso, mas certamente foram influenciados por essa quebra do mecanismo de consulta em Assembléia sobre os índices de reajuste salarial.

Uma nova diretoria

A nova diretoria assumira em 15 de julho de 1970, tendo como presidente, Avrton Luiz Baptista, cuja atuação pessoal foi continua na discussão dos Acordos salariais até 1979. A sistemática dessas negociações, no entanto, permaneceu como antes: iniciativa e ação quase exclusivamente internas da diretoria, ainda que com aval dos jornalistas participantes de assembleias gerais.

As situações comentadas anteriormente sobre a ocupação do espaço de discussão e definição de pautas reivindicatórias por diretores, permaneceu praticamente a mesma. O recrudescimento da ditadura naquele momento ampliou justificados temores de participação efetiva em debates desse tipo. Isso só teria um novo contorno a partir de 1976, quando já se vivia um clima de abertura política.

Apesar disso, o padrão observado entre 1964 e 1967 é retomado. Em 23 de dezembro 1970, com pouco mais de seis meses de atividade, o presidente põe em discussão, em reunião de diretoria, a necessidade de definir as reivindicações para a revisão do Acordo Salarial, cuja vigência encerra em 31 de janeiro de 1971. Recupera-se o expediente da escolha de uma comissão interna para avaliar o assunto, a exemplo do que ocorreu em 1966 e 1967. Dois jornalistas – João Dedeus Freitas Neto e Renato Muniz Ribas – são designados para fazer uma proposta, junto com o jornalista e assessor jurídico do Sindicato, Sidney Davidson dos Santos.

Naquele ano as principais reivindicações eram: reajuste de 30%, adicional por tempo de serviço (5% como quinquênio), 50% de acréscimo para cargos comissionados, férias de 30 dias, gratificação por serviços prestados a mais de um veículo de uma mesma empresa. A proposta foi então aprovada pela diretoria e apresentada no mesmo dia, 15 de janeiro de 1971, em Assembleia Geral Extraordinária, também sendo aprovada, com recomendação de que o presidente compusesse a comissão de negociação ao lado de João Dedeus Freitas Neto e do assessor jurídico Sidney Santos. Em 16 de fevereiro de 1971, pouco mais de 30 dias após, a contra-proposta patronal – 25% de reajuste e negação a qualquer outro dos itens reivindicados – foi aprovada, com ressalva de que algumas empresas estavam abertas a discutir esses outros itens separadamente, fora do Acordo. (SJPP, Atas de Assembleias Gerais em 15 de janeiro e 16 de fevereiro de 1971, fls. 75 e 77)

No final de 1971, em 29 de dezembro, durante reunião de diretoria para avaliar as atividades daquele ano, o presidente do Sindicato observa a necessidade de iniciar a

discussão sobre a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho, que expiraria no começo de 1972.

Em 15 de janeiro a diretoria volta a reunir-se e escolher internamente uma comissão para definir as reivindicações ao referido Acordo. A comissão foi formada por Ayrton Luiz Baptista, Sidney Davidson dos Santos, Cícero do Amaral Catani, Antonio D'Aquino Borges e Aroldo Murá, todos da própria diretoria. O resultado, aprovado pela diretoria, foi apresentado em 25 de janeiro em Assembléia Geral: 30% de reajuste e a repetição dos pedidos de quinquênio, 50% de comissão para cargos de responsabilidade, férias de 30 dias corridos, adicional por utilização de material em mais de um veículo de comunicação. Em votação secreta, aprovou-se integralmente a proposta. Não há, entretanto, uma ata registrando o fim do processo de negociação com as empresas, nem dos percentuais e outras reivindicações definidas pela Assembléia. (SJPP, Ata das Assembléias Gerais de 15 e 25 de janeiro de 1972, fl. 83)

Em 23 de janeiro de 1973, a diretoria reúne-se e mais uma vez mantém o procedimento de escolha de uma comissão que estudará as reivindicações, sendo esta formada por Ayrton Luiz Baptista, Sidney Davidson dos Santos, Celso Nascimento e Hugo Mendonça Sant'Ana. Na mesma data, em Assembléia Geral extraordinária, o processo se repete, sendo aprovadas as propostas e, desta vez, sem seu detalhamento. No dia 27 de abril daquele ano a Assembléia Geral autoriza a assinatura do Acordo com reajuste de 22,5%, uma contra-proposta patronal, índice considerado bom pelo presidente Ayrton Luiz Baptista, pois era "superior aos níveis oficiais do aumento da inflação", embora não constasse na ata o percentual efetivamente reivindicado. A ata da Assembléia também não deixa transparecer se houve outras reivindicações atendidas. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de reunião de diretoria em 23 de janeiro de 1973, fl. 89).

O processo da próxima negociação será aparentemente diferente. Em 22 de janeiro de 1974, a diretoria do Sindicato reuniu-se, mas desta vez convocada pelo presidente "para apresentar a proposta no sentido da Renovação do Acordo Coletivo da Categoria, que expira no próximo dia 31 de janeiro". Deixa de acontecer, ou no mínimo de ficar registrado em ata, a criação de uma comissão dentro da diretoria para definir a proposta que seria apresentada no mesmo dia em Assembléia Geral. Na ata daquela Assembléia, sucinta, não há detalhes sobre a proposta, explicitando somente que a mesma foi "convocada para debate e formalização das reivindicações e a serem submetidas à classe patronal para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (...)".

(SJPP – 03/03/1946 a 31/07/1984 – Atas de reuniões de diretoria e de Assembléia Geral em 22 de janeiro de 1974, fl. 94 e 95).

Em 22 de janeiro de 1975, com o mesmo presidente em seu segundo mandato, o reajuste solicitado pelos jornalistas em Assembléia é de 50%, "além das reivindicações constantes de memorial renovado anualmente", contemplando basicamente as mesmas reivindicações não atendidas nos Acordos anteriores. Agora, delega-se ao presidente a tarefa de negociar com a classe patronal. À ata é acrescida ainda a reivindicação da "categoria dos Revisores", que propunham nova classificação "junto aos acordos salariais". (SJPP – 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de Assembléia Geral em 22 de janeiro de 1975, fl. 98).

A sete de fevereiro, menos de um mês depois portanto, a contra-proposta patronal é aceita em Assembléia e o acordo é fechado na base de 44% de reajuste. Um destaque é feito pelo presidente sobre apoio do então delegado regional do Trabalho, general Adalberto Massa. O presidente pediu que constasse em ata da Assembléia Geral, um voto de agradecimento ao referido Delegado por suas intervenções naquela negociação. Novamente a ata não esclarece o destino das discussões em relação às demais reivindicações. (SJPP – 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de Assembléia Geral em 7 de fevereiro de 1975, fl. 99).

O mesmo procedimento se verifica no início de 1976, quando em Assembléia Geral de 10 de janeiro:

Inicialmente o presidente fez uma análise dos últimos acordos salariais, propondo que a Assembléia solicitasse à classe patronal que a partir de primeiro de fevereiro seja pago um aumento na base de cinquenta por cento, sendo quarenta por cento de aumento propriamente dito e mais dez por cento como taxa de produtividade. A minuta encaminhada pela diretoria à apreciação da Assembléia foi aprovada com adendos, ficando assim redigida carta aos dirigentes de empresas jornalísticas (...). (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata da Assembléia de 10 de janeiro de 1976, fl. 110).

Mudanças a vista

Apesar de não haver registro da proposta original da diretoria, sem que se possa perceber qual reivindicação foi adicionada por sugestão dos presentes na Assembléia, pela primeira vez, desde 1966, há menção de um adendo à proposta, formulado por um

participante durante a Assembléia. Em que pese a possibilidade de um fato como esse ter ocorrido anteriormente sem o devido registro, é significativa no período a participação de jornalistas de fora da diretoria na discussão daquela negociação. Também é significativo que pela primeira vez desde as negociações de 1966, as reivindicações de um setor específico, o dos revisores, fossem detalhadas e defendidas dentro das questões do conjunto dos jornalistas.

Mais do que a participação de jornalistas de fora da diretoria nesta discussão, é perceptível a necessidade, a partir desse momento, de a diretoria do Sindicato – que conduz o processo de definição de pauta de negociação e por fim irá levar adiante as reivindicações – ouvir as ponderações dos presentes às assembleias e incorporá-las, como ocorreu mais claramente no caso dos revisores.

Há, no entanto, que se admitir que o padrão ainda era o mesmo dos últimos dez anos. A diretoria discute internamente uma proposta, apresenta-a aos jornalistas em Assembléia Geral e, após sua aprovação, assume o comando das negociações, apresentando no final, a contra-proposta das empresas para aceitação ou não pelos jornalistas.

No início de 1976 os jornalistas reivindicavam 40% de reajuste, mais 10% a título de produtividade. Obtiveram 36%, índice de inflação definido pelo governo federal. A notícia foi dada na Assembléia de 18 de março pelo próprio presidente Ayrton Baptista, que conforme a ata, "manteve contatos com representantes das empresas jornalísticas". A obtenção desse índice de reajuste foi considerada negativa pelo então presidente, pois "em seis anos de sua gestão, somente nesta oportunidade os salários foram reajustados dentro dos índices oficiais. Nas ocasiões anteriores, as majorações sempre foram conseguidas em níveis razoavelmente acima das estabelecidas oficialmente". Mesmo assim, as empresas aceitaram as férias de 30 dias, reivindicação antiga, embora as demais cláusulas tenham sido negadas. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de reunião de diretoria em 18 de março de 1976 fl. 114).

Na ponta da negociação com os patrões há uma revelação de estratégia, feita pelo presidente Ayrton Baptista:

Fazíamos reuniões de aumento salarial e renovação de contrato com quem? Com o Nereu... ou com o sucessor dele, que foi o Alan... do Diário do Paraná. Com Natal Strapasson, do Diário Popular; Dilmar Archegas, da Gazeta do Povo. Fazíamos no Diário do Paraná, na Gazeta do Povo, em qualquer lugar, ... na Delegacia do Trabalho. E eu colocava: olha: precisa dar uma mão. (...) Então sempre... todo ano, nós conseguimos alguma coisa, na base da amizade, da conversa, da choradeira, até bem um ano, em 1976, que eles não abriram mão. Então nós conseguimos sabe o quê? As férias de 30 dias, pelo menos. (BAPTISTA, 2001)

O padrão das discussões dentro do Sindicato se altera em 1977, poucos meses após ter ocorrido a primeira eleição com duas chapas durante o regime militar – sendo uma dessas chapas de cunho claramente oposicionista. No tocante ao processo de discussão dos contratos coletivos, este se altera de forma abrupta em direção à maior participação dos jornalistas nas negociações em detrimento da ação exclusiva da diretoria. Os candidatos a dirigentes derrotados assumem presença constante nas Assembléias, ao mesmo tempo em que a direção sindical, tanto quanto possível, passa a ouvir esta oposição.

Para o Acordo de 1977, meses após o XVI Congresso Nacional e a primeira eleição em que duas chapas disputaram o comando do Sindicato, após a intervenção de 1964, o processo se altera desde o início. Eleito pela terceira vez presidente, Ayrton Baptista convoca, em 28 de dezembro de 1976, assembléia para definição das reivindicações. A presença do candidato derrotado, Milton Heller, é observada na Ata quando este, como associado, solicita que seja lido o edital de convocação. Houve debates sobre valores de reajuste e mais a frente designa-se um grupo de jornalistas para definir as reivindicações: Hélio de Freitas (também componente da chapa derrotada) e Marian Guimarães, ambos representando a reportagem; Hamilton Vieira, representando os repórteres fotográficos, e mais um elemento representante da revisão, acrescentando o assessor jurídico, Sidney Santos. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de Assembléia em 28 de dezembro de 1968 fl. 118).

Em 30 de dezembro, acontece nova Assembléia – pela primeira vez nos últimos sete anos são realizadas duas assembléias para examinar as reivindicações salariais ainda em dezembro. A lista de reivindicações amplia-se inicialmente para 11 tópicos. A Assembléia discute e aprova todos os itens que vão do reajuste salarial, respeito ao repouso semanal remunerado, adicional por substituição de chefia, 20% de adicional para o salário dos revisores, taxa de 5% pelo uso de equipamento próprio pelos fotógrafos, adicional de insalubridade também para os laboratoristas, implantação de

seguro-viagem, além dos já pontos tradicionalmente reivindicados e anteriormente citados. Uma resolução em especial chama a atenção nesta Assembléia: o mesmo grupo que elaborou a proposta deveria continuar assessorando a diretoria na renovação do Contrato Coletivo. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de Assembléia fl. 119 e 120).

No dia 29 de janeiro de 1977 – pela primeira vez em sete anos, dois dias antes do Contrato Coletivo expirar – o acordo é fechado, com aprovação da contra-proposta patronal com nove itens. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de Assembléia fls. 119 e 120).

Não há dúvida de que é a primeira vez, desde 1964, que os jornalistas são amplamente ouvidos, ou fazem-se ouvir, em assembléia a partir de suas funções (repórteres fotográficos, revisores, reportagem), inclusive compondo uma comissão que definiu as reivindicações, outra novidade. As mesmas funções, entre muitas outras, já apareciam no acordo feito em 1963, após a greve, destacadas com salários diferenciados de forma hierarquizada, como comentado no capítulo 1. Em 1977, no entanto, embora o pedido seja por um aumento linear a todos, as reivindicações diferenciam-se de forma indireta pelas especificidades das funções (adicional noturno para revisores, insalubridade para os laboratoristas, adicional por uso de material próprio aos repórteres-fotográficos, hora extra e periculosidade aos repórteres policiais).

Essa questão das segmentações não é exatamente nova, estava reprimida ou no mínimo intimidada até então. Ela evidencia-se a partir de 1976, como mostrado, quando o clima é mais propício para os jornalistas que buscam o espaço de reivindicação, a partir das segmentações inclusive. Da mesma forma para a diretoria ouvir essas reivindicações, apesar do papel desempenhado até ali, desde 1966 (controle da ação política e reivindicatória dos jornalistas), e do *modus operandi* instalado nos dez anos anteriores, assumindo de forma controlada ou paternalista a negociação com as empresas.

É possível observar, a partir da disputa eleitoral em 1976 e da discussão do Acordo no início de 1977, também uma outra mudança. O modelo que definia chefes de redação, editores ou profissionais de renome atuando em redações dos chamados grandes jornais (Diário do Paraná, Gazeta do Povo, O Estado do Paraná, Folha de Londrina) como grupo ideal para dirigir o Sindicato dos Jornalistas teria que passar por transformações. Novos jornalistas, formados em universidades, ocupam espaços importantes em redações e principalmente sucursais dos grandes jornais nacionais em

Curitiba. Também é considerável o número de profissionais em assessorias de imprensa, portanto, atuando fora das redações.

XVI Congresso Nacional

Um momento em que isso ficou patente foi durante a realização do XVI Congresso Nacional de Jornalistas em Curitiba, sob organização da diretoria do Sindicato do Paraná. Ao contrário dos outros dois congressos já citados – V Congresso em 1953 (capítulo 1), e XI Congresso em 1966 (neste capítulo) – o XVI Congresso Nacional dos Jornalistas, também realizado em Curitiba entre 2 e 4 de junho de 1976, está completamente registrado nos mínimos detalhes, inclusive com nome de participantes, comissões, temário e conclusões.

Por ordem, os temas que estavam sendo debatidos naquele Congresso eram: a regulamentação profissional, salário, emprego e assistência; formação profissional, a atuação da Federação Nacional dos Jornalistas, livre exercício da profissão. Temas que, relativamente, também estavam nas discussões de diretoria do Sindicato do Paraná, com variação na ênfase para um ou outro tópico.

Eloqüente sobre as divisões ideológicas em pleno Congresso é o debate sobre a censura. Embora houvesse uma grita unânime contra a censura, especialmente a prévia, a maioria dos participantes votou em comissões e plenário contrariamente a uma resistência aberta e sistemática, conclamada por jornalistas de São Paulo e Minas Gerais.

Num longo documento intitulado “Censura e Liberdade de Imprensa”, os paulistas pedem, entre outros itens, que os sindicatos estimulem as escolas de comunicação a discutir a questão da censura em alguma disciplina específica; apoiar, por todos os meios, as manifestações de resistência e protesto de jornais e jornalistas vítimas da censura; fazer-se presente em atos públicos contra a censura; realizar um congresso extraordinário no ano seguinte exclusivamente para discutir o tema.

O documento, mais amplo, foi aprovado na comissão, mas todos os itens destacados acima foram rejeitados integralmente. Na prática, o que não foi aprovado foi o conflito aberto contra o regime militar, a manifestação pública e acintosa, a tomada de posição dos Sindicatos e da Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj para enfrentar e

denunciar sistematicamente os mecanismos da censura. (**Anais do XVI Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais**, 1976, p. 147).

Já os jornalistas mineiros propuseram uma declaração de princípios, que em resumo, era radicalmente contra a censura, argumentando em favor da democracia, do pluralismo de idéias, entre outros pontos. A proposta passou pela comissão, mas foi rejeitada em plenário. (**Anais do XVI Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais**, 1976, p. 148)

Os termos das duas situações do Congresso, desaprovando o enfrentamento ao regime militar, têm as mesmas referências da questão anteriormente abordada neste capítulo, sobre um ato da diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Paraná. O Sindicato assumiu não apoiar qualquer envolvimento de profissionais, mesmo no exercício do jornalismo, com questões de ordem política. Da mesma forma, guarda relação direta com a visão do presidente da época, Ayrton Baptista, de que embora tivesse conhecimento da repressão e da censura, aceita em parte, não admitia que esta chegasse ao ponto da violência física fatal.

A visão apresentada pela maioria dos delegados no XVI Congresso, em 1976, e os atos dentro da diretoria do Sindicato do Paraná, tinham traços comuns, o que tornou coerente a escolha de Ayrton Baptista para a presidência da Federação Nacional dos Jornalistas em 1977.

É revelador que em seu mandato a frente da Federação (1977/1980), portanto após o episódio da morte de Wladimir Herzog, citada pelo próprio Ayrton Baptista em depoimento, o mesmo jornalista-sindicalista tenha demonstrado uma visão então menos condescendente com a repressão e com a censura. A jornalista Adisia Sá aponta como uma das características da sua gestão justamente a manifestação da entidade contra prisões e abusos de autoridades contra jornalistas no Paraná e no resto do país. Também durante aqueles três anos, são promovidos dois encontros nacionais em São Paulo (1978) e Porto Alegre (1979) sobre Liberdade de Imprensa, aparentemente nos moldes propostos e rejeitados alguns anos antes, no XVI Congresso, em Curitiba. (SÁ, 1999, p. 172)

2.2 Disputa eleitoral, abertura e mudanças

Após o XVI Congresso, frente a frente emergiam duas correntes que podem ser observadas a partir de dois personagens: na oposição, Milton Ivan Heller, um dos dirigentes cassados em 1964 (que fora suplente da diretoria em 1964, militante do Partido Comunista Brasileiro e agora reaparecendo como candidato a presidente); e na situação, Carlos Danilo Costa Côrtes, ex-presidente em 1964 da Junta Interventora, ressurgindo como candidato a membro do Conselho de Representantes. Complementando o quadro, a chapa situacionista tinha como candidato a presidente Ayrton Luiz Baptista, eleito nas duas últimas eleições, portanto concorrendo à segunda reeleição. Ele tinha no currículo profissional os cargos de comando no jornal Diário do Paraná e na Secretaria de Imprensa de dois governadores.

Vale mencionar o fato de que tanto Carlos Danilo Costa Côrtes quanto Ayrton Baptista foram também integrantes do Centro Cultural 7 de Outubro, posteriormente rebatizado de “Euclides da Cunha”, ambos chegando a disputar a presidência, décadas antes. O Centro estava intimamente ligado ao ideário integralista, movimento liderado por Plínio Salgado na década de 1930, conforme depoimento de Ayrton Baptista.

Para conhecer as duas concepções em disputa nesta eleição de 1976 é importante observar e compreender o processo que envolveu suas formações, pois lá estão concepções de tonalidades variadas. Num dos lados, ele inicia 12 anos antes, em meio à intervenção do governo militar sobre o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná; no outro, uma mistura de referências anteriores à intervenção federal no Sindicato em 1964 e os efeitos da mudança na estrutura de formação dos jornalistas, sobretudo a partir dos anos 1970.

A diretoria que permanecerá a frente do Sindicato entre 1970 e 1979 – portanto disputando e vencendo duas eleições (1970 e 1973) como chapa única e a eleição de 1976 contra uma chapa de oposição –, na prática construiu sua concepção sindical a partir de vínculos e convergência de interesses entre seus membros ao longo dos seis anos que antecederam o primeiro mandato (em 1970), o que também denota uma aprendizagem com as questões sindicais. Apesar de não ser possível definir claramente uma concepção de grupo nesse período, não é coincidência que vários de seus integrantes participaram das Juntas, uma Interventora (1964) e duas Governativas (1967/1968 e 1970), e das duas diretorias eleitas (1965/1967 e 1968/1970),

reaparecendo nas três diretorias escolhidas para os triênios da década de 1970 (1970/1973, 1973/1976 e 1976/1979). Assim, alguns deles transitaram ativamente como dirigentes entre 1964 e 1979 na política sindical dos jornalistas paranaenses.

Há de se admitir também que a estrutura de montagem dessas diretorias (de 1965 a 1976) mantém um dos pilares da lógica que prevaleceu desde o início do Sindicato na década de 1940: a partir da hierarquia das redações. Hierarquia essa que não se estabelecia exclusivamente a partir das posições no quadro funcional de uma empresa jornalística, mas também da consideração obtida pela qualidade do trabalho apresentado durante a carreira, afirmando o domínio reconhecido das técnicas e das relações entre chefes e subordinados.

Quanto às bandeiras de campanha, o presidente que concorria à segunda reeleição, Ayrton Baptista, resumiu à necessidade de melhoria salarial e produtividade. Entretanto, foi além no campo ideológico: “Eu acho que nós formávamos um time representativo na imprensa. Naturalmente esse grupo tinha simpatia do pessoal de direita, dos jornais. Nunca ninguém me disse: eu vou votar em você... (...) mas obviamente, esse pessoal estava conosco. (...) eles não queriam, fosse quem fosse, que viesse bagunçar o coreto deles” (BAPTISTA, 2001)

Fica nitido o caráter mais significativo daquela chapa, cujo grupo em boa parte permanecia na direção sindical há 12 anos e a maioria há seis. Embora o compromisso de campanha fosse a melhora nos salários, estava implícito que o compromisso que efetivamente levaria o grupo a mais um mandato era o de estancar qualquer movimento que viesse a “bagunçar o coreto”. Um coreto em que cabiam as relações com o patronato, em negociações que se podia obter no mínimo a inflação do ano, mas de uma forma jamais conflituosa; em que cabiam também as relações de poder entre os profissionais da geração formada nas redações desde a década de 1940 e os da geração formada nas universidades; e cabia por fim, a defesa de conceitos profissionais há muito sedimentados na identidade profissional, mas que começavam a ser questionados pela nova geração dos formados em faculdades de jornalismo.

Interessante nesta disputa foram as plataformas de campanha impressas pelas duas chapas, quase idênticas. Segundo Milton Heller, as propostas foram copiadas da oposição pela situação. Mas um ponto é diferente e faz crer que ali estava um dos itens de embate entre as duas chapas.

A chapa nº 1, liderada por Ayrton Baptista, destacava nos primeiros três itens da Plataforma Administrativa questões relativas à regularização de profissionais, mas

destacando: “Continuar a luta para evitar que movimentos estranhos à classe e até mesmo com o apoio de profissionais desinformados consigam um novo prazo para o registro profissional, o que fere frontalmente os interesses dos profissionais devidamente habilitados e dos estudantes de comunicação” (CHAPA Nº 1, Plataforma de Campanha, 1976).

O item, aparentemente, imputa à outra chapa a intenção de promover alguma reabertura de prazo para registros, mas não há qualquer menção do gênero nas propostas da chapa 2 Ativação, que exige a criação de um “boletim mensal para prestação de contas aos associados e divulgação de assuntos de interesse da categoria”. (CHAPA 2 ATIVAÇÃO, Boletim 3, setembro de 1976)

Os opositoristas de 1976 têm sua concepção construída mesclando elementos de ação mobilizadora do período 1959/1964, com os de movimentações sociais e políticas no início da chamada Abertura. Outro componente importante aqui é relacionado à formação profissional, na medida em que centenas de novos jornalistas surgem no mercado a partir das faculdades e não mais exclusivamente dentro das redações. O curso de jornalismo se amplia no Paraná, mais precisamente em Curitiba, a partir da Universidade Federal do Paraná, em 1964. Formam-se ali 20 profissionais por ano, um volume relativamente pequeno em relação ao mercado profissional, a essa altura com aproximadamente 300 profissionais. Juntam-se ainda a Pontifícia Universidade Católica e Universidade Estadual de Londrina.

A chapa de oposição, como conta o candidato a presidente, Milton Ivan Heller, começou a ser montada a partir da realização do Congresso de 1976, segundo ele, pouco divulgado pela diretoria de então.

Esse foi o motivo que primeiro despertou uma certa indignação no pessoal, porque o Congresso Nacional era um acontecimento importante. E nós estávamos ainda em pleno apogeu militar, havia além da censura oficial, que não chegou a ser tão visível no Paraná, mas existia também (...) aí descobrimos também que estava no limite a renovação da diretoria e o Sindicato também não tinha expedido nenhuma ordem. Então convocamos algumas reuniões com o pessoal da Folha [de Londrina], que ficava aqui na Praça Osório. (...) (HELLER, 2001)

Estava claro que, apesar da motivação, não havia qualquer articulação anterior para participar das eleições, o que evidencia a influência que a realização do Congresso

naquele momento, conturbado politicamente para o entrevistado, exerceu sobre o grupo em formação.

E foi uma chapa interessante. Nós começamos a discutir qual deveria ser o papel do sindicato, até onde ele podia... se ele devia ser assistencialista, se devia ficar na política puramente econômica, se devia lutar pela anistia ou não, este tipo de coisa. (...) Ai nós discutimos muito isso: a questão da liberdade de imprensa... é, era um ponto pacífico. Anistia... não chegou a um denominador comum. Havia um consenso assim... que era necessário lutar pela anistia, mas não que o sindicato poderia ser um instrumento. Eleições, essa coisa também não.

(HELLER, 2001)

Uma “chapa interessante” iniciava pela motivação em torno da qual aquele grupo começava a se reunir. Rediscutir o papel dos sindicatos em geral, mas em especial o do sindicato de jornalistas. Havia consenso em que o Sindicato agisse apoiando a luta pela liberdade de imprensa, mas não quanto a Anistia ou eleições, uma ação claramente política tendo como “instrumento” o Sindicato. Entretanto, mais a frente, ficará mais clara a concepção sindical que se buscava e que até aqui não está formulada.

Mas o que a gente pretendia era realizar uma série de seminários para discutir a situação profissional: do repórter policial, repórter político... (...) para ver se dali brotava alguma luz também. (...) Fazer o sindicato ser solidário com todas as campanhas salariais, de qualquer categoria, isto ficou bem claro também. Achamos que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais tinha o dever de ser solidário, inclusive ajudar na divulgação, na mobilização, no esclarecimento da população, no que fosse possível fazer. (...) Eu era absolutamente contra toda e qualquer interferência do Ministério do Trabalho no movimento sindical.

(HELLER, 2001)

A concepção sindical da chapa, ou pelo menos do seu candidato a presidente, transparece e se aproxima da mesma que sete anos mais tarde vai nortear a criação da Central Única dos Trabalhadores. A solidariedade, nos termos apresentados pelo entrevistado, entre trabalhadores em diferentes atividades, também tem inúmeros exemplos no Brasil, como na Greve dos 300 mil, que ocorreu em 1953 e uniu metalúrgicos, têxteis, marceneiros, vidreiros e gráficos entre outros. O pacto entre esses sindicatos iria criar o Pacto de Unidade Intersindical em 1954 e anos mais tarde o (PUA) Pacto de Unidade e Ação. O PUA viria a ser um dos pontos de sustentação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) na década de 1960. (MOISÉS, 1978 p. 134 e 148)

Mas se a solidariedade remete a ações e sentimentos de décadas anteriores, quando os movimentos reivindicatórios eram fortes e numerosos, as questões daquele momento, relacionadas aos movimentos sociais, também estavam em pauta para a chapa em formação em 1976.

É interessante observar que o entrevistado fala da questão “solidariedade” logo após apontar os seminários relacionados às atividades específicas da profissão como espaços de discussão de onde poderia “brotar alguma luz”. Depreende-se que a visão do entrevistado sobre a atividade profissional reelabora o trabalho jornalístico, adaptando-o para a busca de soluções aos problemas da época. Uma reelaboração que se choca com o conceito de que o trabalho do jornalista e o próprio profissional devem permanecer acima dos conflitos, não se posicionando, mantendo uma suposta “imparcialidade”.

Heller, mesmo não se incluindo entre os novos jornalistas formados em faculdades, chega a esse ponto de vista certamente a partir de suas referências pré-1964. Os formados na década de 1970, mesmo sem a vivência do período pré-1964, refletem discussões acadêmicas sobre novos conceitos jornalísticos. Ambos estão interagindo, trocando referências num processo dinâmico que se estabelece a partir do XVI Congresso Nacional de Jornalistas e aflora na eleição de 1976.

A chapa I, situacionista, venceu a eleição. Mais que a vitória, a manutenção de um grupo de diretores que sustentava a concepção de **integração** é significativa. Apesar dos novos ares que o cenário político estava evidenciando, ainda havia espaço para aquela continuidade. Um espaço que desapareceu três anos mais tarde, na eleição de 1979, e que talvez tivesse vida mais longa, não fosse esse primeiro embate em 1976.

Conclusão

Com estes antecedentes pode-se chegar a três possibilidades de entendimento em relação aos grupos que assumiram o comando do Sindicato entre 1964 e 1979: primeiro, a de que não gozavam de autonomia para definir uma concepção de ação sindical própria, embora ao mesmo tempo aceitassem atuar dentro de margens restritas concedidas pelo regime; segundo, a de que apesar de não serem absolutamente autônomos, nem por isso deixavam de ter uma concepção da ação sindical, claramente

integrada ou adaptada às circunstâncias; e terceiro, num outro viés, debatiam-se por conceitos éticos, como a imparcialidade, arraigados entre as concepções do exercício profissional.

O problema do conceito ético será discutido mais adiante. Quanto às duas primeiras questões, percebe-se, nas negociações salariais anuais, um ponto importante de análise, não só pela regularidade periódica das discussões sobre o tema, mas também pelo que implica o processo que define essas reivindicações, incluindo aí o grau de presença de jornalistas de fora das diretorias. Essa mecânica, que iria permanecer quase inalterada entre 1966 e 1976, pode ser observada por dois ângulos não divergentes, mas que compõe o quadro de possibilidades em matéria de concepção da atuação sindical dos jornalistas naquele período.

O primeiro aponta na direção do entendimento pelo conjunto dos jornalistas de que esta era a atuação possível a partir do Sindicato, dadas as condições de instabilidade no emprego e liberdade de expressão, claramente cerceada no país no início da década de 1970. Cerceamento que é visível dentro do Sindicato a partir da intervenção que a instituição sofreu em 1964 e que permaneceu ativa direta (Ministério do Trabalho e legislação sindical em vigor) ou indiretamente (pela participação junto à diretoria do próprio presidente da Junta Interventora, Carlos Danilo Costa Côrtes).

O segundo ângulo para observar essa mecânica, no entanto, apresenta o Sindicato como espaço ideal para abrigar posições conservadoras e integradas, ou no mínimo convergentes ao controle do Ministério do Trabalho e por consequência, do regime militar. Neste espaço, há o florescimento de um determinado tipo de atuação sindical, especialmente tratando-se de um sindicato de trabalhadores que tem a informação como base da atividade profissional, transmissão de notícias e o exercício da opinião sobre o ambiente social.

Apesar dos dois pontos de vista anteriormente citados ajustarem-se bem às situações descritas – uma atuação possível diante das circunstâncias; e a tomada do sindicato por posições conservadoras e integradas ao controle do regime militar –, a aceitação de ambas pode levar a uma outra conclusão, ainda que parcial, mas muito mais indicativa sobre as concepções de atuação política destes profissionais.

Na prática, aparentemente, estabelece-se nesse período uma acomodação da maioria dos filiados, em detrimento de uma ação sindical ativa politicamente, mais mobilizadora, mesmo que fosse exclusivamente para reivindicações de interesse

específico como salários e melhorias nas condições de trabalho. Acomodação esta que a noção de pragmatismo aplicado à prática profissional, explica em boa parte.

Há, assim, uma condição ideal para que a mecânica de campanha salarial estabeleça-se na forma descrita – diretoria definindo as reivindicações, assembléias razoavelmente omissas, ou no mínimo passivas, referendando-as e negociação por comissão de membros diretores –, sem causar maiores “danos”, tanto para o conjunto dos jornalistas quanto para a diretoria sindical. Para os jornalistas, mantendo um grupo resolvendo a questão premente dos reajustes salariais. Para a diretoria sindical, preservando seu papel de intermediadora entre os jornalistas e as empresas. Mas não teria sido somente este o objetivo de uma diretoria sindical de jornalistas atuando naquelas circunstâncias.

Há uma função que não transparece nos registros, mas acaba sendo desempenhada na medida em que a atuação sindical não se pode dizer contida pela coerção legal e sim claramente integrada e convergente. A função também foi a de evitar a possibilidade de uma mudança nesse tipo de atuação, compreendendo-se aqui duas motivações, uma mais evidente, externa, de ordem político-ideológica; e outra subterrânea e interna, do ponto de vista estrutural, em relação ao mercado de trabalho, à concorrência dentro dele, em suma, sobre as relações de poder na profissão em geral.

Isso ficou patente na disputa de 1976, contra uma chapa de oposição. A concepção da diretoria que estava no comando do Sindicato era de que seria necessária uma transição antes de se abrir espaço para um movimento reivindicatório de base. Um movimento assim inevitavelmente conteria elementos ideológicos para uma ação política mais abrangente, que ultrapassasse as fronteiras da profissão. Paralelamente, nesta nova condição, também haveria reflexos nas relações de poder no exercício da profissão, dentro das redações, não descartando mesmo um abalo no controle das redações pela geração que se formou na prática jornalística décadas antes.

A prova disso é que a mesma diretoria que assumiu o comando do Sindicato em 1970 e venceu o bate-chapa de 1976, só entregou esse poder em 1979, assumindo durante as negociações pré-eleitorais que isto deveria ocorrer a título de “transição”, discurso compreendido e apreendido pela diretoria eleita naquele ano.

Enfim, retomando o conjunto de hipóteses iniciais desta conclusão, no tocante à questão ética, observa-se a divergência sobre conceitos. O debate sobre a ética profissional entre jornalistas aqui entrevistados não tem base necessariamente coerente com posturas assumidas por jornalistas na prática jornalística. Não é uma questão

racionalizada exclusivamente considerando-se o comportamento do jornalista no seu dia-a-dia. Não se adota aqui um ponto de vista considerado a partir das práticas, mas o de conceitos. Trata-se de algo mais próximo de uma concepção que serve de balizamento de fronteira profissional. Entende-se que as concepções são neste caso, apreendidas e defendidas como parte da identidade profissional, um processo que se consolidou ao longo da construção dessa identidade.

Aqui vem à tona um ponto chave para o entendimento mais amplo das correntes que se enfrentaram no período. A questão de mudanças de concepção a partir da base de formação profissional parece particularmente reveladora da estrutura vigente até meados da década de 1970 e que a partir de 1976, com mais evidência, foi sendo profundamente alterada.

Desde a fundação do Sindicato e mesmo antes, a formação profissional dos jornalistas ocorria na prática diária das redações. Os objetivos de uns e outros variavam ao entrar na profissão – uns tiveram o jornalismo como meio de subsistência, enquanto formavam-se em outras profissões em universidades; outros dividiam-se entre os que aprenderam a ser jornalistas e nunca mais deixaram de ser, apesar de estudar em universidade para outra profissão, e os que desde o início pretendiam ser jornalistas.

Natural que neste tipo de estrutura de formação, os chefes de redação, editores, os jornalistas mais tarimbados e todos os que com eles relacionavam-se de modo convergente fossem escolhidos para dirigir os destinos das reivindicações dos demais jornalistas num sindicato, pois era o que já ocorria dentro das redações. Natural também que quando essa estrutura de formação mudou, com as sucessivas levas de novos jornalistas passando por universidades, alterou-se a escolha de nomes para a direção sindical, o que implicou em novos conceitos tanto de ação sindical como da atuação jornalística.

Numa redação, as hierarquias, como em qualquer empresa, são bastante claras e a experiência no trato com as questões do cotidiano jornalístico superam qualquer conhecimento acadêmico, dadas suas peculiaridades. Mesmo assim, é inegável que a “experiência acadêmica” – destacada aqui porque neste caso se opõe ao conhecimento prático – tende a chocar-se com conceitos arraigados na profissão, até então eminentemente prática. São pequenos choques diários, mas que vão se avolumando nos diálogos paralelos, nas conversas descontraídas nos pontos de encontro e que pouco a pouco sedimentam um sentimento de insatisfação mútua e inúmeras opções que vertem e subvertem práticas do cotidiano.

Um desses conceitos que causou um choque e uma divisão profunda entre os jornalistas foi exatamente o da ação política a partir dos próprios jornalistas como cidadãos e como profissionais. Enquanto esse choque estava contido nas redações pela hierarquização das relações de trabalho, no âmbito sindical encontrou amplo espaço de ação e reverberação. Era a evidência de uma nova força a agir sobre a estrutura, até transformá-la em algo adequado às mudanças que ocorriam na profissão.

O período seguinte teve essa situação muito mais acentuada, cumprindo-se as divisões e aglutinações acima descritas.

3 - Reorganização - 1979/1988

O propósito deste capítulo foi identificar as concepções de sindicato que estiveram em debate nas duas eleições com duas chapas que aconteceram no período entre 1979 e 1988 no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. O pano de fundo das discussões em torno do Sindicato foi o processo de **reorganização** após ter sofrido intervenção do governo militar em 1964. Nos 15 anos subseqüentes, o Sindicato permaneceu sob forte controle do Ministério do Trabalho e, na maior parte do tempo, dirigido por profissionais que mantinham relações cordiais com o sistema de governo vigente.

É necessário, como preparação para o aprofundamento da linha de discussão deste capítulo, retomar brevemente a avaliação feita no capítulo anterior, apontando três possibilidades de análise em relação aos grupos que assumiram o comando do Sindicato entre 1964 e 1979: primeiro, a de que não gozavam de autonomia para definir uma concepção de ação sindical própria, embora ao mesmo tempo aceitassem atuar dentro de margens restritas concedidas pelo regime; segundo, a de que apesar de não serem absolutamente autônomos, nem por isso deixavam de ter uma concepção da ação sindical, claramente integrada e adaptada às circunstâncias; e terceiro, num outro viés, debatiam-se por conceitos éticos arraigados na construção de sua identidade profissional.

As disputas eleitorais de 1976, 1979 e 1988, as três com duas chapas, colocaram essas três questões especialmente em evidência, ainda que em maior ou menor grau para uma ou para outra conforme o período. Na primeira, destaca-se a oposição liderada por um ex-dirigente cassado, militante do Partido Comunista Brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, e que nesta disputa personifica um grupo à esquerda; e à direita permanecem os dirigentes da situação, tendo como líder um ex-dirigente do Partido da Representação Popular (integralista), além da presença do presidente da Junta Interventora (instalada pelos militares em 1964) que cassou os direitos do dirigente comunista, agora candidato de oposição.

Na segunda eleição citada, a de 1979, embora haja convergência das duas chapas em se opor à visão sindical empregada ao longo dos anos 1970, a chapa vencedora assumiu o discurso da transição, afastando os que poderiam ser enquadrados como

“extremistas”. O embate entre as duas chapas teria ocorrido em dois planos: o ideológico e o da ética no exercício profissional.

Em 1988 o confronto também foi ideológico: uns defendendo estratégias de enfrentamento aberto aos patrões e ao governo federal, com mobilização dos jornalistas por seus direitos; e outros, pragmaticamente, optando por estratégias que evitavam o enfrentamento aberto, sem mobilização. A esta altura, já estava instalado no cenário sindical dos jornalistas, ao longo da década de 1980, o debate sobre quais as atribuições de um sindicato, na medida em que o país estava sendo redemocratizado; e sendo ele de jornalistas, discutia-se qual sua contribuição específica para a sociedade e para os próprios jornalistas.

Como já exposto na introdução deste trabalho, estuda-se o período tomando como base de pesquisa atas de assembleias e reuniões no Sindicato e a análise de entrevistas com ex-dirigentes e candidatos a dirigentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, os quais disputaram eleições - portanto vencedores e derrotados -, entre 1979 e 1988, e de documentos arquivados na instituição.

Para analisar esse processo, adota-se como contra-ponto o conjunto de propostas e conceitos estabelecidos no movimento sindical durante a década de 1970, denominado “novo sindicalismo”. O objetivo é observar na reorganização do Sindicato dos Jornalistas as concepções de sindicato que estiveram presentes naquele momento, tendo como fato novo no campo macro-sindical as concepções do “novo sindicalismo”. A intenção é perceber como o ambiente micro-sindical dos jornalistas paranaenses – que na segunda metade da década de 1970 passou por uma fase de transição, portanto de revisão e busca de novos conceitos –, recebeu, rejeitou ou foi influenciado pelo movimento novossindicalista e as concepções que surgiram a partir desse processo.

Esclareça-se que esse caminho de análise se justifica teoricamente na medida em que, ao estudar um fenômeno social, é necessário levar em conta o contexto em que tal fenômeno estava inserido. Os jornalistas, como outros grupos profissionais, estiveram direta ou indiretamente ligados ao “novo sindicalismo” e isso poderá ser melhor observado na análise que segue.

Fredrick Barth fala da estrutura da ação social, considerando que as conexões aos atos se fazem para trás em direção à sua intenção e para a frente, em direção à sua interpretação. “Em geral, os atos são ao mesmo tempo instrumentais, nesse sentido mais restrito, e expressivos, ou seja, mostram a orientação, a condição e a posição do ator.

Rastreando as ligações dos atos em direção às suas raízes, encontramos planos e estratégias, afirmações identitárias, valores e conhecimentos.” (BARTH, 2000, p. 173)

Barth também aponta, na continuidade da ação social, um outro fenômeno, a permanente reconstrução dessa ação pelos atores sociais:

Seguindo na outra direção, o evento decorrente pode ser retransformado em ato pela interpretação, ou seja, através de um diagnóstico da intenção do ator feito por aquele que observa o evento, e também um julgamento de sua eficácia e efeito. Assim, o evento é percebido como algo que traz informações a respeito do outro e como fonte de conseqüências. O outro pode acionar um conjunto considerável de conhecimentos para conseguir chegar a uma interpretação. (BARTH, 2000, p. 173)

Para o autor, uma vez que o ato é realizado, o ator também pode adotar uma perspectiva ator/intérprete, revisando a idéia do que realmente aconteceu. Ator e intérprete podem voltar tempos depois à questão e construir novas percepções sobre o ato. Assim, escrevem e reescrevem a história. (BARTH, 2000, p. 174)

Barth conclui que para ser útil nas análises das relações e instituições sociais, como se manifestam nas ações das pessoas, “precisamos pensar na sociedade como o contexto de ações e de resultados de ações, e não como uma *coisa* – caso contrário ele permanecerá como um objeto ossificado no corpo de nossa teoria social de desenvolvimento.” (BARTH, 2000, p. 186)

Assim, os contextos político e econômico do período ganham vida quando observados a partir do movimento do “novo sindicalismo”, cujos conceitos não têm correspondência direta com o movimento sindical dos jornalistas paranaenses, mas estavam na ordem das discussões sindicais do período. Também é importante destacar que ao olhar para o contexto, como um mecanismo instrumental, é mais fácil perceber o quanto a profissão de jornalista, seus conceitos e práticas, transportam-se para as concepções sindicais dos jornalistas-sindicalistas em seu sindicato.

Ao identificar referências de aceitação ou rejeição a essas proposições, a partir dos documentos e da fala dos dirigentes, foi possível compreender dentro do movimento sindical dos jornalistas o que de fato estava em discussão no nível regional. Também as soluções visualizadas por estes dirigentes e as estratégias de colaboração ou enfrentamento que definiram os destinos do Sindicato e suas conseqüências para os jornalistas, filiados ou não ao Sindicato. A análise revela como e por que os jornalistas

adotaram, traduziram, adaptaram ou evitaram especificamente as proposições do "novo sindicalismo" em seu movimento, as quais surgiram como opções no cenário sindical.

Conhecer os pontos de aproximação e distanciamento, absorção ou repulsa às novas idéias em debate no âmbito sindical brasileiro, especialmente a partir de um sindicato de camada média que representa profissionais em boa parte formados em universidades, ajuda a esclarecer a visão sobre a ação sindical que este sindicato adotou, rejeitou ou no mínimo foi obrigado a refletir, para então se posicionar tanto do ponto de vista da ação de um grupo de trabalhadores quanto do exercício da cidadania.

Na apresentação da concepção sindical do "novo sindicalismo" como referência do contexto sócio-político do movimento sindical do final dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, estão colocadas ao mesmo tempo duas opções que precisam ficar claras. Primeiro, a de tomar como parâmetro um movimento que surgiu no meio sindical brasileiro, para cujas propostas convergiram diversos sindicatos de diferentes setores produtivos. A segunda, consequência da primeira, é a opção por fazer uma análise de concepções entre movimentos de profissões díspares como são a dos jornalistas e a dos operários (metalúrgicos, construção civil entre outros), especialmente se levado em conta o tipo da atividade e o grau de treinamento que estes e aqueles experimentavam e experimentam antes e mesmo durante o exercício profissional.

Ao longo do texto, discute-se justamente o quanto é (ou não) apropriado estabelecer esse tipo de referência quando se fala de movimento sindical brasileiro, apesar de analisar temáticas idênticas em um mesmo contexto político, econômico e social.

Para definir e analisar os conceitos do "novo sindicalismo" é necessário percebê-los em sua formação sob três óticas e seus entrelaçamentos: primeiro, a do movimento em si, a partir das propostas de ação sindical dos trabalhadores; segundo, a partir da própria expressão "novo sindicalismo", que encerra conceitos daquelas práticas forjados a partir de uma visão acadêmica; e terceiro, observando-se a auto-imagem dos próprios operários sindicalistas que participam do movimento. Observar o "novo sindicalismo" sem admitir ou levar em conta esse entrelaçamento significaria deixar de lado um processo que direta ou indiretamente ajudou a formular um conjunto de idéias e concepções vindo das três direções.

A origem do "novo sindicalismo" está, para Eder Sader, na emergência de uma nova corrente sindical, que mesmo começando minoritária no final dos anos 1970, questiona a organização dos sindicatos e seus objetivos. "Na origem, pois, dessa

corrente, encontramos o impulso de um grupo de dirigentes sindicais no sentido de superar uma situação de esvaziamento e perda de representatividade de suas entidades e de estimular e assumir as lutas reivindicativas de seus representados”. (SADER, 1988, p. 180)

Ele nasce a partir de mudanças no eixo da atividade sindical, que no período pré-64 gira em torno de sindicatos representativos de profissionais dos serviços coletivos – transportes urbanos, marítimos, ferroviários e serviços portuários e assalariados de empresas produtivas estatais. No final da década de 1960 e início da de 1970 são os operários das indústrias automobilísticas, siderúrgicas, petrolíferas e de metal-mecânica que estabelecem um novo centro para a ação sindical no país, que também tem como importantes pontos de apoio os assalariados de “classe média” e os trabalhadores do campo.

Sobre o movimento, Maria Herminia Tavares de Almeida observa que o ponto central de sua proposta era a abolição da ingerência estatal no mundo do trabalho, consagrada na própria legislação, que também estabeleceu todo o sistema de relações trabalhistas desde os anos trinta e quarenta. Foi nesses termos que os governos autoritários encontraram um ambiente ideal para ampliar as ingerências. Contra isso é que o “novo sindicalismo” começaria a insurgir-se.

Ainda segundo Almeida, a experiência da perseguição política e da cidadania de segunda classe, convivendo com o início de uma sociedade de consumo, levou a classe operária à busca de uma identidade operária, a qual viria traduzida em demandas por maior autonomia. (ALMEIDA, 1983, p. 202)

A liberdade exigida por dirigentes dessa corrente exemplificava-se na oposição à política de fixação, pelo governo, de reajustes anuais de salário, na busca de negociações coletivas diretamente entre empregados e empregadores, portanto sem a mediação de organismos estatais, direito irrestrito de greve, liberdade e autonomia sindicais, inclusive com a possibilidade de criação de comissões de fábrica ou outras formas de representação de trabalhadores nos locais de trabalho.

Especificamente sobre a organização sindical, as propostas eram na direção da mobilização reivindicativa, maior participação da base nas decisões e gestão democrática. Reivindicavam, portanto, que fossem reconhecidos a partir de uma dignidade operária tanto na sociedade quanto no campo político.

O movimento do “novo sindicalismo” desperta também o interesse de estudos acadêmicos, os quais estabelecem o segundo enfoque anteriormente citado. Estes estudos observam a ascensão do movimento entre o operariado, e percebem como característica a intenção de romper com práticas consideradas colaboracionistas por esses novos dirigentes, as quais estariam impedindo o desenvolvimento da capacidade reivindicativa dos trabalhadores, ou mesmo do fortalecimento das ações a partir das bases trabalhadoras.

“...esta nova corrente, do ponto de vista da ação estritamente sindical, procurava dar voz aos trabalhadores e defendia o fortalecimento da atuação sindical no interior das fábricas. Reivindicava ainda, entre outros aspectos, a livre negociação entre patrões e empregados, o direito de greve e o afastamento do estado das relações capital/trabalho. A medida que procurava afirmar-se em sua identidade coletiva, esse movimento situava a ação sindical conflitiva como uma estratégia central para chegar à mesa de negociação.”
(RODRIGUES e RAMALHO, 1998, p. 147).

Há outra forma de perceber este item em especial, observado do ponto de vista macro-político sindical. São estudos que surgem num contexto em que correntes divergentes disputam de um lado o controle do processo sindical brasileiro, e especialmente de outro, por versões históricas do período anterior (pré-64), o que legitimaria a conquista desse controle.

Além da disputa travada diretamente pelo comando de cada sindicato entre defensores dessas propostas e dirigentes então identificados pelos primeiros como ligados ao período pré-64, uma outra disputa corria implícita e paralela para determinar quem iria deter a hegemonia do movimento sindical no final dos anos 1970.

Na definição de Marco Aurélio Santana, o “novo sindicalismo” representou mais do que uma etapa no processo organizacional e de luta dos trabalhadores brasileiros. Para ele, este sindicalismo estaria rompendo com as práticas estabelecidas no passado, principalmente aquele demarcado pelo período compreendido entre 1945/1964. (SANTANA, 1998 p. 19)

A questão é controversa, sobretudo porque há uma disputa no final da década de 1970 pela memória do que foi o período anterior ao Golpe dos militares em 1964. Os principais protagonistas no campo sindical estavam, já em seguida ao Golpe, por um lado cassados em seus direitos de cidadania e, por outro, de certa forma sendo responsabilizados pelo apoio ao governo de João Goulart, que teria cometido erros de

avaliação na condução do processo político do país, culminando com a derrota para os militares e forças conservadoras.

A auto-imagem, o terceiro enfoque citado, é importante para afirmar a identidade daqueles trabalhadores. É na história do movimento dos trabalhadores pré-64 e suas versões que a questão deságua. O fermento para o surgimento da disputa teve seu estágio embrionário na segunda metade dos anos 1960, quando se verificou uma maior liberalidade do governo militar com os sindicatos, pois o controle imposto logo após o Golpe de 1964 arrefeceu. Havia o descontentamento com os efeitos da política econômica recessiva, que se baseava na contenção dos salários, provocando intensos debates nas cúpulas sindicais, sobretudo em setores emergentes da indústria nacional, como era o caso dos metalúrgicos em São Paulo e Minas Gerais. Lideranças de esquerda que defendiam a mobilização e o franco enfrentamento ao governo federal, e uma grande massa de trabalhadores descontentes fizeram as greves de 1968, reprimidas com violência pelo governo. (ALMEIDA, 1983, p. 200).⁴

Também vale destacar que no movimento do “novo sindicalismo” a massa de jovens trabalhadores fazia a diferença, como um dado original fundante: “...Ele tinha como sustentáculo uma classe trabalhadora jovem, nova em tempo e espaço e, portanto, livre das injunções dos velhos operários que se submeteram, por vontade própria ou pelas orientações equivocadas do PCB, ao cadafalso do *pacto populista*.” (SANTANA, 1998, p. 20).

Santana, no entanto, aponta esse processo sindical contextualizado num momento em que projetos políticos e sindicais distintos das esquerdas no Brasil estão concorrendo pela hegemonia, sobretudo histórica do movimento sindical pós-64. Ao falar em “velho” e “novo” sindicalismo, Santana observa paralelamente o quanto esse debate foi travado a partir de estudos acadêmicos e como se estabeleceu um corte profundo entre as duas vertentes, obscurecendo “as continuidades e pontos de contato existentes na prática organizativa dos trabalhadores, bem como os limites a ela impostos”. Ele afirma que ao dar voz aos “atores envolvidos” é possível identificar como no discurso e na prática

⁴ Passado o período punitivo (1964/1965), a coerção, seja policial, seja com base na Consolidação das Leis do Trabalho, diminuiu claramente, dando lugar a um renascimento da atividade sindical (ALMEIDA, 1983, p. 200). Segundo Erickson, foi o próprio estado que, através do Ministério do Trabalho, criou condições para a primeira resistência organizada. O ministro Jarbas Passarinho pediu uma mudança na política oficial de salários e proclamou seu apoio à “renovação sindical”. Resultaram daí o Movimento Intersindical contra o Achatamento Salarial em 1967 e em 1968 duas greves violentas: dos metalúrgicos de Contagem e Osasco. (ERICKSON, 1979, p. 221 e 222)

estes acreditavam estar trilhando um caminho alternativo e distinto dentro da história da organização de sua classe. (SANTANA, 1998, p. 20)

A conclusão a que Santana chega é que é possível “relativizar a visão esquemática” sobre a história do movimento operário e sindical do Brasil. Na forma como se observa a questão, os projetos anteriores parecem não contribuir em nada com os atuais. Bem ao contrário, o projeto do momento pretende, sobretudo, “significar” uma ruptura total com o precedente. Com essa noção, o “novo” surgiria com mais força, apesar de para isso ter de diminuir a força e até afirmar a fraqueza de dirigentes que em determinadas condições, a seu modo, ajudaram a construir o caminho que orientou o movimento até o estágio em discussão. (SANTANA, 1998, p. 32)

Especificamente no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná verifica-se uma discussão dentro desse mesmo campo, mas com vetores e resultados diferentes. Esse detalhe, o das diferenças, confirma de modo peculiar a avaliação de Santana. Em 1976, ano em que se teve a primeira eleição com duas chapas após 1963, a oposição sindical posiciona-se como de esquerda. Ao enfrentar a situação, estabelece-se o contato, dentro da mesma chapa, entre a concepção pré-64 e a dos novos jornalistas, em boa parte formados em faculdades.

A continuidade dos projetos pré-64, desfocada nos sindicatos operários – onde a disputa prevalecia entre grupos de esquerda –, assim como novos projetos adequados àquele momento, mostrou-se eloqüente entre os jornalistas paranaenses.

3.1 Debates no campo político

A análise de depoimentos de dirigentes e documentos, tendo como ponto de referência os conceitos do “novo sindicalismo” e questões em debate no período, apresenta linhas de contato, mas reelaboradas de modo particular, especialmente entre os jornalistas que exerciam a profissão em redações de empresas de comunicação.

Os depoimentos de profissionais que estavam ativos em redações de empresas jornalísticas de Curitiba naquele período, e que depois se tornarão dirigentes sindicais, dão indicativos de que já em 1976 estavam em contato com os debates, ou mais apropriadamente, com as notícias do que ocorria com os metalúrgicos no ABC, além de

outros movimentos sociais. Entretanto, muito pouco do resultado desse debate – feito nas próprias redações e em pontos de encontro eleitos pelos profissionais - era canalizado para discussões dentro do sindicato. Era fora desse espaço institucional vigiado que isso ocorria. Uma alternativa que se mostrou viável foi a criação de movimentos sociais, que melhor fugiam ao controle do governo e de forças a este alinhadas.

As lutas sindicais dos jornalistas em termos nacionais ainda estavam às voltas com a denúncia da censura, questão premente para os profissionais e que implicava na limitação da atividade tanto no sentido do acesso a fontes e informações, quanto na elaboração interpretativa da matéria-prima obtida.

Em relação ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, a entrevistada Elza Oliveira (à época estudante prestes a se formar e, no futuro, candidata à presidência do Sindicato em 1988), por exemplo, disse ter participado de discussões sobre a entidade desde a universidade. Embora tenha sindicalizado-se logo após a formatura, afirmou não lembrar de reuniões provocadas pelo Sindicato em 1976 ou depois, para debater as questões nacionais de forma crítica, nem mesmo sobre a censura, mas lembrou com clareza que esses pontos foram abordados com veemência por sindicalistas do nordeste durante o XVI Congresso Nacional da categoria, realizado em Curitiba naquele mesmo ano.

Não tinha discussão assim. Não me lembro... o que rolava no plano nacional era realmente um momento de reorganização dos sindicatos, que nos anos seguintes culminaram com todas as coisas do ABC, das mobilizações de trabalhadores, e tal, no meio jornalístico havia toda uma postura de muito embate com o regime militar, principalmente, muito em função da censura, de certa maneira contando com o apoio, entre aspas e sublinhado esse apoio, pelo patronato: porque para o patronato também a questão da censura era prejudicial, talvez não tanto do ponto de vista ideológico, mas do ponto de vista mesmo industrial...

(OLIVEIRA FILHA, 2000)

A percepção da entrevistada é clara ao contrastar o Sindicato dos Jornalistas do Paraná com o período efervescente, sobretudo do que viu no XVI Congresso Nacional, realizado em Curitiba. A questão da censura aparece permanentemente como o ponto principal dos debates da época, mas ela destaca que no Sindicato não havia “discussão assim”.

A expressão "não lembro", usada pela entrevistada, poderia significar simples falta de lembrança sobre possíveis reuniões ou mesmo que os jornalistas estivessem desinteressados em assuntos como mobilização de trabalhadores, embate com o regime militar; mas o significado também podia ser mais amplo, indicando na direção de que as questões, embora estivessem sendo discutidas em foros diversos por jornalistas, não eram debatidas pelos profissionais dentro do Sindicato e muito menos provocadas por este.

A primeira hipótese, se comprovada, eliminaria qualquer discussão a respeito. A segunda poderia levar à identificação de pontos importantes de pesquisa. Restou confrontar ambas com as atas de reuniões e assembléias do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná inicialmente daquele ano, 1976. O procedimento viabilizou um caminho de investigação capaz de clarear a questão.

Ao examinar essas atas, não há qualquer registro de discussão a respeito de questões nacionais ou censura. As atas referem-se a problemas específicos do próprio sindicato – eleições, preparação para o XVI Congresso Nacional realizado naquele ano em Curitiba, preenchimento de cargos vagos na diretoria – ou dos jornalistas como trabalhadores – assembléias definindo reivindicações salariais e cláusulas sociais como as férias de 30 dias, que só naquele ano seria conquistada.

É importante perceber que o Sindicato dos Jornalistas estava, à época, sob a direção de o mesmo grupo dirigente desde julho de 1970: o presidente, Ayrton Baptista, e parte dos dirigentes foram os mesmos até 1979. Assim, parece pertinente observar as movimentações anteriores a 1976 para compreender do que exatamente a entrevistada está falando.

Como já foi comentado no capítulo 2, observadas as atas de reuniões de diretoria e assembléias gerais convocadas pelo grupo diretor eleito em dez julho de 1970, já na primeira reunião aparecem como temas prioritários daquela gestão a obtenção de um telefone, problemas com a tesouraria, revisão de estatutos, assistência médico-odontológica, terrenos do sindicato, participação em comissão da Delegacia do Trabalho para “expurgo de elementos em situação irregular” e a aproximação com os estudantes de jornalismo por meio dos diretórios acadêmicos. (SJPP, Ata da reunião de diretoria em 17 de julho, fls. 69 e 70)

Também em 1970 a diretoria aprovou a representação do sindicato, por três jornalistas, em curso especial da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento. Aqui efetivamente a

discussão é sobre questões nacionais, mas num campo de perspectiva oposto ao que a entrevistada sugere. Os interlocutores são militares, representantes do governo federal e da elite econômico-financeira, todos debatendo teses que partiam na maioria da Escola Superior de Guerra - ESG. Portanto, era difícil imaginar que pudessem ser conflituosas em relação à ordem vigente. O exemplo citado no capítulo 2, em que um ex-comunista e ex-dirigente do Sindicato dos Jornalistas tentou e, com muita dificuldade, conseguiu participar do evento, confirma a regra por destacar a exceção. No caso, Milton Cavalcanti, ex-presidente do Sindicato em 1963, reconheceu ali duas teses que coincidiam com sua visão socialista, as quais lhe custaram, anos antes, processos judiciais militares, perseguição política e desemprego. Não há como negar aqui a origem ideológica conservadora que embasava essas discussões, não só durante o curso, mas na seleção dos participantes.

Recorde-se também a nota expedida pela diretoria do Sindicato em 1º de junho de 1971, a respeito da demissão de um jornalista não sindicalizado, da Fundepar, órgão do governo do estado, cujas razões foram colocadas sob suspeita – de perseguição política – pelo jornal *O Estado do Paraná*. A diretoria do Sindicato então considerou que a demissão era de ordem administrativa, e deixou claro que não pretendia envolver-se em “assuntos que fujam à sua competência”, numa clara alusão a questões políticas.

Num salto de quase sete anos, um outro episódio e seus detalhes ampliam as possibilidades de análise da atuação do grupo que permaneceu, com parte dos membros entre 1970 e 1979, na direção do Sindicato dos Jornalistas.

Em cinco de abril de 1978 a diretoria reunida avaliou os acontecimentos que envolviam os jornalistas Walmor Marcelino e Luiz Manfredini, e a estudante de jornalismo Juracilda Veiga, presos na Polícia Federal. Segundo relato do presidente Ayrton Baptista, ele tentou contato com os jornalistas, mas não lhe foi permitido. Segue um trecho desse relato extraído de ata de reunião:

Disse que não pôde comparecer à reunião realizada na Cúria Metropolitana, de vez que estava preocupado, em primeiro lugar, em posicionar o Sindicato do Paraná face aqueles episódios. Entendeu, também, depois de consultar os colegas de diretoria, que o posicionamento da entidade era correta para o evento, com a divulgação de nota conjunta com a Federação, agindo nossa entidade em faixa própria, conforme preconiza os estatutos. Manteve, também, contatos com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, Dr. Eduardo Rocha Virmond, o mesmo ocorrendo com o assessor jurídico no sentido de uma atuação mais correta no episódio.

(SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de reunião de diretoria em 5 de abril de 1978, fl. 127)

Sem mencionar o que causou a prisão dos jornalistas e do “seqüestro” da estudante pela Polícia Federal, o presidente do Sindicato demonstrou acima de tudo cautela em averiguar os detalhes da prisão dos jornalistas, inclusive deixando de comparecer a uma reunião na Cúria Metropolitana para discutir o problema, possivelmente com outras instituições da sociedade civil, ou no mínimo com a própria Cúria. O zelo para resguardar o Sindicato e a diretoria, que já ocorrera em 1971 – por ocasião de demissão de um profissional, provavelmente por perseguição política – mais uma vez aparece.

Um outro entrevistado, Arnaldo Alves da Cruz (que fundou a Associação de Defesa e Orientação do Consumidor – ADOC e viria a ser dirigente do Sindicato em 1979), é quem conta sobre os motivos da prisão:

Ai o Manfredini - naquele episódio que foi preso ele, o Walmor Marcelino, o Edésio Passos... era o coronel Alcino Gonçalves, que era diretor da Polícia Federal, achou que estava havendo um movimento comunista no Paraná e prendeu todos. E aí, o Manfredini veio me falar que uma das coisas que marcaram, porque o Manfredini ajudou muito na fundação da Associação, participava.... dentro desse critério de estarmos fazendo uma coisa não política, estamos fazendo defesa do consumidor.... Porque o Manfredini sempre foi muito politizado e muito briguento, com posições ideológicas bem claras, mas... então nessa situação aqui a intenção era outra. A gente na verdade pegou todas as correntes e... vamos fazer um negócio prático. Mas uma das coisas que ele me contou foi que no interrogatório da Polícia Federal, uma das coisas que pressionaram muito foi: “o quê que a Associação estava fazendo por debaixo dos panos?”

(CRUZ, 2000)

A ADOC e o entrevistado reaparecerão mais a frente, quando se discute os movimentos sociais e o Sindicato dos Jornalistas. Mas o esclarecimento da motivação da prisão dos jornalistas foi oportuna para compreender o que estava em jogo na avaliação dos diretores do Sindicato em 1978 e o porque da cautela adotada, a mesma que ficou evidente em 1971, em nota oficial. Há ainda outro ponto em comum entre esses dois episódios.

O relato prosseguiu dando conta da intenção de um outro diretor, Arnaldo Anáter, em fazer contato com a estudante (Juracilda Veiga), a qual o teria evitado, o que o impossibilitou de acompanhar o caso. O presidente Ayrton Baptista seguiu dizendo que fez contatos com o governador e com o comandante da 5ª Região Militar a respeito do episódio, embora sem dar detalhes sobre qual foi o intento com essas conversas ou

mesmo seus resultados. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de reunião de diretoria em 5 de abril de 1978, fl. 127).

Por fim, um detalhe ressaltado pelo presidente que une o caso de 1971 com este: “(...) Disse também, que convém ressaltar, que nenhum dos três detidos é sindicalizado e nenhum foi detido no exercício profissional da profissão”. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 – Ata de reunião de diretoria em 5 de abril de 1978, fl. 127).

Novamente duas noções, aparentemente, baseiam a decisão de observar o episódio com cautela, apesar da nota conjunta feita com a Federação Nacional (cujo teor não está registrado). Os jornalistas e a estudante não eram filiados ao Sindicato, o que de certa forma, no entendimento daquela diretoria, parecia eximi-la de uma ação mais efetiva em favor dos três: além disso, não ser preso no exercício da profissão também os retiraria da alçada do Sindicato, pois como na decisão de 1971, ainda o envolvimento com questões extra-profissão, leia-se política, não teria qualquer relação com a entidade.

Permanece, portanto, ao longo de quase toda a década de 1970 a frente do Sindicato dos Jornalistas, um grupo que, no discurso, entende ser o Sindicato dos Jornalistas um espaço de defesa de interesses dos profissionais, desde que estes exerçam a profissão dentro de regras fortemente enraizadas na identidade daqueles profissionais, uma grande parte formada na prática das redações e não necessariamente em universidades.

Em que pese perceber a existência, nos dois casos citados, de um forte e explícito componente ideológico, a regra a que me refiro em termos de identidade profissional é a da “imparcialidade”, do não envolvimento ou posicionamento em relação a partes em conflito. O quanto a regra justificou conscientemente a ação ideológica, ou o quanto a ação ideológica estava embutida na regra é difícil afirmar. Entende-se que ambas – ação ideológica e a regra da imparcialidade –, no entanto, lá estavam servindo como pontos de referência, seja para o discurso ou a prática sindicais, seja para balizar o exercício do jornalismo.

Novamente é a entrevistada Elza Oliveira quem fala do quadro sindical e jornalístico da segunda metade da década de 1970 e se posiciona politicamente, mostrando o quanto aqueles novos atores estavam dispostos a agir politicamente, embora sem entrar no mérito da imparcialidade:

(...) o que rolava no plano nacional era realmente um momento de reorganização dos sindicatos, que nos anos seguintes culminaram com todas as coisas do ABC, das mobilizações de trabalhadores, e tal... No meio jornalístico havia toda uma postura de muito embate com o regime militar, principalmente, muito em função da censura, de certa maneira contando com o apoio, entre aspas e sublinhado esse apoio, pelo patronato, porque para o patronato também a questão da censura era prejudicial, talvez não tanto do ponto de vista ideológico, mas do ponto de vista mesmo industrial... Eu acho que era assim: o resgate da dignidade da categoria mesmo, da responsabilidade social, do respeito profissional, da inserção na sociedade... eram as grandes questões que estavam no plano nacional e que a gente achava que essa discussão não havia muito aqui.

(OLIVEIRA FILHA, 2000)

Há dois pontos importantes a destacar na fala da entrevistada. Por um lado ela não se coloca isolada na discussão dos temas, deixando entrever que faz parte de um grupo, não um pequeno grupo de jornalistas, mas um agrupamento de novos atores sociais, cuja afinidade principal aparente era a escolha da profissão Jornalista. Esses novos atores, na maioria recém-saídos das universidades, além do lugar ao sol no mercado de trabalho, estariam buscando uma “inserção na sociedade”, até então inexistente na forma proposta.

A entrevistada também falou sobre o envolvimento de alguns jornalistas em solidariedade aos metalúrgicos em greve no ABC e da atividade em movimentos sociais. Surgidos na época, esses movimentos supriram, como espaço institucional, a necessidade de centralização das ações de enfrentamento ao regime militar, espaço e atividade a que o Sindicato dos Jornalistas não estava propondo-se a encampar.

Sim, eu me lembro da gente ter feito, por exemplo, não sei se exatamente nessa época [entre 1976 e 1979], ou um pouco depois, mas na greve dos metalúrgicos a gente fez campanha de arrecadação de fundos, de alimentos - lembra que o pessoal ficou em greve um tempão? Aí, até acabamos nos aproximando da igreja nessa época... A gente trabalhou muito assim: havia o movimento da anistia... na verdade todo mundo fazia tudo. Mas na época existiam duas coisas que eu acho que eram importantes: era a ANAI, uma associação que tinha toda uma preocupação com a questão indígena, e tinha muita participação dos jornalistas. E o movimento da anistia, que a gente se reunia muito no DANC [Diretório Acadêmico Nilo Cairo - do curso de Medicina da Universidade Federal do Paraná], na Ebano Pereira. Eu me lembro de muitas assembleias tanto da ANAI quanto do movimento da anistia ali no DANC... as coisas muito se faziam ali. Existia uma participação bem ativa dos jornalistas também, do pessoal que já estava de volta a Curitiba nessa época. E daí as discussões eram essas mesmo: da redemocratização no plano nacional, da anistia, e no plano da categoria, assim: um resgate mesmo de dignidade, de respeito profissional.

(OLIVEIRA FILHA, 2000)

Em que pese estabelecer uma visão idealizada sobre o exercício do jornalismo, a profissional não deixa de mostrar que era essa mesma visão que motivava aqueles profissionais – alguns que haviam deixado Curitiba por perseguições políticas e repressão – a participar ou até fundar um movimento. Visão que não eliminava a ação sindical como item compondo o mesmo gênero. Ao contrário, empurrava aqueles militantes ao confronto com a diretoria do Sindicato dos Jornalistas da época e suas ações.

Ao falar de “dignidade, de respeito profissional”, a entrevistada aparentemente procura demarcar as diferenças entre “velhas” e “novas” práticas profissionais. Entre as “velhas práticas” uma viria das próprias empresas jornalísticas e, por conseqüência, de boa parte dos seus funcionários jornalistas, em admitir que ser jornalista significava ter o poder de estabelecer um preço para prestar informação à sociedade. As empresas estimulariam esse tipo de prática, o que diminuiria a pressão por melhores salários. Enquanto isso, parte dos profissionais considerava “natural” receber ajuda de fontes cujas informações seriam transformadas em matérias. São inúmeras as passagens sobre situações desse tipo descritas em biografias como a de Samuel Wainer, repórter e criador do jornal Última Hora na década de 1950, e de Assis Chateaubriand, poderoso proprietário dos Diários Associados.

Uma questão que um mercado de trabalho aberto e praticamente sem regras facilitava, embora não fosse o causador do problema. A partir da regulamentação profissional, em 1969, exigindo dos candidatos à profissão a passagem pelas faculdades de Jornalismo, aparentemente a tendência a considerar-se a prática como “natural” diminuiu, tornando-se mesmo condenável. Note-se, entretanto, que não diminuiu necessariamente a prática em questão, o que explica em parte o tom da entrevistada ao falar de “dignidade e respeito profissional”. Em parte, porque também está embutida na expressão, observando todo o relato, uma crítica à pouca ação de uma grande parte dos jornalistas paranaenses nas discussões da época, especialmente a partir do Sindicato como espaço institucional que poderia estimular o debate.

O envolvimento com movimentos sociais também era visto por outro entrevistado, Arnaldo Alves da Cruz (à época recém-formado, e pouco depois, em 1979, iniciou uma longa carreira como jornalista-sindicalista), como modo de abrir o debate sobre questões de interesse social, mas de forma a manter distância do embate ideológico. A Associação em Defesa do Consumidor - ADOC, criada em 1976 pelo entrevistado e por vários outros jornalistas entre diversos colaboradores de outras

profissões, tratava de uma questão política relativa ao exercício da cidadania, sem um viés partidário naquele momento, mas obrigatoriamente revestida por uma inofensiva-capa de ação dirigida à sociedade, sem um viés considerado político.

O entrevistado conta:

Isso ali era aquele grupo de bêbados dos bares que se reunia à noite, tinha uma turma ali, umas 15 pessoas. "pô olha o que aconteceu no Jornal.. pô", - o assunto era esse - hoje veio um sujeito lá do Boqueirão reclamando de um pacote de leite, "putchia", eu não pude colocar porque o cara lá é amigo do fulano tal e amigo do general. Aí surgiu a idéia de fundar a Associação. ... "pô e se a gente fizesse alguma coisa aqui, daí a gente podia usar a Associação e botar no jornal não é?" Então a Associação assumiria o fato e levaria isso para o jornal, porque o cidadão levando não tinha como. Estava ferrado. Numa associação você dilui a responsabilidade, não se saberia em quem... não poderiam prender uma Associação. Podiam prender um diretor, mas não podia prender todos os membros da Associação(...).

(CRUZ, 2000)

Emerge da fala do entrevistado a idéia de que os jornalistas ali envolvidos, irônica mas simpaticamente denominado "grupo de bêbados dos bares", imaginavam que poderiam ao mesmo tempo fazer a intermediação entre a sociedade e o jornal e escapar ao cerco da censura e auto-censura, personificados em uma Associação. A via sindical, que poderia igualmente ser trabalhada no mesmo sentido, estava prejudicada na medida em que o controle da entidade estava em mãos que não concebiam um sindicato envolvido com questões que não fossem exclusivamente de cunho sindical e diretamente relacionadas aos interesses dos jornalistas. No Sindicato, esta noção de solidariedade ou de coincidência de objetivos com o cidadão não fazia sentido, pelo menos para a concepção dos dirigentes da época.

Mas a estratégia de buscar um caminho diferente para trabalhar com as questões sociais, longe de uma conotação político-ideológica, não diminuiu por completo a possibilidade de aproximação com o Sindicato dos Jornalistas. Por algum tempo, entre 1976 e 1979, o endereço formal da ADOC foi o do Sindicato dos Jornalistas. O que estabeleceu uma barreira efetivamente, sobretudo a partir de 1979, foi a ação franca e conflituosa que a ADOC assumiu em vários momentos, num curto tempo de atividade. Isto ficou evidenciado no episódio que Arnaldo Alves da Cruz, então recém-eleito naquele mesmo ano para a diretoria do Sindicato, conta:

(...) E aí teve uma situação: como houve essa proximidade Arnaldo/ADOC/Sindicato, então a gente fundou a ADOC. Não tinha para onde ir. E como metade do pessoal da ADOC era jornalista, a gente pediu, na época era o Ayrton, nos dar o endereço como sede. Então o nosso endereço era a sede do Sindicato. Então quando a gente entrou [1979], eu até me entusiasmei “pô, legal, vou fazer as duas coisas no mesmo lugar...”, até deu uma movimentada na ADOC. E aí a gente veio para cá.
(CRUZ, 2000)

O entusiasmo do entrevistado se justifica. Havia pela primeira vez naqueles últimos anos, a possibilidade de o Sindicato tornar-se um espaço de ação política, ainda que fosse pelo simples fato de abrigar em sua sede a ADOC, que agia politicamente na intenção, embora protegida na aparência, de defender o consumidor. A ligação, entretanto, não seria possível e a própria diretoria recém-eleita, consciente do seu papel de transição e, sobretudo, de evitar conflitos, põe água fria nos planos de trabalho do jornalista-sindicalista:

Aí a diretoria fez uma reunião e disse: Arnaldo, ADOC fora, exatamente porque a ADOC pegava brigas. ...às vezes a ADOC, mesmo tendo aquela proposta de colaboração com o governo, etc. nós entramos em algumas brigas que passaram muito próximo de briga ideológica. Denúncias no jornal, ali sim nós denunciávamos o governo, a área econômica, a área social... então isso sim, tira fora. E aí eu fiquei putíssimo da vida, mas eu sou muito correto. Se eu entrei numa chapa, que tinha presidente e uma diretoria, eu fiquei...porque a ADOC realmente era o meu coração ali...Tá legal, me desestruturou tudo (...). (...) pô, me ferrei, aluguei uma sala com o meu dinheiro – porque a ADOC não tinha dinheiro, paguei. Me ferrei. Salário era aquele salário que você conhece – menos de seis salários mínimos, mas mantive o movimento fora do Sindicato. Então teve até essa conotação interna de não envolver o Sindicato com coisas assim... Sindicato é sindicato, sindicato tinha que brigar por salário, pela categoria e não dividir a categoria.
(CRUZ, 2000)

Portanto, um sindicato de jornalistas que iniciava uma gestão considerada de transição e um movimento social que entrava em conflitos, como o próprio entrevistado admite, não poderiam coexistir no mesmo espaço físico. Aqui, é importante destacar que a concepção sindical que assumiu o controle do Sindicato em 1979, como será visto detalhadamente adiante, embora fosse de oposição à diretoria que permaneceu a frente por três mandatos (1970/1973, 1973/1976, 1976/1979), não eliminava um dos pontos básicos do grupo que deixava o poder.

Em sua fala, Arnaldo Cruz define a ADOC como “seu coração”, numa alusão ao forte envolvimento ideológico que ali existia, em contraposição ao que estava

assumindo no Sindicato. De certa forma, uma confissão – mais a frente explícita – de que a ação sindical dos jornalistas não comportaria qualquer envolvimento ideológico.

Ao contrário, a ação da nova diretoria incorporaria a mesma concepção sindical da diretoria anterior, à qual colocava-se como opositora. Foi isto que fomentou o surgimento lento, mas sólido, de uma nova oposição, mantendo vínculos com elementos que compunham o programa da chapa opositora de 1976 – principalmente fazer o Sindicato ser solidário com todas as campanhas salariais de qualquer categoria, e ser contra toda e qualquer interferência do Ministério do Trabalho no movimento sindical – , acompanhando a ação sindical do grupo que assumiu em 1979 durante nove anos, até disputar a eleição de 1988.

Éder Sader observa que os movimentos sociais tinham como ponto de partida muito mais que o embate contra o governo. A base dos movimentos estava relacionada a uma discussão maior sobre a estrutura da sociedade civil, suas formas de organização, seus mecanismos de resposta para questões no campo econômico e social. Foi esse tipo de movimentação, também existente entre os jornalistas paranaenses, um dos principais motivos que fez ressurgir uma oposição nas eleições do Sindicato em 1976, e uma alteração efetiva do quadro em 1979. Diz o autor:

Nas representações que daí emergiram iria ressaltar um certo tipo de humanismo. Nelas se valorizavam as práticas concretas dos indivíduos e dos grupos em contraposição às estruturas impessoais, aos objetivos abstratos e às teorias preestabelecidas. Valorizavam-se também os atos de solidariedade, através dos quais os indivíduos transcendiam a rotina vazia imperante na sociedade. E valorizava-se fundamentalmente uma sede de justiça que denunciava a situação social vigente. Em todos esses aspectos, as novas práticas discursivas atingiam a racionalidade tecnocrática e o individualismo burguês dos discursos dominantes.
(SADER, 1995, p. 194)

Solidariedade naqueles termos e sede de justiça era algo que também fazia parte de uma nova forma de compreender-se como cidadão. No caso dos jornalistas, sobretudo dos aqui citados como participantes desses movimentos, a reelaboração também estendia-se a conceitos que orientam a atividade de jornalista, que definem, ainda que de forma idealizada, o fazer jornalismo. Este novo jornalista também buscava uma nova ação sindical, que correspondesse a essas mudanças.

Mas o mesmo autor, logo em seguida, faz uma observação que não combina com a experiência dos jornalistas paranaenses, sobretudo da ação sindical na década de 1970.

Os movimentos que se constituem a partir de trabalhadores qualificados tenderam a apoiar-se na própria importância destes para o processo produtivo (...). (...) Por outro lado, eles constituíam – sob a forma sindical – sujeitos reconhecidos no plano dos direitos. (...) Apoiando-se nessa existência legal e na percepção das suas próprias forças na esfera da produção, os movimentos sustentados por trabalhadores nas empresas desenvolveram enfrentamentos com o patronato e o governo num campo de referências onde o sindicato era reconhecido como interlocutor legítimo. Tais movimentos iriam tematizar as injustiças pelo ângulo da falta de reciprocidade entre a importância do trabalho desempenhado, de um lado, e a remuneração recebida e as precariedades das condições de trabalho e vida, de outro.

(SADER, 1995, p. 194 e 195)

Pela aversão a uma ação política aberta, a ter o espaço sindical como arena de debates, a diretoria do período 1970-1979 opta em manter distância das discussões e também dos jornalistas que buscavam esse tipo de envolvimento e participação. Sem o controle do espaço sindical, restou num primeiro momento a ação em outros movimentos, o que não impediu a tentativa de assumir a direção do Sindicato na eleição de 1976. Já em 1979 a opção por uma chapa sem “extremistas”, para a transição, manteve essa distância, ainda que em menor grau.

Nos vários casos citados – jornalistas participando de movimentos como ANAI, Anistia, ou em solidariedade aos metalúrgicos, na criação da ADOC, no programa da chapa de oposição na eleição do Sindicato em 1976 – fica implícito a reelaboração das movimentações da época entre os jornalistas paranaenses, assim como a ausência desses debates a partir do Sindicato dos Jornalistas. Os entrevistados, em que pese mais tarde posicionarem-se em correntes opostas, confirmam estar o Sindicato do Jornalistas Profissionais do Paraná ausente dessas discussões.

Eleições

Vêm então as eleições de 1979. Após nove anos (três gestões) como presidente do Sindicato dos Jornalistas, Ayrton Baptista não concorre àquela que poderia ser sua terceira reeleição, sequer como integrante de uma das chapas. Nem por isso ele e outros membros da diretoria da época deixaram, de alguma forma, de influenciar no processo eleitoral.

Um dos integrantes da chapa eleita naquele ano era o entrevistado Arnaldo Alves da Cruz, já citado anteriormente. Em sua visão, fora eleito para fazer uma transição entre o que se definia como grupo de direita, a gestão que deixava o Sindicato, e um grupo de esquerda, que no futuro poderia assumir o comando da entidade.

No Sindicato a primeira eleição [1979], quando a gente entrou, ela foi puramente ideológica. Então para nós, o Ayrton era o símbolo da revolução, era tudo contra o Ayrton. Eu me lembro das reuniões que a gente fazia no TUC – foi inaugurado o TUC ali na travessa Julio Moreira, atrás da catedral, tinha um teatrinho que a gente se reunia. Ali era o nosso posto, era o posto da oposição. A gente se reunia ali: Hélio Teixeira, todo esse pessoal hoje... Teresa Urban, Elza, aquelas pessoas que tinham mais fala, e a gente tentava montar a chapa. Ai em 79, especificamente, quando nos entramos houve uma situação assim: se montasse uma chapa totalmente de esquerda não passaria. Não seria eleita. Porque o poder ainda era... O pessoal do Ayrton Baptista ainda era maioria.
(CRUZ, 2000)

Aqui o entrevistado mostra que fazia parte de um grupo aparentemente único, que muito antes da eleição de 1979 reunia-se para discutir o Sindicato, inclusive num local específico. Mas em 1979, “especificamente” como diz, ele fala da montagem da chapa e nas entrelinhas é possível perceber que já não é a mesma situação de um grupo único, mas um grupo que racionaliza a disputa e separa-se do que se poderia chamar de extrema esquerda. Ele continua:

Bom, aí tem outra coisa, que tem que explicar. O pessoal que trabalhava em jornal, o jornalista real, ele tinha as posições políticas ideológicas, sempre avançadas...à esquerda do que estava à direita. Só que a profissão estava totalmente minada, 90%, exagerei...não sei quanto por cento, mas a lista de pessoas com poder de voto era... saia dos jornais e ia longe. Então, na hora da votação, no voto a voto, onde vota o Danilo e todo aquele pessoal manipulado pelo governo - ali tinha agente da Polícia Federal, tinha pessoal do exército... (...) Tinha gente de redação também que votava no Ayrton por amizade, ou por ideologia também, ou por medo dos comunistas, porque daí você já ficava mais próximo dessa idéia de comunista, que ainda havia assim: “imagine...” Então na maioria, não vou dizer que a maioria fosse – vamos dar um desconto aqui - não que a maioria fosse manipulada, com registros manipulados, mas havia um grande número de registros manipulados sim e havia o pessoal que votava com o Ayrton por simpatia, por amizade, e porque conhecia o cara, e porque sabia que o cara não era aquilo que a gente dizia, via, ou imaginava que fosse. (...) E aí colocaram alguns caras da chapa do Ayrton e alguns bem mais avançados. E aí a gente veio para o Sindicato.
(CRUZ, 2000)

Reaparece nesta fala uma figura que já surgiu no capítulo 2, em referência às eleições de 1968, quando o entrevistado Mussa José Assis aponta a maioria da diretoria

eleita naquele ano como de jornalistas de pouca atividade na profissão. Ou seja, mantém-se aqui a percepção de que jornalista “real” é o jornalista que atua em Redação de empresa de comunicação. Um conceito que perdurou e se manteve inclusive na percepção do jovem sindicalista, cuja formação jornalística básica aconteceu pouco antes nos bancos escolares da Universidade Federal do Paraná. Não será o único conceito a ser mantido.

Ao racionalizar a montagem da chapa, como sendo de transição, aqueles jornalistas mantiveram, sem que isso fizesse necessariamente parte das discussões, a influência do conceito da “imparcialidade” (ou o não envolvimento com as partes em conflito), recorrente na profissão e aqui sendo reaplicado na atuação de suas versões como jornalistas-sindicalistas. Ainda que se possa contestar a idéia de chapa de transição, é inegável que o raciocínio apresentado pelo entrevistado apontava na direção da aceitação inerente do conceito da “imparcialidade” para obter um resultado esperado, mesmo que a discussão sindical não envolvesse diretamente a prática jornalística.

Também é importante observar que a racionalização da montagem da chapa de transição serviu para estabelecer um dos pontos principais de ação sindical daquele grupo: a regularização do mercado, ou seja, definir quem era e quem não era efetivamente jornalista. Esta foi uma atividade que, veremos adiante, resultou num enfrentamento ao governo e ao Ministério do Trabalho, ainda que relativo se comparado às greves reivindicatórias dos metalúrgicos no ABC, no mesmo período.

A forma como apresenta a definição da composição da chapa, a noção que estabelece a transição como inevitável são igualmente manifestações do pragmatismo já citado no capítulo 2, relacionado com as práticas profissionais. O que é considerado inevitável deve ser feito logo, independentemente das implicações em outros campos. Mas esta não é a única percepção sobre o pragmatismo aplicado naquele momento.

Pela chapa que perdeu as eleições, o candidato a presidente, Luiz Geraldo Mazza, observa que a oposição entre as duas chapas, ambas aparentemente de esquerda, tinha também uma tonalidade que passava pela questão esquerda/direita, alegando que o presidente que deixava o cargo apoiava seu oponente, Desidério Peron, mas também por outra, de ordem ética. A disputa ideológica seria resultado do pragmatismo gerado pelas circunstâncias.

O Ayrton era a marca do regime. Ele era um líder, não dá para negar. Se não me engano o Ayrton ficou com o Peron, doutor. Nós tentamos fazer um acordo, na casa do Haroldo Murah, entre eu e ele. Nada... e depois é claro: se eles tinham uns canalhas na diretoria, na nossa também tinha uns caras que eu não gostaria... da questão do pragmatismo. O que era o pragmatismo: aquelas pessoas que acham que jornalista é o cara para tirar vantagem. Foram os caras que fizeram a tal chapa anti-comunista, eles usaram o anti-comunismo pra mostrar a repulsa que tinham a nós. Que nós éramos realmente de “esquerda”. Não tinha nada. A bronca deles era a questão moral nossa. Nós tínhamos bronca com jornalista que belisca, que morde. Na minha também tinha. Nós éramos radicais nisso. E a sociedade ela não estava tão, como acabou ficando...Hoje levam os melhores para o Palacio...

(MAZZA, 2000)

O pragmatismo citado é o que aproveitava o peso ideológico, que ainda representava em 1979, de impor a pecha de “comunista” a um adversário, enquanto a motivação real do confronto seria evitar o debate sobre o zelo pela ética profissional. Mas também está explícito o pragmatismo da ação jornalística de tirar proveito, de forma venal, em razão do conhecimento de um maior volume de informações em profundidade, ou ainda da condição de apropriar-se ou no mínimo controlar privadamente um espaço de interesse público, o noticiário do jornal.

Outra referência já destacada no capítulo 2 ressurgiu aqui, também em relação ao campo da ética. Na gíria jornalística, “morder”, “beliscar” são palavras que designam o ato de aceitar remuneração de fontes de informação para publicar ou suprimir coisas do interesse dessa mesma fonte. Esse é um ponto importante, na medida em que a condenação ao ato de “morder” torna-se mais um item que estabelece a divisão clara entre jornalistas nesse período. Antes, essa mesma questão foi apresentada como tendência, a partir da chegada de novos jornalistas formados em universidades, mas uma tendência que ainda não havia se consolidado ao ponto de surgir como bandeira de luta franca entre duas chapas que disputavam a direção sindical.

É óbvio que não se propõe a aceitação de que todos os jornalistas formados em redação de jornais admitissem como natural o ato de “morder”; ou por outro lado, que todos os jornalistas formados em universidades condenassem o ato, muito menos a deixassem a prática em si de lado. No entanto, a partir da regulamentação profissional em 1969 e da conseqüente obrigatoriedade da passagem pela universidade, desenvolveu-se entre os jornalistas um debate sobre conceitos éticos que antes tinha menor reverberação nas redações. Já em 1979, o mesmo item chegava ao ponto de servir como referência para a montagem de uma chapa, o que não surgiu claramente nos

depoimentos tomados para o capítulo 1, em que se discutiu as concepções de sindicato entre 1945 e 1964.

O entrevistado Luiz Geraldo Mazza segue apontando a vinculação ideológica como fator importante na disputa:

A chapa deles saiu na frente. Veja bem, porque na verdade houve uma dissidência. Era um movimento de oposição, e de repente o Hélio Teixeira, que era um cara chave porque, sabe como é, o cara que é famoso, ...Tinha posto de direção na Abril. O Hélio virou o cabo eleitoral chave dos caras. Dando a entender que, essa aproximação do Hélio teria conferido um caráter de esquerda à chapa. Nós perdemos a eleição por isso, nós fizemos a votação maior em Curitiba, mas perdemos no interior, o Hélio minou o interior.
(MAZZA, 2000)

Não é à toa que os entrevistados afirmam uma forte polarização de tudo e de todos em torno dos conceitos de "esquerda" e "direita" como ponto de partida para tudo. Qualquer circunstância, assunto ou pessoa, naquele momento do país, estava sujeito, por vontade própria ou não, a ser enquadrado como "de esquerda" ou "de direita" conforme um ponto de referência imaginário e conceitual de quem assim os definisse.

O que era, afinal, "de esquerda" e "de direita" neste contexto? O entrevistado Arnaldo Cruz, integrante da diretoria que assumiu o Sindicato em 1979 e que marcou o fim, pelo menos na memória do dirigente, da "direita" no poder do Sindicato, definiu assim aquele período e a gestão anterior (1976/1979): "A gente estava inconformado. O Ayrton Baptista era o 'de direita', era o passado... Eu entrei na chapa assim, acreditando e me propondo a fazer a transição, do pessoal da revolução, do pessoal da 'direita', para entregar esse poder para um pessoal mais de 'esquerda'".

Nota-se que o entendimento do entrevistado é de que quem era de "direita" estava vinculado ao passado, especialmente o passado a partir da revolução de 1964. Sem dizer, mas intuitivamente, ele aponta quem é de "esquerda" como o novo, comprometido com algo que se opõe ao passado, incluindo o ideário do regime militar. O entrevistado não se define como parte de nenhum dos dois lados claramente, mas da transição, que de certa forma atenderia a um pouco de cada coisa e ao mesmo tempo, não atenderia a nenhuma completamente.

Mudança de foco

Faz-se necessário, momentaneamente, uma mudança no foco de observação, o que propiciará melhor compreensão do movimento dos jornalistas paranaenses em meio a questões que estavam em debate no contexto sindical. Questões tratadas em âmbito nacional, mas que, direta ou indiretamente, influenciaram tomadas de posição entre os jornalistas paranaenses. A referência para esse exercício é o “novo sindicalismo”, um movimento que já estava razoavelmente amadurecido em 1979, e cujos conceitos e práticas davam uma idéia do que estava ocorrendo no universo sindical brasileiro, tornando-se a principal referência do período.

A questão que se põe é: até que ponto a disputa em torno do comando do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná estava inserido no debate provocado pelo “novo sindicalismo”; ou ao menos teria absorvido, adaptado ou ainda recusado parte dos conceitos e práticas novossindicalistas.

As chapas de oposição “de esquerda” dos jornalistas paranaenses se debatiam num processo de disputa eleitoral em 1979, com o objetivo de tirar o poder de quem representava o “passado”, o atrelamento ao regime militar, ou para dizer o mínimo, o conservadorismo do início da década. Ao mesmo tempo, em São Paulo, os operários de indústrias traduziam sua movimentação “de esquerda” e suas demandas reprimidas fazendo greves.

Maria Herminia Tavares de Almeida observa no período o surgimento de tendências que vão lutar contra este posicionamento. Em termos nacionais, colocavam-se frente a frente correntes sindicais consideradas de esquerda, mas que se diferenciavam pelas práticas e objetivos. De um lado, movimentos como o “novo sindicalismo” e “oposição sindical”, e de outro a “unidade sindical”.

A corrente novossindicalista é definida como “sem vinculações com as ‘oposições sindicais’ e alheias à influência ideológica e política de qualquer agrupamento da esquerda marxista. Nos propósitos e na prática concreta esta linha de atuação se voltou à transformação radical do arcabouço sindical e de todo o sistema de relações trabalhistas”. (ALMEIDA, 1983, p. 211).

As “oposições sindicais” eram constituídas por militantes católicos e remanescentes de pequenos grupos que se posicionavam à esquerda dos comunistas e tentavam criar desde 1966/67 uma rede sindical paralela à estrutura oficial, tendo como ponto de partida as comissões nas empresas. (ALMEIDA, 1983, p. 211).

Em confronto com as duas correntes acima citadas, estava a Unidade Sindical, que embora composta de comunistas, se diferenciava de ambas porque defendia uma política de união de forças, o que levou à defesa do não rompimento com o sistema sindical, ainda que conservador e de ritmo mais lento no tocante a mudanças nas próprias instituições sindicais e trabalhistas. (ALMEIDA, 1983, p. 211).

Entre os jornalistas paranaenses, praticamente não há paralelo dessas correntes em 1979, embora lembrassem, muito à distância, os novossindicalistas pelo alheamento à influência ideológica e política de grupamentos marxistas. Alguns candidatos à eleição daquele ano podiam mesmo ser enquadrados naquele momento como de esquerda, não somente pela postura diante dos debates em torno do tipo de organização sindical vigente, mas pelo combate à censura e às perseguições político-ideológicas, questões aparentemente emergentes, como se verifica nos Anais do XVI Congresso Nacional, realizado em Curitiba em 1976. Ao mesmo tempo, outros componentes de chapa podiam ser apontados como de direita, em parte por defender posturas conservadoras no campo sindical, mas também porque identificados com o regime militar.

Num primeiro momento, olhar para o movimento dos jornalistas tendo como referência um movimento de massa, como era o “novo sindicalismo” dos metalúrgicos, é inimaginável. Os metalúrgicos são milhares, enquanto os jornalistas paranaenses não ultrapassavam 600 profissionais filiados em 1979, incluindo muitos registrados de forma irregular, conforme interesses do Ministério do Trabalho (leia-se governo federal).

A reivindicação salarial da massa de metalúrgicos do ABC paulista estabeleceu um enfrentamento ao governo federal, mesmo não sendo este o interlocutor direto nas negociações. No caso dos jornalistas, a questão da regularização dos registros também era uma reivindicação importante para este grupo de trabalhadores, mas a opção não foi o enfrentamento. Foi um diálogo lento, estratégico, de modo a afastar qualquer hipótese de choque aberto com o Ministério do Trabalho.

Aparentemente, são movimentações impossíveis de equiparação em termos políticos, sobretudo como repercussão em nível nacional. É verdade. Mas é possível, levando em conta as diferenças dessas categorias profissionais, extrair a essência daquele momento nos dois movimentos e com isso observar o peso da referência da ação dos metalúrgicos sobre a ação dos jornalistas nas devidas proporções e conseqüências.

Um enfrentamento mais aberto entre os metalúrgicos, embora a estratégia fosse permanecer no campo das lutas sindicais por melhores salários e condições de trabalho, fez prevalecer no movimento uma linguagem objetiva das questões que afetavam toda a classe trabalhadora, com isso obtendo sua adesão. Para os jornalistas, a regularização do mercado de trabalho foi mais restrita como ponto de reivindicação e, obviamente, de menor repercussão junto à sociedade, justamente por ser uma frente que dizia respeito exclusivamente àquele grupo de trabalhadores.

A essência aqui referida está relacionada com a motivação de um determinado grupo para permanecer exercendo uma atividade e dela tirando seu sustento. Parte dessa motivação pode ser de ordem objetiva, quando se fala em termos de resultados materiais auferidos com o desempenho profissional. Mas pode ser, e de modo geral o é, também uma motivação subjetiva.

São duas questões específicas: identidade social e idealização profissional. Identidade que um grupo de trabalhadores estabelece quando seus integrantes reconhecem-se entre si ao realizar um mesmo tipo de tarefa ou tarefas diferenciadas dentro de um processo complexo de produção. Ela pode ter origem num mesmo local ou em locais diversos, mas que reproduzem essas tarefas ou processos com o mesmo objetivo, ou objetivos afins. A idealização profissional, por sua vez, pressupõe um objetivo além da subsistência, algo subjetivo que confere à atividade mais que o sentimento de estar dedicando-se diariamente a um ato mecânico, técnico e de resultados práticos ou contábeis.

No caso dos metalúrgicos, a identidade se estabelecia tanto quanto entre os jornalistas, ressalvadas as diferenças em formação profissional, o tipo da atividade, o peso do trabalho no produto final e por fim, o próprio produto em si. Entre os jornalistas essa identidade social passava em 1979 por transformações. As Redações de empresas de comunicação tradicionais não mais abrigam a totalidade dos profissionais ou pelo menos não no mesmo nível de antes (muitos já atuam em assessorias de imprensa); também há quem tenha obtido registro de forma irregular, segundo a legislação vigente, podendo ou não estar exercendo a profissão. Além disso, mesmo entre os que são considerados jornalistas “reais” (aqueles que trabalham em Redações de jornais, além de televisões e rádios) há uma divisão clara: os que foram formados pela prática nas próprias redações e os que se formaram em universidades, um grupo novo de profissionais disputando vagas no mercado.

A idealização profissional, entretanto, faz ficar em evidência uma diferença básica entre operários industriais e jornalistas, o que de certa forma explica caminhos diferentes adotados em cada caso no enfrentamento ao governo. Entre os operários, foi seu caráter de movimento de massa que estabeleceu uma idealização profissional, permanecendo até os dias atuais a força dos metalúrgicos enquanto grupo de trabalho com identidade própria. Entre os jornalistas, a atividade e tudo que dela decorre (visão de mundo, conceitos de sociedade, do próprio exercício do Jornalismo e suas funções) é que conferiu uma idealização da profissão.

Esta idealização também estava sendo posta em discussão entre os jornalistas, reavaliada em razão da conjuntura política e social do país, e da mudança da matriz de formação. Estava relacionada a conceitos éticos, posturas consideradas coerentes com a atividade de jornalista, que igualmente passavam por questionamentos. Mais uma vez, faz-se necessário esclarecer que não se está estabelecendo o valor de uma geração mais nova em detrimento de outra mais antiga. Como idealizações que eram, esses conceitos faziam parte do conjunto de bens simbólicos na trama entre essas duas gerações e, portanto, não poderiam deixar de entrar no conflito.

Nos dois campos – identidade social e idealização profissional – encontra-se a mão bastante visível do Estado no caso dos jornalistas. No campo da identidade social, como aqui compreendida, o Ministério do Trabalho detém um forte controle sobre a concessão de registros e a fiscalização das irregularidades. Além disso, ainda estava em franca discussão a questão da regulamentação, que ocorre exatamente em 1979 (lei nº 83.284 – lei que regulamenta a profissão de jornalista), apesar de já existir uma outra (lei nº 972/69 – lei que dispõe sobre a profissão de jornalista), de dez anos antes, criando legalmente a profissão. (SANTOS, 1991, p. 70-85)

Numa profissão em que informações e idéias são matérias-primas para a difusão, o controle do regime ditatorial foi permanente, tanto sobre as empresas de comunicação quanto sobre os próprios trabalhadores. É verdade que nem sempre foi um controle rígido, mas eficaz ao atingir as instâncias de poder, seja nas Redações, seja na direção de sindicatos de jornalistas. Ou seja, também no campo da idealização estabeleceu-se um espaço de luta em que o Estado tomou parte ativa e muitas vezes claramente coercitiva.

É possível admitir-se que o Sindicato, como instância de mobilização, também fosse um espaço institucional em que se podia investir. Recorde-se, como exemplo, a expressão usada pelo candidato a presidente da oposição em 1976, Milton Ivan Heller,

referindo-se a seminários profissionais que deveriam ser promovidos pelo Sindicato, “para ver se dali brotava alguma luz”. É também como afirma o entrevistado Luiz – Geraldo Mazza, candidato da chapa derrotada em 1979, sem deixar de fazer a autocrítica:

Em 70 e poucos, que estávamos falando, você transferia um pouco também desses limites do jornalismo, para tentar ver se na área sindical, você liberava, vamos dizer assim, essas tonalidades afetivas, tudo...a vida... – uma ilusão. O sindicato não tem essa força, não é essa murada celestial, mas era bonito...Claro que podia ser um puta espaço, que daí já precede a idéia do PT, que já é mais presunçosa, uma instância de poder.
(MAZZA, 2000)

O entrevistado cita primeiramente os “limites do jornalismo”, referência à premência do tempo na apuração das informações, necessidade de manutenção do emprego, de aceitar a regra do jogo empresarial, mas também da regra de “imparcialidade”. Daí a necessidade de os jornalistas transferirem para a via sindical uma visão de mundo própria, “suas tonalidades afetivas”, mesmo que utópica. Não deixa, no entanto, de admitir que essa percepção estava lá, ainda que em discussão. Por outro lado, aplica hoje, com todas as letras, o pragmatismo profissional na avaliação do que pode ser um sindicato.

O entrevistado Arnaldo Alves da Cruz, diretor em 1979, confirma, mas também mostra consciência sobre a limitação que uma entidade sindical apresenta para este tipo de pretensão:

Nós queríamos mudar aquele sistema anterior. Isso era básico. Aqui, usando o Sindicato. Nós estávamos mudando, assim, o sistema de liberdade, o sistema de profissionalização, o sistema de governo, mas dentro da nossa limitação de sindicato. ...Essa era uma proposta da chapa, de fiscalizar a profissão, tirar os aventureiros, tirar os infiltrados... a partir daí, 90% do nosso trabalho foi brigar com a Delegacia do Trabalho...
(CRUZ, 2000)

A fala não deixa dúvidas sobre os objetivos do diretor que assumiu em 1979. Dentro do Sindicato, para ele e, aparentemente, para outros do grupo, o sentimento é tão amplo que absorve questões como a liberdade, necessariamente não só a de imprensa; o sistema de profissionalização, que estava diretamente relacionado à regulamentação e ao controle dos registros; e o sistema de governo, que englobava as outras duas

questões. A “briga” então era contra o governo, mas dentro das prioridades e dos limites sindicais.

O fato de ser uma diretoria de transição desde o início, levou o grupo a uma prática sindical que manteve vigilante distância dos conflitos. Pragmaticamente, como seria comum à racionalização da prática jornalística, aprenderam a caminhar por dentro de estratégias sem confronto – nas negociações salariais, na discussão sobre a regularização de registros pela Delegacia Regional do Trabalho –, para obter os resultados considerados possíveis naquelas circunstâncias.

Como dobrar um general

Portanto, olhando especificamente para o Sindicato dos Jornalistas, a problemática é de certa forma a mesma proposta pelos novossindicalistas, ainda que adaptada. O enfrentamento ao regime, ainda que a partir de bandeiras concretas para os trabalhadores, deveria ser feito. No caso dos jornalistas, eliminando o confronto, a meta foi a regularização dos registros profissionais, com objetivos ainda que exclusivos dos jornalistas, mas obtidos por pressão sobre a Delegacia Regional do Trabalho para eliminar processos fraudulentos, especialmente de pessoas que obtiveram registro para exercer controle extra-oficial das redações em favor do regime.

Entre a intenção e a prática, as distâncias são grandes. Arnaldo Alves da Cruz dá uma noção das dificuldades que envolviam uma ação contra o governo federal, que ainda mantinha forte controle das concessões de registro. Ao longo de três anos – 1979-1982 – a diretoria iria se debater em diversas reuniões com o delegado regional do Trabalho, até que no quarto ano, já na segunda gestão – 1982-1985 –, conseguiu a liberação dos livros de registro. Note-se um detalhe já no início da fala que no entendimento do entrevistado, aquele deveria ser o último mandato daquele grupo dirigente:

No segundo mandato, quando a gente apertou para ser o definitivo, aconteceu uma coisa curiosa. Porque a gente tinha que trabalhar em cima de lista. Porque nós queríamos saber quem era nossa categoria. A gente ia na Delegacia do Trabalho e tinha um procedimento: por lei a Delegacia era obrigada a nos fornecer os nomes dos jornalistas registrados. A gente ia, pedia e 90 dias depois vinha a lista em ordem alfabética. Ai, quando a gente fechou os livros, clareou. Ai vimos assim, os blocos de nomes. Os nomes que os patrões mandaram em bloco, que um determinado jornal pediu... Ai tinha espaços abertos. Por exemplo: número 800 no livro D e pulava para o 901 no livro D, e aquelas páginas todas em branco. Então feito isso nós chegamos: "General: tá aqui a lista que o senhor nos deu. Essa lista significa que tem esses livros aqui. Só que não está batendo, General". Foi ai que entrou o pessoal da policia federal, ai que entrou... a gente pegou o último... o cara do SNI, um cara de Arapongas era do SNI, que a gente fez uma briga porque a gente descobriu que o cara era do SNI e o cara não trabalhava no jornal. "Putz, tá aqui o: não tem como". E ai a gente brigou. Daí que o General se embananou, porque ele tinha que botar o cara pelas ordens superiores; e ai nós estávamos sabendo e nós não deixávamos. Foi um nome que nos discutimos muito. Feito isso, o General disse "tá bom" – porque nunca mostravam os livros – com esta lista ele disse vão lá embaixo, ligou para o seu Orlando: "Orlando, pode dar os livros para os rapazes... E ai a gente foi lá e fez a 'festa'".
(CRUZ, 2000)

Uma das limitações da transição era impossibilitar o ataque ao governo pelo lado ideológico. Isso seria bater de frente, criar uma relação conflituosa. Na fala do dirigente isto não fica explícito, mas avaliando o peso da censura e da policia política na vivência recente daquele grupo de jornalistas, essa abordagem era completamente descartável.

Além disso, havia uma outra questão tão premente quanto a ideológica para colocá-los frente a frente com o governo: o argumento legal da regularização do mercado de trabalho. Os cursos de Jornalismo lançavam dezenas de novos profissionais anualmente, num universo em torno de 600 jornalistas em atividade no estado.

Formada pela UFPR em 1976, mas atuando desde 1974, é a entrevistada Elza Oliveira, que presenciou o movimento de oposição na década de 1970 e dele participou ativamente na década de 1980, quem dá uma versão de quem estava de fora da direção sindical:

(...) tinha uma preocupação ao mesmo tempo de fazer um jornalismo decente, do ponto de vista do papel social do jornalista e, do ponto de vista da profissão também havia uma preocupação em discutir a profissão, melhores condições de trabalho. Então, quando a gente, por exemplo, tomou a iniciativa de denunciar o funcionamento do esquema do Estadão aqui, tinha a ver com isso, com a abertura do mercado de trabalho, com o respeito ao profissional... Nessa época já se discutia muito essa coisa de o cara ser empregado do jornal e ter um emprego público e dos patrões verbalizarem isso: "a gente arranja um empreguinho na Assembléia, paga mal, mas..."...isso eu ouvi do próprio Barroso [Roberto Barroso Filho, proprietário do Jornal do Estado] num determinado momento. Era uma prática que a gente contestava muito na época.
(OLIVEIRA FILHA, 2000)

Mais uma vez, a idealização profissional – o papel social do jornalista – é referência para tomadas de posição no embate sindical, especialmente entre novos e velhos jornalistas naquele período. Também reaparece como referência o debate sobre práticas condenáveis, mas usuais no jornalismo. Práticas que podem ser diretamente atribuídas ao conceito ético, regulador da relação jornalista/fonte, com implicações na quebra daquela idealização. Independentemente desses pontos, a fala da entrevistada corrobora a pressão que a diretoria eleita em 1979 e reeleita em 1982 sofreu dos novos jornalistas para atuar no campo da fiscalização.

Concluindo, percebe-se que mesmo em estágios completamente diversos em termos de organização sindical e quadro associativo, em momentos históricos de suas instituições também muito diferentes, jornalistas e metalúrgicos enfrentavam naquele final de década, com armas específicas, especialmente um adversário: o governo militar.

Na década de 1980, duas questões irão evidenciar as disputas no Sindicato dos Jornalistas: as negociações coletivas e a possibilidade de filiação à Central Única dos Trabalhadores. A primeira foi motivo de disputas violentas em Assembléias a partir de 1983; a segunda surgiu com a disputa da eleição em 1988, novamente com duas chapas.

3.2 Negociação salarial

Desde o período de maior força intervencionista após 1964, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná mantinha com as empresas discussões sobre os reajustes salariais anuais. No início, pelo que se apura nas atas de reuniões da diretoria e assembléias em 1968, discute-se exclusivamente o reajuste, que comparado a índices divulgados pela Fundação Getúlio Vargas, mostram que os jornalistas obtinham aumentos que empatavam ou até ultrapassavam os índices. Entre 1970 e 1976, verificase a manutenção dessa prática com avanços em termos de cláusulas, chegando a uma Convenção Coletiva de Trabalho com nove itens.

Em 1979, a nova diretoria, com integrantes que se mesclavam aos antigos dirigentes, mas com compromissos de campanha que consideravam prioritários, viram-

se obrigados a debruçar-se sobre a organização administrativa do Sindicato, além de sair em busca de um local para sede social, então resumida a duas pequenas salas no Edifício Caetano Munhoz da Rocha – do governo do estado, as mesmas desde 1956.

Vale observar que entre 1955 e 1964, permanentemente todas as diretorias que assumiram o controle do Sindicato esforçaram-se por obter recursos para estabelecer uma sede própria. Para isso fizeram sorteios de automóvel, exposições, tentaram empréstimos, mas nada foi aparentemente suficiente para resolver o problema. A partir de 1964, após a intervenção, esse ímpeto arrefeceu completamente.

Assim, a ligação com o governo estadual não foi desfeita, mas reforçada, quando se obteve outro espaço, mais amplo, para a instalação do Sindicato. Entre os jornalistas, o que já era uma polêmica de longa data, voltou à tona. O objetivo de apontar este problema é destacar que se por um lado havia algum enfrentamento contra as ações do governo federal, as relações no âmbito estadual eram suficientes para tornar o caminho para uma nova sede mais curto, além de confirmar um espírito pragmático aos dirigentes da época. Espírito que não se pode negar permaneceu nas décadas seguintes, pois até hoje a sede continua sendo a mesma, independentemente das muitas diretorias que lá passaram.

Em razão da necessidade urgente da organização burocrática e da busca da nova sede, a diretoria valeu-se de um espírito de colaboração nas campanhas salariais. Foi estabelecido inicialmente em bases francas com jornalistas mais ativos nas assembléias, onde eram escolhidos para compor a Comissão de Negociação. As prioridades são comentadas por Arnaldo Alves da Cruz:

Bom, aí quando a gente entrou, a gente começou a trabalhar no prático, e no prático a gente perdeu a ideologia... assim, no trabalho. Então a nossa briga era prá arrumar o Sindicato. Arrumar uma sede [era a] primeira coisa; segunda coisa: arrumar os arquivos, para você ter um ponto de partida e começar a fiscalizar a profissão. Saber quem é quem, quem está fazendo o quê, que tipo de registro tinha, como foi feito esse registro.

O novo acordo coletivo de trabalho, se não me falha a memória, tinha oito cláusulas. Aí na briga a gente passou para 20, passou para 30, e a gente estava chegando nos 40 quando entregamos a direção.

(CRUZ, 2000)

Como foi dirigente por quase toda a década de 1980, por sua fala não se percebe em que momento a diretoria passou a lançar mão dessa colaboração e o quanto ela foi

duradoura. Nas atas de reuniões e assembleias, no entanto, fica explícito que os jornalistas definiam com a diretoria, item por item – as reivindicações já atingiam 55 cláusulas - inclusive autorizando incondicionalmente a negociação e por vezes recomendando intransigência na defesa do que havia sido estabelecido. Mas em 1982, quase no final do primeiro dos quatro mandatos que tiveram como presidente Desidério Peron, pela primeira vez aparece explicitamente a figura de uma Comissão, composta de membros de fora da diretoria para estudar os termos da proposta do ano seguinte. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 Ata de reunião de diretoria em 4 de dezembro de 1968, fl. 166)

A entrevistada Elza de Oliveira fez parte desse processo e separa os primeiros momentos, na gestão de 1979/1982, e logo após, quando o clima de cooperação deu lugar ao surgimento de uma nova oposição:

Acho que num primeiro momento houve uma certa abertura de trabalho, com o Peron. Acho que a gente conseguia, de uma certa maneira trabalhar com ele. ...Participar, por exemplo, de comissão de negociação. Eu participei de muitas campanhas salariais. Cheguei a participar de comissões de negociação, mesmo assim, indicadas pela assembleia.

...Em momentos episódicos, situações bem demarcadas, delimitadas, as questões de cunho interno da categoria, tipo campanha salarial, etc.... a gente conseguiu, de certa maneira trabalhar com o Peron. Mas aí, quando a coisa extrapolava minimamente o que eles consideravam legal, suportável, etc... aí barrava. Então a gente viveu situações assim em que a gente fazia parte das comissões de negociação e que a coisa estava fluindo legal e que a gente tinha a chave dessa sala aqui [dentro do Sindicato] e de repente chegar e terem trocado a fechadura das portas para a gente não entrar porque tinham considerado que a gente tinha extrapolado os limites possíveis de uma campanha salarial."

(OLIVEIRA FILHA, 2000)

Em julho de 1983, numa assembleia geral e por proposta da própria entrevistada, entre outros associados presentes, criou-se uma nova figura que, de certa forma, fez antever o embrião de uma concepção de ação sindical que será motivador para uma oposição sindical: a Comissão de Mobilização, para a qual foram eleitos 14 associados. Em setembro, com o endurecimento nas negociações, foi criada também a Comissão de Resistência, com outros 11 membros não diretores. (SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 Ata de Assembleia Geral em 29 de julho e 15 de setembro de 1983, fls. 177-184).

O momento em que se instalou a tensão pôde ser observado na mesma campanha, quando diretoria e Comissão de Mobilização colocam-se em lados contrários, clareando as diferenças de conceito no encaminhamento das propostas da campanha. Vale destacar

aqui que a busca da mobilização encontrava referência, pelo menos conceitualmente, no "novo sindicalismo". ainda que a denominação não tenha aparecido em nenhum momento entre as falas dos entrevistados, nem nas atas de assembleias.

Como estava na Comissão, é a entrevistada Elza de Oliveira que dá a versão para o estopim da disputa interna em torno do controle da negociação coletiva:

Um dos episódios que eu me lembro, por exemplo, foi uma crítica ao comportamento do Paulo Pimentel [proprietário de jornais e televisão], uma crítica que a comissão fez envolvendo uma empresa e o Peron [presidente do Sindicato] mandou uma carta desautorizando a comissão.

...O nível de envolvimento da diretoria era muito pequeno...Era o Peron e o Arnaldo... e com a comissão de mobilização de campanha salarial, muito pouco eles realmente interagiam. E daí a gente fazia as coisas e depois desautorizavam na continuidade.

(OLIVEIRA FILHA, 2000)

A fala da entrevistada tem respaldo em atas de assembleias em setembro e outubro de 1983, quando é evidente o grau de confronto aberto entre os membros da Comissão de Mobilização e a Diretoria. Em pleno calor das discussões dentro da Assembleia, o diretor Arnaldo Alves da Cruz renuncia ao mandato, alegando

(...) discordar da forma como os companheiros de assembleia entendem conduzir nosso sindicato. (...) Não posso aceitar que companheiros 'controlem' terceiros para o encaminhamento deste acordo/dissídio coletivo, sem informar ao menos a diretoria e os que conduzem a negociação. Não posso aceitar que (...) vejam-se alguns companheiros assumirem posições, que afrontam frontalmente tanto a minha função, como o bom senso daqueles que em mim votaram.

(SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 Ata de Assembleia Geral em 23 de setembro de 1983, fl. 186).

A mobilização passa a ser um problema, pois tinha o conflito como estratégia, algo que efetivamente não estava nos planos da diretoria eleita em 1979 e reeleita em 1982. Como já observado antes, os diretores eleitos em 1979 desde o início evitaram o conflito, pois a concepção de grupo de transição fez com que as estratégias aceitas jamais contemplassem a do confronto aberto.

Estava claro que a convivência cooperativa, muito antes da própria assembleia em questão, já havia caído por terra. Na formação das comissões de mobilização e de resistência já despontava uma dose de inconformismo em relação às estratégias de negociação adotadas durante toda a década de 1970 e que continuavam sendo

praticadas, apesar dos resultados obtidos, que ampliavam o volume de cláusulas do Acordo, saindo de oito no início dos anos 1970 para 39 em 1983.

Mais a frente na mesma Assembléia, solicitado a esclarecer sobre os resultados obtidos pela Comissão de Mobilização, o presidente Desidério Peron argumentou que a Comissão é que deveria fazê-lo. A Comissão não aceita a delegação e inicia-se um tumulto na Assembléia. O presidente do Sindicato retoma a palavra e faz acusações que se tornam reveladoras sobre como considerava ser formada essa oposição, deixando transparecer também sua própria visão da situação.

Lamentou que companheiros pretendem estabelecer o confronto na categoria, da categoria contra a diretoria, quando a hora é de confronto com o patronato; que poderíamos por em dúvida sim a sinceridade de alguns companheiros que vêm às assembleias para fazer política, e partidária às vezes, ou então posar de liberais e corajosos, mas não enfrentam o patrão em defesa de seus direitos, nem por telex... (...) que se assim, for, então é melhor fechá-lo [o sindicato] e transformá-lo em sucursal de partidos (...).

(SJPP - 03/03/1946 a 31/07/1984 Ata de Assembléia Geral em 23 de setembro de 1983, fl. 186)

Na fala do presidente, pela primeira vez desde 1964, aparece abertamente no Sindicato uma discussão que envolve política partidária dentro do movimento sindical dos jornalistas. A partir daí a oposição, com ou sem razão, carregará até a disputa de 1988, a pecha de que estaria vinculada a um Partido.

O que se pode depreender com certeza é que esta nova oposição não estava isolada, mas interagindo com outros movimentos, inclusive com partidos políticos. No caso, o Partido não citado seria o dos Trabalhadores, conforme a versão do entrevistado Arnaldo Cruz:

Aí, no final da segunda gestão, começaram... O PT ganhou força, porque na primeira eleição não se falava em PT, não havia esse círculo assim... PT e direita. Era direita e esquerda. Não havia nenhuma noção partidária, nem de sindicalismo de resultado ou de novo sindicalismo, não. Na segunda gestão, no fim da segunda gestão, começou a aparecer o fenômeno CUT e PT. Então aí começou a partidarizar o movimento. Então aí aconteceu um fenômeno engraçado: nós que entramos para ser... e tínhamos os dois lados, no fim da segunda gestão, nós passamos a representar o sistema, porque nós já estávamos lá, e duas gestões são seis anos, é um bom tempo... muda... entrou uma carrada de gente nova no mercado... mudaram... aquela radicalização ideológica tinha sumido já... o PT estava subindo e a CUT era o grande instrumento. Então o pessoal que se filiou a CUT, esses novos todos, olhavam a gente como a gente olhava o Ayrton Baptista.

(CRUZ, 2000)

É importante destacar que ao indicar o PT e a CUT como as novidades no final de sua segunda gestão (1985), tanto no cenário político nacional, quanto no sindical, o dirigente aponta para uma instância externa de poder. Mesmo sem citar, não é difícil perceber em sua fala, dois tipos de receio: primeiro o de ver o Sindicato, que até poucos anos estava fortemente subjugado ao poder do Ministério do Trabalho, especialmente no tocante à expedição de registros profissionais – o maior problema enfrentado na primeira gestão daquele grupo – estar novamente subjugado a interesses externos à categoria, agora por um Partido; segundo, avaliar que uma ação de confronto pela mobilização da categoria, como defendida pelo "pessoal PT", seria prejudicial ao processo que seu grupo havia iniciado em 1979, mantido até então, visando conquistas a longo prazo.

Destaca-se aqui a repulsa aparente por idéias, movimentos e conceitos considerados estranhos aos jornalistas, suas práticas profissionais e seu movimento sindical. Busca-se preservar a fronteira profissional, a partir da atividade no sindicato. Nesta fronteira aparece como relevante algo que é uma idealização da especificidade de ser jornalista: a "imparcialidade". Esta "norma" exige o afastamento de qualquer tomada de posição a respeito de um conflito. É um conceito idealizado na profissão, que se transplantou na atuação sindical do dirigente.

Também é interessante observar como o entrevistado percebe-se transitando entre ser oposição e situação. Num primeiro momento, quando a ideologia, ao menos no início, era um componente importante na identidade do grupo, ele sente-se oposição; num segundo, como diretor, impelido a resolver prioritariamente as questões burocráticas e do dia-a-dia administrativo, torna-se situação. Ele atribui esse fenômeno de inversão à ação do tempo na direção sindical e à chegada de novos profissionais no mercado.

Não há dúvida que os fatores tempo e novo perfil dos associados ajudam, mas a questão ideológica está mais presente. Ocorre que é exatamente o componente ideológico deixado de lado já no início da primeira gestão, como ele próprio admitiu em relato anteriormente exposto, que estava sendo cobrado após alguns anos de gestão. A noção de que era necessário evitar o conflito, por sua vez, estabeleceu, aparentemente sem que ele tenha se dado conta, que um tipo de ideologia muito próximo ao que ele se pretendia contrário, estava sendo adotado, inclusive nas práticas sindicais.

Define-se a partir de então uma disputa que seguirá os próximos anos entre de um lado a diretoria sindical, defendendo sua concepção de sindicato que evitava o conflito como estratégia de conquistas, mantendo-se, portanto, longe de debates que não eram exclusivamente relativos a jornalistas; e de outro a oposição, que tinha na mobilização sua estratégia, e no contato com movimentos fora do campo jornalístico, sua dinâmica de ação político-sindical.

Apesar da ampliação dos direitos conquistados, que em princípio contemplaria os objetivos de uma campanha salarial, esta nova oposição aparentemente foi sendo elaborada visando algo mais em relação aos jornalistas. Não bastava obter somente bons índices de reajuste, nem mais cláusulas econômicas ou sociais. Os nomes das comissões anteriormente citadas dão uma idéia do que efetivamente se pretendia, ainda que inicialmente subordinadas aos objetivos da campanha salarial.

Mobilizar os jornalistas para quê? Resistir contra quem? Vale um olhar pelo que estava ocorrendo no país, não só no plano político, mas também no campo sindical. Neste começo dos anos 1980, o “novo sindicalismo” estava em alta. Estava na origem da criação do Partido dos Trabalhadores e da fundação, com vários sindicatos, da Central Única dos Trabalhadores.

Éder Sader aponta para as práticas dos movimentos sociais, e o “novo sindicalismo” está incluído entre eles, como particularmente reveladoras de um efeito observado nesse período: o “alargamento do espaço da política”. Além desse fator, Sader vê os trabalhadores como resultado da interação com outros agentes, o que viria a repercutir no sistema de poder estabelecido.

Transcendendo a política como uma atividade do campo partidário, esses movimentos mostraram que poderiam politizar temas antes relegados ao plano dos debates informais, das discussões de âmbito restrito. As práticas e as reivindicações desses movimentos em matéria de melhorias salariais, saúde pública, moradia, custo de vida, anistia e outros, demonstravam que estes também eram temas que poderiam ser tratados pela sociedade politicamente, de modo a tomar a frente no diálogo com as autoridades, em detrimento da intermediação de profissionais da política. A interação entre esses diversos movimentos ampliou o peso das reivindicações e a pressão sobre o Estado.

Os metalúrgicos de São Paulo fizeram sua parte ao politizar questões do seu cotidiano, como foi o caso das greves no final da década de 1970 e início da de 1980,

quando o debate ultrapassava o âmbito das fábricas e atingia a política salarial imposta pelo governo federal. É possível perceber o mesmo tipo de movimentação durante a campanha salarial dos jornalistas paranaenses em 1983, quando estabeleceram não só uma comissão de mobilização, mas uma outra de resistência, a qual chegou ao ponto de lançar um boletim ameaçando detalhar desvios de conduta empresarial por parte dos grandes empresários de comunicação do estado.

Vem daí o questionamento sobre a “partidarização do movimento” em relação ao Sindicato dos Jornalistas do Paraná, observada pelo entrevistado Arnaldo Alves da Cruz. Ao compreender o “fazer política” como sendo algo estranho ao movimento sindical, portanto de origem distante para trabalhadores, ele verbaliza uma concepção que estava presente nas discussões daquele período, não só entre jornalistas. A de que a ação política era de domínio para políticos profissionais, ou seja, quem estava ligado a um partido, integrado a um ideário partidário em busca do poder, sem vinculação legítima a interesses da sociedade.

Causava repulsa naquele dirigente e em muitos outros a idéia de “fazer política” a partir do Sindicato, concebendo esse tipo de ação inevitavelmente atrelada a interesses partidários. Portanto, o debate político não seria algo que poderia ter origem entre trabalhadores, mas exclusivamente no campo dos partidos políticos, o que implicaria em questionamentos de ordem ideológica.

Mas era justamente esta a peculiaridade que os novos atores sociais estavam trazendo ao cenário nacional, daí a criação do Partido dos Trabalhadores a partir do movimento sindical e de outros no campo social. Segundo Florestan Fernandes o que deu origem ao PT teria sido a

(...) inexistência de um partido dos de baixo que pudesse atuar, simultaneamente: na criação de uma democracia que conferisse peso e voz aos trabalhadores e aos oprimidos na atual sociedade de classes, realizando tarefas políticas monopolizadas pelos de cima; abrir a ordem existente para reformas sociais de interesse específico para os trabalhadores e os oprimidos; formas as premissas históricas de uma revolução socialista.
(FERNANDES, 1991, p. 11).

Torna-se mais claro o entendimento sobre o conflito francamente estabelecido no Sindicato dos Jornalistas naquele início dos anos 1980. O estranhamento com o “fazer política” surge na medida em que o volume de mudanças ocorre em todas as direções e simultaneamente. Os jornalistas já não são um pequeno grupo de pessoas, trabalhadores

em três ou quatro jornais, que podem reunir-se num ponto de encontro qualquer de Curitiba e decidir o que podem ou devem fazer em seu sindicato. Não só há um volume maior de jornalistas, mas muda o perfil do mercado profissional. A essa altura o mercado de trabalho já dispõe mais de jornalistas formados em universidades do que de formados na prática das redações. Também se alteram as pretensões sociais, econômicas e políticas desses jornalistas, inseridos então num contexto de redemocratização do país. Isso soma-se a pontos já comentados anteriormente sobre a repercussão na prática profissional a partir da mudança de formação para a matriz universitária.

Essas questões deságuam em conjunto no Sindicato. Nesse momento, o componente esquerda/direita, principal divisor de águas até o final da década de 1970, aparece transmutado para o confronto entre duas posturas: uma de oposição, que visava agir politicamente no Sindicato, a partir da base mobilizada, inclusive em torno de temas nacionais localizados fora do interesse direto da categoria; e outra de situação, que concebia a ação sindical a partir da experiência da própria diretoria, pragmática na estratégia de evitar o confronto, além de explicitamente contrária à atuação em relação a temas que não fossem de interesse específico dos jornalistas.

Vale perceber aqui, por outro lado, o quanto essas rupturas podem e devem ser relativizadas, quando observadas ao longo do tempo. O fato de ocorrerem de forma abrupta e até violenta em alguns momentos, como o caso de 1983 citado anteriormente, não significa que as novas concepções em ascensão tivessem apagado completamente as referências imediatamente anteriores, nem que pudessem representar uma simples continuidade. Foram sim, revistas, num contínuo construir e reconstruir, próprio da ação socialmente elaborada.

Em 1985, após seis anos da eleição de 1979 e três da reeleição de 1982, Desidério Peron concorreu à sua terceira eleição consecutiva como presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Apesar de um movimento de oposição existir claramente desde 1983, não inscreveu uma chapa para disputar essa eleição. A única chapa inscrita mantinha na diretoria executiva somente o mesmo presidente, embora houvesse sete integrantes da diretoria anterior entre suplentes e conselheiros.

Um dos que não teve participação ativa naquela terceira gestão, mas que estava na diretoria, era mais uma vez Arnaldo Alves da Cruz. Ele fala do fim da segunda gestão e do que entendeu ser a motivação tanto para aquela eleição (1985) como para a de 1988 (quarta gestão do grupo liderado por Desidério Peron), aí sim contra o grupo de oposição já conhecido. Ele inicia falando da oposição:

(...) não conseguiram se mobilizar, se organizar. E, provavelmente, se não conseguiram se organizar no fim da segunda gestão foi porque nós também não incentivamos, e também não facilitamos. Provavelmente era aquela questão de estratégia de ficar mais um mandato no poder, que era o terceiro. Estratégias assim: demora para soltar lista de-[nomes]... você não avisa o cara que está devendo, você só cobra os teus...

(CRUZ, 2000)

Há um aspecto bastante original na fala do jornalista sindicalista, embora o faça ao observar à distância aquele momento. É sobre o papel de quem está no comando da direção sindical diante de uma oposição formalmente constituída. Ele reconhece que as condições de quem está no controle do processo para permanecer nesta posição são infinitamente maiores do que de quem está de fora. Portanto, mais que estabelecer um processo de autodefesa, ele reconhece implicitamente a necessidade do diálogo, de não evitar o conflito de idéias, pois isto também colocou em risco, em última análise, tudo aquilo que se considerava como “estar fazendo a coisa certa”.

(...) Aí começou a complicar, porque, putz... a gente estava fazendo a coisa certa. E de repente você que entra para derrubar o sistema, você era o sistema, mesmo que fosse um novo sistema. Então aí começaram a haver as assembléias muito acirradas. E aí começaram aquelas mobilizações bem orquestradas. O pessoal do PT trazia gente de Londrina, que lá era o foco... sempre foi muito progressista para ter um discurso de briga com a gente. Aí a gente começou também a pensar em como se organizar. Assim, em como não se deixar pegar. Aí, engraçado... Quando se começa assim: você é atacado...você está vendo um trabalho...você está de boa fé, você pensa que está acertando e começa a ser atacado... e o grupo começa pequeno e vai crescendo, vai crescendo, vai crescendo... e você começa a se defender, isso é muito ruim.

(CRUZ, 2000)

Mais que a discussão em si dos problemas sindicais, a visão pragmática daqueles jornalistas sindicalistas prevaleceu. A autodefesa superava a hipótese do diálogo, aparentemente para ambos os lados. Entretanto, como já se observou, o controle do processo era muito mais de quem estava no comando do Sindicato do que de quem estava fora, mas querendo entrar.

Além da defesa de objetivos práticos, pela certeza de estar “fazendo a coisa certa”, o entrevistado admite que naquele momento começa a solidificar-se esse processo de autodefesa, diante de ataques considerados “orquestrados” de fora do movimento sindical para dentro. Talvez aí residisse o principal problema nesse choque de gerações.

Porque você começa a criar estruturas de proteção: então, em alguns momentos houve assim: que horas você faz assembleia que esse pessoal não venha... as pessoas não vão deixar passar essa situação aqui... como você faz para conseguir fazer com que isso... Mas isso é ruim, porque você já não estava sendo democrático. O democrático é quando a coisa flui. Isso é ruim da nossa parte. Nós tiramos a ideologia, mas criando uma crença de que nós éramos os donos do patrimônio da humanidade, do patrimônio do sindicato, nós éramos o sindicato. ... houve esse momento assim de bobeira, e ao mesmo tempo, da oposição, também houve um momento de bobeira, porque... a gente tinha todo esse plano assim: você faz a cláusula aqui, muda aqui, muda aqui, depois vai mudando, vai mudando, até você chegar lá. Então havia todo um negócio assim, planejado, que a gente não gostaria de perder.

(CRUZ, 2000)

O acirramento com a oposição nas assembleias, a percepção iminente de que essa mesma oposição romperia completa e instantaneamente com os objetivos e práticas adotados desde 1979, mas também a apropriação personalista do sindicato, são pontos que se evidenciam na fala do entrevistado. Outro aspecto importante que é possível depreender é que a relação entre o Sindicato dos Jornalistas e a Associação das Empresas de Proprietários de Jornais e Revistas, construída lentamente desde os anos 1970, está presente entre as razões a serem defendidas pelo grupo na direção do Sindicato. Uma relação sem conflitos, cordial, mas que ao mesmo tempo vinha resultando em ampliação gradual de cláusulas nos Acordos Coletivos.

Como membro daquele grupo de oposição, a entrevistada Elza Oliveira mostra sua visão sobre esses momentos de conflito em assembleias e o que, para ela, estaria em jogo na disputa entre as duas correntes:

(...) eu acho que a oposição foi se construindo assim mesmo, na atividade, na atuação, junto à categoria e na tentativa de ampliar esse debate. Porque a gente achava que o Sindicato tinha que ter uma inserção maior em tudo que estava acontecendo no mundo, do que... meramente se mobilizar uma vez por ano na campanha salarial? Eu me lembro na campanha das diretas, por exemplo, a gente achava que o Sindicato deveria ter participado. Houve uma discussão e a posição da diretoria foi de não participar. De não ter representação nos comícios. O Sindicato dos Jornalistas nunca esteve.. (...) então havia essa preocupação. Mas ficava claro, para quem estava na oposição, qual era a motivação disso. Quer dizer... tudo bem, tinha definição de esquerda e direita. A gente entendia, eu pelo menos entendia, não me lembro da gente pelo menos ter discutido isso, enquanto conjunto. Mas eu entendia como uma postura política atrasada mesmo. Reacionária. É... vinculada a interesses patronais, vinculada a interesses reacionários no conjunto do país.

(OLIVEIRA FILHA, 2000)

Reaparece aqui a questão da falta de inserção daqueles jornalistas como grupo social no espaço público, problema apontado desde a eleição de 1976 e que ganhou força no país entre o final dos anos 1970 e início dos 1980, com a repercussão da ação sindical, especialmente dos metalúrgicos do ABC. Se há falta de inserção, a identidade social do grupo profissional não está estabelecida, ou no mínimo mal estabelecida. Esse era o ponto fundamental para a oposição, mas que encontrava resistência da diretoria do Sindicato, cuja identidade se mantinha inalterada. A questão que ficava no ar era: para qual direção o vento formado pela base já estaria soprando aquela altura? Uma tendência que só as eleições de 1988 vão confirmar.

Outro aspecto a destacar é que, apesar de reconhecer o embate esquerda/direita ainda presente naquele momento, a entrevistada vê a disputa também sob o prisma do choque de gerações e das diferenças de interesses entre ambas. Reprovou a atitude da diretoria ao não agir politicamente, qualificando-a como “atrasada”, “reacionária” e “vinculada a interesses patronais” e a “interesses reacionários do país”. Isso confirma o problema da identidade já apontado, passa pela dúvida sobre a representatividade sindical daquele grupo diretor e se amplia para uma visão que vai ao oposto de como os dirigentes se viam na ação sindical.

Arnaldo Cruz, um daqueles diretores, admite que “houve esse momento de bobeira”, em que as estruturas de proteção se sobrepuseram ao diálogo, mas ao mesmo tempo justifica a atitude na defesa de uma sistemática de conceber a ação sindical de forma não conflituosa, com avanços lentos, mas seguros, “um negócio assim planejado, que a gente não gostaria de perder”.

No tocante às negociações, pano de fundo do confronto em 1983, é necessário detalhar melhor o entendimento que os dirigentes tinham sobre a forma ideal para proceder no diálogo com os empresários. Em contraposição à mobilização e ao confronto, a então diretoria do Sindicato tinha suas formas de avaliar a situação e buscar soluções, como explica Arnaldo Cruz.

E isso...havia estratégias. Vamos colocar essa cláusula aqui, que não cheira nem fede, só para ter a cláusula, e daí no ano que vem a gente tem uma cláusula a mais e nós mudamos. E daí você ia aperfeiçoando a cláusula... a gente colocava a cláusula assim, totalmente ingênua, mas era um negócio de longo prazo.

... Esse negócio de ver lá longe, bota essa cláusula aqui que essa cláusula hoje passa, eles não vão reclamar, aí no ano que vem vocês vão pedir isso, no outro ano vão pedir isso e aqui você firma uma cláusula e aí vai. Sabe, um negócio de ver assim, é muito de ver para frente.

(CRUZ, 2000)

Também Luiz Geraldo Mazza, eleito neste mesmo grupo diretor somente em 1988 como vice-presidente, mas assíduo e ativo nas assembleias e negociações, explica sua visão pragmática para o processo de negociação:

(...) eu e o Peron cortávamos caminho. Nós íamos direto no turco [Jorge Abdo Aref Kudry, presidente da então Associação das Empresas de Jornais e Revistas do Paraná]. O "turco" ficava com aquele troço de você visitar ele, e tal... que ele tinha o "poder". Ai ele começava a quebrar as dificuldades lá [nas empresas]. E de repente ampliava o número de dificuldades para o Santiago [Carlos Ribas Santiago, negociador oficial dos empresários]. Existia uma comissão e eu e o Peron íamos sempre falar com o "turco".

(MAZZA, 2000)

Enquanto de um lado a oposição defendia nas assembleias a necessidade da mobilização para obter as conquistas nas negociações, do outro a diretoria posicionava-se de acordo com sua experiência, cujas estratégias evitavam o enfrentamento direto com os patrões.

Paralelamente à disputa em questão, é importante perceber que havia também o problema da perpetuação personalista, portanto conservadora, dentro do Sindicato dos Jornalistas, apontada em depoimento. Esta perpetuação tornou-se comum no universo sindical, principalmente após o golpe de 1964, sendo outro fator que propiciou o surgimento de oposições sistemáticas a esse conservadorismo. No Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, entre 1970 e 1991, só existiram dois presidentes e praticamente duas diretorias que pouco se alteraram ao longo dos respectivos períodos. Para Maria Herminia Tavares de Almeida,

Uma inclinação conservadora marcou a conduta da imensa maioria das lideranças sindicais, afeitas e comprometidas com o ramerrão burocrático, dominante ao longo de quase uma década de desmobilização. No caso não se tratava de uma ideologia política conservadora, mas de um modo de enfrentar a rotina sindical e com o compromisso da defesa de instituições, cuja existência permitia a um imenso contingente de dirigentes espalhados pela maioria dos 4671 sindicatos, 159 federações e 21 confederações ter uma carreira modesta, mas de futuro assegurado."

(ALMEIDA, 1983, p. 210)

Entre 1970 e 1979, o conservadorismo presente no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná estava muito mais próximo da oposição esquerda x direita. Já o que iniciou em 1979 e prosseguiu até 1991 identifica-se mais com o que Almeida observa, característica que se destaca a partir de 1985. A oposição sindical, a despeito

dos primeiros anos de convivência pacífica e de colaboração (1979-1982), não fará, entretanto, essa diferenciação quando estiver disputando as eleições de 1988.

3.3 A formação das chapas

A eleição de 1988 foi considerada um novo divisor de águas não só entre os dirigentes que disputavam o comando do sindicato – situação e oposição -, mas principalmente entre os trabalhadores jornalistas, tomando por base o resultado das eleições e os depoimentos de dirigentes que dela participaram. Naquele ano Desidério Peron, ao lado de Luiz Geraldo Mazza, oponentes em 1979, foram eleitos, sendo o quarto mandato de Peron. A diferença de votos entre as chapas foi apertada: 19 votos, num universo de votantes que atingiu 2/3 dos jornalistas em condições de voto, aproximadamente mil profissionais no estado. O grupo em torno do qual a diretoria se formou mantinha nomes que lá estavam desde 1979, ou foram agregados em 1982 e 1985, além de alguns que nunca haviam participado de diretorias, o que demonstrava uma ampliação do leque de opções necessário a uma eleição que se previa difícil.

Não havia exatamente uma novidade na disputa entre oposição e situação, na medida em que ambas eram integradas basicamente pelas mesmas pessoas que já se digladiavam nas assembleias desde 1983. A exceção no quadro, além da organização do grupo oposicionista, era que sua atuação em assembleias e negociações, durante anos, serviu para fomentar o debate sobre a ação sindical dos jornalistas e repercutir entre os profissionais.

A entrevistada Elza Oliveira, que concorreu como candidata a presidente pela oposição, observa esse processo de identificação pelos jornalistas na medida em que a oposição agiu em momentos críticos, sempre em confronto com a diretoria.

E eu acho que esse trabalho foi amadurecendo ao longo das campanhas salariais mesmo. Da gente se colocar frente a categoria, nas campanhas salariais, de ter uma identificação da categoria. Porque daí a gente vinha para as assembleias, havia embates bastante grandes, entre a oposição e a diretoria do sindicato. Mesmo nas votações das assembleias havia divergências e tal. Então acho que havia uma identificação assim, da categoria em relação a oposição. (...) e daí a montagem dessa chapa, eu acho que veio sendo costurada desde o começo de oitenta e oito, ou já do ano anterior, de resquícios da campanha salarial. A gente teve toda uma programação de reuniões ao longo do ano. A gente tinha reuniões assim, semanais, havia todo um grupo que se juntava em torno daquilo (...).

(OLIVEIRA FILHA, 2000)

A referência à campanha salarial como ponto de partida para formação da chapa se confirma, não no ano anterior à eleição, mas em 1988, quando no final de uma assembleia em que se discutia a própria campanha, há a citação de que “(...) foi entregue pela associada Maigue documento à mesa, referente a uma assembleia convocada pela oposição (...)” (SJPP, Atas de Assembleia de 31/07/1984 a 22/10/1995 – Ata de Assembleia em 28 de julho de 1988, fl. 45).

Aqui, portanto, a Oposição já estava não só atuante, mas estabelecida a ponto de convocar assembleia aberta a todos os jornalistas, colocando-se como força paralela à diretoria do Sindicato na discussão daquela campanha salarial.

Na prática, esse foi o resultado do aprendizado dos anos anteriores, em que as tentativas de recriar comissões de mobilização, como as de 1983, foram derrotadas sistematicamente em votação nas assembleias, cuja maioria dos participantes votou em favor da autorização exclusiva à diretoria para negociar. Em 1986, chegou-se a acatar a possibilidade de a diretoria poder convocar associados para apoiar nas negociações, mas nenhum dos convidados – entre eles Elza de Oliveira – aceitou, alegando motivos de ordem pessoal, entre os quais certamente estava a lembrança do que ocorrera em 1983, com a diretoria desautorizando a comissão em plena negociação. Em 1987 abriu-se a possibilidade de comissões de mobilização nas redações dos veículos de comunicação, o que, entretanto, não deixou claro se poderia ou deveria haver uma interação com a diretoria.

Em relação à identificação dos jornalistas com a Oposição, comentada pela entrevistada, verifica-se pelo resultado da eleição: derrota por 19 votos em mais de 500 votantes. Também é possível perceber que mesmo tendo por base integrantes da oposição desde 1983, houve espaço para novos membros. Quando ela usa a expressão “todo um grupo que se juntava em torno daquilo”, denota a formação de um grupo

específico para a discussão da chapa. Daí a noção dinâmica de “costura”, que tende a abrir o processo para novas demandas.

Os objetivos do grupo são comentados pela mesma entrevistada, que apesar de fazer forte oposição à diretoria, não deixa de apontar como raciocínio do grupo na época, uma relativização das críticas às três gestões que Desidério Peron esteve a frente do Sindicato.

Acho que a preocupação da chapa era assim. O sindicato existe e tem que estar ligado de novo à categoria. Porque nesse momento era uma coisa extremamente distante assim, era... era um peleguismo, que nem era peleguismo do ponto de vista de estar fazendo o papel de interesse do patrão na jogada. Estava por omissão, porque, na verdade não agia. Ele [o sindicato] estava por demais acéfalo. Então acho que a questão básica da discussão da chapa, era por aí.

(...) havia uma discussão naquele momento muito mais em torno da necessidade de fortalecimento do Sindicato mesmo. Acho que a... sequência de gestões do Peron... é... se no primeiro momento do ponto de vista da organização, até física da categoria conseguiu avanços realmente, vindo aqui para essa sede: algumas campanhas salariais que tinham resultado em benefícios mesmo: em acordos coletivos bem mais interessantes do que havia anteriormente... Mas ao longo dos anos todos, das gestões do Perón, foi acontecendo um processo de desgaste. No final, ele realmente estava sozinho. Ele e o Arnaldo. E acho que o Arnaldo assim, já também querendo cada vez mais sair do pedaço. ... e daí a gente vinha nesse processo de discussão, já fazia bastante tempo, da necessidade de dar uma mexida no Sindicato mesmo.

(OLIVEIRA FILHA, 2000)

Apesar da derrota posterior, a percepção atual de que havia naquele período um distanciamento entre a diretoria e os jornalistas reafirma uma questão já discutida em momentos anteriores deste capítulo e do capítulo 2. É óbvio que pela diferença de votos – 19 – é fácil entender que quase a metade dos jornalistas votantes não escolheu a chapa de situação. Mas na fala da entrevistada há um englobamento da massa de jornalistas na palavra “categoria”, o que inspira uma noção de amplitude superior, em termos de opositores, à que se concretizou na eleição. Reaparece aqui o choque, percebido desde os anos 1970, que estabelece um crescente grau de conflito entre os jornalistas. Enquanto nas redações a hierarquia definia as relações, mantendo um grau de animosidade sob controle, no Sindicato a possibilidade de disputa pelo poder faz aflorar as diferenças entre jornalistas formados na prática das redações dos veículos de comunicação e os que saíram das universidades a partir do início dos anos 1970.

Sobre esse isolamento entre diretoria e jornalistas, ao analisar as atas de assembleias a partir de 1985, já na primeira assembleia convocada o *quorum* foi tão baixo que, avaliando a representatividade da mesma, os que estavam presentes

decidiram: “(...) Diante da omissão da classe, o assunto será tratado empresa por empresa, somente naquelas empresas em que os associados manifestarem interesse (...)”. (SJPP – Livro de Atas de Assembléias Gerais, 31/071984 a 22/101995, Ata de 28 de março de 1985, fl. 7)

Apesar de ser a primeira assembléia do ano para discutir aquela campanha salarial, o que poderia justificar um baixo grau de mobilização, é a postura “ameaçadora” da diretoria que faz crer na possibilidade de que a leitura do episódio, pela própria diretoria, tenha sido de retaliação ou afastamento dos jornalistas. Tanto que em julho daquele ano uma nova assembléia reuniu 122 jornalistas para a mesma discussão, mas novamente é levantada a polêmica: estabelecer uma comissão de negociação ou delegar a tarefa à diretoria. Manteve-se a delegação à diretoria, o que faz crer, por outro lado, tenha sido dado ali um voto de confiança à diretoria. Já na assembléia seguinte, provocada por uma contra-proposta patronal, os jornalistas deliberam novos parâmetros de negociação, abaixo da proposta original. Uma associada que não concordou protestou e pediu a reabertura da discussão, no que foi mais uma vez derrotada. Solicitou então que constasse em ata que “(...) o pessoal de reportagem votou pela reabertura da discussão(...)”. (SJPP – 31/071984 a 22/101995, Atas de 25 de julho e 13 de setembro de 1985, fl. 12 e 13).

Sobre a montagem da chapa, Elza Oliveira explica o que orientou o grupo de oposição para fazê-la> Deixa perceber que a noção empregada não era nova e simplesmente manteve uma lógica aparentemente consolidada entre os jornalistas para montagens de chapa:

(...) como a chapa foi montada? Foi montada daquele jeito mesmo, que a gente sempre monta a chapa assim... acho que houve um pouco de preocupação espacial. De fazer aquela composição que resguardasse os interesses das redações, de segmentos e tal. Acho que a maioria ainda estava nas redações nessa época, ainda se concentrava na Gazeta, Estado...

(OLVEIRA FILHA, 2000)

Na chapa da situação, a forma como ela foi composta é apresentada pelo entrevistado Luiz Geraldo Mazza, que antes esclarece as motivações, uma delas em especial leva o próprio Mazza, que havia perdido uma eleição para Desidério Peron em 1979, a colocar-se agora a seu lado na disputa:

(...) Na assembléia eles sempre queriam fazer o lado simpático. Tudo era de oposição. É mais fácil ser oposição. Aí comecei a defender o Peron. Comecei a me irritar com essas coisas. Cheguei a brigar com amigos por causa disso. Porque porra eu via a luta do cara. Das nossas ações, resultou todo esse conjunto que está aí hoje. Claro, houve outras coisas, mas a base desse salário que está aí, que é uma merda, que é maior que o do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, é dessa época(...).
(MAZZA, 2000)

Apesar de ter sido opositor ao grupo liderado por Desidério Peron em 1979, o entrevistado muito antes de 1988 já estava próximo da diretoria, a ponto de sentir também como suas as ações que resultaram em melhoria salarial naquele período. É de observar-se aqui a coerência de posicionamento. Ainda que não estivesse na ordem das discussões naquele momento, a divisão entre formados nas redações de veículos de comunicação e formados em faculdades de Jornalismo, mesmo em menor grau que em 1976 e 1979, permanecia. Os jornalistas mais antigos, entre os quais estava Luiz Geraldo Mazza, majoritariamente agruparam-se ao lado da chapa de situação, inclusive com importante volume de votação de aposentados, trazidos às urnas por integrantes da chapa.

Ele ainda avalia a forma como as chapas foram feitas, levando em consideração histórias de vida e profissionais, empatias, questões ideológicas...

(...) Tinha colaboradores, pessoas que não integravam a chapa. Me lembro que a chapa foi estudada pelas pessoas. Eu era vice-presidente, eu devo ter dado uma contribuição chave para ganhar essa eleição. Por causa da história da gente... E você veja quem eles colocaram como vice da outra chapa: o Zé fotógrafo, grande amigo meu, (Zé Eugênio) figura ótima, de empatia com as pessoas. Acho que até que houve mais essa preocupação na chapa da Elza, onde havia a preocupação da ideologia.
Pouca gente nas reuniões. Na primeira de 88, quatro pessoas foram. Para montar a chapa, mais o negócio das simpatias. Raramente o fato político. Tinha que ser representativa de todos os setores. Nunca pude olhar o Peron e vê-lo de direita. Obreiro demais para o meu gosto. Ali ficou o Arnaldo – dedicado, se você não tiver esse cara você está fuzilado. Colocamos o Giovanni, porque era do PT, já que querem colocar o problema ideológico(...).
(MAZZA, 2000)

Não há evidência de que ainda existisse um estranhamento, como na década de 1970, sobre os jornalistas formados em universidades. O que se percebe é que as motivações e objetivos de um e de outro grupo eram antagônicas. Parte dessa divisão tinha origem no tipo de formação, que exerceu influência sobre as percepções da

profissão e também na visão de mundo; mas outra parte substancial vinha da conjuntura política, econômica e social do país.

Sobre a montagem das chapas, tanto na oposição quanto na situação, é visível a apreensão de que era necessário contemplar todos os “setores”, compreendendo-se o termo como um curinga que vale tanto para diferentes funções desempenhadas pelos jornalistas na profissão (repórteres, fotógrafos, diagramadores, editores, aposentados...), mas também para a questão ideológica, para o campo das amizades, de gênero, enfim, espaços em que os conflitos anteriormente citados podiam ser verificados. Mas a questão ideológica ganha contornos decisivos na fala do dirigente, embora este a considerasse rara em sua chapa, mas importante na chapa de oposição. Revelador no entanto é sua compreensão do que teria sido o estopim da disputa:

(...) A discussão estourou toda aí no problema do plebiscito. Foram dois, e a CUT foi derrotada. Por que eles queriam ficar discutindo. Era o amor da discussão pela discussão. Nós estávamos saturados de saber qual a conveniência de estar ligado a uma central sindical de trabalhadores... Nós já tínhamos experiência anterior, nos anos 50, 60, da vinculação ao Comando Geral dos Trabalhadores. E estivemos ligados a organizações piores ainda, que foi o PUA, Pacto de Unidade e Ação. O grande erro da gente: essa história de aparentar estar no poder. Não é o troço do Sindicato. Os jornalistas da época se sentiam perto do poder.
(MAZZA, 2000)

O entrevistado argumenta sobre a questão a partir das próprias experiências, o que mostra uma visão provavelmente compartilhada pelos demais membros que viriam a compor a chapa, pois o problema da filiação à CUT foi colocado no início de 1988. Mazza revê criticamente também a experiência com o Comando Geral dos Trabalhadores e o Pacto de Unidade e Ação, com os quais o Sindicato dos Jornalistas esteve ligado no início da década de 1960, quando ele próprio era diretor. Não deixa de ser uma revisão sobre o conceito da ação política do Sindicato de então, considerado problemático, sobretudo, do ponto de vista de uma abertura indevida a objetivos não especificamente dos jornalistas.

Contudente também é sua crítica sobre a auto-imagem que os jornalistas teriam naquele período, se sentindo “perto do poder”. Nos anos 1960, o poder seria o próprio governo, que estaria baseando-se nas centrais sindicais, nos sindicatos e em outros movimentos para se sustentar. Algo que, no caso, pode ser lido como referência à preponderância da Central Única dos Trabalhadores na articulação do movimento

sindical de trabalhadores. Assim, a oposição sindical estaria tentando assemelhar-se a sindicatos de massa, com efetivo poder de fogo nas discussões nacionais.

Não há registro de discussões ou definições de assembléias que aprovassem o plebiscito entre os jornalistas para decidir se o Sindicato deveria filiar-se à Central Única dos Trabalhadores. Entretanto, em 12 de abril de 1988, houve uma assembléia que tratou exclusivamente do resultado do plebiscito já realizado, o qual definiu pela não filiação à CUT. Na mesma assembléia, as discussões giravam, para a oposição, em torno da necessidade de discutir melhor o assunto entre os jornalistas. Para a diretoria era um assunto que já estava encerrado pela votação. Ainda assim, deliberou-se por uma reunião no mês seguinte, em que todas as centrais sindicais seriam avaliadas. (SJPP – 31/071984 a 22/101995. Ata de 12 de abril de 1988, fl. 36-39).

O entrevistado Arnaldo Alvez da Cruz, que participou das quatro gestões desde 1979, também tem sua visão sobre a filiação à CUT, mas introduz um ponto chave no debate, bastante presente à época da eleição de 1988, visando atingir a chapa de oposição: a partidarização do movimento sindical.

(...) Uma das coisas que nós discutimos na última gestão foi se nós nos filiávamos à CUT ou não. Se nos filiássemos à CUT nós estaríamos dividindo a categoria. Isso foi muito discutido dentro da diretoria e em assembléias também. Então se você tomasse posição partidária, você estaria... você tem gente que trabalha no governo e ao mesmo tempo é sindicalizado, como você iria compatibilizar as coisas. Você tira o cara do Sindicato ou não? O cara vem aqui e pede demissão do sindicato? Como que se faz? Faz um sindicato da CUT e daí surge um outro sindicato da CGT. E daí... no jornal, se o Sindicato passa a orientar: olha, vamos ser mais CUT ou mais... isso mais aquilo, você já está sendo dono da verdade. Então a gente caiu fora dessa. A gente nunca...de forma proposital, a gente assim: política interna sim, vamos definir os nossos rumos entre nós, mas não..., eu acho ainda que o Sindicato não deve participar de movimentos contra o governo, contra...é complicado esse troço. Porque quando passa o tempo, depois você olha para traz, e você vê que não é bem assim.

(CRUZ, 2000)

Duas questões importantes emergem desse depoimento: para o entrevistado, a filiação à CUT significava também estar assumindo uma posição partidária, e principalmente, bandeiras de luta contra o governo; ao mesmo tempo, significava dividir os jornalistas. Fica evidenciado o cuidado do grupo situacionista em tentar manter-se o mais distante possível de qualquer conflito, coerente com posturas adotadas desde 1979. A decisão também expôs o grau de influência que as práticas jornalísticas tinham para determinar tomadas de posição dos jornalistas-sindicalistas. Quando ele se

refere à hipótese de ter de decidir por uma central sindical, questiona: “você já está sendo dono da verdade”. Volto a lembrar a noção de imparcialidade presente entre os conceitos do jornalismo que, embora idealizado, emerge na medida em que uma tomada de posição se faz necessária, transportando-se do campo profissional para outros, inclusive o sindical.

Mas há um ponto a mais que salta nas entrelinhas dos depoimentos: a repulsa a qualquer influência externa ao Sindicato e à profissão, sobretudo no tocante a partidos políticos ou mesmo a propostas e conceitos que vinham do campo trabalhista. No caso, a CUT servia de referência para as duas coisas.

Fruto da reorganização sindical, a Central Única dos Trabalhadores tem sua origem entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando as greves dos metalúrgicos de São Paulo estabeleceram as bases para a criação de uma central sindical. A formação da CUT, para Iram Jácome Rodrigues, “representou a concretização de uma aspiração há muito defendida por setores do sindicalismo brasileiro”.

Essa repulsa não ocorre quando o ponto de vista é de um membro da oposição. Sem negar a presença de filiados ao Partido dos Trabalhadores, a entrevistada Elza Oliveira, candidata a presidente na chapa de oposição, mostra a ligação com o Partido como sendo de foro individual, enquanto com a CUT a relação só se tornaria efetiva após a derrota na eleição, com o objetivo de manter a oposição em atividade.

“Na verdade a chapa era, acho que era, não majoritariamente PT, mas a liderança era majoritariamente PT, ou tinha simpatia se não fosse filiado, acho que a maior parte era mesmo de filiados. ...a gente tinha tido a preocupação de compor a chapa assim, resguardando espaços, buscando algumas pessoas mais...que não fossem tão comprometidas assim, mas acho que havia isso bem marcado. A gente depois da campanha se aproximou da CUT, mas isso depois da campanha. Bem na época da campanha a gente até andou pedindo apoio a alguns sindicatos cutistas, mas aonde a gente tinha algum mínimo conhecimento das diretorias - nem me lembro se a gente conseguiu esse apoios, mas se conseguiu foi assim, 200 folhas de papel, sei lá -, e depois da campanha a gente se aproximou da CUT até na tentativa de manter de alguma maneira a organização da oposição...e eu me lembro que a gente foi reconhecido pela CUT. Houve um processo de *reconhecimento*, porque a CUT *reconhecia* e *reconhece* até hoje oposições sindicais organicamente; e a gente chegou a participar de congressos da CUT, e eu até cheguei a participar de uma diretoria da CUT: fui secretária de imprensa, acho que num congresso que teve em 89 ou 90.”

(OLIVEIRA FILHA, 2000)

Mesmo entre os opositoristas, como a entrevistada deixa transparecer, havia a percepção de que era necessário ampliar a presença de pessoas menos ou não comprometidas com o Partido dos Trabalhadores. Um reconhecimento de que havia um grande número de jornalistas contrários à vinculação entre partido político e sindicato, ainda que a filiação a um Partido pudesse não implicar em partidarização do movimento sindical dos jornalistas. Na esteira do que já havia acontecido em 1983, permaneceu o embate entre concepções diferentes da atuação sindical, mas o componente político-partidário aparece como a novidade, de certa forma reacendendo a noção "esquerda x direita", como o entrevistado Arnaldo Alves da Cruz anteriormente já observara.

Identificavam-se como "de esquerda" todos que podiam ser enquadrados, sobretudo nas assembléias – espaço ainda privilegiado de confronto das correntes –, como "o pessoal PT" na visão dos dirigentes de situação, mas que na prática, ao defender a filiação à CUT, as comissões de mobilização nas campanhas salariais, traziam como bandeira a mobilização dos jornalistas de forma organizada e inserida num contexto nacional junto a outros grupos de trabalhadores. Os interesses desses jornalistas interligavam os problemas do cotidiano profissional (salários e condições de trabalho) a problemas gerais dos trabalhadores e da população. Os interlocutores para estas questões, mais do que o empresariado da comunicação, eram os poderes federais, governo e Congresso, que ditavam a política salarial e o que mais dizia respeito aos trabalhadores e aos cidadãos.

Entre os "de direita" podiam ser enquadrados, na visão dos opositoristas, os dirigentes do Sindicato, que continuavam defendendo, de forma aparentemente apartidária e pragmática, a ação sindical estratégica, desviada dos confrontos com o patronato e principalmente, voltada exclusivamente para a discussão das questões diretamente de interesse dos jornalistas. Os jornalistas que estavam na diretoria do Sindicato não se viam como de direita. Também faziam parte de um grupo até então predominante, cujo interesse era, entre outras coisas, o de manter inalteradas as referências há muito estabelecidas. Referências como a repulsa a elementos externos à profissão e ao movimento sindical dos jornalistas, considerando-se elementos externos o "partidarismo", a filiação a centrais sindicais, ou o mecanismo da busca do conflito como agente de enfrentamento e de mudança.

Conclusão

Neste capítulo foram apresentadas as concepções de sindicato que estiveram em disputa no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná entre 1979 e 1988, anos em que houve disputa eleitoral. Destaca-se o diálogo direto e indireto dos dirigentes e candidatos a dirigentes com o "novo sindicalismo", seus objetivos e conceitos.

Os movimentos de trabalhadores aqui observados – jornalistas do Paraná e metalúrgicos do ABC – em que pese suas características bastante díspares, forjaram-se naquele período em um mesmo contexto político e sócio-econômico. Há pontos divergentes, pois o movimento dos metalúrgicos via-se como de massas, portanto com características que possibilitavam tipos de ação que adquiriam proporção e repercussão correspondente. Já o movimento dos jornalistas tinha um pequeno número de profissionais e uma ação sindical que, nos momentos mais expansivos de reivindicação, atuou de forma localizada no confronto com os donos das empresas de comunicação do estado.

Nem por isso deixa-se de observar pontos de convergência importantes, considerando-se como movimento dos jornalistas tanto a direção sindical quanto as diferentes oposições derrotadas em 1979 e 1988. Foi assim no enfrentamento ao governo federal, ainda que as estratégias e as motivações tenham sido bastante diferentes, o que inclui as conseqüências. Também o foi na emergência de um grupo de novos atores sociais, de certa forma descompromissados com vínculos, objetivos e conceitos de uma etapa anterior no campo trabalhista; e por fim, uma correspondência entre jornalistas-sindicalistas e novossindicalistas na busca (pela oposição dos jornalistas) do conflito como estratégia para conquistar um espaço visível aos profissionais.

Para Éder Sader, não é possível chegar até as orientações e comportamentos de um grupo social, partindo do conhecimento de condições objetivas. Se assim for feito, terão a noção de que existem 'necessidades objetivas' para mobilizar esse grupo, impedindo que fossem identificadas mediações simbólicas que os instituem como necessidades sociais. Para obter essas mediações singulares seria fundamental observar esse grupo especificamente em seus imaginários (SADER, 1995, p. 42).

Na direção desse imaginário dos jornalistas e em meio às disputas sindicais, a fala dos entrevistados indica pontos de referência para essa singularidade observada por

Sader. Os mais evidentes – "de direita", "de esquerda", "pessoal que morde", "pessoal PT", ficam mais visíveis quando traduzidos em questões também de cunho simbólico, mas em busca da ação concreta. Esta pode se tornar palpável pela mobilização da base, com influência partidária e autônoma, inserindo o sindicato na sociedade e nas questões de todos os trabalhadores: ou voltado exclusivamente para problemas específicos da categoria, com estratégias de cúpula e evitando influências externas.

O que se percebe com nitidez é que permanentemente o ponto para o qual converge todo esse imaginário coletivo diz respeito à definição da identidade do jornalista pelos próprios jornalistas. Uma identidade que até o início da segunda metade do século XX permanecia ligada invariavelmente à literatura e a um estilo pouco profissional de compreender a atividade jornalística.

Fredrik Barth, ao falar sobre grupos étnicos e suas fronteiras aborda a questão das etnias e sua persistência no tempo, apesar das adversidades, passando também pelas fronteiras dessas etnias. Os jornalistas não formam evidentemente uma etnia, mas agem a partir de costumes, conceitos, códigos de linguagem e instrumentos de trabalho comuns a todos. Essa abordagem tem validade quando a proposta é observar o processo de construção de sua identidade.

As concepções sindicais divergiam, de um modo geral, justamente quando diziam respeito à ação nas fronteiras do grupo. Vale lembrar que em 1979, quando duas chapas que se consideravam de esquerda disputaram a eleição convergiram para a necessidade de retomar o Sindicato da "direita" – ligada ao governo militar. Entretanto divergiram sobre uma questão afeta ao exercício profissional como a ética.

Nesse universo, a concepção que assumiu o comando sindical, zelava para evitar a perda de controle da autonomia institucional, ora atacando as práticas da Delegacia Regional do Trabalho ao conceder registros profissionais irregularmente; ora contribuindo para o debate da Assembléia Constituinte, exclusivamente no tocante às questões do setor de comunicação. Paralelamente uma outra concepção mantinha-se ativa desde 1976 reconhecendo a necessidade da inserção dos jornalistas em discussões mais amplas do país, ainda que isso implicasse um contato e uma exposição maiores, ora no apoio aos metalúrgicos em greve e na ação em outros movimentos sociais, ora defendendo a filiação do Sindicato à CUT.

A disputa entre estas duas principais concepções revela portanto o que entendo ser o principal ponto de aproximação com o "novo sindicalismo". O movimento operário da

indústria automotiva do ABC paulista e o dos jornalistas no Paraná lutavam, no espaço institucional dos sindicatos, para determinar suas respectivas identidades.

Conclusão

As concepções sindicais dos jornalistas paranaenses, apontadas nesta dissertação, indicam uma forte influência da atividade cotidiana desses profissionais em sua ação sindical. Isto vale para jornalistas-sindicalistas, que vêem no espaço sindical o campo de luta para questões que envolvem as relações com as empresas jornalísticas e com a sociedade, mas também para determinar a identidade profissional e suas fronteiras; e vale igualmente para o conjunto dos jornalistas, os quais também estabelecem conceitos sobre para que serve um sindicato de jornalistas.

A identidade profissional, embora não claramente percebida como tal, é um dos pontos centrais na definição dessas concepções. E não é percebida, porque idealizada. Desde o início do século a racionalização mexeu lenta e profundamente com a atividade jornalística, seja do ponto de vista empresarial, seja do ponto de vista dos próprios jornalistas e demais trabalhadores do setor. No início da história do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, em 1945, a instabilidade no perfil médio do jornalista paranaense começou a aumentar com a busca de algumas empresas por uma administração de cunho mais capitalista e menos afetada pelas ingerências políticas. Esse movimento começou antes nos grandes centros do país, mas rapidamente alcançou uma parte do empresariado de comunicação no Paraná. Essa movimentação no campo empresarial, com reflexos diretos no aspecto gráfico dos jornais e na atividade diária dos jornalistas, também implicou em um novo perfil do profissional jornalista. Assim, permanentemente nos últimos 60 anos, a atividade jornalística passou por transformações – ora por pressão das empresas jornalísticas, ora por pressão dos próprios jornalistas.

Essas alterações tornaram o jornalista uma figura ora definida como boêmio, ora como intelectual, num momento como profissional de fortes convicções ideológicas e por vezes até partidárias, e em outro, profissional isento, imparcial; também esteve e continua dividido entre ser um profissional liberal ou um assalariado.

O jornalismo, por sua vez, sofreu as mesmas indefinições: espaço para bicos profissionais, emprego para custeio de universitários de Direito, Medicina e outras profissões; trampolim político ou *status* social; mas também espaço da defesa do interesse público, da fiscalização do poder público, da divulgação de serviços à comunidade.

Essa gama de possibilidades, todas concretas e exemplificáveis, estabelece desde o início da década de 1950 a necessidade de que a função básica de um Sindicato de Jornalistas seja a de “unir a classe”, como foi comum ouvir de vários entrevistados. É quando o Sindicato passa a se estruturar e torna-se um espaço de interação institucional dos jornalistas com a comunidade. Mas se é necessário unir, há então uma percepção básica de que o grupo dos jornalistas paranaenses sempre esteve carente de algo que os unisse efetivamente.

Apesar das muitas possibilidades de enxergar pontos comuns entre eles, a questão da identidade profissional continuou nas décadas de 1960, 1970 e 1980 a prevalecer em meio às disputas, como pano de fundo envolvendo diversos outros temas, inclusive o controle do processo de modernização das relações da imprensa com a sociedade.

Em busca da união, evitou-se a todo custo o conflito. Uma tendência que tornou-se bastante apropriada a um conceito profissional, o da imparcialidade. Evita-se tomar partido entre partes em conflito (conceito válido para questões internas ou externas ao Sindicato), visando a isenção e o distanciamento crítico, o que seria uma marca almejada, mas reconhecidamente difícil de ser atingida. Para muitos, essa imparcialidade é tão utópica quanto inegável como referência conceitual em tomadas de posição por parte dos jornalistas no seu dia-a-dia.

Um outro horizonte foi estabelecido no momento em que se aceitou a possibilidade do conflito como fato natural de um processo dentro do Sindicato. Isso ocorreu especialmente na tomada de decisão da ação sindical, quando num curto período de cinco anos – entre 1959 e 1964 – os jornalistas paranaenses aproximaram-se de uma condição uníssona sem paralelo em sua própria história. Os reflexos, já apontados, indicam não só na direção da melhoria das condições gerais dos jornalistas, mas, sobretudo, da perspectiva que estes passaram a ter quanto as relações com as empresas jornalísticas e destas com a comunidade.

Naquele momento, a movimentação geral dos trabalhadores no país também convergia para isso. Mas observe-se que os jornalistas viveram entre 1955 e 1964 seu período de construção do Sindicato, mantendo coerentemente uma estreita interação, inicialmente com o movimento sindical nacional de jornalistas e mais tarde, em profundidade com o movimento geral dos trabalhadores.

Vale aqui uma rápida lembrança à situação das eleições de 1961, em que se procurou compor uma chapa com grupos divergentes e que estavam na iminência de se enfrentar. O diálogo então prevaleceu na composição de uma chapa única, mas logo em

seguida, no primeiro embate ideológico concreto que surgiu, houve uma ruptura e dois membros desligaram-se da diretoria. Apesar disso, o grupo predominante conseguiu manter suas propostas e fez uma das gestões mais ativas que os jornalistas paranaenses tinham visto até então.

Na situação de 1985, o diálogo foi evitado, o conflito também prevaleceu, e o resultado acabou sendo semelhante, pelo menos em termos de predominância do grupo que estava no comando do Sindicato. A diferença é que em 1961 as forças predominantes no Sindicato estavam em contato permanente com as movimentações nacionais e do conjunto dos trabalhadores, portanto pressupõe-se também da base dos jornalistas. Isto se confirma pelas movimentações grevistas em 1962 e 1963, e pela ampliação do intercâmbio promovido pelo próprio Sindicato nos Encontros Estaduais, não por coincidência, também em 1962 e 1963.

O que aconteceu entre 1970 e 1976 também pode ajudar a elucidar o problema. O que aparentemente se verificou é que a direção sindical e a base dos jornalistas fizeram um pacto velado para que a entidade fosse mantida ativa, mas sem mobilizações. Naquele momento a diretoria estava perfeitamente integrada à situação geral, que não propiciava condições de mobilização pelos trabalhadores. Ao mesmo tempo, obtinha reajustes inclusive maiores que a inflação.

Esse não era o mesmo caso das forças que predominavam em 1985, quando a movimentação geral no país era de reivindicações, de ascensão consolidada dos trabalhadores como força social e política. A prática estabelecida pela diretoria, sobretudo a partir de 1983, não buscava a mobilização das bases, como observado nas campanhas salariais a partir daquele ano – independentemente das tentativas de ação de mobilização de lideranças que surgiam.

Ao observar as três situações, percebe-se que a idéia de se evitar o conflito sempre é problemática para quem está na direção do Sindicato, mas é maior na medida em que as forças que predominam na direção sindical adotam movimento diferente do que o esperado pela base. Mais cedo ou mais tarde, o conflito virá em dose redobrada e as marcas deixadas são profundas.

Por fim, duas questões restam abordar. Como se define, enfim, a identidade social dos jornalistas paranaenses e em que direção seu movimento sindical estaria avançando?

As duas questões estão interligadas. Uma identidade que não se define completamente, porque instável na medida em que as forças que pressionam a demarcação de seus limites permanecem neste movimento constante. Mais que isso, elas se renovam, exigindo constante esforço reinterpreativo desses atores, seja no Sindicato e nas redações dos veículos de comunicação, seja nas faculdades, visando seu próprio reconhecimento.

Dito isto, o movimento sindical dos jornalistas estaria, de certa forma, balançando na mesma indefinição: ora tendo a frente um grupo profissional com características de atividade liberal, ora com características nitidamente de trabalhadores assalariados, ou por vezes uma terceira, híbrida.

Outra forma de perceber a situação é na indefinição da identidade. Num lado estão, profissionais que vêem como parte da natureza do Jornalismo uma nítida função social e transferem-na da atividade para uma ação sindical; e de outro, profissionais que vêem a natureza jornalística incompatível com a ação sindical como extensão da atividade. Estes últimos estabelecem um outro ponto de vista para a atividade sindical, exclusivamente voltado para a ação de ordem trabalhista, ou seja, um objeto concebido com um viés menos ideológico.

Mais uma vez, o avanço sindical dos jornalistas está condicionado a sua capacidade de reinterpretar a identidade social mutante dos jornalistas, de identificar permanentemente os pontos de reconhecimento e de pertencimento em andamento dentro do grupo, mas especialmente nunca distanciando-se do mesmo esforço feito pelas movimentações nacionais de jornalistas e dos trabalhadores em geral.

Referências Bibliográficas

- ABENDROTH, W. **A história social do movimento trabalhista europeu**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- ASSIS, M.J., Curitiba, 17 de janeiro de 2002.
- BAHIA, J. **Jornal. História e Técnica** São Paulo – SP: Editora Ibrasa, 1972
- BAPTISTA, A. L., Curitiba, 21 de junho de 2001.
- BARTH, F. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: Teorias da etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998.
- _____. **O guru, o iniciador – e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 2000.
- BIHR, A. **Du "Grand Soir" a "L'Alternative" (Da Grande Noite À Alternativa – O movimento operário europeu em crise)**. São Paulo: Editora Boitempo Editorial – Coleção Mundo do Trabalho, 1998.
- BOBBIO, N. **Qual socialismo? Discussão de uma alternativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- BORDIEU, P. **Razões Práticas – Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papiрус, 1996.
- BRASIL, Congresso Nacional, **Lei nº 2686 de 19 de dezembro de 1955**. Prorroga pelo prazo de cinco anos o regime de subvenção às empresas de transporte aéreo estabelecido pela nº 1181, de 17 de agosto de 1950. Registro em arquivo sem numeração no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, 1956.
- CAMARGO, W.R., Curitiba, 5 de fevereiro de 2002.
- CARDOSO, R.S.; LUZ, C.S. A mulher e o jornalismo. In: Encontro Estadual dos Jornalistas, 2., 1963, Ponta Grossa. SJPP, Arquivo, 1963.
- CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 1996.
- CAVALCANTI, M. Curitiba, 17 de maio de 2001 e 7 de fevereiro de 2002.
- CHAPA 2 ATIVAÇÃO, **Boletim 3 para as eleições do Sindicato dos Jornalistas de 1976**, 1976.
- CHAPA Nº 1, **Plataforma de Campanha às eleições do Sindicato dos Jornalistas de 1976**, 1976.
- CHAPARRO, M.C. **Pragmática do Jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 1994.
- CRUZ, A.A., Curitiba, 22 de setembro de 2000.
- CRUZ, S.C.V.; MARTINS, C.E. **De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura"**. In: Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CHARTIER, R. **A visão do historiador modernista** In: Usos e Abusos da História Oral Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- EL-KHATIB, F. **História do Paraná**. 3º Volume. Curitiba: Grafipar, 1969.
- ERICKSON, K.P. **Sindicalismo no Processo Político no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- FEDER, J. Curitiba, 7 de fevereiro de 2002.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS. **Boletim nº 4, ano IV, de junho/julho/agosto de 1963**, 1963.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS. **Circular nº 21, 1956.**

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PPROFISSIONAIS. **Ante-projeto de Regimento do VIII Congresso Nacional de Jornalistas . 7 de março de 1959.**

FERNANDES, F. **O PT em movimento.** São Paulo: Cortez, 1991

FERREIRA, M.M. **A reforma do Jornal do Brasil** In: ABREU, A.A. (Org.) *A Imprensa em Transição.* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1996.

FREITAS NETO, J.D. Curitiba, 19 de dezembro de 2000.

GARRIDO, J.A. **As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate.** In: Revista Brasileira de História São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 13 nº 25/26. setembro 92/agosto 93.

GOMES, A. C. **República, Trabalho e Cidadania.** In: *Corporativismo e Desigualdade* Rio de Janeiro: Rio Fundo / IUPERJ, 1991.

_____. **Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRIBALDI, M. **Escala, pertinência, configuração.** In: *Jogos de Escalas - A experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

HELLER, M.L., Curitiba, 21 de maio de 2001.

HOBSBAWM, E. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOAQUIM, J. . Curitiba, Curitiba, 8 de fevereiro de 2002.

LEITE, M.P. (Org.) **O Trabalho em Movimento: Reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil.** Campinas: Papyrus, 1997.

LEPETIT, B. **Sobre a Escala na História.** In: *Jogos de Escalas – A experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. REVEL , J. (Org.) **Jogos de Escalas – A experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LEUENROTH, E. **A organização dos jornalistas brasileiros 1908-1951.** São Paulo: COM-ARTE, 1987.

MARANHÃO, R. **Sindicatos e Democratização.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

MAZZA, L.G., Curitiba, 27 de setembro de 2000.

MELLO, W.J. **História do Brasil V.** 4. São Paulo: Centrais Imppressoras Brasileiras, 1979.

MOISÉS, J. A. **Greve de massa e crise política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo – 1953-54).** São Paulo: Pólis, 1978.

MORAES, F. **Chatô, o rei do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NO CAMPO de batalha: piquetes, berros e chão. **Jornal Extra Pauta.** Curitiba, nº 26, set. 1996.

O ESTADO DO PARANÁ **Edital de 8 de setembro de 1959 do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná,** publicado em 11 de setembro de 1959.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado – 1990**

OLIVEIRA FILHA, E.A., Curitiba, 23 de setembro de 2000.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento e silêncio.** In: *Estudos Históricos* Vol. 2, nº 3 Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais, 1989.

RÉMOND, R. **Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução** In: *Usos e Abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, J. (Org.) **Jogos de Escalas – A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, W., Curitiba, x de 2002.

RODRIGUES, I.J. e RAMALHO, J.R. **Sindicalismo na Inglaterra e no Brasil – estratégias diante das novas formas de gestão da produção** – São Paulo em Perspectiva, São Paulo: SEADE, nº 12 (1) 1998.

ROSENTAL, P.A. **Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”**. In: *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SA, A. **O Jornalista Brasileiro**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena – Experiências, Falas, e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

SANTANA, M.A. **O “Novo” e o “Velho” sindicalismo: análise de um debate**. *Revista Sociedade e Política*. Curitiba, v. nº 10/11, 1998, páginas 19-35.

SANTOS, A.C.A. **Memória e Cidades; Depoimentos e Transformação Urbana de Curitiba (1930-1990)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

SANTOS, R. **Vade.Mécum da Comunicação**. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas 9ª edição, 1991.

SÃO PAULO, Justiça do Trabalho, 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba, Processo TRT/SP – 360/63 **Dissídio Coletivo suscitado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná contra O Estado do Paraná, Diário do Paraná, Gazeta do Povo, Correio do Paraná, Paraná Esportivo, Última Hora, Revista Panorama, Diário Popular e Diário da Tarde**. Relator: Carlos de Figueiredo Sá. 8 de novembro de 1963. Acórdão nº 3883/63. Diário da Justiça do Estado de São Paulo no dia 6 de dezembro de 1963. fls. 1 e 2.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ESPORTE DO PARANÁ. **O Dezenove de Dezembro Ano I nº 1, 1º de abril de 1854**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1979.

SEGISMUNDO, F. **Imprensa Brasileira – vultos e problemas**. São Paulo: Alba, 1962.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Ata de apuração da urna de Curitiba, 27 de agosto de 1963**. 1963)

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Livro de Atas de reuniões e Assembléias Gerais, 03/03/1946 a 31/07/1984**

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Livro de Atas – Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias - 31/07/1984 a 22/10/1995**.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Circular Nº 1/62**, 1962.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Ofício nº 70/60**. 1960.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Processo das Eleições de 1957, 1957**, documento não paginado.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Processo Eleitoral de 1963**, 1963)

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Relatório de Atividades da diretoria para o ano de 1956**, 1957.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Relatório de Atividades da diretoria para o ano de 1959**, 1960 (documento não paginado).

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Relatório de Atividades da diretoria para o ano de 1960**, 1961.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Relatório de Atividades de 1961**, 1963, documento não paginado)

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Relatório de Atividades de 1966**, 1967, documento não paginado)

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ. **Relatório da Delegação ao VIII Congresso Nacional de Jornalistas, de 3 a 7 de setembro de 1959**, 1959.

SODRE, N.W. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SORJ, B.; ALMEIDA, M.H.T. (Orgs.) **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TRAVANCAS, I.S. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus Editorial, 1993.

VIANNA, L.W. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

WEINSTEIN, B. **(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez, 1999.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Anexos

Lista de presidentes do período pesquisado

Abaixo estão relacionados os anos em que houve eleição de diretorias, ou de nomeações de Juntas Governativas ou Interventora, e seus respectivos presidentes entre 1946 e 1988:

- Junta Governativa instalada em 1946
 - presidente - José Augusto Gumy
- 1ª Gestão - Diretoria eleita em 1953
 - presidente - Alceu Chichorro
- 2ª Gestão - Diretoria eleita em 1955
 - presidente - João Dedeus Freitas Netto
- 3ª Gestão - Diretoria eleita em 1957
 - presidente - João Dedeus Freitas Netto
- 4ª Gestão - Diretoria eleita em 1959
 - presidente - Newton Stadler de Souza
- 5ª Gestão - Diretoria eleita em 1961
 - presidente - Newton Stadler de Souza
 - substituído pelo Secretário Geral em 1963, Milton Cavalcanti
- 6ª Gestão - Diretoria eleita em 1963
 - presidente - Milton Cavalcanti (direitos cassados em abril de 1964)
- Junta Interventora, imposta pelo governo militar em abril de 1964
 - presidente - Carlos Danilo Costa Côrtes
- 7ª Gestão - Diretoria eleita em 1965
 - presidente - João Dedeus Freitas Netto
- Junta Governativa instalada em fins de 1967/início de 1968
 - presidente - José Joaquim
- 8ª Gestão - Diretoria eleita em 1968
 - presidente - Edouard Elias Thomé (renuncia em abril de 1970)
- Junta Governativa instalada em abril de 1970
 - presidente - Antonio D' Aquino Borges
- 9ª Gestão - Diretoria eleita em 1970
 - presidente - Ayrton Luiz Baptista
- 10ª Gestão - Diretoria eleita em 1973
 - presidente - Ayrton Luiz Baptista
- 11ª Gestão - Diretoria eleita em 1976
 - presidente - Ayrton Luiz Baptista
- 12ª Gestão - Diretoria eleita em 1979
 - presidente - Desidério Peron
- 13ª Gestão - Diretoria eleita em 1982
 - presidente - Desidério Peron
- 14ª Gestão - Diretoria eleita em 1985
 - presidente - Desidério Peron
- 15ª Gestão - Diretoria eleita em 1988
 - presidente - Desidério Peron

**Declaração de Ponta Grossa ao
II Encontro de Jornalistas Profissionais do Paraná
(Boletim n.º 4 da Federação Nacional
dos Jornalistas Profissionais,
Ano IV Junho/Julho/Agosto de 1963**

Boletim da FEDERAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS PROFISSIONAIS

ANO III - JUNHO/JULHO/AGOSTO, 1963 - Nº 4

II ENCONTRO DE JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ

O encontro dos jornalistas do Paraná realizou-se em Ponta Grossa, no dia 27 de maio de 1963, com a participação de representantes dos sindicatos locais e estaduais, que se reuniram para discutir o trabalho do jornalismo e os problemas dos jornalistas. O presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, Newton Stadler, fez uma apresentação do trabalho do jornalista e da importância da profissão. O encontro foi aberto pelo Sr. Stadler, que fez uma declaração de abertura, destacando a importância da profissão e a necessidade de uma legislação que garanta a liberdade de imprensa e a integridade do jornalismo.

O encontro dos jornalistas do Paraná realizou-se em Ponta Grossa, no dia 27 de maio de 1963, com a participação de representantes dos sindicatos locais e estaduais, que se reuniram para discutir o trabalho do jornalismo e os problemas dos jornalistas. O presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, Newton Stadler, fez uma apresentação do trabalho do jornalista e da importância da profissão. O encontro foi aberto pelo Sr. Stadler, que fez uma declaração de abertura, destacando a importância da profissão e a necessidade de uma legislação que garanta a liberdade de imprensa e a integridade do jornalismo.

O encontro dos jornalistas do Paraná realizou-se em Ponta Grossa, no dia 27 de maio de 1963, com a participação de representantes dos sindicatos locais e estaduais, que se reuniram para discutir o trabalho do jornalismo e os problemas dos jornalistas. O presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, Newton Stadler, fez uma apresentação do trabalho do jornalista e da importância da profissão. O encontro foi aberto pelo Sr. Stadler, que fez uma declaração de abertura, destacando a importância da profissão e a necessidade de uma legislação que garanta a liberdade de imprensa e a integridade do jornalismo.

O encontro dos jornalistas do Paraná realizou-se em Ponta Grossa, no dia 27 de maio de 1963, com a participação de representantes dos sindicatos locais e estaduais, que se reuniram para discutir o trabalho do jornalismo e os problemas dos jornalistas. O presidente do Sindicato dos Jornalistas do Paraná, Newton Stadler, fez uma apresentação do trabalho do jornalista e da importância da profissão. O encontro foi aberto pelo Sr. Stadler, que fez uma declaração de abertura, destacando a importância da profissão e a necessidade de uma legislação que garanta a liberdade de imprensa e a integridade do jornalismo.

DECLARAÇÃO DE PONTA GROSSA

O Segundo Encontro dos Jornalistas Profissionais do Paraná, realizado em Ponta Grossa, no dia 27 de maio de 1963, teve como objetivo discutir o trabalho do jornalismo e os problemas dos jornalistas. O encontro foi aberto pelo Sr. Stadler, que fez uma declaração de abertura, destacando a importância da profissão e a necessidade de uma legislação que garanta a liberdade de imprensa e a integridade do jornalismo.

O Segundo Encontro dos Jornalistas Profissionais do Paraná, realizado em Ponta Grossa, no dia 27 de maio de 1963, teve como objetivo discutir o trabalho do jornalismo e os problemas dos jornalistas. O encontro foi aberto pelo Sr. Stadler, que fez uma declaração de abertura, destacando a importância da profissão e a necessidade de uma legislação que garanta a liberdade de imprensa e a integridade do jornalismo.

O Segundo Encontro dos Jornalistas Profissionais do Paraná, realizado em Ponta Grossa, no dia 27 de maio de 1963, teve como objetivo discutir o trabalho do jornalismo e os problemas dos jornalistas. O encontro foi aberto pelo Sr. Stadler, que fez uma declaração de abertura, destacando a importância da profissão e a necessidade de uma legislação que garanta a liberdade de imprensa e a integridade do jornalismo.

O Segundo Encontro dos Jornalistas Profissionais do Paraná, realizado em Ponta Grossa, no dia 27 de maio de 1963, teve como objetivo discutir o trabalho do jornalismo e os problemas dos jornalistas. O encontro foi aberto pelo Sr. Stadler, que fez uma declaração de abertura, destacando a importância da profissão e a necessidade de uma legislação que garanta a liberdade de imprensa e a integridade do jornalismo.

BOLETIM DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS

Rua São José, 90, sala 1401 - Tel.: 52-1975 - Rio de Janeiro - GB

Comissão de Redação:

Gumerindo C. de Vasconcelos
Carlos Alberto Costa Pinto
J. A. Meaplé
Henrique Cordelero
Cauby Salles

**Ata de Reunião da Assembléia Geral Permanente
para encaminhamento do Acordo e/ou
Dissídio Coletivo de Trabalho,
realizada em 26 de setembro de 1983,**

Ata da reunião da Assembleia Geral Permanente para encaminhamento do acordo e/ou reivindicações coletivas de Trabalho, realizada em 26/09/83. — Entre 2 e 5 de setembro de 1983. Aos vinte e ~~três~~ dias do mês de setembro de 1983, atendendo a convocações do Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, através do boletim interno a categoria, no período vespertino, reuniram-se os associados na sede do Sindicato, Casa do Jornalista, à Rua José Aureano, 211, a fim de deliberarem sobre o encaminhamento das negociações salariais, referente ao período 82/83. O presidente do Sindicato, Dendérico Peron, instalou os trabalhos após as 21 horas, lamentando, inicialmente, que os companheiros nos tenham entendido a decisão da Diretoria, tomada na manhã desse dia, de somente permitir a entrada no recinto e aí permanecerem para deliberações, associados da entidade, para garantir decisões que interessem a categoria, já que se tratava de assembleia salarial regida, portanto, pela legislação vigente; de continuidade, informou sobre o atual estágio das negociações salariais. De queixo do pino, informou que as empresas haviam feito uma proposta: empresas com mais de 12 jornalistas o pino seria de 100 mil cruzeiros, de 6 a 12 profissionais, pino de 70 mil cruzeiros; e menos de seis profissionais, pino de, digo, livre negociações, e ainda do, digo, com a inclusão das cláusulas, profissionais de nº 2, 5, 6 e 7, que especificam. Depois de fazer outros esclarecimentos, comunicou a presença de uma delegação de Jourdina, liderada pelo companheiro Germano P. de, digo, Joaquim Germano de Oliveira, que já se encontrava à mesa, pedindo que este lesse a ata da reunião dos companheiros de Jourdina, em caráter de assembleia, havida dia 23 último. Joaquim Germano de Oliveira iniciou a exposição, afirmando que deixava de ler a ata por nos ter trazido cópia, mas que o que constava da reunião dos companheiros de Jourdina, em número de aproximadamente 150, era o seguinte, pela ordem exposta: mantidas todas as reivindicações; que a reunião da assembleia dos companheiros de Jourdina querem a contratação de uma assessoria jurídica com mais experiência, com advogados mais experientes no setor e mais competentes, informou que o governador Richa tinha estado na reunião, que prometeu assinar o acordo, criticando a diretoria do Sindicato por não ter cobrado definições do governador, ao que foi apertado pelo companheiro Jorge Brozinski, perguntando se havia algo de novo nas promessas do governador; que por

276

promessas da Comissão de Mobilizações; o jornalista Ricardo Klotz estaria dia 30 em Foz de Iguaçu e Curitiba; que a categoria em Foz de Iguaçu fecha com a proposta de 5 salários mínimos de piso e que caso não haja acordo decidia entrar em greve; e que caso o piso não fosse aceito pelos patrões, todos decidiram pedir demissões coletivas e voluntárias como último recurso, e que havia também a proposta de operações de faxina; que a demissão coletiva seria um protesto para não continuar com salário de fome. Em seguida, foi discutida a proposta de um encontro no dia seguinte, às 9,30hs, com o governador, seguindo-se, em seguida, outro encontro na Assembleia Legislativa, sendo nido formado, para isso uma comissão composta por Elza, Márcia, Rosana e Malu. A reunião transcorreu com muita discussão e propostas e pedidos de esclarecimentos à mesa, todos procurando uma saída para o impasse nas negociações. Prevaleceu a proposta de que o atual acordo é inegociável e que a Diretoria poderia negociar com os patrões sobre as propostas novas. A esta altura, um dos três companheiros de Foz de Iguaçu presentes, que não se identificou, disse que se encontrava fora do recinto e o advogado Luiz Salvador, proibido de entrar por decisão da Diretoria do Sindicato, a quem criticou. Mas que ele e a delegação de Foz de Iguaçu estavam contrariados porque, chegando a Curitiba, e não sabendo o endereço do Sindicato, procuraram os editores do dito advogado, para avisá-los e que Luiz Salvador aí estava a convite da delegação de Foz de Iguaçu. Então, novamente criticando a Diretoria, o companheiro de Foz de Iguaçu propôs, e o plenário aprovou com aclamação e em distinção dos que tinham ou não direito a voto, associados ou não associados, que o advogado entrasse e que o mesmo fizesse uma exposição sobre o acordo ou dissídio. O advogado diante do conselho jurídico do Sindicato, e dos demais, fez uma longa explanação, começando por afirmar que os jornalistas de Foz de Iguaçu estiveram em seu escritório por não conhecer a sede do Sindicato; que lhe pediram que os acompanhasse e os avisasse, e participou da reunião; que ele estava contrariado por permanecer fora do recinto, mas que se assim fosse aguardaria por o pessoal de Foz de Iguaçu não querer ficar e que ele os hospedaria em sua casa já que o Sindicato

nos lhes dava compare. Seu discurso perdeu-se por afirmativas e qualifi-
 cas sem embelimento de causa da questao dos jornalistas, tendo
 sido apontado, quando fazia afirmacoes sobre o voto, pelo presiden-
 te do Sindicato para leitura do acordo do TST, no Dissidio
 de 81 contra as empresas de radiodifusao, o que contrariava as
 afirmativas do advogado que se desculpa por nos conhecer bem
 a questao. Outras perguntas lhe foram feitas, para esclarecimentos e
 ele acabou por conceitar os jornalistas a greve, digo, greve, co-
 mo unica arma, dizendo tambem que deveriam os jornalistas de-
 liberar sobre a instauracao de dissidio. Diante do ocorrido antes da
 abertura da Assembleia e com mais os fatos seguintes, o companhei-
 ro Arnaldo Alves da Cruz, Secretario, encaminhou a presidencia da
 mesa, que estava formada tambem pelos companheiros Marcos Batista,
 Arnaldo Anater, o advogado Dr. Roberto L. Kravik e, digo, lavados
 nos seguintes termos, pedido de exonerao, digo, renuncia: "Curitiba, 26
 de setembro de 1983. Senhor Presidente Benedito Peron - STP - Estou, atraves
 do presente, solicitando minha liberao definitiva, meu desligamento,
 minha renuncia da diretoria deste Sindicato, tendo em vista dis-
 cordas da forma como os companheiros da assembleia entenderem
 conduzir nosso Sindicato. De forma definitiva, nos posso acei-
 tar que companheiros relapsos, que nos se sindicalizaram,
 entrem, votem, opinem nesta assembleia, em condicoes de
 igualdade com os associados. Nos posso aceitar que compa-
 nheiros "contratem" terceiros para o encaminhamento deste a-
 cordo/dissidio coletivo, sem informar ao menos a Diretoria
 e os que conduzem a negociao. Não posso aceitar que, elei-
 to para a Diretoria deste Sindicato, com uma responsabi-
 lidade definida, vejam, digo, vejam-se alguns companheiros
 assumirem posicoes que alem, digo, que afrontam frontalmente
 tanto a minha funcao, como o bom senso daqueles que
 em mim votaram. Arnaldo Cruz". Os trabalhos fi-
 zeram renuncia, e o presidente do Sindicato que presidia a
 mesa pediu permissao para leitura de documento subscri-
 to por companheiros de Jandirina e endereado ao gover-
 nador Jose Richa, entregue mediante protocolo, datado
 (o documento), de 19 de setembro de 1983 e que, entre out.,

F76

coisas, protesta contra a retirada da estafais da mesa de negocia-
 ções. Seguiu-se longa discussão em torno de assuntos vários e
 foi votada proposta do companheiro Dicleu Pio, para que a
 Diretoria fizesse uma completa exposição sobre os efeitos
 da mobilização da categoria. O presidente delegar esta incumbência
 aos membros da Comissão de Mobilização, argumentando
 que muito melhor poderiam eles fazer a exposição acerca
 da mobilização, de vez que a Diretoria cuidava da nego-
 ciação. A delegação não foi aceita, rebocando-se nitido con-
 fronto, dito, sentido de confronto, e iniciando-se princípios
 de tumulto. Então, usando da palavra, o presidente Venâncio
 Peres lamentou a perda irreparável do companheiro Arnaldo,
 lendo sua carta-remissão. Fez longa exposição dos acor-
 dos anteriores, afirmou que ao lado dele, também, os dissi-
 dos de 80 para cá foram conquistados, com discussões às vezes
 até altas madrugada. Lamentou a memória curta de muitos inte-
 grantes da categoria, que atiram pedras sem conhecer o passado,
 a luta dos companheiros. Disse, fazendo defesa, que é com a a-
 qual assessoria jurídica que temos ganho no TRT, no TST
 e no STF; que de 13 cláusulas em 79, julamos para
 39. Lamentou que companheiros pretendem, dito, pretendem
 estabelecer o confronto na categoria, da categoria contra a
 diretoria, quando a hora é de confronto com o patronato;
 que poderíamos por em dúvida, não, a sinceridade de
 alguns companheiros que vêm às assembleias para fazer
 política, e partidária às vezes, de outro porar de libe-
 raris e corajosos, mas que não enfrentam o patrono, em
 defesa de seus direitos nem por telex; que a estes dizemos
 que este sindicato tem compromisso definido, que não
 é o político-partidário; que se assim for, então é melhor
 fechá-lo e transformá-lo em mural de partidos; que
 a Diretoria e a grande maioria prefere e espera um Sindica-
 to voltado para os legítimos interesses da categoria e outros
 argumentos do gênero. O presidente passou a presidência da mesa
 ao companheiro Marcos Batista, tendo se retirado por instante. Tam-
 bém solicitado, o assessor jurídico fez ampla exposição,

dizendo que estava na função desde fins de 1979 e que os pa-
 trões sempre resistiram às novas propostas, mas alcança-
 mos muitas vitórias, ganhando no TET, TST e STF,
 além de outras explicações técnicas. Antes, tinha sido apro-
 vada uma nota de protesto contra o aumento da pena
 ao empresário Juvenio Mazzarollo, de cuja redação se in-
 cluíam Marcia, Rosana e Elsa, após a entrada no plé-
 nário de uma freixa e acompanhante, anunciadas como
 sendo do Comitê Pró-Juvenio Mazzarollo. Seguiu-se expo-
 sição longa de Tereza Hurtado, integrante da Comissão
 de Mobilização. Ainda à mesa foram entretidos membros
 de apoio pelos Médicos Residentes e Comitê pró-Cut.
 O presidente Dederio Peron assumiu de volta os trabalhos
 e foi disvenida e aprovada proposta no sentido de
 que, após o dia 30, último prazo para negociações
 diretas, fosse disvenida em assembleia a proposta
 que partira, em sentido quase semelhante, de Tereza
 Hurtado, Pio e Leonardo Santos, de se organizar um
 boletim "demoralizando", digo, demoralizando os pa-
 trões. A proposta foi do companheiro Rui José Arris,
 e foi aprovada, adiando as propostas anteriores. Tanto
 a mesa como o companheiro juiz Geraldo Mazza adverti-
 ram para a existência do Código Penal, já que a
 proposta da Companhia Tereza voltava a discutir
 e se falava inclusive na feitura de boletim que a-
 bordasse aspectos relacionados a crimes nos proce-
 dos. Esses crimes seriam relacionados no "perfil
 dos patrões". Dado o adiantado da hora, e encerradas
 as discussões, o presidente encerrou a assembleia,
 e eu, Arnaldo Higino Anater, que a secretariei,
 lavei a presente ata que vai por mim e pelos
 demais diretores ap, digo, assinada, como registro das
 decisões, em Curitiba, 26 de setembro de 1983.

Arnaldo Higino Anater
 Arnaldo H.